



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

CÍNTIA VIVIANE VENTURA DA SILVA

**A QUESTÃO SOCIAL NA LITERATURA ACADÊMICA BRASILEIRA EM
TERAPIA OCUPACIONAL**

São Carlos - SP
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

CÍNTIA VIVIANE VENTURA DA SILVA

**A QUESTÃO SOCIAL NA LITERATURA ACADÊMICA BRASILEIRA EM
TERAPIA OCUPACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional. Área de concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional. Linha de pesquisa: Redes Sociais e Vulnerabilidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Roseli Esquerdo Lopes

São Carlos - SP
2019

Silva, Cíntia Viviane Ventura da

A questão social na literatura acadêmica brasileira em terapia ocupacional
/ Cíntia Viviane Ventura da Silva. -- 2019.
228 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São
Carlos, São Carlos

Orientador: Roseli Esquerdo Lopes

Banca examinadora: Ana Paula Serrata Malfitano, Rosângela Gomes da
Mota de Souza

Bibliografia

1. Terapia ocupacional. 2. Questão social. 3. Vulnerabilidade. I.
Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Cíntia Viviane Ventura da Silva, realizada em 31/05/2019:

Prof. Dra. Roseli Esquerdo Lopes
UFSCar

Prof. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano
UFSCar

Prof. Dra. Rosângela Gomes da Mota de Souza
UFMG

Dedico este trabalho a *Luiz Ventura da Silva*,
meu pai.

*“Si usted es capaz de temblar de indignación
cada vez que se comete una injusticia en el
mundo, somos compañeros”.*

(Ernesto Guevara de la Serna)

RESUMO

Dentro de um cenário social precário e pautado pela desigualdade estrutural, este trabalho se propôs a estudar as produções da terapia ocupacional no Brasil, que refletissem e problematizassem a questão social, tomada como a desigualdade estrutural nas sociedades capitalistas, e parametrizada pela inserção social, ou não, daquele que precisa oferecer sua força de trabalho ao mercado, ou seja, por sua maior ou menor integração ao trabalho/emprego e ao maior ou menor suporte de suas redes sociais. A metodologia empregada se refere a uma revisão integrativa da literatura. Foram utilizados 37 termos, para pesquisa nos títulos de publicações, em quatro buscas diferentes: nos *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, na *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, na biblioteca online *SciELO* e na base de dados *LILACS*. Dado que a *SciELO* e a *LILACS* não são dirigidas apenas às publicações de terapia ocupacional, nessas buscas foi combinado aos termos acima o termo “terapia ocupacional”. Esse levantamento foi realizado em janeiro de 2018. Numa primeira fase, foi utilizado como critério de inclusão: ser artigo publicado em periódico nacional; o primeiro autor ser da área da terapia ocupacional, em nível de graduação, em andamento ou concluída. Usamos como critérios de exclusão: ser outro tipo de publicação que não artigo (livro, capítulo, editorial, etc.) e estar em idioma estrangeiro. Dos 411 resultados obtidos, 136 estavam repetidos, 32 não eram artigos, 29 eram escritos em idioma estrangeiro e dez não tinham como primeiro autor alguém da área de terapia ocupacional. Partiu-se então para a leitura dos resumos dos 204 restantes. Nesta fase, foram incluídos os artigos que referissem a questão social e/ou seus derivados na composição de seus interesses e, havendo dúvida, procedeu-se à leitura do artigo na íntegra, sendo excluídos 154 textos. Deste modo, para essa revisão integrativa, foram incluídos cinquenta textos, publicados no período de 2001 a 2017. Os resultados apontam que a terapia ocupacional tem demonstrado uma preocupação contínua com a questão social, sendo intensificada e expandida ao longo dos anos, principalmente pelo trabalho dos autores da subárea terapia ocupacional social (34 dos textos eram dessa subárea) e, dentro dessa, o destaque é dos integrantes do Projeto METUIA (trinta textos). A atualidade brasileira naquilo que se refere à pobreza e à desigualdade segue sendo alarmante, principalmente no tocante às políticas públicas necessárias nesse âmbito, no entanto, a terapia ocupacional, especificamente a que volta suas ações para o campo social, tem buscado confrontar essa realidade através de um posicionamento ético e político que lide com o empoderamento das populações e o resgate e exercício de sua cidadania: 27 textos colocaram a cidadania como eixo articulador da prática do terapeuta ocupacional no campo social. Pode-se dizer que há uma terapia ocupacional no campo social que tem realizado um trabalho de resposta e confronto às desigualdades estruturais do sistema capitalista, ou seja, a questão social, buscando igualdade de direitos e autonomia dos sujeitos, contudo, nossos resultados demonstram, igualmente, que terapeutas ocupacionais, profissionais diretamente interessados nos processos de inclusão e/ou inserção social, não tomam como parâmetro aquela questão.

Palavras-chave: Questão social; Vulnerabilidade; Desigualdade estrutural; Cidadania; Capitalismo; Pobreza.

ABSTRACT

In a precarious social scenario characterized by structural inequality, the aim of this study is to analyze publications of occupational therapy in Brazil that approached and discussed social issues, considering structural inequalities in capitalist societies and parameterized by the extent (or lack of) social integration of individuals who need to offer their workforce to the labor market, i.e., by the extent of their integration into the work/job force and the extent of their social network support. The methodology of this study consists of an integrative literature review. A total of 37 terms were searched in titles of papers on four different sites: two Brazilian occupational therapy journals (*Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* and *Revista de Terapia Ocupacional da USP*) and two online databases (*SciELO* and *LILACS*). Searches on these databases were conducted combining the above mentioned terms with the term “occupational therapy”, since neither *SciELO* nor *LILACS* are specifically directed to publications on occupational therapy. This literature search was carried out in January 2018. Firstly, the following inclusion criteria were used: articles being published in Brazilian journals; first author having an undergraduate degree in occupational therapy (either ongoing or completed). Exclusion criteria were the following: publications other than articles (books, book chapters, editorials, etc.) and written in languages other than Portuguese. Of the 411 publications retrieved, 136 were duplicates, 32 were not articles, 29 were written in languages other than Portuguese, and there were 10 publications whose first author was not from the occupational therapy field. Subsequently, the abstracts of the remaining 204 articles were read. This stage of the review process included articles addressing social issues and/or related topics, and doubtful articles were read in full, leading to the exclusion of 154 articles. Therefore, this integrative review included 50 papers published from 2001 to 2017. Its results show that occupation therapy authors have been continuously and increasingly concerned about social issues, mainly those focused on the social branch of occupation therapy, called social occupation therapy. A total of 34 articles belonged to this branch, with publications from members of the METUIA Project showing great relevance (30 articles). Currently, poverty and inequality remain serious problems in Brazil, especially with regard to public policies required to address these issues. However, occupational therapy, particularly the branch directs its actions to the social field, has been seeking to tackle this reality by taking an ethical and political position that promotes people's empowerment and make them reclaim and exercise their citizenship: 27 papers identified citizenship as the articulating axis of occupational therapy practice in the social field. The present study revealed that the social branch of occupational therapy has been working to respond to and tackle the structural inequalities of the capital system, i.e., social issues, seeking for equal rights and individuals' autonomy. Conversely, it was observed that some occupational therapists, who should be directly interested in the processes of social inclusion and/or integration, do not take these issues into account.

Keywords: Social issues; Vulnerability; Structural inequality; Citizenship; Capitalism; Poverty.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas do processo de busca e seleção dos textos.....	59
Quadro 2 –Artigos reunidos e analisados (2001 – 2017).....	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zonas de inserção/desfiliação, segundo o conceito de Castel.....	34
Figura 2 - Artigos excluídos	60
Figura 3 - Área de formação dos autores e coautores (n=93).....	63
Figura 4 – Quantidade de artigos por autor e coautor (n=93).	65
Figura 5 - Ano de formação em nível de graduação dos autores e coautores que mais aparecem (n=17).....	66
Figura 6 - Instituição de formação a nível de graduação dos autores e coautores que mais aparecem (n=17).....	67
Figura 7 - Área do mestrado dos autores e coautores que mais aparecem (n=17).	69
Figura 8 - Ano do mestrado dos autores e coautores que mais aparecem (n=17).	70
Figura 9 - Área do doutorado dos autores e coautores que mais aparecem (n=13).....	71
Figura 10 - Ano do doutorado dos autores e coautores que mais aparecem (n=13).....	71
Figura 11 - Instituição do doutorado dos autores e coautores que mais aparecem (n=13).	72
Figura 12 - Titulação máxima dos primeiro-autores (n=32).	73
Figura 13 - Publicações por ano	80
Figura 14 - Publicações por periódicos.	81
Figura 15 - Publicações por ano e periódico	82
Figura 16 – Áreas das publicações	83
Figura 17 – Palavras-chave das publicações	85
Figura 18 – Tipos de publicações	86
Figura 19 – População alvo	87
Figura 20 – População alvo e contextos	89
Figura 21 – Terapia ocupacional, questão social e cidadania.....	140
Figura 22 – Termo questão social	160
Figura 23 – Usa autor para questão social.....	161
Figura 24 – Autor de questão social	162
Figura 25 – Embasamento teórico e termo questão social	164

Figura 26 - Embasamento teórico.....	196
--------------------------------------	-----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1. DESIGUALDADE SOCIAL, AS LUTAS PELA CIDADANIA E A TERAPIA OCUPACIONAL NO BRASIL	21
1.1 A Questão Social	30
1.2 Cidadania.....	38
1.3 Terapia Ocupacional e Questão Social	43
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
2.1 Elaboração da pergunta norteadora	53
2.2 Busca na literatura.....	54
2.3 Coleta de dados	60
2.4 Avaliação e análise crítica dos estudos incluídos	61
2.5 Discussão dos resultados.....	61
2.6 Apresentação dos dados	62
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	63
3.1 Autores e coautores.....	63
3.2 Os artigos	74
3.3 Populações	86
3.4 Terapia ocupacional e questão social	94
3.4.1 Capitalismo e desigualdade estrutural	94
3.4.2 O social: contexto e campo	104
3.5 Cidadania.....	132
3.5.1. Cidadania e terapia ocupacional.....	139
3.5.2. Direitos e deveres de cidadania	151
3.6 Questão social	159
3.6.1. Dois eixos para circunscrever a inserção social: redes sociais e trabalho	173
3.6.2. Redes sociais	183

3.6.3. Trabalho	186
3.6.4. Zonas diferentes do espaço social	190
3.6.5. Por dentro das zonas de vulnerabilidades	195
4. CONCLUSÃO.....	200
REFERÊNCIAS	205
APÊNDICES	212

APRESENTAÇÃO

Estávamos na cozinha da nossa casa, ele me contava muitas histórias, mas daquele dia o que mais marcou foi a afirmação: “A medicina de Cuba é a melhor do mundo”.

Eu tinha nove anos de idade, o que eu sabia era que medicina curava as pessoas e Cuba era algo muito terrível, ou deveria ser, porque na televisão eu ouvia falar muito mal dela. Aquilo me chocou, meu pai dizendo que aquele lugar ruim era onde melhor curavam as pessoas. Ele sempre nos conduzia à realidade do mundo, até hoje eu não consigo deixar um grão no prato porque quando não queríamos comer determinado alimento ele lembrava: “Come tudo, minha boneca, porque tem criança que nem tem o que comer”. Com uma firmeza e um afeto que bastava para eu limpar o prato. Depois o pai adoeceu e as coisas foram ficando mais difíceis.

Sempre gostei de estudar, mas na década de 1990 “fazer faculdade era pra rico”, não era algo que estava no meu horizonte. O desejo de estudar era muito grande e eu acabei entrando na faculdade aos 28 anos - sem nenhuma perspectiva de como iria pagar a matrícula - numa universidade privada no curso de Psicologia. Era o ano de 2006. Durante os anos que cursei a graduação em Psicologia, eu fui bolsista de iniciação científica por quatro anos de um projeto coordenado pelo cientista político Dr. Everton Rodrigo Santos que estudava capital social conforme Robert Putnam. Estudamos pobreza, desigualdade social, confiança interpessoal, democracia, cidadania, entre outros temas pertinentes à questão social, muito embora naquele tempo eu ainda não usasse esse termo. Foi ali que o “bichinho” da pesquisa me mordeu. Eu amava o que eu fazia, eu amava o que eu pesquisava, eu amava estudar. Estava academicamente feliz. Seria perfeito se eu pudesse trabalhar, no entanto, sendo o curso de tarde, isso era difícil. Eu tinha uma filha de onze anos e vivíamos com muita dificuldade, dependendo de trabalhos esporádicos (atualização de currículo Lattes dos professores, AT - acompanhamento terapêutico) e da bolsa do estágio remunerado que eu fazia. A bolsa de pesquisa abonava uma disciplina, a única que eu fazia. Comecei a me angustiar com o fato de me formar em 25 anos. Era muito tempo para viver do jeito que vivíamos eu e a Bia, e eu me angustiaava com o futuro dela. Em quatro anos na Psicologia, eu terminei o terceiro semestre apenas.

Em 2010, com as políticas de inclusão do governo federal na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), eu acabei entrando numa universidade federal a 283 km da minha casa. A região onde eu moro, Vale do Rio dos Sinos (no Rio Grande do Sul), não possui universidade federal. Para lá fui com filha, cachorra, sacola de roupas e muita esperança no coração.

As políticas para permanência dos alunos de baixa renda na universidade estavam sendo muito discutidas e algumas ações estavam sendo implementadas pelo governo. Consegui uma bolsa de assistência estudantil, continuei realizando meus “bicos” e a gente seguia em Pelotas. Eu tinha mais teimosia que juízo. Fiz o primeiro semestre em Ciências Sociais (lá não tinha Psicologia). Se eu não desistisse de ser psicóloga até o fim do curso, eu trabalharia como professora de sociologia e pagaria a faculdade de psicologia. No segundo semestre, foi implantado o curso de Terapia Ocupacional e pedi transferência. Eu não sabia o que era, mas sabia que terapeutas ocupacionais faziam AT, então estava bem. O plano seguia: se eu não desistisse de ser psicóloga até o fim do curso, eu trabalharia como terapeuta ocupacional e pagaria a faculdade de Psicologia.

Éramos a primeira turma, havia muitas dificuldades, principalmente a formação dos professores. O corpo docente - em sua maioria - era um grupo de professores com relação aos quais eu não percebia uma possibilidade de identificação. Na sala de aula eram levantadas bandeiras como “racismo não existe”, “eu apoio o ato médico”, “manicômios são importantes”. Sofri muito durante a graduação porque não me adequava àquele grupo, não compartilhava daqueles pensamentos, não me referenciava naquelas pessoas. Eu continuava apresentando trabalhos com as professoras da Psicologia da Feevale, que eram meus modelos, que me inspiravam, que me estimulavam. E, ao mesmo tempo que isso era um respiro, onde eu podia canalizar alguma produção que condizia com o que eu acreditava, perseguia-me um desassossego. Eu me tornaria uma terapeuta ocupacional frustrada, que despreza a profissão? Como eu conseguiria seguir o plano de atuar em terapia ocupacional e pagar a faculdade de Psicologia? Nem a isso eu chegaria?

Foi uma querida professora da Feevale, e foram tantas!, que me manteve, ironicamente, no curso de Terapia Ocupacional. Quando o curso de Psicologia foi

implementado na UFPel, um ano depois de eu estar em Pelotas e já indo para o terceiro semestre, meu coração se encheu de dúvidas. Se eu pedisse a transferência de curso, por ser um curso novo eu aproveitaria as disciplinas já cursadas, mas não haveria como cursar além, porque elas iriam abrir conforme a nova turma ia avançando, como foi também na Terapia Ocupacional, e eu presenciei esse processo, visto que era da primeira turma. Eu poderia mudar, mas levaria mais cinco anos para me formar. Ficando na Terapia Ocupacional seriam três. Isso porque o curso de Terapia Ocupacional era de quatro anos e o de Psicologia de cinco anos. Seria viável, para mim, emocional, moral, mas acima de tudo, economicamente, com 34 anos, uma filha já mocinha, ficar mais tempo ainda na graduação? Ao ouvir minhas aflições ela me aconselhou que ficasse na Terapia Ocupacional porque era necessária e importante a atuação desse profissional, e esses, em nossa região, eram escassos.

Segui com o coração doendo, ansiando por um sentido. O que eu era, enquanto pessoa, não condizia com o modelo de profissional que eu tinha contato. Ser terapeuta ocupacional, naquela esfera de tempo e espaço onde eu me encontrava, era completamente diferente de mim e de tudo que eu acreditava. Os modelos, dentro da constituição do ser humano, são fundamentais, e no contexto de uma formação acadêmica são igualmente estruturadores. Os exemplos são extremamente importantes, e é impressionante o quanto podem ser intensamente bons ou ruins. Até que um dia chegou às minhas mãos o livro “Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?”, de Léa Beatriz Teixeira Soares. Como o patinho feio, eu me encontrei ali. Eu descobri que num lugar distante havia terapeutas ocupacionais que me inspirariam, terapeutas ocupacionais para eu me espelhar, que eu podia existir como eu era dentro da Terapia Ocupacional porque havia um lugar onde isso era possível. Ali eu me tornei efetivamente terapeuta ocupacional e a psicologia, por fim, tornou-se apenas uma boa amiga.

Durante a graduação em Terapia Ocupacional eu participei do PET Saúde Mental por três anos, do VER SUS¹ Pelotas, do VER SUS Metropolitana onde organizamos as vivências na região metropolitana de Porto Alegre por dois anos, frequentei o Mental Tchê por quatro anos, entre outros espaços onde a luta por cidadania, pelo cuidado em liberdade, por direitos humanos e sociais eram pautas principais. Meu TCC foi sobre “Capital social e precarização do trabalho”, estudando as condições de trabalho em frigoríficos de Pelotas (2014).

Depois de formada, ingressei no programa de residências da UFRGS no programa “Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva”. Nesse momento específico em que adentro a residência em saúde mental, 2015, o governo do estado do Rio Grande do Sul muda de gestão e o mote da nova gestão era “potencializar a psiquiatria”. Na prática: fortalecer o manicômio. Especificamente o manicômio da capital chamado Hospital Psiquiátrico São Pedro. As ações que a gestão realizava eram contra a Lei nº 10.216, os usuários que já haviam sido ressocializados e moravam em residências terapêuticas, organizando seu cotidiano e pagando suas contas, estavam sendo asilados novamente no manicômio. Foram tempos de resistência, retrocesso e muito sofrimento de nossa parte. Tempos que vivemos ainda.

Em 2016, fui chamada na prefeitura de Portão/RS para assumir o cargo de terapeuta ocupacional. Desde então atuo no âmbito daquele município, buscando empoderar as pessoas, trabalhando nos conselhos municipais, causando incômodos aqui e acolá, passando pelo CAPS, CREAS e atualmente na atenção básica em saúde, mas sempre pautando o direito das pessoas de acessarem os serviços, a atenção em saúde e o direito à educação. Brigando para que outras Cíntias possam ter oportunidade e cidadania.

Isso posto, em qual programa de pós-graduação eu poderia querer estar? Que linha de pesquisa me define melhor do que Redes Sociais e Vulnerabilidades? Que tipo

¹ O VER-SUS (Vivências e estágios na realidade do SUS) é um projeto do Ministério da Saúde que busca estimular a formação de trabalhadores para o SUS. Mais informações em: <http://www.otics.org.br/estacoes-de-observacao/versus/versus/apresentacao>

de trabalho acadêmico eu desenvolveria? Desde que eu tenho lembrança, a minha vida - e a minha teimosia - caminhou para eu chegar aqui.

E muito grata, aqui estou.

Realizar o percurso deste trabalho me fez crescer. Em todos os momentos que questioneei a terapia ocupacional, eu também me questionava. Como a maioria dos caminhos, não foi fácil de trilhar. Não sem dor eu falei de nós de forma crítica. Mas agradeço por ter a oportunidade de fazê-lo. Que cresçamos na esperança e na luta por um mundo melhor para todos.

1. DESIGUALDADE SOCIAL, AS LUTAS PELA CIDADANIA E A TERAPIA OCUPACIONAL NO BRASIL

*“O que me preocupa não é o grito dos maus.
É o silêncio dos bons”.*

(Martin Luther King)

A extrema concentração de renda e a desigualdade social são aspectos claros da composição da sociedade brasileira. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014), temos em nosso território um contingente de 16,2 milhões de pessoas em condição de extrema pobreza: com renda mensal per capita inferior a R\$ 70,00 por mês. Metade da população do país, conforme o último CENSO - publicado em 2010 - possui renda mensal inferior a R\$ 375,00 por mês, menos do que o salário mínimo (IBGE, 2011).

Em termos absolutos, 25% das pessoas na base da distribuição de rendimentos nacional possuíam rendimento médio nominal mensal domiciliar per capita de até R\$ 188,00 e metade da população auferia R\$ 375,00, valor ainda bem inferior ao valor do salário mínimo nacional em 2010 (R\$ 510,00) (IBGE, 2011, p. 69).

Dados do Censo 2010 desenham o perfil dos 16,2 milhões de extremamente pobres distribuídos pelo país todo. A extrema pobreza revela-se majoritariamente negra (71%), concentrada na região Nordeste (59%) e composta por um percentual significativo de crianças, adolescentes e jovens: de 0 a 14 anos 40%, de 0 a 19 anos 51%. Homens e mulheres estavam distribuídos de forma semelhante, embora as mulheres representassem um pouco mais da metade (51%). Das pessoas com 15 anos ou mais, 26% são analfabetas e 53% dos domicílios não estão ligados à rede de esgoto (BRASIL, 2014).

Marcado pelas desigualdades sociais e pela pobreza, o país tem uma realidade que se configura em obstáculo ao desenvolvimento humano. Esse engendramento da nossa configuração social funciona como um ciclo vicioso: resulta em desigualdades que levam à pobreza e à exclusão social, gerando impactos negativos sobre as condições de

vida e saúde, tornando mais acentuadas as injustiças sociais no país (ARAÚJO-JORGE *et al.*, 2014).

Pobreza é diferente de desigualdade. A pobreza é um fenômeno complexo, com diversas tentativas de definição, mas que genericamente pode ser definida como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Ser pobre significa não dispor dos meios para atuar adequadamente no grupo social em que se vive (ROCHA, 2006).

O termo “desigualdade”, no dicionário Aurélio, tem como resultado: “sf. Qualidade ou estado de desigual”. O termo “desigual” significa: “adj. 1. Não igual; diferente. 2. Variável, mutável. 3. Inconstante, volúvel. 4. Em que não há equilíbrio de forças; desproporcional” (FERREIRA, 1985).

A desigualdade pode ser vista como uma questão de acesso a espaços, a serviços e principalmente a condições que estabelecem os padrões de vida. Ela é, deste modo, formada por várias dimensões, nas quais atuam e se entrecruzam diferentes fatores (MEDEIROS, 2015). A desigualdade existe na diferença, no “não igual”, no desequilíbrio de forças e, por conseguinte, a desigualdade diz respeito à comparação a um grupo. E a pobreza não? Aqui jaz a complexidade destes conceitos. Sen (2000) ressalta que uma pessoa que é considerada pobre nos EUA, não é considerada pobre no Brasil, se comparada com os pobres brasileiros. Dessarte, pobreza e desigualdade são arduamente analisadas por diversos autores que apregoam a profundidade de cada um, através de vários pontos diferentes: Sen (2000), Martins (2002), Rocha (2006), Fraser (2006), Souza (2009; 2017) entre outros.

O consenso é de que a pobreza é um fenômeno que vai além da renda e que a pobreza por si só já não pode mais ser o único indicador para analisar a desigualdade social.

Ao mesmo tempo, em um país de sistema econômico de orientação capitalista, a renda impacta na aquisição de todos os serviços, bens, acesso a lazer e cultura, educação, saúde, transporte, moradia, etc. Acredita-se, portanto, que renda e riqueza ainda sejam

fatores relevantes, principalmente em países marcados por fortes desigualdades estruturais como o Brasil (MEDEIROS, 2015).

Num país onde há muita pobreza, pode haver baixa desigualdade se todos forem igualmente pobres. Pode? De modo geral, o que se observa é que os dois fenômenos estão relacionados, as riquezas dos países que se encontram na pobreza são mal distribuídas entre esse povo, ou entre esse povo e outro que os explora, e então a dinâmica da desigualdade se consolida. Em um panorama mundial não há país “pobre”, existem riquezas naturais a serem exploradas em todos. O que ocorre é que essas riquezas são defraudadas por um grupo pequeno, enquanto a maioria da população, que é utilizada como mão de obra para a extração/produção, recebe uma cota mínima dessa mesma riqueza que através do seu trabalho construiu. Nos países muito pobres, observa-se que os grupos que exploram são estrangeiros. Nos países ricos em que a desigualdade é baixa, o que se percebe, de modo geral, é que se alicerçaram da riqueza de países pobres para resolver suas demandas. Por isso, nos países pobres, comum e historicamente, é possível identificar um mecanismo estrangeiro intervindo/expropriando.

A organização mundial da desigualdade não se altera pelo fato de que atualmente o Brasil exporte, por exemplo, automóveis Volkswagen a outros países sul-americanos e aos distantes mercados da África e o próximo Oriente. Ao fim e ao cabo, é a empresa alemã Volkswagen quem decide que seja mais conveniente exportar automóveis para determinados mercados, através de sua filial brasileira: são brasileiros os baixos custos de produção, os braços baratos, e são alemães os altos lucros (GALEANO, 2004, p. 342, tradução nossa²).

Segundo Dowbor (2017), não há nenhuma razão objetiva para os dramas sociais que vive o mundo, há riquezas sendo produzidas. Arredondando o PIB mundial para 80 trilhões de dólares, encontramos um produto *per capita* médio de 11 mil dólares, que

² No original: La organización mundial de la desigualdad no se altera por el hecho de que actualmente el Brasil exporte, por ejemplo, automóviles Volkswagen a otros países sudamericanos y a los lejanos mercados de África y el próximo Cercano Oriente. Al fin y al cabo, es la empresa alemana Volkswagen quien ha decidido que resulte más conveniente exportar automóviles, para ciertos mercados, desde su filial brasileña: son brasileños los bajos costos de producción, los brazos baratos, y son alemanas las altas ganancias.

representa 3.600 dólares por mês por família de quatro pessoas (em torno de R\$ 11.000,00 por mês). Não há razão objetiva para a gigantesca miséria em que vivem bilhões de pessoas, a não ser justamente o fato de que o sistema está “malgovernado”.

Na realidade, a desigualdade atingiu níveis obscenos. Quando oito indivíduos são donos de mais riqueza do que a metade da população mundial, enquanto 800 milhões de pessoas passam fome, francamente, achar que o sistema está dando certo é prova de cegueira mental avançada. Essas oito famílias donas de fortuna produziram tudo isso? Ou simplesmente montaram um sistema de apropriação de riqueza por meio de papéis? E como isto é possível? São donos de papéis financeiros que rendem (DOWBOR, 2017, p. 22).

O Brasil vive essa expropriação desde 1500 e, ao longo desse processo histórico, isso se configurou de diversas formas: no início pela extração das riquezas naturais pelos europeus, pelo estelionato da terra dos indígenas, pela exploração de mão de obra escrava, depois pela exploração de mão de obra no trabalho, a que se somaram outras questões de cunho social que formaram as características da desigualdade estrutural brasileira que segue firmemente sustentada até os dias de hoje. Num primeiro momento, os países ricos usaram um modo direto, que foi realizado através da invasão e espoliação do território; num segundo momento, a exploração ocorreu pela exploração do trabalho dos pobres. Atualmente acontece a mesma dinâmica, embora hoje os países ricos usem modos menos explícitos, e ainda outras forças se colocam, algumas vezes indiretamente, na disputa do poder e das riquezas, buscando acumulação de capital. Essas forças se consolidam na “legitimação da desigualdade” no Brasil contemporâneo, que lhes permite sua reprodução de forma contínua e cotidianamente, de modos muito diferentes aos do passado (SOUZA, 2009), apesar de realizarem a mesma dinâmica de manutenção do poder entre poucos.

Na realidade, a “legitimação da desigualdade” no Brasil contemporâneo, que é o que permite a sua reprodução cotidiana indefinidamente, nada tem a ver com esse passado longínquo. Ela é reproduzida cotidianamente por meios “modernos”, especificamente “simbólicos”, muito diferentes do chicote do senhor de escravos ou do poder pessoal do dono de terra e gente, seja esta gente escrava ou livre, gente negra ou branca. Quando não se fala dessas formas “novas” e “modernas” de se legitimar a dominação cotidiana injusta e se apela a uma suposta e vaga continuidade com o passado distante é porque não se sabe do que se está falando, ainda que não se tenha coragem de admitir (SOUZA, 2009, p. 15).

Nesse contexto histórico de depravação do território, do povo e das riquezas do país, uma herança nos é legada. É uma fotografia social alarmante. Chega a nós uma dívida com os povos explorados ao longo dos tempos que só será paga com uma grande vontade política e social. E como acusa Souza (2009), a exploração segue atual.

No período entre 2002 e 2016, políticas públicas foram implementadas pelo governo federal, com objetivo estratégico e específico de erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades no país, atacando em primeira medida a insuficiência material, através de ações redistributivas, com programas de transferência de renda.

A erradicação da pobreza e a redução substancial dos níveis de desigualdade no Brasil são metas dificilmente alcançáveis dentro de um prazo razoável sem que se recorra a mecanismos diretos de redistribuição. Os programas de transferência de renda de natureza não-contributiva são exemplos claros da adoção desse tipo de mecanismo (SOARES, 2006, p. 7).

Ao lado das políticas para erradicação da pobreza de forma redistributiva, ações de reconhecimento para enfrentamento da desigualdade foram implementadas:

[...] também ganharam destaque as políticas voltadas para públicos específicos, de natureza transversal, como as dirigidas à população negra, às comunidades tradicionais ou aos setores marcados por situações de miséria, abrindo um campo relevante para o desenvolvimento de políticas inclusivas e, ao mesmo tempo, desconstrutoras de processos seculares de naturalização e reprodução da pobreza e da desigualdade (JACCOUD, 2014, p. 638).

Fraser (2006) realça a importância de somar as ações redistributivas com as de reconhecimento cultural. No caso brasileiro, quando fazemos a leitura do perfil da extrema pobreza, entendemos que para além de uma questão de classe há sim uma questão cultural forte em muitos aspectos. Pelo perfil dos extremamente pobres, a questão mais gritante é a etnocultural, o racismo e o alijamento que sofre, principalmente, mas não só, a população negra. Podemos citar também as questões de gênero, as ocupações secundárias da mulher em relação ao homem, a discriminação sexual sofrida pela

população LGBT³, entre outros. “[...] é somente integrando reconhecimento e redistribuição que chegaremos a um quadro conceitual adequado às demandas de nossa era” (FRASER, 2006, p. 231 e 232).

Pelo êxito de políticas públicas específicas, em um ambiente de crescimento econômico, elevação do salário mínimo, controle da inflação, acesso ao crédito, e ampliação de programas de transferência de renda, o desenvolvimento social no Brasil permitiu a retirada de dezenas de milhões de pessoas da faixa da pobreza, alterando parte dos principais determinantes sociais da saúde: renda, educação, saneamento e moradia (ARAÚJO-JORGE *et al.*, 2014, p. 704).

Os índices comumente usados para avaliar a qualidade de vida tiveram resultado positivo no período em que as ações de transferência de renda foram adotadas de modo efetivo (2002 a 2016). O índice de Gini⁴ do Brasil em 2004 foi de 0,591, ficando entre todos os países em 120º lugar. Já no relatório de 2016 diminuiu para 0,515 e na colocação de 99º lugar. O IDH⁵ teve o quarto maior crescimento entre 2010 e 2017, e entre 2012 e 2017 o país subiu sete posições (PNUD, 2019). Apesar do avanço no desenvolvimento humano, a desigualdade persiste, e, ainda, em escala preocupante. Com todos os esforços, programas e políticas públicas para a erradicação da pobreza e da desigualdade, ainda há muito que fazer, visto que 500 anos de espoliação, pesarosamente, não são pagos tão rápido. Conforme Leonardo Boff (2016), enquanto herdeiros de uma perversa tradição de exclusão e desigualdades, ainda temos muito que fazer, no entanto, tivemos uma revolução social.

³ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros.

⁴ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda (WOLFFENBÜTTEL, 2004). Site do IPEA: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28

⁵ Índice de Desenvolvimento Humano

Isso posto, é com sobressalto que olhamos para a atualidade. Fato que mais alarme causa é o de que, desde o golpe de 2016 (ESQUIVEL, 2016; BOFF, 2016; CHAUI, 2016; DOWBOR, 2017; SOUZA, 2017), presenciamos retrocesso em todos os âmbitos, especialmente em toda a construção realizada no período 2002 – 2016, no concernente ao esforço de diminuir a desigualdade social. Segundo Boff (2016), estamos enfrentando no país uma “antirrevolução”. As velhas elites oligárquicas nunca aceitaram um operário⁶ como presidente, deste modo, uma direita conservadora e rancorosa, ao lado dos bancos e do sistema financeiro, de uma imprensa empresarial hostil, setores do judiciário e outras representações de poder, está promovendo uma “antirrevolução”, buscando voltar a uma democracia patrimonialista, de costas para o povo, enriquecendo como no passado (BOFF, 2016).

O golpe de 2016 é um recente episódio da história brasileira, onde a presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff, foi derrubada por um processo político repleto de “artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras” (JINKINGS, 2016, p. 12). Segundo Noam Chomsky, “Dilma está passando por um julgamento político por um grupo de ladrões”⁷ (GENTILI, 2016, p. 7, tradução nossa).

De acordo com Souza (2017) a trama do golpe de 2016 foi tecida para “justificar o injustificável assalto ao bolso coletivo - a verdadeira corrupção tornada invisível – em nome da corrupção seletiva, para inglês ver, só do Estado e de suas empresas” (SOUZA, 2017, p. 35). O objetivo era estancar uma “sangria”⁸ que estava ocorrendo: o verdadeiro combate à corrupção dos poderosos da oligarquia brasileira. A estratégia utilizada para

⁶ Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil entre os anos 2002-2013 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Sua sucessora Dilma Rousseff, foi eleita em 2014 e deposta por um golpe em 2016 (GENTILI, 2016; SINGER, 2016; SOUZA, 2017).

⁷ No original: “Dilma está siendo sometida a juicio político por una banda de ladrones”.

⁸ Fazemos aqui uma referência à fala do senador Romero Jucá (MDB) com outros dois senadores, que em gravação grampeada no mês de março de 2016, um mês antes do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff ser aprovado na Câmara dos Deputados, solicita a realização de algo que obstrua a operação da Polícia Federal brasileira nomeada “Operação Lava Jato”. A parte da fala a que nos referimos na íntegra: “Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.” (VALENTE, 2016).

efetivar o golpe de 2016, foi, com o apoio da mídia, imputar em massa e continuamente apenas a corrupção do Estado, ocultando a corrupção do capital (SOUZA, 2017).

Quando empresas brasileiras e empresários brasileiros entram em cena como na operação Lava Jato, isso só acontece pelo mais descarado viralatismo: para chantagear politicamente essas empresas em delações que criminalizem a esquerda ou políticos que não cumpram a agenda corporativa dos órgãos de controle. Assim como para, consciente ou inconscientemente, atender a interesses geopolíticos americanos que visam a permanência do Brasil como mero exportador de matéria-prima (SOUZA, 2017, p. 35).

Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos:

Estamos envolvidos em uma luta não só nacional, mas internacional, dada a importância do Brasil. É imperativo unir os esforços e ter alguma clareza sobre o momento difícil que enfrentamos. Estou absolutamente convicto de que se trata de um golpe parlamentar e de que estamos diante de um governo ilegítimo. Um golpe diferente dos que ocorreram em Honduras e no Paraguai, mas que tem, no fundo, o mesmo objetivo, que é, sem qualquer alteração constitucional, sem qualquer ditadura militar, interromper o processo democrático (SANTOS, 2016, quarta capa).

O futuro nos envolve com incertezas preocupantes. Os fatores democracia/pobreza/desigualdade são interligados. Desse modo, é preciso fazer uma leitura profunda de nossa atualidade, alçando mão de ações em prol de um mundo mais justo, levando em consideração as forças que atuam para a manutenção dessa realidade.

Expomos aqui essa breve contextualização da realidade brasileira e seu momento atual, para minimamente situar o leitor no cenário social de onde partem os nossos apontamentos. Não temos a pretensão de dar conta de sua complexidade histórica, mas posicionar o lugar econômico-político-social das análises a que este trabalho se propõe.

Não é de hoje que os terapeutas ocupacionais veiculam sua atenção para a situação social do Brasil. As demandas sociais oriundas da desigualdade estrutural têm inquirido os terapeutas ocupacionais desde o fim da década de 1970 a reformular seu olhar e seu fazer para além da adaptação social, percebendo o indivíduo em sociedade (LOPES, 2016). A pobreza, a miséria, a precarização do trabalho, a inacessibilidade a bens sociais, a falta de acesso à saúde, à educação, são alguns dos fatores que segregam

populações à margem das sociedades e essas demandas fazem surgir reflexões acerca da ação do terapeuta ocupacional no campo social (LOPES, 2016). Na década de 1990:

período em que o mundo e o Brasil passam pelo liberalismo radical na gestão da esfera pública, com importantes repercussões na relação capital-trabalho e, portanto, trazendo o agravamento da questão social, cujo enfrentamento envolveu amplos setores sociais e profissionais, entre eles os terapeutas ocupacionais, na busca de soluções do que foi chamado por Castel e por outros autores como a reconfiguração da questão social nesse final do século XX (LOPES; BARROS; MALFITANO, 2017, prelo).

De modo geral, no capitalismo, uma grande parte dos bens, produtos e serviços são adquiridos com dinheiro. O Estado, na maioria das vezes, não provê os bens sociais mínimos a todos. Serviços garantidos pela Constituição (BRASIL, 2008), em boa parte, precisam ser acessados no mercado pelo cidadão. Para acessar o serviço no mercado é preciso dinheiro. O trabalho é a forma pela qual é possível alcançar renda e assim acessar os produtos e serviços que se necessita. Destarte, ter ou não ter trabalho delimita a vida das pessoas.

A questão social na sociedade em que vivemos está demarcada pela relação capital/trabalho e entendemos que ela perpassa a prática de toda a terapia ocupacional em suas diversas subáreas. A questão social atravessa o fazer de todos os terapeutas ocupacionais, em todo contexto de sua atuação, visto que nos diversos serviços e demandas os usuários são atingidos pelas demandas postas pelas dificuldades sociais.

Segundo Duarte (2016), a prática da terapia ocupacional no contexto social acontece desde meados de 1980 e o período de maior produção nesta área foi a partir dos anos 2000. Em relação à terapia ocupacional frente à questão social, é possível perceber que existe uma lógica estrutural imposta pela sociedade capitalista brasileira que determina quem participa da relação de trocas no mercado e quem permanece à margem (DUARTE, 2016).

Seguindo nessa interlocução, este trabalho buscou abranger a terapia ocupacional de modo geral, incluindo todas suas subáreas. Visamos com isso contribuir

para a constituição do conhecimento da terapia ocupacional. Enquanto profissionais ligados à seguridade social, questionamos: o que os terapeutas ocupacionais têm publicado sobre a questão social? Em que lugar estamos dentro da análise da questão social? Como compreendemos os fenômenos e expressões da questão social? Como atuamos em meio a isso?

Nesse sentido, esta investigação busca mapear e estudar as produções da terapia ocupacional que analisam a questão social, tomada como a desigualdade estrutural nas sociedades capitalistas, bem como os embates que suscita entre o capital e o trabalho, especialmente na luta pelo fundo público (LOPES, 1999).

1.1 A Questão Social

O termo “questão social” surge no século XIX quando as transformações políticas, sociais e econômicas advindas da Revolução Industrial suscitam demandas e questionamentos do pauperismo existente (BIANCHI, 2016). A pobreza, a miséria, a desigualdade, a insalubridade, a exploração do trabalho, enquanto elementos de reflexão, gestam uma mudança radical nas formas de pensamento, continuando tanto objetos de estudo até os dias de hoje, quanto elementos presentes no cenário atual.

Potyara Pereira (2001) entende que a questão social se estabelece numa determinada sociedade quando os grupos se organizam e reivindicam seus direitos de cidadania. Para a autora, questão social é sinônimo de embate político. Se há desigualdade, porém sem uma voz unificada, vivendo seu pauperismo sem questionar, não é questão social, é questão latente. Está presente, porém não luta, não demanda, não reivindica.

José Paulo Netto (2006) faz uma análise marxista da questão social. Ele usa os elementos teóricos construídos por Karl Marx (1818-1883) para explicá-la. Assevera que

“a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração” (NETTO, 2006, p. 157). Mas também complementa que a exploração, apesar de ser a base molecular da questão social, sofre atravessamentos de outros elementos que modificam sua face como os componentes históricos, políticos e culturais. O autor é incisivo em declarar que não existe possibilidade de supressão da questão social **sem a supressão do modelo capitalista**: a questão social é constitutiva do capitalismo.

O sociólogo francês Robert Castel (1933-2013) aventou sobre a questão social considerando as alterações ocorridas durante o percurso histórico da sociedade salarial e capitalista, fazendo uma profunda análise histórica e de construção teórica. Ele explana que com a Revolução Industrial surgiram novas formas de organização dos modos de produção. Os meios de produção passaram dos produtores e artesãos; que muito embora vivessem no limite do patamar da pobreza eram autônomos e autossuficientes (CASTEL, 1997); para os donos das grandes indústrias, em um processo que confessou etapas históricas: artesão → manufaturas → fábricas → indústria → grande indústria. O artesão perdeu o poder sobre sua produção e passou a vender sua força de trabalho para outrem.

Os trabalhadores, então, chegam à indústria e encontram um trabalho precarizado, numa lógica individualista, *cada um por si*. As mudanças ocorridas no fim do século XVIII liberam o acesso ao trabalho, mas quase nada fizeram pela promoção da condição salarial (CASTEL, 2015). Dali em diante o operário deverá, usando a expressão de Turgot, também citada por Castel (2015, p. 277) “vender a outros sua pena”, no embalo da sorte. A contratualização da relação de trabalho não remedia a indignidade da condição de assalariado. O trabalho humano nas formas de relações sociais dadas se tornou cada vez mais explorado.

Marx (1996) utiliza a expressão “livres como pássaros” para ironizar essa liberdade cerceada a que os trabalhadores são então submetidos.

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios

de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros (MARX, 1996, p. 341 e 342).

Os proletários, livres como pássaros, passam a viver uma condição de assalariados que Castel (2015) critica. O início desse novo estado salarial com a contratualização das relações de trabalho mostra-se assim como o grau zero de uma condição salarial. “Privada de seus suportes tutelares, a condição salarial não é só vulnerável. Vai tornar-se impossível de ser vivida” (CASTEL, 2015, p. 277).

O princípio do livre acesso ao trabalho abre uma era de turbulências e de conflitos, a questão social é reformulada a partir de novos centros de instabilidade que são como a sombra do desenvolvimento econômico. Entregue a si mesmo, ou ainda, gestado e orquestrado pelos industriais para quem a força de trabalho é uma mercadoria, o processo de industrialização fomenta um monstro - o pauperismo. O pauperismo forma-se pela massa que sai do campo e vai para a indústria na cidade. Populações ameaçadas tanto pela insuficiência de seus recursos materiais como também pela labilidade de seu tecido relacional; em vias de pauperização e também de ruptura de vínculo com o social. Conforme o autor, “ao final do processo, a precariedade econômica torna-se privação, a fragilidade relacional isolamento” (CASTEL, 1994, p. 23).

A pauperidade surge assim como a resultante de uma série de rupturas de participações e fracassos na constituição de vínculo, os quais, finalmente, projetam o sujeito em um estado de flutuação, em uma espécie de *no man's land* social. Situação à qual responde a insistência sobreposta à noção de inserção. Se a referência à inserção permanece flutuante nessa definição e incerta em relação a seus conteúdos, ela apresenta ao menos o mérito de mostrar que o desafio contemporâneo da pobreza não será somente realçado distribuindo-se seguros, mas também esforçando-se para preencher esse vazio social (CASTEL, 1994, p. 23).

Esse pauperismo exacerbado que leva às ideias de revolução é que Castel define como “questão social”. Sempre houve indigentes, sempre houve pauperismo ao longo da história, porém nesse momento em que há uma formulação contra o que está posto é que a sociedade experimenta o medo do risco de fratura em sua coesão. Esse risco, esse medo de mudança, do grito dos desvalidos, é para ele a “questão social”.

De acordo com Castel

a “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (CASTEL, 2015, p. 30).

A questão social é problematizada pelo autor através de um duplo processo de constituição dos sujeitos: trabalho e redes sociais (CASTEL, 1994). O trabalho é elemento central na vida do indivíduo na sociedade capitalista, mas as redes sociais também desenvolvem papel essencial. Castel (1994) entende as redes sociais e pessoais de suporte como elementos fundamentais na definição de maior ou menor vulnerabilidade de quem tem uma integração precária ao mundo do trabalho.

É preciso, no entanto, se esforçar por compreender estes seres de carne e osso, de sangue e de sofrimento a partir do duplo processo que os constitui: aquele que vai da integração à exclusão na ordem do trabalho e aquele que vai da inserção ao isolamento social na ordem sócio-relacional (CASTEL, 1994, p. 28).

O **eixo da relação trabalho** possui uma gama de posições que vão da preservação de um emprego estável à ausência completa de trabalho, passando pela participação em formas precárias, intermitentes e sazonais de ocupações. O **eixo da inserção relacional** igualmente demarca um leque de posições entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total. O autor propõe uma classificação, em gradações, de cada um dos dois eixos, que formam: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. O recorte desses dois eixos circunscreve zonas diferentes do espaço social, de acordo com o grau de coesão que elas asseguram (CASTEL, 1994), desse modo, acoplando essas gradações duas a duas, ele obteve: a **zona de integração**, a **zona de vulnerabilidade** e a **zona de desfiliação**. Uma quarta zona refere-se à **zona de assistência**, na qual o indivíduo recebe um tratamento distinto. Ele exemplifica com o tratamento dado ao indigente incapaz de trabalhar em comparação com o “vagabundo”. Ainda que seja por meio de esmolas, o

primeiro tem, de algum modo, uma maior assistência (CASTEL, 1997). Conforme Castel (1994, p. 30 e 31):

Zona de integração: trabalho permanente e suportes relacionais sólidos

Zona de vulnerabilidade: precariedade do trabalho e fragilidade relacional

Zona de desfiliação: ausência de trabalho e isolamento social

Zona de assistência: dependência segurada e integrada

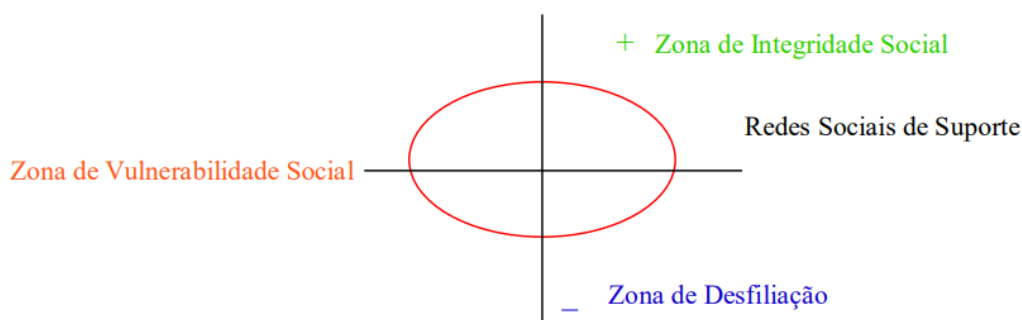


Figura 1 – Zonas de inserção/desfiliação, segundo o conceito de Castel.
Fonte: MALFITANO (2004, p. 37).

A **zona de integração** é representada pelo artesão regido pelo sistema de corporações, ou pela maioria dos domésticos. São grupos que gozam de uma grande segurança no emprego e integram fortes e coerentes redes de dependência. São em geral pobres, no entanto, não “suscitam problemas”, salvo se eles se desligassem, passando para a zona de vulnerabilidade. A **zona de vulnerabilidade** compreende pequenos trabalhadores independentes sem reservas econômicas, como mercadores, ambulantes, etc., e um salariedade precário de trabalhadores intermitentes do campo ou da cidade que não são assumidos pelo sistema corporativo, não se beneficiando de suas garantias (trabalhador manual, trabalhador sazonal, trabalhadores braçais diaristas ou por

empreitada, entre outros). Sua instabilidade é crônica e eles estão constantemente ameaçados a passar para a terceira zona. A **zona de desfiliação** tem como personagem tipo o vagabundo. Ele não trabalha, apesar de poder trabalhar, no sentido de estar apto ao trabalho; ao mesmo tempo, ele está cortado de todo apoio relacional. É o errante, o estrangeiro que não pode ser reconhecido por ninguém e se encontra rejeitado, de fato, por toda parte. Sobre ele recaem medidas repressivas cruéis, do rechaçamento à exposição à morte (CASTEL, 1997).

O tratamento que recebe o “vagabundo” é muito diferente do tratamento que recebe o “inválido” que não pode trabalhar. Nessa última categoria encontram-se os deficientes, enfermos, órfãos, idosos, entre outros. Se o indigente inválido é ao mesmo tempo, conhecido, pertencente a uma paróquia, a um bairro, ele terá quase sempre um suporte social, onde então se observa que o tratamento dispensado à indigência inválida define uma quarta zona: a **zona da assistência** (CASTEL, 1997). A zona de assistência realiza uma proteção aproximada, baseada no princípio da casa de caridade, uma prática de assistência derivada de uma herança histórica pautada pela “santificação da pobreza” e pela filantropia, mas que demora a se tornar uma questão pública (BIANCHI, 2016).

[...] um bom escore sobre um dos eixos inserção/isolamento pode compensar, ao menos em certa medida, um mal escore sobre o eixo trabalho/não-trabalho e vice-versa. Particularmente interessante é o caso da figura representada pela associação não-trabalho por incapacidade de trabalhar x forte coeficiente de inserção social. Este caso circunscreve uma outra zona, a *zona da assistência*, ou seja, da dependência segurada e integrada, diferente ao mesmo tempo da zona de integração autônoma pelo trabalho e da zona de exclusão pelo não-trabalho e pela não-inserção (desfiliação). O cruzamento dos dois eixos trabalho/não-trabalho e inserção /não inserção relacional define assim quatro zonas, ou seja, quatro modalidades da existência social segundo uma degradação que vai de um pólo de autonomia a um pólo de dependência, ou ainda de um pólo de estabilidade a um pólo de turbulência máxima (CASTEL, 1994, p. 31).

As zonas diferentes do espaço social, dessa maneira, demarcam o nível de integração na vida dos indivíduos que são ameaçados tanto pela insuficiência de seus recursos materiais como também pela labilidade de seu tecido relacional; em vias de pauperização e também de ruptura de vínculo com o social. As fronteiras entre as zonas

são porosas. Isso significa que ao longo da vida as pessoas, de acordo com as experiências em que enfrentam, podem estar numa zona, em outra, no limite de duas ou mesmo atravessado por reflexos de características de zonas distintas vizinhas (CASTEL, 1994).

A questão social se metamorfoseou, apesar de na gênese continuar a mesma (CASTEL, 2015). A nova questão social, hoje, parece ser o questionamento dessa função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito (CASTEL, 2013, p. 287-288).

O resultado das análises precedentes leva a interpretar a questão social tal, como se manifesta hoje, a partir do enfraquecimento da condição salarial. A questão da exclusão que há alguns anos ocupa o primeiro plano é um de seus efeitos, essencial sem nenhuma dúvida, mas que desloca para a margem da sociedade o que a atinge primeiro no coração (CASTEL, 2015, p. 495).

O autor denuncia a precarização do trabalho, a flexibilização do trabalho (interna e externa), e reflete sobre o impacto dos novos critérios de recrutamento de mão de obra de trabalho. A estrutura que vinculava proteções fortes ao trabalho, assegurando uma estabilidade ao conjunto da sociedade, no quadro do que podemos chamar de uma sociedade salarial, passou por uma profunda mudança, calcada no “processo da precarização, [...] o grande fenômeno que atinge as situações do trabalho, no sentido da sua remercantilização e de soluções na ordem do mercado, como efeito particular da globalização” (CASTEL, 2013, p. 288-289).

O trabalhador moderno é obrigado a se ajustar à sua tarefa e também deve estar de imediato disponível para adaptar-se às flutuações da demanda: gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados. Para manter-se competitiva a empresa pode recorrer à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e para a polivalência a fim de estar apto a enfrentar toda a gama das novas situações (flexibilidade interna) (CASTEL, 2015).

[...] essa configuração da sociedade salarial, rodeada e atravessada de proteções, direito do trabalho, seguridade social, etc. vem sendo condicionada por processos tais como a internacionalização do mercado, a mundialização, as exigências crescentes da concorrência e da competitividade, passando o trabalho a ser o alvo principal de dois tipos de redução de custos. Trata-se de minimizar o preço da força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximizar sua eficácia produtiva. E a flexibilização é a palavra-chave que traduz essas exigências, flexibilidade interna à empresa que impõe a adaptabilidade da mão-de-obra a essas situações novas e que, evidentemente, expulsa os que não são capazes de se prestar a essas novas regras do jogo. É, também, a flexibilidade externa que conduz a subcontratar fora da grande empresa uma parte das tarefas, mas, em geral, sob condições mais precárias, menos protegidas e com menos direitos (CASTEL, 2013, p. 295).

Considerados sob o ângulo do trabalho, três pontos de cristalização podem ser distinguidos. Em primeiro lugar, a *desestabilização* dos estáveis: uma parte da classe operária integrada e dos assalariados da pequena classe média está ameaçada de oscilação. Segunda especificidade da situação atual: a *instalação na precariedade*. O trabalho aleatório representa uma nebulosa de contornos incertos, mas que tende a se autonomizar. Em terceiro, a precarização do emprego e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de *um déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público (CASTEL, 2015).

A invalidação dos “trabalhadores que estão envelhecendo” mas são jovens ainda para se aposentar, a escolha por assalariados do setor secundário (pessoal precário, menos qualificado, diretamente submetido às flutuações da demanda) que possuem menos direitos e podem ser alugados para demandas pontuais da empresa, a internacionalização do mercado de trabalho que acentua a degradação do mercado nacional, a subcontratação de mão de obra em países onde ela é bem mais barata, a terceirização das atividades, são aspectos elencados por Castel (2015) que causam essa nova configuração da questão social.

Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente há aí uma razão para levantar uma “nova questão social”

que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (CASTEL, 2015, p.526 e 527).

Os apontamentos de Robert Castel são fundamentais para refletirmos sobre a questão social e toda a dinâmica que se veicula em torno dela, porém é preciso mencionar que o autor estudou seu país de origem, a França, e não teve a pretensão de estabelecer que as realidades são todas iguais. E fatalmente não o são. Há atravessamentos e questões no Brasil que na França não existem. Apesar de reconhecer a exploração de mão de obra em países onde ela é muito barata por países ricos, Castel não teve a experiência de viver os efeitos devastadores que ela gera. O trabalho de Castel é uma obra de imensa qualidade, com um grande contingente de conhecimento e, ainda que não fale diretamente do Brasil, em muito podemos usar sua construção teórica para desenhar a nossa realidade social. E isso se demarca ainda mais, com os mercados financeiros cada vez mais abertos, as fronteiras desaparecendo, a globalização avançando.

Isso posto, retomamos: a questão social está inserida no estado capitalista na relação capital/trabalho, num contexto de desigualdade estrutural. Ela vai ser administrada, mais ou menos democraticamente, mais ou menos a partir do que é a cidadania, mais ou menos a partir do que são os resultados de como se institui a luta por direitos de cidadania e os seus deveres.

1.2 Cidadania

O conceito de cidadania tem abordagens diferentes, de diversos autores, que buscam analisar e constituir um desenho sobre esse elemento importante do Estado Democrático de Direito (VIEIRA, 2001). A conceituação mais própria seria a de que a cidadania se refere à pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-Nação, com direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade (JANOSKI, 1998 *apud* VIEIRA, 2001).

A teoria de Marshall (1967), em sua análise da constituição da cidadania na Inglaterra, num período histórico que compreende o século XVIII ao século XX, sustenta que “a cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*” (MARSHALL, 1967, p. 76). A cidadania exige um elo de natureza relacionado a um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens e mulheres livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum (MARSHALL, 1967).

Marshall divide a cidadania em três partes/elementos: civil, política, social. A cidadania civil diz respeito aos direitos necessários à liberdade individual, direito à propriedade, a cidadania política refere-se ao direito de participar das decisões e a cidadania social engloba o direito a um mínimo de bem-estar. Ele situa “cada um dos períodos formativos dos três elementos da cidadania num determinado século – os direitos civis no XVIII, os políticos no XIX e os sociais no XX” (MARSHALL, 1967, p. 70). O autor entabula reflexões em torno do impacto da cidadania na desigualdade social e faz referências às classes sociais dentro dessa perspectiva.

A classe social [...] é um sistema de desigualdade. E esta também, como a cidadania, pode estar baseada num conjunto de ideais, crenças e valores. É, portanto, compreensível que se espere que o impacto da cidadania sobre a classe social tomasse a forma de um conflito entre princípios opostos. Se estou certo ao afirmar que a cidadania tem sido uma instituição em desenvolvimento na Inglaterra pelo menos desde a segunda metade do século XVII, então é claro que seu crescimento coincide com o desenvolvimento do capitalismo, que é o sistema não de igualdade, mas de desigualdade. Eis algo que necessita de explicação. Como é possível que estes dois princípios opostos possam crescer e florescer, lado a lado, no mesmo solo? (MARSHALL, 1967, p. 76).

Para Marshall (1967) não há dúvida de que, no século XX, a cidadania e o sistema de classe capitalista estão em guerra. Buscando responder à questão que ele se coloca, analisa que “a cidadania, mesmo em suas formas iniciais, constituiu um princípio de igualdade, e que, durante aquele período, era uma instituição em desenvolvimento”

(MARSHALL, 1967, p. 79). Naquele período de tempo, os homens eram livres, em teoria, capazes de gozar de direitos, a cidadania se desenvolveu pelo enriquecimento do conjunto de direitos que eram capazes de gozar. Porém, explica, esses direitos não estavam em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista; eram, ao contrário, necessários para a manutenção daquela determinada forma de desigualdade. A explicação, então, reside no fato de que o núcleo da cidadania, nesta fase, se compunha de direitos civis. “E os direitos civis eram indispensáveis a uma economia de mercado competitivo” (MARSHALL, 1967, p. 79).

Os direitos políticos da cidadania, ao contrário dos direitos civis, são repletos de ameaça potencial ao sistema capitalista. Já os direitos sociais, seriam o resultado extremo de estabelecer condições sociais nas quais todo homem estivesse contente com o padrão de vida que esperasse receber da cidadania (MARSHALL, 1967).

O autor também explana sobre os deveres de cidadania. Ele salienta que os deveres devem ser colocados ao lado dos direitos. Não necessariamente ocorre dessa forma, e de um modo perspicaz ele interpela um efeito que hoje observamos em nosso país. Marshall (1967) superou tempo e espaço para descrever o fenômeno que perpassa nossa sociedade na desresponsabilização com o que é público e coletivo.

Se se invoca a cidadania em defesa dos direitos, as obrigações correspondentes da cidadania não podem ser ignoradas. Estas não exigem que um indivíduo sacrifique sua liberdade individual ou que se submeta, sem motivo, a qualquer exigência feita pelo governo. Mas exigem que seus atos sejam inspirados por um senso real de responsabilidade para com o bem-estar da comunidade (MARSHALL, 1967, p. 104).

Os sujeitos lembram-se do que é individual, seus direitos, que satisfazem suas necessidades, porém, em contraponto, não reconhecem suas responsabilidades dentro do organismo social, não se entendem efetivamente parte de um organismo maior que funciona com o respaldo de cada uma de suas peças sociais, em não se tendo pertencimento, a cidadania não encontra modo de se desenvolver.

Minha terceira pergunta se referia ao equilíbrio em mudança entre os direitos e deveres. Os direitos se multiplicaram e são precisos. Cada indivíduo sabe bem aquilo que pode reivindicar. O dever cujo cumprimento é óbvio e necessariamente mais imediato para a realização do direito é o dever de pagar impostos e contribuições de seguro. Visto que estes são compulsórios; nenhum ato de vontade e nenhum sentimento forte de lealdade entram em jogo. A educação e o serviço militar são também compulsórios. Os outros deveres são vagos e estão incluídos na obrigação geral de levar a vida de um bom cidadão, prestando tanto serviço quanto possível para promover o bem-estar da comunidade. Mas a comunidade é tão ampla que a obrigação se torna remota e ideal. De importância fundamental é o dever de trabalhar, mas o efeito do trabalho de um indivíduo sobre o bem-estar da sociedade total é tão infinitamente pequeno que ele dificilmente acreditará que possa causar algum mal pelo não-cumprimento do referido dever (MARSHALL, 1967, p. 109).

José Murilo de Carvalho (2002) analisa a cidadania através do processo histórico brasileiro e alega que aqui as formações foram diferentes da Inglaterra, assim como foi no mundo, cada país teve a formação e aquisição ou não da cidadania de um modo diferente. Ele também assegura que, ao contrário do que alegam os críticos que acusam Marshall de etnocentrismo, Marshall não impôs o seu esquema interpretativo ao mundo, ele apenas analisou o processo histórico de seu país e, por sua teoria ter tomado forma e ser usada por muitos teóricos, alguns o acusam de ter colocado o caso inglês como universal, o que segundo Carvalho (1996) ele não fez.

Apesar de a análise estar circunscrita ao contexto da Europa, particularmente a Inglaterra, a relação estabelecida por Marshall entre a igualdade e a manutenção de um sistema de desigualdades são instrumentos fundamentais para a compreensão de fenômenos sociais ao longo da história, como por exemplo, a estruturação da cidadania em seu modelo clássico. O esquema interpretativo de Marshall levou a importantes avanços na discussão teórica e nos estudos históricos sobre a cidadania, destaca Carvalho (1996).

O processo histórico brasileiro, atravessado pelo saque do território com a espoliação da terra dos povos indígenas, a exploração de mão de obra escrava, os governos ditatoriais, foram fatores que cadenciaram os direitos de cidadania num

compasso para frente e para trás de acordo com os acontecimentos políticos. Desse modo, a formação da cidadania no Brasil que hoje temos notícia e história⁹, já afetada por um percurso inicial que negava qualquer tipo de direito e presenciou a tomada do direito à terra dos que aqui secularmente habitavam, seguiu um caminho em determinados períodos históricos “de baixo para cima”, onde o Estado impunha direitos compulsórios na população, como no episódio da Revolta da Vacina, causando na população uma reação que Carvalho (1996) nomeou de “cidadãos negativos”.

Através dos percalços históricos brasileiros, a cidadania segue em constante formação, em momentos de retrocesso, outros de conquistas. A própria Constituição de 1988 (BRASIL, 2008), conhecida como Constituição Cidadã, um marco de conquista na legitimação do fim da ditadura, não deu conta de garantir os três eixos de cidadania à população brasileira (CARVALHO, 2002) e é criticada por alguns autores por ter se estruturado em propiciar os direitos da população sem ter previsto também os deveres, para assim constituir uma nação (BUARQUE, 2017). A verdade é que temos, no Brasil, uma cidadania frágil, que oscila, e que no contexto atual brasileiro, vive outra ameaça.

Em vias de uma tentativa de significado, visto que não temos de modo algum aqui a arrogância de uma definição, talvez possamos esboçar, dentro do conteúdo sobre cidadania que perpassa os teóricos que buscaram ela apreender, que a cidadania está relacionada à democracia, é um processo, uma construção e que além dos direitos e deveres, diz respeito a um sentimento de lealdade, de identidade, de pertencimento e de memória viva de uma tradição cívica que é vivida e compartilhada por todos.

⁹ Acima fizemos referência à “formação da cidadania no Brasil que hoje temos notícia e história” porque surge uma questão. Ficou uma reflexão que pergunta se na organização dos povos indígenas, os verdadeiros donos dessa terra, a cidadania que hoje tanto perseguimos, já não era uma premissa básica a todos, desde o momento que viam pela primeira vez a luz. Na falta de espaço e tempo aqui para essa análise, deixamos o desafio para próximos estudos e pesquisas.

1.3 Terapia Ocupacional e Questão Social

Como já abordado, a questão social (CASTEL, 2015) é resultado da exploração do trabalho no sistema capitalista, as lutas em torno dela, especialmente pelos recursos necessários para lidar com a desigualdade advinda desse modo de produção, dependem de preceitos democráticos do Estado (LOPES, 1999). Temos no Brasil uma democracia representativa, onde os cidadãos elegem alguém para representá-los e a ele delegam todos os encargos, se eximindo da responsabilidade de participação política e social. Não exercem um controle social sobre esses encargos, não fiscalizam o andamento das políticas públicas, e reclamam de ações que afetam diretamente suas vidas sem saber quem foram os corresponsáveis por estas ações (NAVARRO, 2017). Nesse contexto, a cidadania, elemento essencial que faz a democracia seguir em funcionamento, não tem um espaço real, permanecendo em um imaginário coletivo, onde os direitos são reivindicados de forma precária e regressiva, e os deveres são negligenciados (SOUZA, 2017).

Conforme o Código de Ética e Deontologia da Terapia (COFFITO, 2013), especialmente em seu Art. 9º, constituem-se deveres fundamentais do terapeuta ocupacional:

VIII - contribuir para promover a universalização dos direitos sociais, o respeito e a promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, oportunizando no âmbito de sua atividade profissional, o acesso e o exercício dos mesmos;

IX - contribuir, com seu trabalho, para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, preenchendo e encaminhando formulários oficiais de notificação compulsória ou quaisquer dessas ocorrências às autoridades competentes ou outros quando constatadas (COFFITO, 2013).

A questão social, a democracia e a cidadania são elementos postos para o exercício da terapia ocupacional, que é uma profissão que se move, dentre outros, no âmbito da seguridade social. Conforme o artigo 194 da Constituição da República Federativa do Brasil, a seguridade social “compreende um conjunto integrado de ações

de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2008, p. 112).

A profissão caminhou ao longo de uma evolução, através da luta dos próprios profissionais. Mas como isso se deu?

A profissão de terapia ocupacional recriada no Brasil nos anos 1950 era baseada no modelo norte-americano e atendia duas áreas básicas de atuação: a reabilitação física e a ergoterapia dos asilos e manicômios (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

A partir da segunda metade da década de 1970 e do início da década de 1980, os movimentos populares contra a ditadura militar no Brasil se fortaleceram. Diversas lutas ecoam no país, além da luta pela redemocratização, o movimento da Reforma Sanitária que preza uma saúde humanizada (MERHY, 1987), a Luta Antimanicomial e a reforma psiquiátrica que buscam um cuidado em saúde mental em liberdade, condizente com a psiquiatria democrática. Nesse contexto de reivindicações sociais e políticas, os terapeutas ocupacionais também passam a olhar criticamente para o seu trabalho.

No Brasil, a dimensão da cidadania tornou-se elemento central nas reivindicações dos anos 70 e 80 do século XX. No âmbito internacional, os direitos humanos estavam em destaque. Anseios de mudança foram se transformando em diversos movimentos sociais pelo acesso a serviços públicos e pela redemocratização do país: pela anistia, sindical, estudantil, de mulheres, contra a carestia e por melhores condições de vida, por saúde, por educação. Surgiram neste período lutas sociais centradas na questão dos direitos e nos mecanismos de exclusão social (GOHN, 1997). Foi o que ocorreu com os movimentos de crítica às instituições asilares e carcerárias que exigiram mudanças profundas na ação e na compreensão da terapia ocupacional (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 99).

Os profissionais atuantes passam a perceber a falta de condições para concretizar o principal objetivo da profissão: a autonomia do indivíduo em suas atividades, ocupações e mundo do trabalho (SOARES, 1991). Na saúde mental, os terapeutas ocupacionais começam a repensar a sua prática de trabalho, lançando um olhar que enfocava mais a dinâmica social das situações. Estes pensares do fim dos anos 1970 e início dos 1980, no

Brasil, estruturaram o questionamento acerca dos hospitais psiquiátricos e outras tantas instituições totais (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002). Os profissionais percebiam que nem tudo estava relacionado com “patológico”, nem tudo era sintoma de doença. Havia também demandas que pertenciam a uma causa social e geravam uma consequência também do social.

Soares (1991) faz uma análise da função política, do papel da pessoa enquanto cidadã, da alienação do trabalhador e da atuação do terapeuta ocupacional. A autora apresenta um relato da crise na terapia ocupacional na década de 1980. Desde então, a cidadania vai se colocando como princípio orientador das ações para um coletivo de terapeutas ocupacionais atuantes nas problemáticas sociais. Primeiro pela participação em movimentos sociais e depois como parâmetro de um fazer profissional, transformando-se em eixo articulador de sua práxis (LOPES, 2016).

Registramos igualmente a trajetória das propostas e práticas quanto ao lidar com o ‘problema da loucura’, com a ‘doença mental’, no Brasil, desde as primeiras décadas deste século até os anos 80, palco de extraordinária ebulição política neste país, fruto das lutas por redemocratização e pela conquista de direitos de cidadania. Os movimentos de saúde, no bojo destes eventos, discutiam temas como a reforma sanitária; na área dos portadores de transtornos mentais, cuja absoluta falta de direitos individuais era mais um exemplo das muitas arbitrariedades que nas décadas anteriores haviam sido cometidas, realizou-se, em 1987, a I Conferência Nacional de Saúde Mental – um marco fundamental da luta pela reforma psiquiátrica no país (LOPES, 1999, p. 3).

O legado da ditadura militar foi um cenário de intensa desigualdade social. A Constituição de 1988 (BRASIL, 2008) não efetivou de forma plena a demanda dos direitos sociais (CARVALHO, 2002), mas estatuiu o direito universal à saúde, à educação e o direito à assistência social. Conforme Lopes (2016), seguridade social como um direito de todos à saúde, o que implica na atenção a grupos populacionais especiais, à assistência social, não como caridade ou filantropia, mas como direito de todos os

cidadãos da garantia de um mínimo social em termos de renda, bens e serviços e à previdência social digna.

O momento é de buscar efetivar esses direitos assegurados em nossa carta magna, como entendem Bezerra e Trindade:

Desde então, a profissão vem se inserindo em novos campos de atuação e ganhando maior visibilidade, principalmente a partir do processo de redemocratização do país e do envolvimento dos seus profissionais com as lutas sociais. Nessa reconfiguração profissional, o terapeuta ocupacional deixou de ser um profissional exclusivamente da reabilitação física e da saúde mental e garantiu sua inserção em outros programas e políticas da seguridade social, tendo em vista a ampliação dos direitos sociais no país no período pós-constituente (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p. 435).

Após a redemocratização do país em 1985, os movimentos sociais, em luta desde a década de 1970, continuam a demandar direitos e cidadania para a população. Nesse momento histórico, é nítida a desigualdade social da população brasileira, a falta de acesso a serviços de saúde e educação, a falta de acesso a direitos básicos que então são incluídos na redação da Constituição de 1988 (BRASIL, 2008).

A questão social torna-se parte dos embasamentos de atuação de uma certa terapia ocupacional no Brasil, perpassando uma crítica que alguns terapeutas ocupacionais passaram a ter em relação aos fundamentos de sua ação profissional (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002). Esses profissionais começaram a perceber que a problemática que encontravam diante de si não tinha como ser reduzida à discussão sobre qual terapêutica ou qual programa individual seguir. Desse modo, emerge a indignação de um grupo de terapeutas ocupacionais frente ao asilamento dos usuários nos serviços psiquiátricos - onde a loucura e a miséria permaneciam misturadas; e a inquietação frente ao papel que se esperava desse profissional que era o de trabalhar para que o ambiente fosse tranquilo, com pacientes calmos, sem expressões exuberantes de comportamento usando a ocupação para tal fim (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

as contradições acumuladas pela força do asilamento, pelo poder médico, pela visão redutora do adoecimento e pela gravidade das condições de vida nas enfermarias psiquiátricas fizeram soar mais forte a voz de um questionamento mais abrangente. Muitos terapeutas ocupacionais tornaram-se agentes de mudança e de transformações institucionais no Brasil desde o fim da década de 70 do último século (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 96).

Esse cenário brasileiro, de desigualdades, afronta a prática dos terapeutas ocupacionais. Os dois eixos, trabalho e redes sociais de suporte, teorizados por Castel (2015) e suas zonas acerca da inserção social, encontram equivalentes na população brasileira: uma grande parte na zona de vulnerabilidade, e outra bem expressiva na zona de desfiliação, o que faz com que a questão social seja uma demanda no cotidiano de prática dos terapeutas ocupacionais, em todas as subáreas da terapia ocupacional. É um fenômeno que atravessa a população, por conseguinte, está em todos os âmbitos de atuação do terapeuta ocupacional (hospitalar, educacional, ambulatorial, saúde mental, reabilitação física, etc.). Conforme Malfitano (2016) o contexto social é

um elemento que deveria estar presente em toda ação no âmbito da terapia ocupacional. Independentemente do grupo populacional e, conseqüentemente, subárea que se esteja abordando, parte-se do princípio que o contexto social de vida dos sujeitos é elemento inerente ao trabalho do terapeuta ocupacional (MALFITANO, 2016, p. 117).

O contexto social é condição intrínseca no trabalho do terapeuta ocupacional, já o campo social é o contexto concreto onde a vida acontece, de acordo com as possibilidades e limites impostos pelos fatores econômicos e sociais (MALFITANO, 2016). Em um país atravessado pela desigualdade estrutural como o Brasil, a pobreza corresponde à realidade da maioria da população: é o cenário onde se desenha a questão social.

A visão sócio-histórica demarca a inserção social em uma estrutura econômica desigual, pautada por uma relação com o capital, na qual a ação estatal na dinâmica da sociedade ocorre prevalentemente via políticas públicas. Nesta perspectiva, parte-se do entendimento que a questão social contemporânea requer do Estado moderno respostas às problemáticas apresentadas pela realidade vivida. Reconhecer a

presença de demandas sociais e a necessidade de intervenção estatal sobre elas é condição prévia para se falar sobre políticas sociais, uma das faces das políticas públicas (MALFITANO, 2016, p. 119).

Segundo a autora, as políticas sociais buscam criar condições para que todos os cidadãos sejam incluídos nas relações de troca da sociedade capitalista e representam a incorporação de “necessidades humanas”, de acordo com os “interesses” do sistema (OFFE; LENHARDT, 1984 *apud* MALFITANO, 2016, p. 119). É um jogo de interesses, dentro da arena política, em que os movimentos sociais são os protagonistas na defesa dos interesses e na luta pelos direitos dos cidadãos, auxiliando a demarcar uma visão ampliada de democracia. Ainda que perpassadas por lutas e resistências, são as políticas sociais uma valiosa ferramenta contra as expressões da questão social.

Para Lopes *et al.* (2014), a questão social tem sua composição na forma como as pessoas se organizam para produzir em uma sociedade e em um contexto histórico dado. Essa organização tem sua expressão na esfera da reprodução social, ou seja, a questão social está determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho: a exploração.

A exploração no modo de produção capitalista gera a pobreza que expressa a questão social. Não é o precário desenvolvimento sócio-econômico que leva à pauperização, mas o próprio desenvolvimento. Não é um problema de distribuição do mercado, mas do lugar que ocupam os sujeitos no processo produtivo (MONTAÑO, 2012).

O desafio para a terapia ocupacional é lidar com as expressões da questão social dentro das suas ações. Atualmente a precarização do trabalho representa a configuração da questão social na dinâmica de sua produção (CASTEL, 2015). Essa nova questão social, traz demandas no trabalho do terapeuta ocupacional em todas as subáreas que atuam. Participação social e trabalho são ocupações e premissas básicas em nosso fazer, bem como o são para avaliar a inscrição no espaço social conforme teorizado por Castel (2015).

Em uma sociedade marcada pelas desigualdades, existe para o terapeuta ocupacional a exigência de habilitar-se para trabalhar problemáticas que surgem dos paradoxos do capitalismo, tendo a cidadania como eixo articulador da ação (BARROS, 2004).

Pensar a questão social, nesse momento, agrega a reflexão sobre o atual cenário político e social brasileiro, onde se entremeia a ocorrência de retrocessos de direitos conquistados ao longo de décadas, retirada de garantias mínimas para o exercício profissional dos trabalhadores, reforma previdenciária, entre outros. Estamos vivendo mais um momento de esgarçamento da cidadania, algo que episodicamente perpassou nosso país ao embalo dos períodos históricos. Alcançamos um patamar de evolução para logo ali na frente regredirmos novamente. A cidadania brasileira é um vai e vem de uma luta constante contra a hegemonia do capital, sua oscilação é definida pelo Estado: quando dirigido por governos submetidos ao capital, os direitos, bem como seu acesso e sua efetivação, decaem consideravelmente.

O direito à vida, a morar dignamente, a ter o básico para viver, para sobreviver. A Constituição Brasileira (BRASIL, 2008) - negligenciada ultimamente pelo próprio judiciário e legislativo - preconiza todos esses direitos básicos à população brasileira.

Pensar a questão social e, mais que isso, propor práticas em terapia ocupacional que abordem essa questão dependem de condições singulares de intervenção, demandam procedimentos metodológicos e percursos de ação de outra ordem, condicionados pela capacidade de analisar e de interferir em fenômenos sociais, cuja natureza é irreduzível ao fato individual isolado. [...] Pretende-se, assim, compor ações coletivas voltadas a criar condições de intensificação democrática e de integração social como resposta às mazelas expostas pela esgarçamento do tecido social que decorre também de processos de globalização econômica (GHIRARDI, 2016, p. 71).

Lopes (2016) complementa concluindo que se a especificidade da terapia ocupacional está na busca de possibilitar/fomentar aos sujeitos maior autonomia, participação e inserção social, atuar profissionalmente sem avançar do seu núcleo de saber próprio para um campo interdisciplinar, intersetorial e interprofissional infere em articular técnica e politicamente cidadania, universalização de direitos, políticas sociais;

trabalho; educação, saúde, justiça; moradia; arte; cultura; lazer. “Dito de outra forma: estando e agindo no campo social” (LOPES, 2016, p. 46).

O papel do terapeuta ocupacional deve estar ligado à plenitude da vida das pessoas, buscando que *a vida aconteça* e não aos interesses do capital. A interação com os sujeitos deve acontecer enquanto sujeitos e não enquanto mercadorias. *Estar e agir no campo social*. É intrínseco que o terapeuta ocupacional esteja atento à realidade do contexto dos seus clientes, dos usuários de seus serviços, dos destinatários de suas ações, da realidade brasileira e, por consequência, à questão social.

Dentro de um cenário social repleto de precariedades, este trabalho se propôs a estudar as produções na literatura acadêmica da terapia ocupacional no Brasil, que refletissem e problematizassem a questão social, tomada como a desigualdade estrutural nas sociedades capitalistas, parametrizada pela inserção social, ou não, daquele que precisa oferecer sua força de trabalho ao mercado, ou seja, por sua maior ou menor integração ao trabalho/emprego e ao maior ou menor suporte de suas redes sociais.

Pretendemos contribuir com dados que possam se somar às reflexões acerca da produção do terapeuta ocupacional voltada à questão social e agregar informações que permitam o aprofundamento das análises acerca da temática. Num país onde a desigualdade estrutural é presente, a pobreza e a carência de bens materiais são comuns, os terapeutas ocupacionais têm olhado para isso? Lidamos com contextos de pobreza e de dificuldades seja em que subárea for, nesse sentido, o que temos feito? O que os terapeutas ocupacionais têm publicado acerca da questão social? Em que lugar estamos dentro da análise da questão social? Como compreendemos os fenômenos e expressões da questão social? Como atuamos em meio a isso? Essas são indagações que nos colocamos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para melhor abordar o objetivo do presente estudo e identificar o que os terapeutas ocupacionais estão publicando sobre a questão social, considerou-se o método de revisão da literatura pertinente para a apreensão do conhecimento acumulado. Dentre os diversos tipos de métodos para revisão de literatura, entendemos como o mais adequado para este propósito a revisão integrativa.

Conforme Torraco (2005, p. 356, tradução nossa), “a revisão integrativa da literatura é uma forma de pesquisa que revisa, critica e sintetiza a literatura representativa sobre um tema de um modo integrado, fazendo com que novas estruturas e perspectivas sobre o tema sejam geradas”¹⁰. O propósito de uma revisão é reunir conhecimentos sobre um tópico, contribuindo nas fundações de um estudo significativo para determinada área (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010).

Para Whitemore e Knafl (2005), as revisões integrativas são o tipo mais amplo de revisão, permitem a inclusão simultânea de pesquisas experimentais e não experimentais a fim de compreender melhor um determinado fenômeno. Também podem combinar dados da literatura teórica e empírica, e incorporam uma ampla gama de propósitos: definir conceitos, revisar teorias, revisar evidências e analisar questões metodológicas de um tópico em particular. Segundo os autores, a variada estrutura de revisões integrativas em conjunto com a multiplicidade de propósitos têm o potencial de resultar em um retrato abrangente de conceitos complexos, teorias ou problemas (WHITTEMORE e KNAFL, 2005).

Richard J. Torraco (2005) ressalta que as melhores revisões examinam a literatura com uma lente particular definida pelos objetivos do artigo, a revisão “conta

¹⁰ No original: The integrative literature review is a form of research that reviews, critiques, and synthesizes representative literature on a topic in an integrated way such that new frameworks and perspectives on the topic are generated.

uma história”¹¹ (TORRACO, 2005, p. 361, tradução nossa) em seu formato final enquanto resultado.

A sistematização da revisão integrativa apresenta seis etapas: 1) Elaboração da pergunta norteadora; 2) Busca na literatura; 3) Coleta de dados; 4) Análise crítica dos estudos incluídos; 5) Discussão dos resultados e 6) Apresentação da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Neste trabalho foram seguidos os seis procedimentos metodológicos da revisão integrativa conforme Souza, Silva e Carvalho (2010):

Elaboração da pergunta norteadora: Segundo as autoras, a definição da pergunta norteadora é a fase mais importante da revisão. Ela dá as diretrizes dos estudos que serão incluídos, os meios que serão adotados e as informações coletadas em cada estudo.

Busca na literatura: A busca em base de dados está intimamente relacionada à fase anterior. Deve ser ampla e diversificada, com critérios que garantam a representatividade. Se não for possível incluir todos os estudos encontrados deve-se descrever claramente os critérios de inclusão e exclusão de artigos, e estes devem estar em concordância com a pergunta norteadora.

Coleta de dados: Para extrair os dados dos artigos selecionados, é preciso a utilização de um instrumento previamente elaborado, no modelo Matriz de Síntese (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011), que assegure que a totalidade dos dados relevantes seja extraída, que minimize o risco de erros na transcrição, garanta precisão na checagem das informações e sirva como registro. Os dados precisam conter: definição dos sujeitos, metodologia, tamanho da amostra (se for o caso), mensuração de variáveis, método de análise e conceitos embaixadores empregados.

¹¹ No original: “tells a story”

Avaliação e análise crítica dos estudos incluídos: Esta fase demanda uma abordagem organizada para ponderar o rigor e as características de cada estudo.

Discussão dos resultados: A partir da interpretação e síntese dos resultados, nesta etapa comparam-se os dados evidenciados na análise dos artigos ao referencial teórico.

Além de identificar possíveis lacunas do conhecimento, é possível delimitar prioridades para estudos futuros. Contudo, para proteger a validade da revisão integrativa, o pesquisador deve salientar suas conclusões e inferências, bem como explicitar os vieses (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010, p. 105).

Apresentação da revisão integrativa: As autoras indicam que a apresentação da revisão deve ser clara e completa para permitir ao leitor avaliar criticamente os resultados, devendo conter informações pertinentes e detalhadas, baseadas em metodologias contextualizadas. Na revisão integrativa, a combinação de diversas metodologias pode contribuir para a falta de rigor, a imprecisão e o viés, devendo ser conduzida dentro de padrões de rigor metodológico.

A seguir, detalhamos as etapas dos procedimentos metodológicos que foram seguidas para alcançar os objetivos deste trabalho.

2.1 Elaboração da pergunta norteadora

Essa etapa foi atingida durante as orientações, no primeiro semestre letivo, período em que me inseri no grupo de pesquisa “Cidadania, Ação Social, Educação e

Terapia Ocupacional”, formado por integrantes do Laboratório METUIA¹², da Universidade Federal de São Carlos / UFSCar. Pertencente à Linha de Pesquisa “Redes Sociais e Vulnerabilidades”, nossas leituras e discussões giravam em torno do contexto social brasileiro, suas adversidades e realidades. A desigualdade social do nosso país, a pobreza, a miséria, a vida à margem de muitos brasileiros, a escassez de condições básicas de vida como alimentação, moradia, saúde, educação, etc., foram tópicos que permeavam os estudos e as discussões do grupo. A pesquisa de Duarte (2016) ofereceu-nos alguns subsídios para um caminho de análise dessas inconformidades sociais. A participação no METUIA foi significativa e importante, nas reuniões os conceitos de Robert Castel foram sendo estudados e inseridos na problematização do tema e a questão desse trabalho foi elaborada.

Percebendo essa temática como de relevância na realidade atual e, por conseguinte, na atuação do terapeuta ocupacional, entendemos importante a pesquisa nas publicações dos terapeutas ocupacionais brasileiros, buscando compreender e analisar suas percepções sobre a questão social. O que os terapeutas ocupacionais têm publicado sobre a questão social? Em que lugar estamos dentro da análise da questão social? Como compreendemos os fenômenos e expressões da questão social? Como atuamos em meio a isso?

2.2 Busca na literatura

¹² O termo METUIA/UFSCar refere-se tanto ao núcleo do Projeto Metuia da UFSCar quanto ao Programa de Extensão METUIA – Terapia Ocupacional Social e ao Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. A designação Projeto Metuia refere-se ao grupo de ensino, pesquisa e extensão em terapia ocupacional social formado por diferentes universidades criado, em 1998, por docentes da UFSCar, Universidade de São Paulo (USP) e Pontifícia Católica de Campinas. Atualmente, estão em atividade os núcleos da UFSCar, da USP-São Paulo, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da Universidade de Brasília (UnB) e o que agrega a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Estadual de Ciências da Saúde (UNCISAL).

Esta etapa iniciou-se com a busca de artigos em dois periódicos nacionais indexados da área¹³: a Revista de Terapia Ocupacional da USP e os Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional (anteriormente Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar); e nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram escolhidas estas fontes de dados por representarem as principais para alcançar o objeto que está sendo investigado, no caso, os artigos de terapeutas ocupacionais no Brasil.

No processo de escolha dos termos para a seleção dos textos, levaram-se em consideração os termos recorrentes na bibliografia da temática da questão social na terapia ocupacional abordada na introdução, bem como a pesquisa de revisão de Duarte (2016). Desse modo, foram selecionados 37 termos para a pesquisa: Abrigo; Assistência; Assistência social; Campo social; Cidadania; Comunidade; Condição salarial; Cooperativa; Cultura; Desabrigado; Desemprego; Desigualdade; Direitos; Exclusão; Fome; Geração de renda; Inclusão; Inclusão social; Liberdade assistida; Participação social; Pobreza; Políticas Sociais; Precarização do trabalho; Questão social; Questões sociais; Racismo; Reabilitação psicossocial; Rede; Renda; Rua; Salário; Social; Sociocultural; Terapia ocupacional social; Território; Violência e Vulnerabilidade.

Os termos foram procurados nos títulos, entre aspas nas quatro buscas. Dado que as bases de dados SciELO e na LILACS não são dirigidas apenas às publicações de terapia ocupacional, foi combinado aos termos acima o termo “terapia ocupacional”.

Feita a definição desses parâmetros, a busca nestas bases e nestas revistas foi realizada em janeiro de 2018. Não houve nessa busca nenhuma produção do ano de 2018¹⁴.

¹³ Hoje contamos com um terceiro periódico, A Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (REVISBRATO). Porém quando esse projeto foi gestado, a revista estava na mesma condição: sendo criada, por esse motivo não foi incluída.

¹⁴ No momento em que a pesquisa foi realizada, janeiro de 2018, o site da Revista de Terapia Ocupacional da USP permitia a busca só nos títulos, hoje isso não é mais possível. O site foi reformulado há pouco tempo e hoje qualquer pesquisa implica em pesquisar resumo, título e palavra-chave.

Nessa etapa tivemos 411 resultados. Em cada busca para cada termo foi salvo uma imagem em “*printscreen*” da tela e foi salvo o resultado da busca em extensão “html”. Foi utilizado um caderno diário para anotações e observações durante o período dessa pesquisa. Durante a coleta de dados nas bases, no caderno diário foram anotadas a data, a hora e a incidência de cada termo para cada base. A planilha com esses dados encontra-se no Apêndice A.

Realizou-se então a busca para coleta das publicações na íntegra. Doze publicações não puderam ser encontradas virtualmente, foram então acessadas por meio de acervo impresso e escaneadas. Em caso de não acesso ao acervo físico de determinadas publicações, os autores foram contatados e enviaram por e-mail os artigos. Deste modo, todos os artigos foram acessados para a análise.

Alguns termos, nas quatro diferentes buscas realizadas, não tiveram resultados.

No SciELO não foi encontrado resultado em 29 termos: Abrigo; Assistência social; Campo social; Cidadania; Condição salarial; Cooperativa; Cultura; Desabrigado; Desemprego; Desigualdade; Direitos; Exclusão; Fome; Geração de renda; Inclusão social; Liberdade assistida; Participação social; Pobreza; Políticas sociais; Precarização do trabalho; Questão social; Questões sociais; Racismo; Reabilitação psicossocial; Renda; Salário; Sociocultural; Terapia ocupacional social e Vulnerabilidade.

Na LILACS 21 termos não tiveram resultado: Assistência social; Campo social; Condição salarial; Cooperativa; Desabrigado; Desemprego; Desigualdade; Direitos; Fome; Geração de renda; Inclusão social; Liberdade assistida; Participação social; Políticas sociais; Precarização do trabalho; Questão social; Questões sociais; Racismo; Reabilitação psicossocial; Salário e Terapia ocupacional social.

Na Revista de Terapia Ocupacional da USP 17 termos não tiveram resultado: Assistência social; Condição salarial; Cooperativa; Desabrigado; Desemprego; Direitos; Exclusão; Fome; Liberdade assistida; Políticas sociais; Precarização do trabalho; Questão social; Questões sociais; Racismo; Salário; Terapia ocupacional social e Violência.

Em 13 termos, na busca realizada nos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, não houve resultado em: Condição salarial; Cooperativa; Desabrigado; Desemprego; Desigualdade; Exclusão; Fome; Liberdade assistida; Pobreza; Questão social; Questões sociais; Racismo e Salário.

Os 411 artigos encontrados foram tabulados em uma planilha de dados (Apêndice B) do programa Excel contido no Microsoft Office Professional Plus 2016, onde inserimos as categorias de análise extraídas dos artigos, no modelo Matriz de Síntese (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Em um primeiro momento foram tabulados os dados principais de identificação do artigo.¹⁵

Depois desses dados inseridos na planilha, os artigos foram postos em ordem alfabética, com comando do programa, para verificação dos repetidos, aqueles que apareceram nos resultados de mais de um lugar de busca. Para organização dos repetidos cada um foi categorizado de acordo com a aparição (Repetido 1, Repetido 2, Repetido 3 e Repetido 4).

Estavam repetidos 136 artigos que foram excluídos. Restando nessa fase 275 artigos. Partiu-se então para a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão de artigos.

Foi adotado como critério de inclusão que os textos trouxessem a discussão da questão social, tomada como a desigualdade estrutural nas sociedades capitalistas e conforme os eixos de inserção no espaço social que são trabalho e redes sociais de suporte (CASTEL, 2015). Isso foi feito através da leitura atenta dos artigos, extraindo para a Matriz de Síntese (Anexo B) os trechos dos textos que faziam referência ao trabalho e às redes sociais como importantes na constituição social do sujeito. Foram excluídos os textos que não mencionavam o trabalho e/ou as redes sociais como fator pertinente de circunscrição no espaço social.

¹⁵ Nome completo do estudo; Fonte; Termo; Ordem do termo; Autores (na ordem que aparecem); Dados da publicação; Ano de publicação e Locais onde eles repetiram.

Devido ao recorte de nossa pesquisa ser relacionado à terapia ocupacional de produção brasileira, também utilizamos como critério de inclusão:

1. Ser artigo publicado em periódico nacional.
2. O primeiro autor ser da área da terapia ocupacional, em nível de graduação, em andamento ou concluída;

Para delimitar o tamanho da pesquisa, levando em consideração as possibilidades e limites de uma dissertação, usamos como critérios de exclusão:

1. Ser outro tipo de publicação que não artigo (livro, capítulo, editorial, etc.);
2. Estar em idioma estrangeiro.

Excluímos 32 publicações que eram outras publicações (livros, capítulos de tese, anais de eventos, comunicações em eventos, editoriais e informes); 29 estavam em idioma estrangeiro (27 em língua espanhola e duas em língua inglesa) e por fim foram excluídos dez artigos que o primeiro autor não era terapeuta ocupacional. Para verificar a graduação utilizamos o currículo da Plataforma Lattes. Todos os textos que sobraram até aqui estavam publicados em periódico nacional.

Partiu-se para a leitura de todos os 204 artigos restantes. Leu-se o resumo para a inclusão ou não. Nos casos em que isso não foi suficiente para definir a seleção efetuou-se a leitura do artigo na íntegra. O objetivo nesse passo era identificar artigos em que os terapeutas ocupacionais aprofundassem e analisassem a questão social, identificando o efeito de conjunção dos dois vetores de inscrição no espaço social, sendo: “um eixo de integração/não-integração pelo trabalho; um eixo de inserção/não-inserção em uma sociabilidade sócio-familiar” (CASTEL, 1994, p. 23). Certamente, essa linguagem e termos, bem como tais conceitos como apresentados aqui, não eram necessários, mas deveriam conformar, mesmo que por outras tantas possíveis maneiras, tais preocupações.

Nessa etapa, 154 artigos foram excluídos, totalizando cinquenta para a análise.

Quadro 1 - Etapas do processo de busca e seleção dos textos

	Etapa	Como?
Triage	411 registros = inicial	Por meio da busca nas fontes de dados: Revista de Terapia Ocupacional da USP, Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, LILACS e SciELO.
Seleção	1º filtro: exclusão de 136 registros repetidos Restaram = 275	Por meio da organização dos resultados em planilha do Programa Excel 2016.
	2º filtro: exclusão de 32 publicações que não estavam na forma de artigos Restaram = 243	Aplicação do critério de inclusão/exclusão. Foi identificado o tipo de publicação de cada um.
	3º filtro: exclusão de 29 publicações em idioma estrangeiro Restaram = 214	Aplicação do critério de inclusão/exclusão. Cada texto teve o idioma especificado.
	4º filtro: exclusão de 10 publicações nas quais o 1º autor não era da área da terapia ocupacional Restaram = 204	Aplicação do critério de inclusão/exclusão. A verificação da formação dos autores foi efetivada na Plataforma Lattes.
	5º filtro: exclusão de 0 publicações que eram de periódicos estrangeiros Restaram = 204	Aplicação do critério de inclusão/exclusão. Foi conferida a nacionalidade dos periódicos dos textos.
	6º filtro: exclusão de 154 publicações que não debatiam a questão social Restaram = 50	Aplicação do critério de inclusão/exclusão. A verificação foi realizada através da leitura dos artigos na íntegra.
Final	N=50	

No Quadro 1, acima, é possível acompanhar as etapas do processo de busca dos textos nas fontes de dados que utilizamos e também a seleção dos textos. Foram excluídos os artigos repetidos e aplicados os critérios de inclusão/exclusão. A Figura 2, abaixo, quantifica os artigos excluídos conforme o critério de inclusão/exclusão.

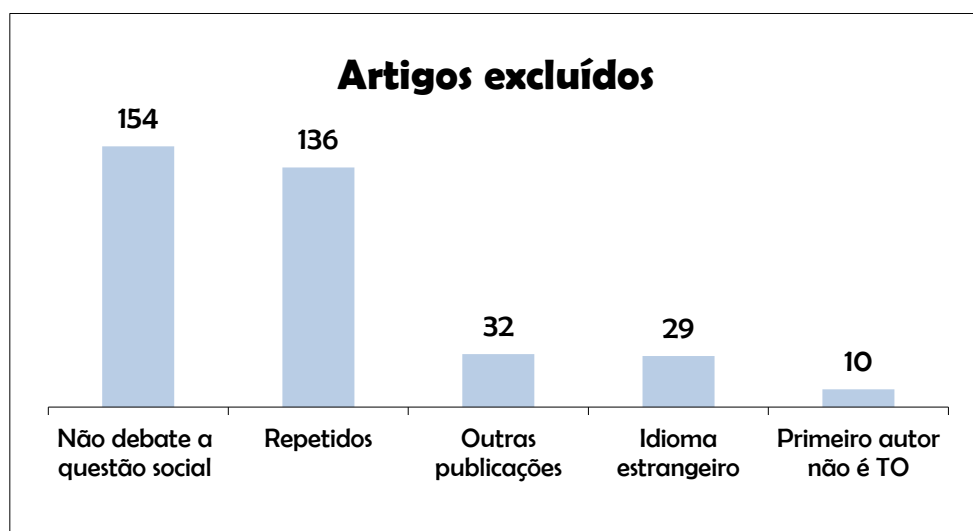


Figura 2 - Artigos excluídos

Constituindo-se, por fim, cinquenta artigos para a coleta de dados e análise crítica.

2.3 Coleta de dados

Fase em que os dados são extraídos utilizando um instrumento previamente elaborado, modelo Matriz de Síntese (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011), que é uma planilha para orientação e coleta sistematizada das informações (Apêndice B). Nesse instrumento foram realizados os registros e efetuada a aplicação de filtros. Os textos foram lidos na íntegra detalhadamente num primeiro momento, para dimensão do que o conjunto de escritos selecionados teria em comum (onde vários envergam o mesmo ponto, quais pontos nossos textos tinham em comum?), ou de diferente (onde determinados temas emergem raramente). Foi realizada uma segunda leitura minuciosa, de todos os textos, onde então, cada um teve seus achados desmembrados e cada pedaço foi rearranjado com seus pares em outros artigos, dentro do instrumento de coleta de

dados, separando em parâmetros para a análise. Os dados foram catalogados buscando responder as perguntas da pesquisa, ou seja, entender o que os terapeutas ocupacionais têm publicado sobre a questão social, em que lugar estamos dentro da análise da questão social, como compreendemos os fenômenos e expressões da questão social e como atuamos em meio a isso.

2.4 Avaliação e análise crítica dos estudos incluídos

Os textos foram todos categorizados através da Matriz de Síntese, desse modo, foi possível separá-los por população, objetivos, autores, ano, etc., bem como organizá-los por conceitos usados, áreas de atuação, etc. Isso permitiu uma análise mais profunda dos mesmos, com uma gama de dados razoavelmente grande, mas possível de trabalhar através do recurso de filtros do sistema operacional utilizado (Microsoft Excel 2016). Tanto as características dos textos quanto as suas teorizações e conclusões puderam ser estudadas através da filtragem e categorização dos assuntos de cada um.

Durante toda essa etapa foi revisitado o material de revisão da literatura para nortear as análises e poder realizar as comparações. Novos materiais de apoio nos conceitos foram incluídos e colocados nas reflexões, conforme foram surgindo os dados e os resultados das análises, ao lado das ponderações que se ia alcançando.

Essa fase se imbricou em parte com a fase de Discussão de resultados. Isso porque ao analisar um item e discuti-lo, outra questão era concebida ou era percebido alguma lacuna que poderia ser mais bem explorada, e então, outra análise se fazia necessária.

2.5 Discussão dos resultados

A discussão dos resultados procurou responder às questões de pesquisa através dos dados obtidos. Com a Matriz de Síntese totalmente alimentada, foi possível comparar as informações de cada artigo separadamente e também em conjunto, o que propiciou descobrir as características que os textos dividiam em comum e também os pontos em que não apareciam, ou apareciam pouco, durante o percorrer dos escritos. Nos referimos como pontos a características da questão social que a revisão da literatura nos trouxe, as principais distinções do tema da questão social conforme os autores que se desdobram na análise de seu conceito e utilizamos nesse estudo.

2.6 Apresentação dos dados

A apresentação dos dados procurou seguir as orientações dos autores, sendo clara e o mais completa possível, expendendo detalhadamente as informações pertinentes tanto do processo de pesquisa quanto do resultado das análises, buscando manter um padrão de rigor metodológico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Déjeme decirle, a riesgo de parecer ridículo, que el revolucionario verdadero está guiado por grandes sentimientos de amor”.

(Ernesto Guevara de la Serna)

Foram selecionados para este estudo cinquenta artigos. Passamos agora a apresentar os resultados da análise dos mesmos.

3.1 Autores e coautores

Através dos artigos selecionados, encontramos 93 autores e coautores diferentes. Dos 93 autores e coautores, 78 eram graduados em terapia ocupacional, representando, então, 83%. Dois autores são do serviço social. Das áreas de psicologia, pedagogia, medicina e educação física houve um autor cada. É importante também citar que três autores não tiveram seus Currículos Lattes encontrados para verificação da formação.

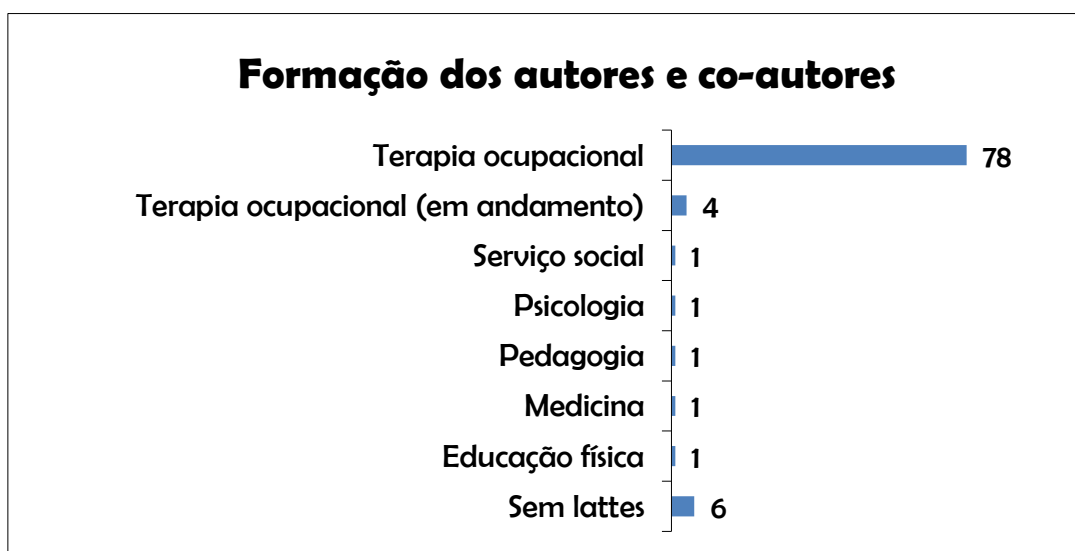


Figura 3 - Área de formação dos autores e coautores (n=93).
Dados da Plataforma Lattes.

Esse resultado, de maioria de autores e coautores da área da terapia ocupacional, já se esperava visto que a pesquisa foi direcionada para a área. Buscamos observar também com que áreas esses terapeutas ocupacionais têm dialogado, dentro da questão social (CASTEL, 2015), tanto pelos coautores, quanto pelos periódicos em que esses textos foram publicados.

Dos autores e coautores que mais tiveram resultados, foram conforme descritos na Figura 4, Roseli Esquerdo Lopes com catorze artigos, Denise Dias Barros com oito artigos, Ana Paula Serrata Malfitano e Patrícia Leme de Oliveira Borba com sete artigos, Débora Galvani e Carla Regina Silva com cinco artigos, Tiy de Albuquerque Maranhão Reis e Waldez Cavalcante Bezerra com quatro artigos, e Samira Lima da Costa com três artigos. Oito autores apareceram em dois artigos e 76 autores tiveram um artigo cada nos resultados.



Figura 4 – Quantidade de artigos por autor e coautor (n=93).

Na Figura 5 está o resultado da análise sobre o ano de formação em nível de graduação dos 17 autores e coautores que mais apareceram nas publicações. O resultado trouxe um desenho de um período de trinta anos, que se situa entre 1977 e 2008. Numa média o ano de graduação dos autores e coautores está distribuído no período. Todos eles são graduados em terapia ocupacional¹⁶.

¹⁶ A informação completa da formação acadêmica dos 17 autores e coautores que mais aparecem nos resultados desta pesquisa está no ANEXO C.



Figura 5 - Ano de formação em nível de graduação dos autores e coautores que mais aparecem (n=17).
Dados da Plataforma Lattes.

Analisando a instituição de formação desse grupo de autores e coautores, em nível de graduação, percebe-se que a grande maioria concluiu a sua graduação em terapia ocupacional em duas universidades do Sudeste, ambas no Estado de São Paulo. Oito na USP e sete na UFSCar (Figura 6).

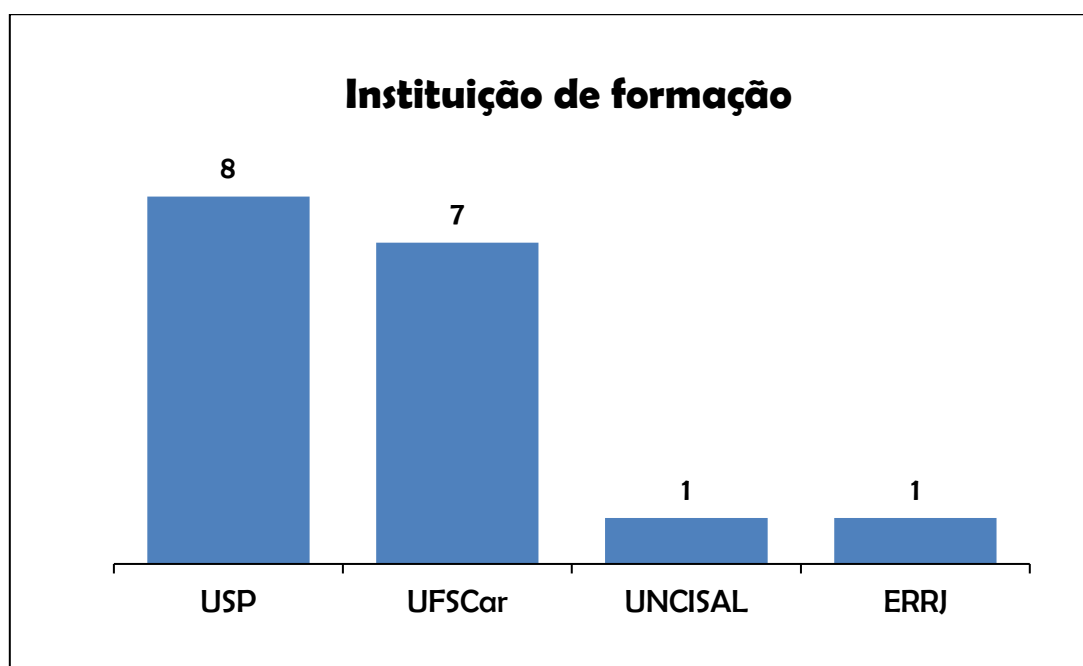


Figura 6 - Instituição de formação a nível de graduação dos autores e coautores que mais aparecem (n=17).
Dados da Plataforma Lattes.

Ampliamos a análise para todos os autores e coautores que constaram nas publicações. Dos 87 autores e coautores com currículo cadastrado na Plataforma Lattes, 32 realizaram sua graduação na UFSCar e 19 na USP, totalizando 51 profissionais (58%). Nosso objetivo com esse comparativo é verificar se essa concentração geográfica se dá de fato. Dentro da população de autores dos artigos selecionados para nossa pesquisa, quando analisamos os autores que mais se repetem nos estudos (n=17), há uma alta concentração de autores e coautores, 88%, oriundos de duas universidades do Estado de São Paulo, UFSCar e USP, ou seja, formados em nível de graduação nestas duas instituições. Porém, quando investigamos toda a nossa população (n=93), observamos

que o percentual das outras universidades cresce um pouco e há algumas universidades em outros territórios e estados¹⁷.

No que isso é relevante? Em entender que a terapia ocupacional dentro do campo social, e enquanto problematizadora da questão social, iniciou com uma grande representatividade de fato na região Sudeste, especificamente no Estado de São Paulo, e mais especificamente ainda, na UFSCar e na USP, porém hoje pode-se verificar que há uma ramificação que se espalha, muito provavelmente (e outros estudos poderão atestar com certeza) pelos alunos que saem dessas universidades e vão a outros estados ministrar disciplinas com estes conteúdos, onde a desigualdade social é problematizada na sala de aula, entendida como algo estrutural a qual os terapeutas ocupacionais devem responder.

Seguindo a análise da formação acadêmica dos 17 autores e coautores que mais apareceram nas publicações, todos eles possuem, no mínimo, pós-graduação em nível de mestrado. Na Figura 7 estão as áreas em que o mesmo foi realizado, a área da Educação é a que mais apareceu, tendo seis resultados.

¹⁷ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): 32, Universidade de São Paulo (USP): 19, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal): 8, Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp): 6, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM): 5, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas): 3, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): 3, Universidade Federal de Pernambuco (UFPe): 2, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): 2, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)/Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro (ERRJ)/Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)/Universidade de Fortaleza (UNIFOR)/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP): 1, Sem Lattes: 6.

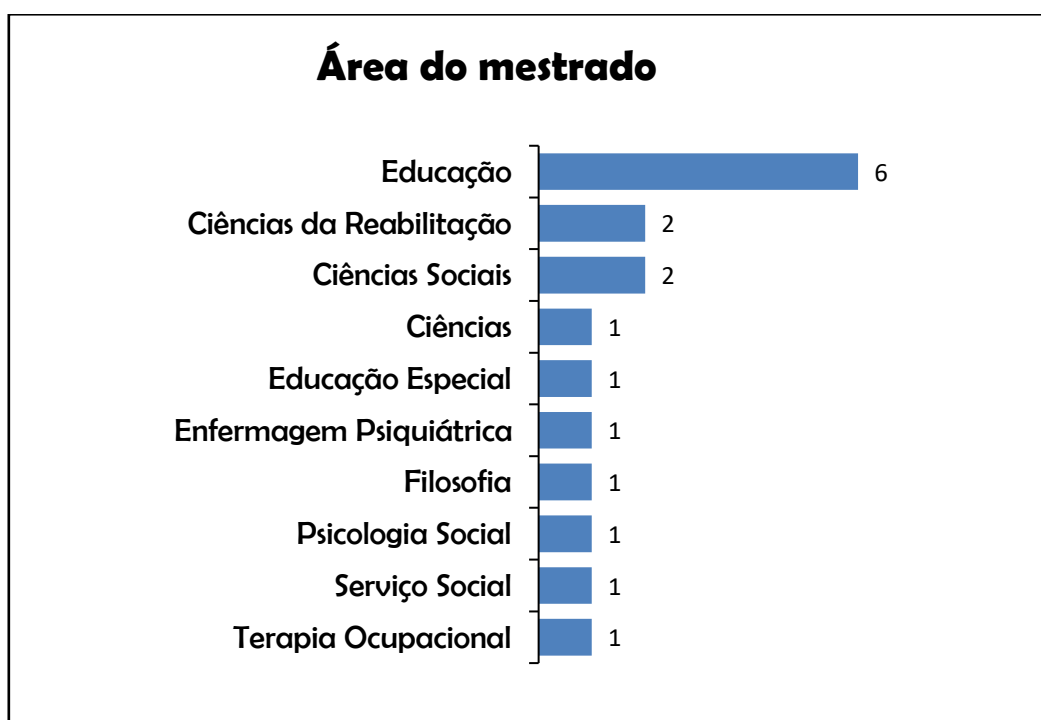


Figura 7 - Área do mestrado dos autores e coautores que mais aparecem (n=17).
Dados da Plataforma Lattes.

A Figura 8 demonstra o ano em que o mestrado foi realizado. O período se deu entre 1988 e 2017, compreendendo trinta anos, e tendo um número maior em 2008 com quatro resultados, mas de modo geral estando bem distribuída nos anos.



Figura 8 - Ano do mestrado dos autores e coautores que mais aparecem (n=17).
Dados da Plataforma Lattes.

A pós-graduação em nível de doutorado teve representatividade em 13 autores e coautores deste grupo. A Figura 9 demonstra as áreas em que foram realizados, a Educação estando um pouco à frente com três resultados, Sociologia, Psicossociologia de Comunidades e Ciências com dois, e Saúde Pública, Saúde Coletiva, Psicologia e Ciências Sociais com um resultado cada.

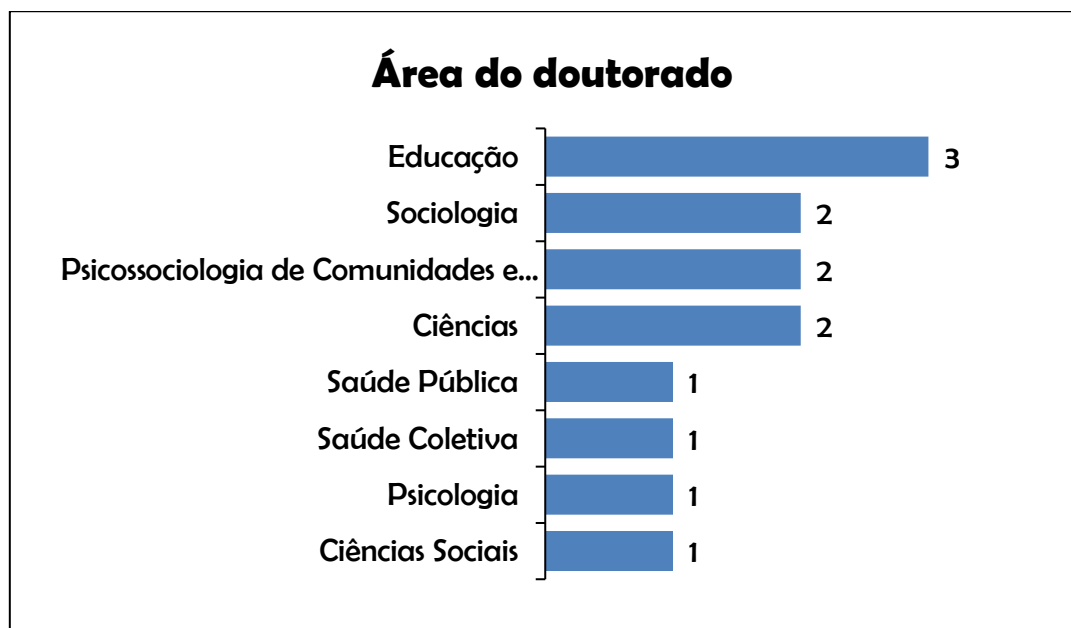


Figura 9 - Área do doutorado dos autores e coautores que mais aparecem (n=13).
Dados da Plataforma Lattes.

O ano da realização dos doutorados de cada um abrangeu o ano de 1996 até 2016, perpassando 21 anos, não tendo diferenças na quantidade ao longo dos anos, apenas um lapso de tempo maior do que os outros intervalos, observado entre 2000 e 2008 (Figura 10).

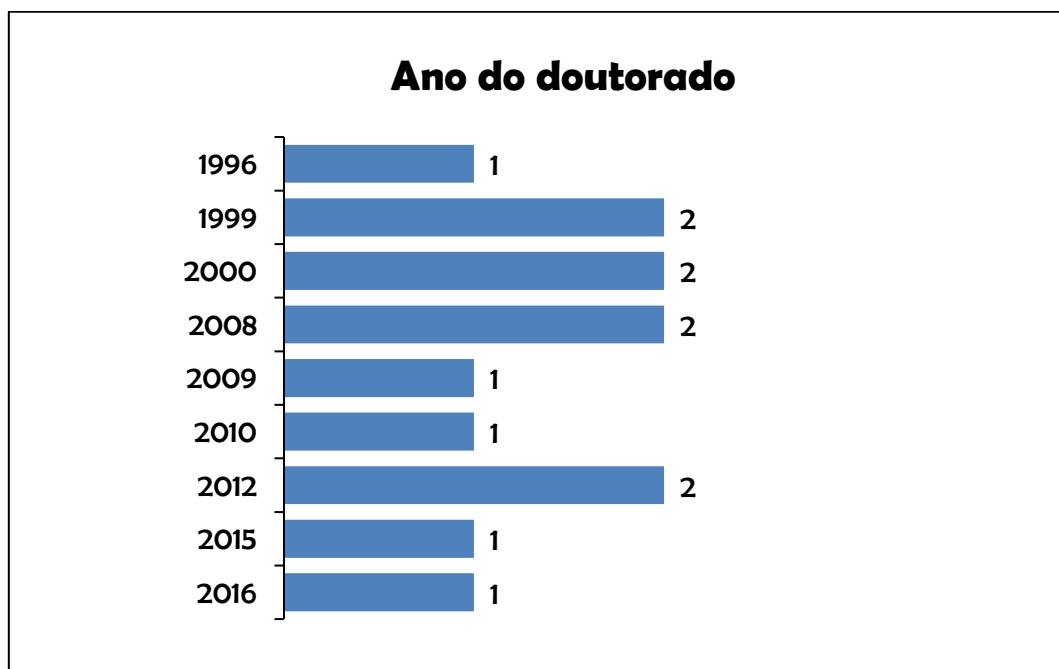


Figura 10 - Ano do doutorado dos autores e coautores que mais aparecem (n=13).
Dados da Plataforma Lattes.

A Figura 11 salienta as instituições onde o doutorado foi realizado, sendo a USP a instituição com maior número, apresentando seis resultados¹⁸.

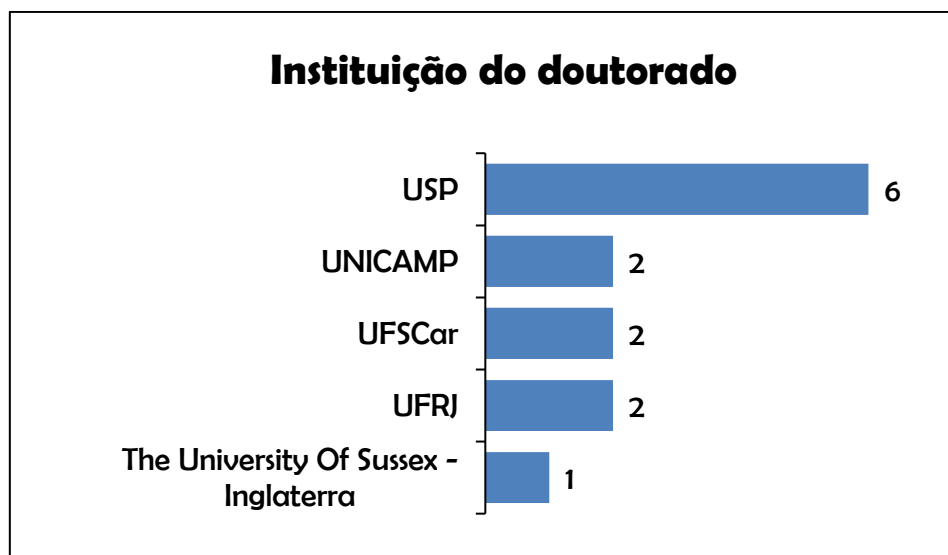


Figura 11 - Instituição do doutorado dos autores e coautores que mais aparecem (n=13). Dados da Plataforma Lattes.

Dos cinquenta artigos, houve 32 primeiros-autores, visto que alguns se repetiram. Os pesquisadores que se repetiram na primeira-autoria foram:

Roseli Esquerdo Lopes: dez vezes

Waldez Cavalcante Bezerra: três vezes

Ana Paula Serrata Malfitano: três vezes

Denise Dias Barros: três vezes

Carla Regina Silva: duas vezes

¹⁸ Seis autores possuem um estágio de pesquisa pós-doutoral e destes, dois possuem um segundo estágio de pesquisa pós-doutoral (ver APÊNDICE C).

Débora Galvani: duas vezes

Elisabete Ferreira Mângia: duas vezes

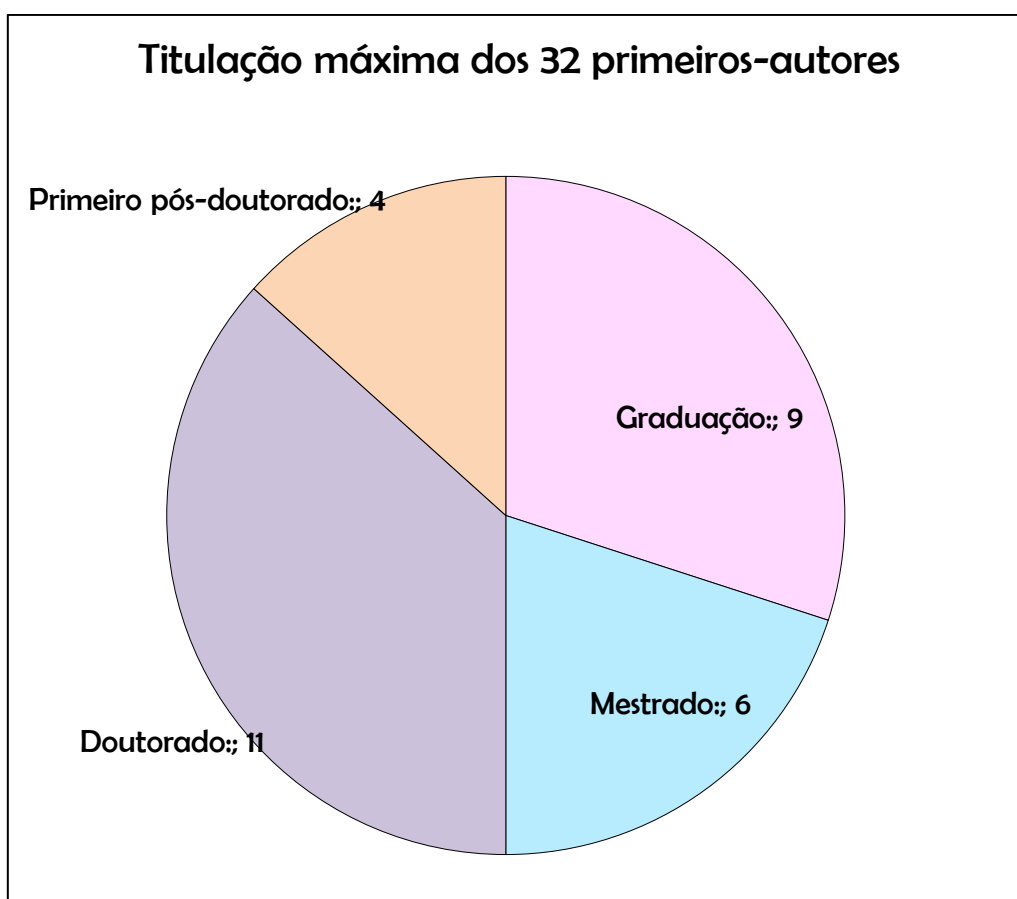


Figura 12 - Titulação máxima dos primeiro-autores (n=32).
Dados da Plataforma Lattes.

Dos 32 primeiros-autores, dois tinham dois pós-doutorado, quatro possuíam um pós-doutorado, onze têm doutorado, seis são mestres e nove são graduados¹⁹, conforme Figura 12 acima.

¹⁹ Todos eram, no mínimo, graduados no momento da publicação do artigo, segundo o currículo Lattes cadastrado.

3.2 Os artigos

Abaixo apresentamos o Quadro 2, com os cinquenta artigos em ordem cronológica de publicação²⁰.

Quadro 2 – Artigos reunidos e analisados (2001 – 2017)

	Nome completo do artigo	Autores em formato citação	Autores e coautores (na ordem que aparecem)	Periódico	Ano
1	Terapia ocupacional no território: as crianças e os adolescentes da unidade do Brás — Movimento De Luta Por Moradia Urbana	(LOPES <i>et al.</i> , 2001)	Roseli Esquerdo Lopes, Denise Dias Barros, Ana Paula Serrata Malfitano, Debora Galvani, Ana Maria Galluzzi	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional ²¹	2001
2	Histórias de vida: a ampliação de redes sociais de suporte de crianças em uma experiência de trabalho comunitário	(LOPES <i>et al.</i> , 2002)	Roseli Esquerdo Lopes, Denise Dias Barros, Ana Paula Serrata Malfitano, Debora Galvani	Revista O Mundo da Saúde	2002
3	Oficinas de trabalho: sociabilidade ou geração de renda?	(OLIVER <i>et al.</i> , 2002)	Fátima Corrêa Oliver, Maria Cristina Tissi, Marta Aoki, Ester de Fátima Vargem, Taísa Gomes Ferreira	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2002
4	Projeto Metuia - Terapia Ocupacional no Campo Social	((BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002))	Denise Dias Barros, Roseli Esquerdo Lopes, Sandra Maria Galheigo	Revista O Mundo da Saúde	2002
5	Terapia ocupacional social	(BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002)	Denise Dias Barros, Maria Isabel Garcez Ghirardi, Roseli Esquerdo Lopes	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2002

²⁰ Os dados completos das publicações estão no Apêndice D.

²¹ Esse periódico até o ano de 2017 chamava-se “Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar”. Desde o volume 25, número 2, de 2017, porém, passou a se chamar “Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional”. Aqui escolhemos usar o nome atual. Nas referências e no Apêndice D, pode ser verificado o nome conforme a data de publicação.

6	Adolescentes em situação de vulnerabilidade: estratégias de terapia ocupacional em um trabalho de prevenção a AIDS	(SILVA; FREITAS, 2003)	Carla Regina Silva, Helen Isabel de Freitas	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2003
7	Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua	(LOPES; BORBA; REIS, 2003)	Roseli Esquerdo Lopes, Patrícia Leme de Oliveira Borba, Tiy de Albuquerque Maranhão Reis	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2003
8	Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar	(BARROS, 2004)	Denise Dias Barros	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2004
9	A experimentação teórico-prática do aluno de Terapia Ocupacional no campo social: uma vivência com a população em situação de rua	(LOPES; PALMA; REIS, 2005)	Roseli Esquerdo Lopes, Ariane Machado Palma, Tiy de Albuquerque Maranhão Reis	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2005
10	Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social	(MALFITANO, 2005)	Ana Paula Serrata Malfitano	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2005
11	O estudo de redes sociais: apontamentos teóricos e contribuições para o campo da saúde	(MÂNGIA; MURAMOTO, 2005)	Elisabete Ferreira Mângia, Melissa Tiekko Muramoto	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2005
12	A promoção de direitos e crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social : oficina de brincadeiras com recursos	(MALFITANO <i>et al.</i> , 2006)	Ana Paula Serrata Malfitano, Iara Falleiros Braga, Karina Gonçalves da Silva, Natália Guimarães Motta	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2006
13	Estação cidadania: uma experiência no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco	(ROCHA, 2006)	Patrícia Rodrigues Rocha	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2006
14	Perfil dos frequentadores da casa de convivência e centro de serviços Associação Minha Rua Minha Casa entre 2002 e 2003	(GALVANI <i>et al.</i> , 2006)	Debora Galvani, Denise Dias Barros, Miki Takao Sato, Tiy de Albuquerque Maranhão Reis, Marta Carvalho de Almeida	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2006
15	Terapia ocupacional social e a infância e juventude pobres: experiências do núcleo UFSCar do Projeto METUIA	(LOPES, 2006)	Roseli Esquerdo Lopes	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2006

16	Construindo espaços de habitar: ações de terapia ocupacional com uma criança em situação de risco social	(BALDANI; CASTRO, 2007)	Ana Claudia Baldani, Eliane Dias de Castro	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2007
17	Redes sociais e construção de projetos terapêuticos: um estudo em serviço substitutivo em saúde mental	(MÂNGIA; MURAMOTO, 2007)	Elisabete Ferreira Mângia, Melissa Tieko Muramoto	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2007
18	A precarização do trabalho no “terceiro setor”: um estudo a partir da realidade da terapia ocupacional em Maceió-AL	(BEZERRA; TAVARES, 2009)	Waldez Cavalcante Bezerra, Maria Margareth Ferreira Tavares	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2009
19	Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais	(LOPES <i>et al.</i> , 2010)	Roseli Esquerdo Lopes, Ana Paula Serrata Malfitano, Carla Regina Silva, Patrícia Leme de Oliveira Borba, Michelle Selma Hahn	Revista O Mundo da Saúde	2010
20	Promoção de Saúde, Desempenho Ocupacional e Vulnerabilidade Social: subsídios para a intervenção da Terapia Ocupacional com adolescentes acolhidas institucionalmente	(CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010)	Daniel Gustavo de Sousa Carleto, Heliana Castro Alves, Daniela Tavares Gontijo	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2010
21	Acompanhamento individual e articulação de recursos em terapia ocupacional social: compartilhando uma experiência	(LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011)	Roseli Esquerdo Lopes, Patrícia Leme de Oliveira Borba, Mayra Cappellaro	Revista O Mundo da Saúde	2011
22	Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo	(LUVIZARO; GALHEIGO, 2011)	Nathália Azevedo Luvizaro, Sandra Maria Galheigo	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2011
23	Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional	(LOPES <i>et al.</i> , 2011)	Roseli Esquerdo Lopes; Patrícia Leme de Oliveira Borba; Natalia Keller de Almeida Trajber; Carla Regina Silva; Brenna Talita Cuel.	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	2011
24	Terapia ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tensionando fronteiras	(ALMEIDA <i>et al.</i> , 2011)	Marta Carvalho de Almeida, Denise Dias Barros, Débora Galvani, Tiy de Albuquerque Maranhão Reis	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2011
25	Um olhar para a comunidade: experiência necessária para a formação do Terapeuta Ocupacional	(RODRIGUES <i>et al.</i> , 2011)	Carla Patrícia Gameleira Rodrigues, Isabelle Fernandes Vieira Medeiros, Lara Ranielly Sandes, Sandra Aiache Menta	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2011

26	A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil	(BEZERRA; TRINDADE, 2013)	Waldez Cavalcante Bezerra, Rosa Lúcia Prêdes Trindade	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2013
27	As redes sociais na perspectiva de pessoas com o diagnóstico de esquizofrenia em tratamento em um CAPS de Campinas e as implicações no recovery	(MONTANHER; LEAL, 2013)	Monica Kriek Montanher, Erotildes Maria Leal	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2013
28	Expressão livre de jovens por meio do Fanzine: recurso para a terapia ocupacional social	(LOPES; BORBA; MONZELI, 2013)	Roseli Esquerdo Lopes; Patrícia Leme de Oliveira Borba; Gustavo Artur Monzeli.	Saúde e Sociedade	2013
29	Terapia ocupacional e atuação em contextos de vulnerabilidade social: distinções e proximidades entre a área social e o campo de atenção básica em saúde	(MALFITANO; BIANCHI, 2013)	Ana Paula Serrata Malfitano, Pamela Cristina Bianchi	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2013
30	A contribuição da hermenêutica crítica de Jürgen Habermas para a Terapia Ocupacional Social	(FIORATI, 2014)	Regina Célia Fiorati	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2014
31	A ludicidade presente na vida das educadoras sociais: reflexos no trabalho com crianças abrigadas	(JURDI; SCRIDELLI, 2014)	Andrea Perosa Saigh Jurdi, Caroline Scridelli	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2014
32	A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo	(ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014)	Luana Padilha Andrade, Samira Lima da Costa, Fernanda Cristina Marquetti	Saúde e Sociedade	2014
33	O uso da fotografia como recurso emancipador: um relato de experiência com pessoas em situação de rua	(PEREZ <i>et al.</i> , 2014)	Juliana de Oliveira Perez, Regina Célia Fiorati, Leonardo Martins Kebbe, Beatriz Cardoso Lobato	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2014
34	Oficina de culinária como estratégia de intervenção da Terapia Ocupacional com adolescentes em situação de vulnerabilidade social	(PEREIRA <i>et al.</i> , 2014)	Diane Coelho Pereira, Emília Karina Afonso da Silva, Carina Yuri Ito, Beatriz Basso Bell, Caroline Marquez Golveia Ribeiro, Karina Piccin Zanni	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2014
35	Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade	(LOPES <i>et al.</i> , 2014)	Roseli Esquerdo Lopes, Ana Paula Serrata Malfitano, Carla Regina Silva, Patrícia Leme de Oliveira Borba	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2014

36	A prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda: contribuição dos fundamentos da profissão e das dimensões da categoria trabalho	(MORATO; LUSSEI, 2015)	Giovana Garcia Morato, Isabela Aparecida de Oliveira Lussi	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2015
37	A utilização do blog e de recursos midiáticos na ampliação das formas de comunicação e participação social	(SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015)	Carla Regina Silva, Isadora Cardinalli, Roseli Esquerdo Lopes	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2015
38	Autor e vítima: a vulnerabilidade social de jovens que cometeram atos infracionais em Belo Horizonte	(PEREIRA; REIS; COSTA, 2015)	Thamyris Cristina Silva Pereira, Jhonatan Natércio dos Reis, Luciana Assis Costa	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2015
39	Entre a rua e o abrigo: reorganização do cotidiano	(OLIVEIRA; COSTA, 2015)	Flávia Barbosa de Oliveira, Samira Lima da Costa	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2015
40	O cotidiano de pessoas em situação de rua: rupturas, sociabilidades, desejos e possibilidades de intervenção da Terapia Ocupacional	(BEZERRA <i>et al.</i> , 2015)	Waldez Cavalcante Bezerra, Gabriela Cristina da Silva Firmino, Emanuely Santos Javarrotti, Jéssica Veríssimo de Medeiros Melo, Priscila Ferreira Fragoso Calheiros, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da Silva	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2015
41	Terapia Ocupacional Social na assistência ao idoso: história de vida e produção de significados	(NEVES; MACEDO, 2015)	Amabile Teresa de Lima Neves, Maria Daniela Corrêa de Macedo	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2015
42	“Eu nem sabia que podia entrar aqui”: promoção de cidadania cultural como experiência de ressignificação de identidade de jovens em conflito com a lei	(GONÇALVES, 2016)	Monica Villaça Gonçalves	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2016
43	A gente quer mostrar nossa cara, mano: hip hop na construção de identidade, conscientização e participação social de jovens em situação de vulnerabilidade social	(ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016)	Heliana Castro Alves, Natasha Pompeu de Oliveira, Aline Dessupoio Chaves	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2016
44	A reabilitação profissional no INSS: caminhos da terapia ocupacional	(BREGALDA; LOPES, 2016)	Marília Meyer Bregalda, Roseli Esquerdo Lopes	Saúde e Sociedade	2016

45	Exercícios etnográficos como atividades em espaço público: Terapia Ocupacional Social no fazer da arte, da cultura e da política	(GALVANI <i>et al.</i> , 2016)	Debora Galvani, Denise Dias Barros, Marina Di Napoli Pastore, Miki Takao Sato	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2016
46	Jovens (en)cena: arte, cultura e território	(TAKEITI; VICENTIN, 2016)	Beatriz Akemi Takeiti, Maria Cristina Gonçalves Vicentin	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2016
47	As ações da terapia ocupacional com adolescentes em situação de vulnerabilidade social: uma revisão de literatura	(SABINO <i>et al.</i> , 2017)	Janaína de Souza Sabino, Cláudia Fell Amado, Ana Carollyne Dantas De Lima, Beatriz Prado Pereira	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2017
48	Entre a casa e a rua: a percepção de adolescentes em situação de rua sobre o seu cotidiano	(SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017)	Bianca Karine da Silva, Waldez Cavalcante Bezerra, Mara Cristina Ribeiro	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo	2017
49	Entre fluxos, pessoas e territórios: delineando a inserção do terapeuta ocupacional no Sistema Único de Assistência Social	(BORBA <i>et al.</i> , 2017)	Patrícia Leme de Oliveira Borba, Samira Lima da Costa, Ana Carolina Costa Savani, Camila Cardoso Anastácio, Natacha Harumi Ota	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2017
50	Percepções sobre trabalho: análise de concepções de pessoas em situação de rua	(LUSSI; RICCI; PINHO, 2017)	Isabela Aparecida de Oliveira Lussi, Thamy Eduarda Ricci, Roberta Justel do Pinho	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2017

Quando analisados por ano de publicação, os artigos têm uma média de dois por ano entre 2001 e 2010, conforme Figura 13, havendo de 2011 a 2017 uma média de cinco artigos ao ano.

Em 2011, foi lançada a Resolução nº 17 pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) que reconhece o terapeuta ocupacional como categoria profissional para integrar as equipes do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Não podemos alegar que há uma relação, mas entendemos que a própria resolução foi uma vitória alcançada pelos pesquisadores e trabalhadores da área social que vêm historicamente

buscando reconhecimento (BRASIL, 2011). Os profissionais em terapia ocupacional que atuam no campo social, tendo reconhecido a sua expertise na área podem desenvolver mais atuações, tanto como trabalhadores no campo, através da regulação de vagas que a resolução propicia, quanto como pesquisadores, devido à legitimação do profissional no campo social e tendo assim mais profissionais inseridos (ALMEIDA *et al.*, 2012). A resolução não torna obrigatória a presença do terapeuta ocupacional, mas certamente efetiva um reconhecimento deste profissional e a importância de sua inserção nessa área.

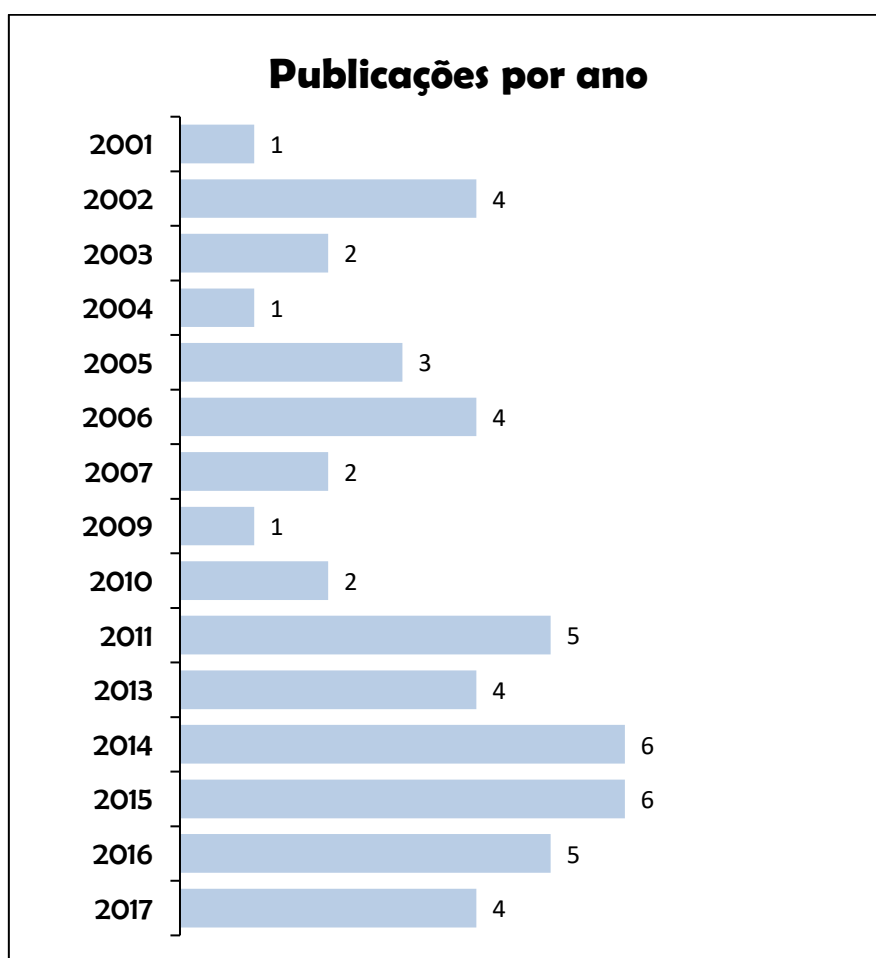


Figura 13 - Publicações por ano

Quando avaliados por fonte de publicação, um maior número de artigos foi deparado nos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. Encontramos nos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional 26 artigos, na Revista de Terapia Ocupacional da

Universidade de São Paulo dezesseis artigos, na Revista O Mundo da Saúde quatro artigos, na Saúde e Sociedade três artigos e na Interface 1 (um) artigo. Esses resultados podem ser apreciados na Figura 14.

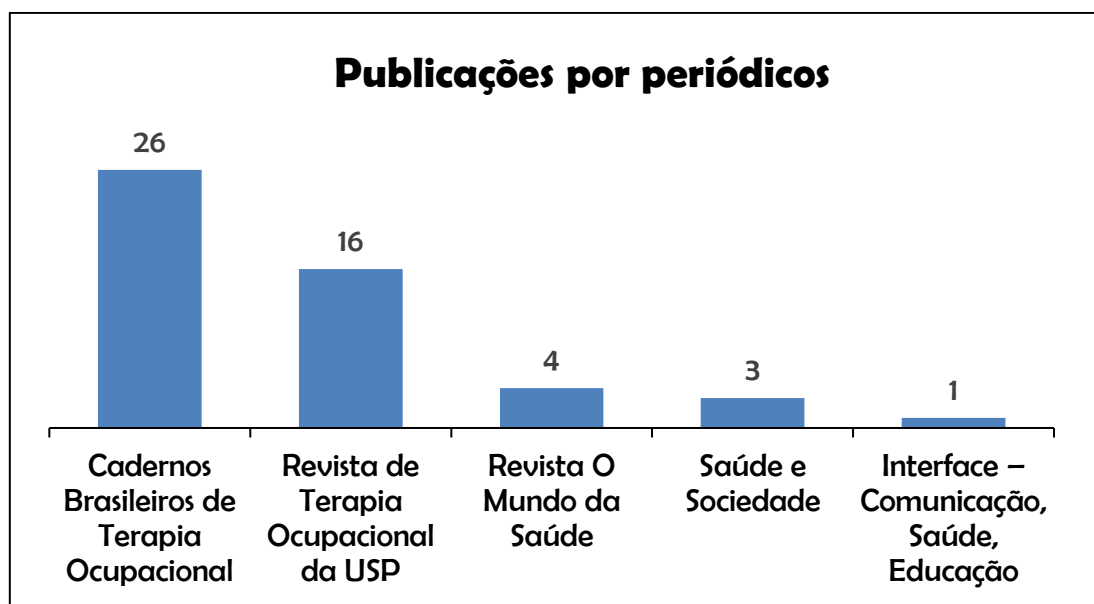


Figura 14 - Publicações por periódicos.

Na Figura 15 temos a distribuição das publicações em cada periódico por ano.

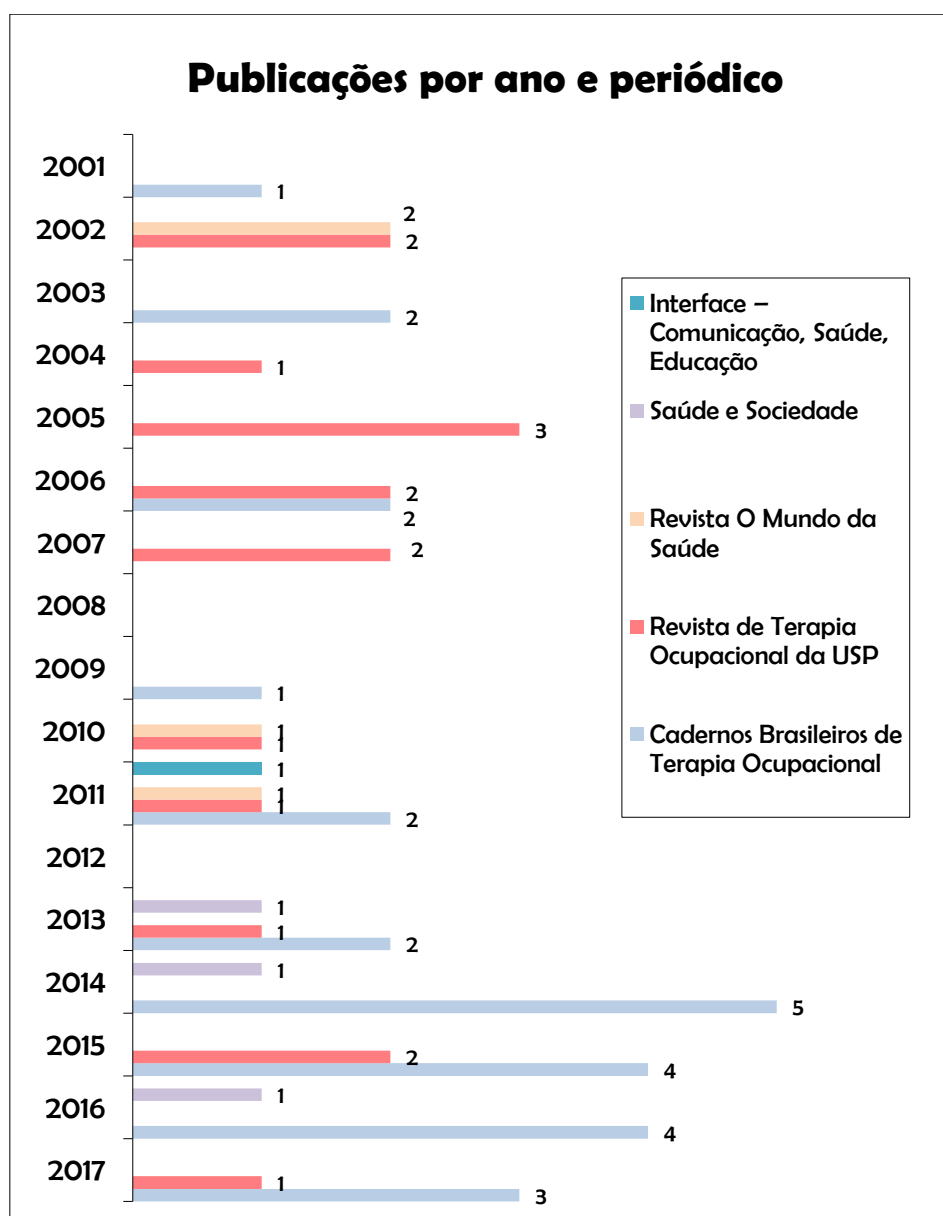


Figura 15 - Publicações por ano e periódico

As áreas da terapia ocupacional, de acordo com a identificação de cada um dos textos, foram quantificadas na Figura 16. A construção dessa categorização de área se deu através dos elementos encontrados nos textos. No campo social separamos os textos que se colocam como terapia ocupacional social dos textos que preferem não usar essa nomenclatura em suas escritas, estes ficaram nomeados como “Terapia ocupacional no campo social” e aqueles como “Terapia ocupacional social”.

Os resultados definem a subárea terapia ocupacional social como aquela em que mais os textos nesta pesquisa se identificaram.

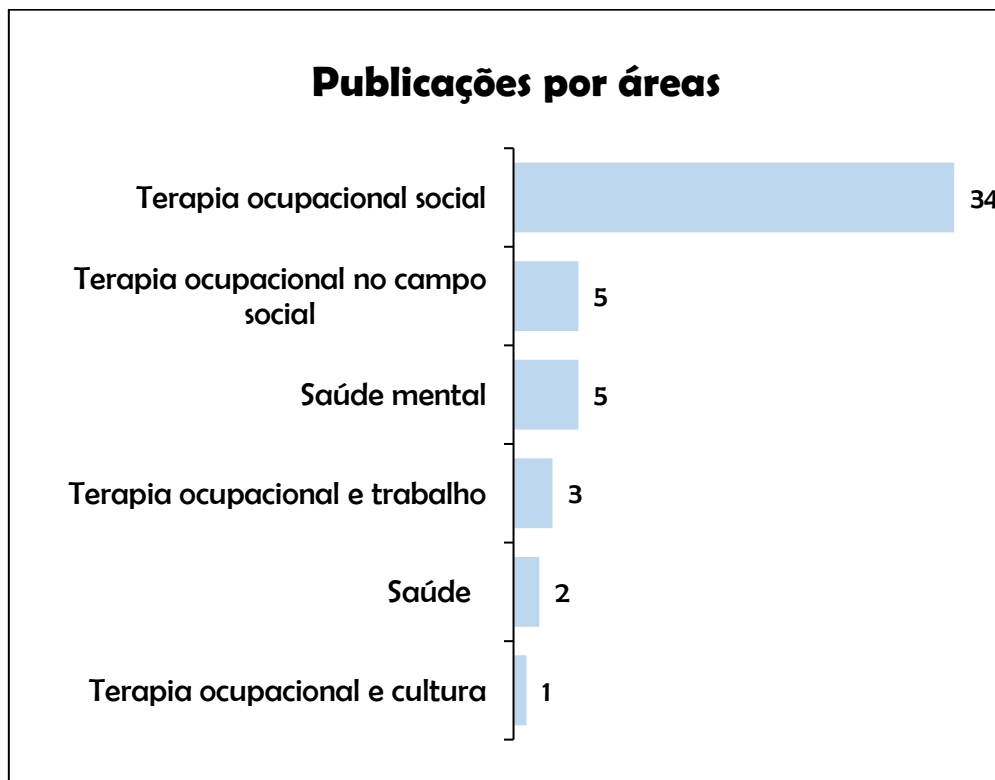


Figura 16 – Áreas das publicações

As palavras-chave dos textos somaram 226 no total. Foram 133 palavras-chave diferentes e 100 palavras-chave apareceram apenas uma vez²².

²² As palavras-chave que apareceram apenas uma vez foram: Abrigo Temporário, Adolescência, Adolescente institucionalizado, Adolescente/fisiologia, Adultos em Situação de Rua, AIDS, Arte/Cultura, Artes, Artistas de Rua, Atenção Primária à Saúde, Atividades Humanas, Blog/Recursos Midiáticos, Brincadeira, Capitalismo, Centros de reabilitação, Comunicação social, Condições de Trabalho, Condições Sociais, Constituição e estatutos, Continuidade da assistência ao paciente, Criança, Crianças, Cuidadores, Currículo, Defesa da criança e do adolescente, Delinquência juvenil, Democracia, Desenvolvimento da Comunidade, Direitos Humanos, Diversidade cultural, Economia Solidária, Educação superior, Ensino de Graduação, Equipe de assistência ao paciente, Esquizofrenia, Estado, Estado de retorno, Estudos de informação, Ética, Etnografia, Experiência do adoecimento, Família, Fanzine, Grupo social, Grupos de risco, Idoso, Infância, Infância e adolescência, Institucionalização, Instituto Nacional do Seguro Social, Intervenção Social, Jogos e Brinquedos, Juventudes, Marginalização Social, Medicina social, Medida Socioeducativa, Memória, Menores de rua, Movimentos sociais por moradia, Mulheres, Oficinas de trabalho protegido/recursos humanos, Organização comunitária, Papel profissional, Participação comunitária, Pessoas deficientes/reabilitação, Pessoas em situação de rua, Planejamento em saúde comunitária, Pobreza, Políticas Públicas, Prática profissional/tendências, Prevenção, Previdência Social, Projeto Metuia, Promoção da saúde, Proteção Social, Reabilitação Profissional, Reabilitação vocacional/economia, Readaptação ao emprego/tendências, Redes comunitárias, Redes comunitárias/utilização, Redes sociais, Redes Sociais de Suporte, Renda, Responsabilidade social, Saúde Coletiva, Serviços de Assistência Social, Socialização, Tecnologias sociais, Terapia Ocupacional - ações sociais, Terapia Ocupacional – educação profissional, Terapia Ocupacional – formação, Terapia ocupacional/educação, Terapia Ocupacional/Ensino, Terapia ocupacional/história, Terapia ocupacional/métodos, Terapia ocupacional/utilização, Terceiro Setor, Territorialidade, Trabalho/economia e Transtornos mentais.

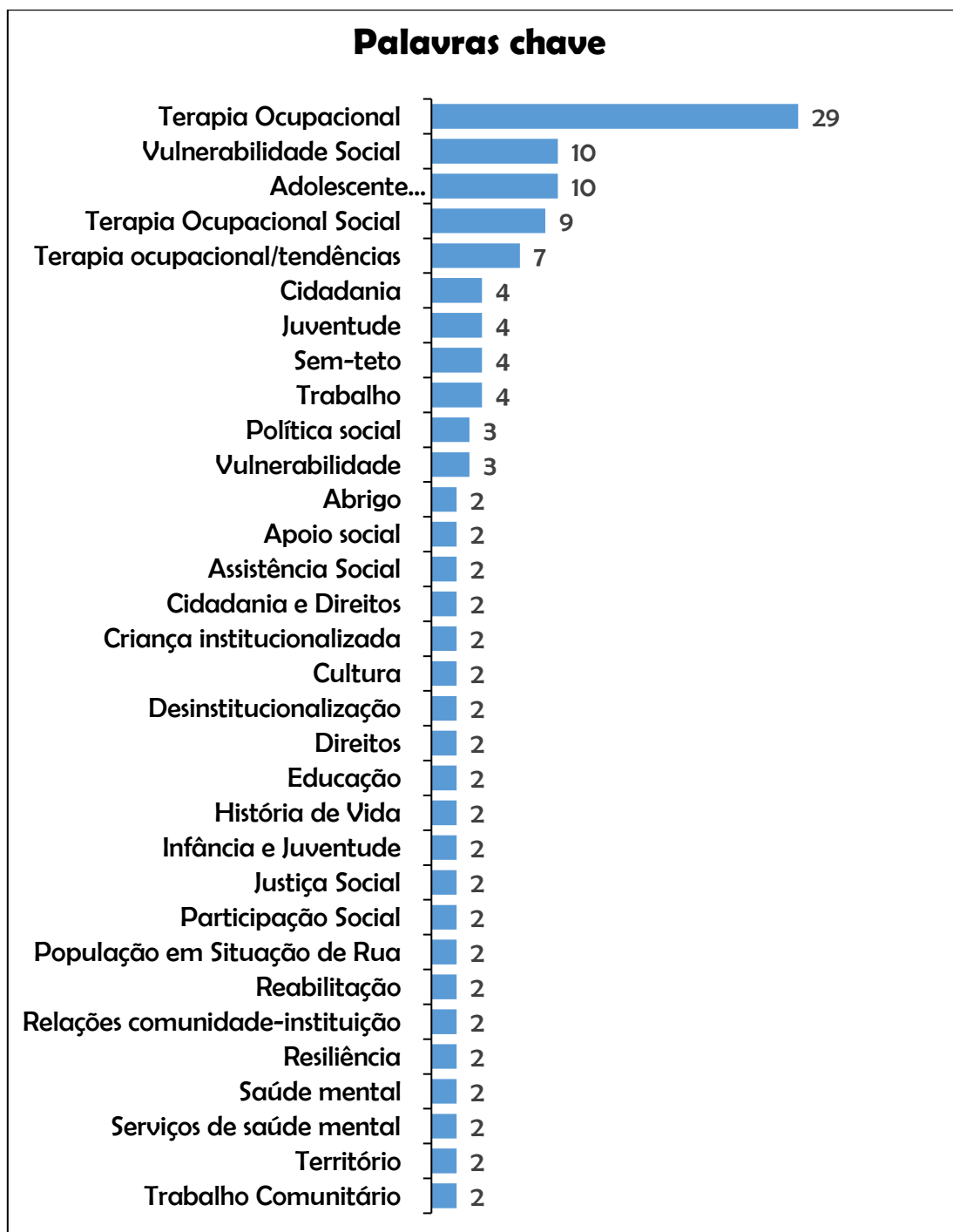


Figura 17 – Palavras-chave das publicações²³

²³ O rótulo “Adolescente” soma as palavras-chave: Adolescente, Adolescentes, Adolescente/fisiologia, Adolescente institucionalizado e Adolescência.

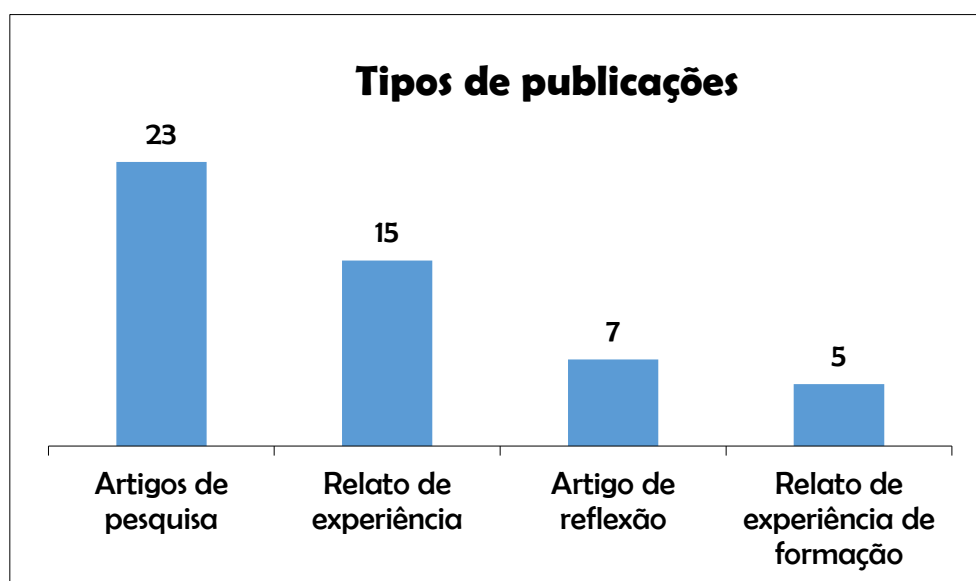


Figura 18 – Tipos de publicações

Em relação ao tipo de publicação que os textos representavam encontramos 23 artigos de pesquisa, quinze relatos de experiência, sete artigos de reflexão e cinco relatos de experiência de formação profissional.

3.3 Populações

Um ponto que achamos importante dentro deste estudo foi verificar quem os terapeutas ocupacionais estavam estudando e pesquisando, e qual o perfil desse público. Para identificar os grupos a que os textos se debruçaram em estudos, mapeamos os grupos de indivíduos que foram protagonistas nos textos.

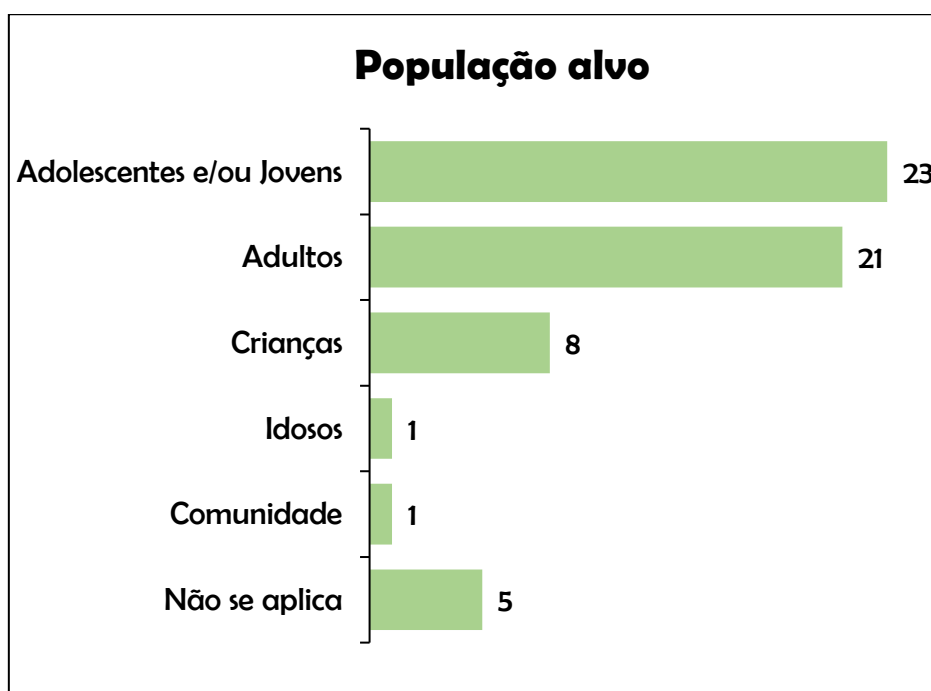


Figura 19 – População alvo

Foram identificadas nos textos cinco tipos de populações alvo, conforme a Figura 19. A população alvo que mais apareceu foi a de adolescentes e jovens. Alguns textos abordaram mais de um tipo de população e foram todas consideradas no gráfico, assim ele quantifica todas as vezes em que apareceram.

Alguns textos usam apenas o termo “jovens”, outros apenas “adolescentes” e um terceiro grupo utiliza “jovens” e “adolescentes” como sinônimos. Há uma problematização sobre essas nomenclaturas, um debate que vem sendo desenvolvido pelas áreas da psicologia e da sociologia. Dos textos aqui analisados, um refere que:

Uma das discussões recai sobre sua faixa etária, questionando os marcos delimitadores iniciais e finais dessa fase. A Organização Mundial de Saúde classifica como jovens aqueles com idade entre 15 e 24 anos. Entretanto, essa faixa pode se estender desde os 12 aos 35 anos, como se constata em algumas formulações de políticas públicas dirigidas à juventude nos países ibero-americanos (FREITAS, 2005). Por exemplo, entre 12 e 26, na Colômbia; entre 12 e 35, na Costa Rica; entre 12 e 29, no México; entre 14 e 30, na Argentina; entre 15 e 24, na Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana; entre 15 e 29, no Brasil, Chile, Cuba, Espanha, Panamá e Paraguai (LOPES *et al.*, 2014, p. 601 e 602).

Salientamos também a afirmação de Pereira e Lopes (2016) para ilustrar um pouco melhor a complexidade dessa diferença:

No Brasil, apesar do Estatuto da Juventude aprovado em 2013, permanece o debate em torno dos limiões entre 15 e 29 anos, faixa que compreende parte do que hoje também se denomina adolescência, a qual, por outro lado, tem uma definição legal que vai dos 12 anos completos aos 18 anos incompletos. A discussão de sua delimitação superior, nos termos do que se demarca como maioridade penal, é uma questão que se reacendeu entre nós na atual legislatura (PEREIRA; LOPES, 2016, p. 213).

Desse modo, utilizamos para compor as análises do presente estudo, as nomenclaturas utilizadas por cada autor, respeitando seus referenciais teóricos para a escolha de cada uma. Não aprofundaremos aqui esse debate, mas pontuamos a separação em respeito às diferenças de pensamento de cada autor, assim como pela importância dessa temática. Temos, portanto “Adolescentes e/ou jovens”, quando reunimos textos que usam os termos como sinônimos com os textos que os diferenciam, “Adolescentes e jovens” quando o autor diferencia as nomenclaturas, porém trabalhou com ambos os públicos, e “Adolescentes/Jovens” quando o autor utilizou os dois termos como sinônimos ao longo de seu texto.

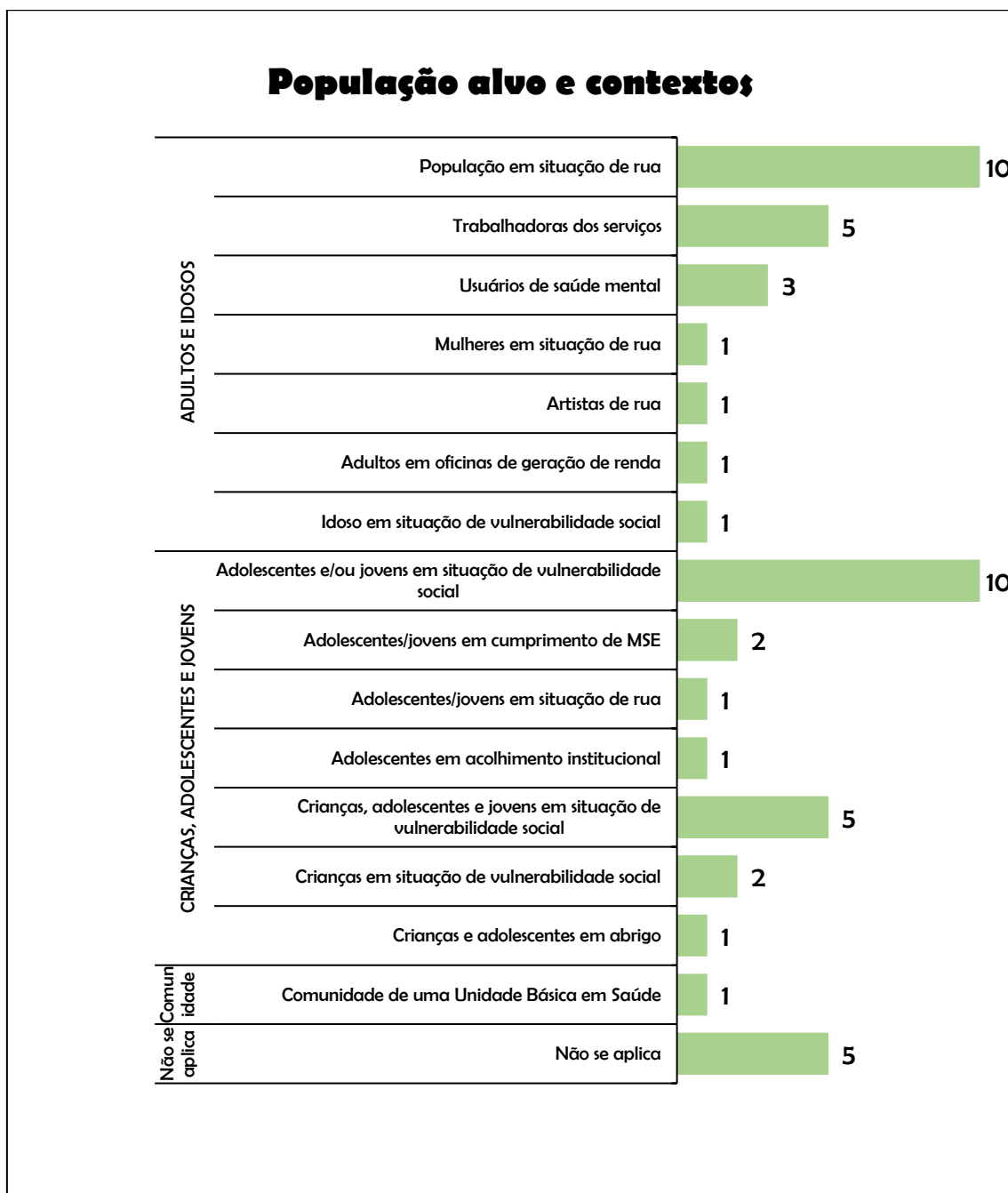


Figura 20 – População alvo e contextos

Dentro das populações procuramos identificar também o contexto a que se referiam. As temáticas que mais apareceram foram “Adolescentes e/ou jovens em situação de vulnerabilidade social” com 10 textos.

Sobre essa população de adolescentes e/ou jovens os textos sinalizam as dificuldades que enfrentam, como ser responsável pelo próprio sustento, lidar com

problemas familiares graves que violam seus próprios direitos, administrar sozinho os sentimentos de dúvidas em relação ao futuro – próprios do período – que geram ansiedade e medo, a violência estrutural que atravessa todos os segmentos e atropela os jovens todos os dias, o olhar do outro que os ignora ou os rejeita, são realidades fortes e brutas que os jovens da periferia precisam enfrentar em seu cotidiano. Os resultados também desvelam a invisibilidade política dos jovens, que não se sentem pertencentes e não tem voz para alocar suas demandas, sendo silenciados por um sistema que os oprime. Quanto menos possibilidade de se manifestar, menos consciente, menos comprometido e menos disposto a mudar essa realidade o jovem estará. Dessa forma, eles entram em um ciclo que retroalimenta sua não-existência social, e por não estarem pertencentes ao social, não se sentem parte, não participam, não questionam coletivamente, voltam-se para uma análise individual de sua vida encontrando muitas vezes ou uma situação de doença (depressão/suicídio) ou atos extremos que reverbera em mais violência contra eles, como o envolvimento em situações ilícitas.

A vulnerabilidade social dos jovens envolvidos com a criminalidade está ligada à insuficiência de serviços públicos no território e à falta de ações do estado na provisão de direitos sociais básicos. De maneira geral, os jovens pobres são atravessados por preconceitos e estigmas que estão claramente relacionados à sua condição social. Os jovens relacionados a atos infracionais enfrentam de modo mais intenso esses rótulos, sendo mais criminalizados que jovens de outras camadas sociais. Os jovens pobres têm cotidianamente seus direitos violados. Vivem em locais carentes de bens e equipamentos urbanos e sociais, baixa escolaridade, baixa renda familiar, presença de trabalho e consumo de drogas. A baixa escolaridade dificulta a inserção no mercado de trabalho o que pode ocasionar a ligação com atividades ilícitas. Os estudos denunciam os déficits no acesso aos serviços e direitos dos adolescentes. São imprescindíveis ações de enfrentamento dessa situação.

As populações femininas enfrentam, ainda, outras situações que os adolescentes do sexo masculino não arcam, característica que demonstra a disposição de gênero da nossa sociedade. Além de todos os atravessamentos que se passa por estar em um grupo fragilizado, o recorte de gênero nesses grupos sempre demonstra as representantes do

sexo feminino com uma carga maior, com maiores responsabilidades e com um controle muito maior das instituições e comunidade como um todo. De modo geral, as mulheres são mais cobradas, mais vigiadas, mais controladas, possuem mais tarefas e mais responsabilidades e os ambientes são perpassados pela lógica e necessidade masculina, ainda que serviços sejam oferecidos, como no caso o lazer, eles terão como objetivo a satisfação da população masculina.

Os adolescentes não possuem programas de atenção específicos tanto na rede de saúde quanto na rede de assistência social. Não há estratégias específicas para as questões dessa população. A escola tem sido um dos únicos equipamentos sociais que se volta para os adolescentes. Para agravar esse quadro, observa-se que um número bem expressivo de jovens está fora do ambiente escolar. Repetências, necessidade de trabalhar, ausências, são motivos elencados pelos jovens para esse fato ocorrer. Porém é notório que o contexto de desigualdade social vivenciado pela maior parte da população brasileira e, por conseguinte pelos jovens, influencia de forma determinante na possibilidade do jovem de frequentar a escola e manter-se nela. O descaso das políticas públicas para essa população também afeta a educação da população jovem.

Ora, se a escola é ainda o único ponto institucional que oferece algum serviço para o adolescente, é imprescindível reordenar o modo de se atuar enquanto ensino para o público adolescente, buscando formas de estimular os jovens a permanecerem na escola, a se apropriarem do direito de receber educação e conhecimento. Propiciar a permanência do jovem na escola, bem como uma aprendizagem que faça e gere sentido para o educando são os dois eixos a serem enfrentados para reverter esse quadro de evasão. Isso mostra a necessidade de articulações na rede pública e na sociedade a fim de buscar caminhos para o enfrentamento da ausência de políticas públicas para os jovens.

Por meio das ações relatadas pelos terapeutas ocupacionais, que em sua grande maioria buscaram trabalhar o resgate da cidadania, o pertencimento e a autonomia dos indivíduos, os jovens passaram a ter voz. Os resultados demonstram a importância da terapia ocupacional social com esse público, permitindo um novo papel para esse jovem em sua própria vida, reinventando seu modo de se posicionar. Entre outras conquistas, os

textos revelam que foi possível que esse público experimentasse se expressar, constituir sua identidade, refletir sobre sua realidade, ser ouvido e sentir-se “olhado”. Ao sentirem-se “pertencentes” desejaram multiplicar esse sentimento na comunidade. Essa visibilidade trouxe uma mudança nos seus sentimentos, reflexões e ações.

Através da expressão na arte os sujeitos em situação de vulnerabilidade e/ou desfiliação, conseguiram se expressar, receber o olhar do outro e assim firmar uma identidade. Nesse processo eles desenvolvem um olhar crítico que busca mudanças nos contextos em que estão inseridos. São modos de resistência à carência de políticas sociais, ao desmazelo com a população que segue à margem dos recursos sociais. É uma forma de potencializar a vida nos espaços vistos como da “marginalidade” e reconstruir sua própria imagem. Ao desnaturalizar as violências que sofre, o indivíduo pode entender-se como um igual, como um ser humano de direitos e assim potencializar a luta pela igualdade dentro da estrutura social da realidade brasileira, bem como - alterando sua visão de mundo - transformar a sua própria vida.

Destarte, a relevância dos espaços de ensino na mudança social emergiu dos textos no tema cidadania, tanto na importância dos espaços de educação de crianças, adolescentes e/ou jovens - a escola, os espaços de educação social, crítica, os projetos sociais - quanto o papel fundamental da universidade na formação acadêmica de profissionais éticos e capazes de reflexão e atuação crítica. A educação é constitutiva da personalidade em todos os seus níveis, ao longo da vida do indivíduo. Aqui, pudemos observar experiências na educação com jovens do ensino médio e no ensino superior. No ensino médio os profissionais resgatam e estimulam o exercício de cidadania dos jovens. No ensino superior, os futuros profissionais são qualificados para trabalhar com essa população através de estágios, projetos de extensão, entre outros. São habilitados a levar um olhar de cuidado e promotor de autonomia para dentro do ambiente escolar. Eles refletem a importância de estimular a autonomia dos sujeitos, permitindo espaço para diálogos, questionamentos, sugestões, dentro de uma construção coletiva. Desse modo os jovens se posicionam, exteriorizam suas ideias e expressam seus desejos, participando ativamente dos espaços propostos e isso fez o diferencial nos resultados obtidos pelos autores. Essa forma de construção coletiva, priorizando o espaço e o desejo do outro,

possibilitando reflexões sobre direitos de cidadania é um modo muito particular da terapia ocupacional social e é uma ferramenta de luta para lidar com a questão social.

[...] foi fundamental para que os participantes se apropriassem do espaço, se sentissem acolhidos e respeitados. Portanto, as oficinas de atividades, muito além das técnicas, facilitaram espaços de expressão, autoconhecimento e sobretudo possibilidade de existência. (SILVA; FREITAS, 2003, p. 115).

Defendemos a reflexão crítica e contínua acerca do processo de trabalho, tomando como pressuposto as dimensões técnica, ética e política que compõem a formação e habilitação profissional do terapeuta ocupacional; igualmente, que a existência prática e conceitual dessas tecnologias promova ações articuladas à questão social colocada para a vida desses jovens, na direção do alargamento do seu espaço na esfera pública, da ampliação da igualdade e do reconhecimento das diferenças, para que se produzam mais participação com mais liberdade, mais autonomia com mais solidariedade (LOPES, *et al.*, 2014, p. 591).

O papel da universidade na luta contra as expressões da questão social formando profissionais capazes de atuar sobre e contra ela e a importância da atuação da escola de assumir um comprometimento social de formar cidadãos (LOPES *et al.*, 2011), ambos se colocam como elementos fundamentais para a formação e multiplicação de cidadãos de direitos.

Há de se mencionar que sobre “População em situação de rua”, poderia ter sido somado “Mulheres em situação de rua”, porém achamos interessante sublinhar que dos onze textos que estudam pessoas em situação de rua, apenas um se refere à pesquisa com mulheres.

Ao mesmo tempo, porém, os 10 estudos encontrados não se apresentam como oriundos de uma pesquisa ou experiência com “homens” em situação de rua, se colocam como resultado de um público que denominam “população em situação de rua”, muito embora tenham estudado, apenas homens. À vista disso, no gráfico, usamos a nomenclatura elegida pelos autores nos artigos.

3.4 Terapia ocupacional e questão social

Os grupos de pessoas em processos de ruptura de suas redes sociais, os grupos de vulneráveis, os grupos de pessoas que estão fora do mercado de trabalho e por fim os grupos de desfiliaados, aqueles que agregam ambas situações: não possuem trabalho e suas redes sociais estão laceradas; esses grupos ameaçam a rotura de uma sociedade que se entende coesa e isso é o que caracteriza a questão social (CASTEL, 2015).

Essas características constituem a população brasileira em sua maioria, portanto, a questão social é um elemento posto para a terapia ocupacional. Como profissionais que têm na gênese de sua ação a participação social, é premissa que o olhar e a análise do terapeuta ocupacional considere a condição social dos sujeitos com quem atua. “Contribuir para intensificar condições de integração social e participação democrática é um dos propósitos da terapia ocupacional” (GHIRARDI, 2016, p. 69).

3.4.1 *Capitalismo e desigualdade estrutural*

A maior parte dos textos faz referência às características relacionadas com a desigualdade estrutural presente no Brasil. 50% dos textos falam sobre pobreza, 62% falam sobre desigualdade social e 36% dos textos falam sobre capitalismo, articulando esses fatores com a questão social. A pobreza, a violência, a precariedade material, a precarização do trabalho, a insuficiência de renda, a exploração do trabalho, o preconceito, o estigma de ser pobre, o racismo, são elementos que estão descritos nos textos analisados como fomentadores da questão social. Os autores, de modo geral, entendem que a questão social é decorrência de uma estrutura histórica, social e cultural, em que permanece a sociedade dividida em classes e os mais ricos subjogando os mais pobres.

Uma das questões centrais e sempre atual na análise do Estado contemporâneo é a que se refere à compreensão da gênese das políticas públicas – no nosso caso, com maior foco, das políticas sociais – a partir das estruturas econômicas e político-institucionais existentes. No Estado capitalista, baseado na valorização privada do capital e na venda do trabalho enquanto forma-mercadoria, em que essas estruturas têm intrinsecamente caráter classista, quais são as funções que competem a essas políticas? Quais são os limites objetivos a que estão sujeitas, dentro do leque de elasticidade paradigmático desse Estado, sejam quais forem os atores situados à frente dele? Quais são, portanto, as ações possíveis nesse contexto e em que medida são estas definidoras de mudanças observáveis e estáveis? Como inserir nesta análise os temas da cidadania, das transformações sociais, no sentido da construção de um mundo socialmente menos injusto? (LOPES, *et al.*, 2014, p. 592).

Segundo Lopes *et al.* (2014), os Estados capitalistas democráticos são formas institucionais de poder público que se caracterizam basicamente pela privatização da produção, dependência estrutural do processo de acumulação e legitimação democrática. Do ponto de vista do conteúdo esse Estado é determinado pelo desenvolvimento e requisitos do processo de acumulação, enquanto forma institucional, está sujeito às regras do governo democrático-representativo. Desse modo, as políticas do Estado capitalista são o conjunto de estratégias mediante as quais movimentam-se o acordo e a compatibilidade entre suas determinações estruturais. Sua estratégia geral de ação consiste em criar as condições através das quais cada cidadão seja incluído nas relações de troca. “Essa definição indica a diretriz que têm as políticas públicas; para que se cumpram as determinações do Estado capitalista, portanto, os dirigentes terão de governar dentro dos limites de autopreservação do sistema” (LOPES, *et al.*, 2014, p. 592).

Definidas como um caso particular das políticas públicas, segundo as autoras, as políticas sociais são aquelas relações e estratégias organizadas que objetivam criar as condições para que os proprietários da força de trabalho sejam incluídos nas relações de troca. Para ampliar as políticas sociais, são necessárias mudanças adotadas na forma de gerar, financiar e distribuir as prestações de serviços sociais pelos gestores do Estado, conciliando as exigências admitidas e as necessidades humanas já sancionadas com os requisitos de reprodução do capital. São inovações sociopolíticas que derivam da

correlação de forças entre os vários segmentos do capital e entre o capital como um todo e os demais atores da sociedade capitalista (LOPES, *et al.*, 2014).

Os textos abordaram as consequências do sistema capitalista que não tem cumprido sua função de propiciar a todos as condições para a sua inclusão nas relações de troca, no acesso aos serviços, bens, produtos e cultura necessários à uma vida condigna. Alguns autores citam a crise do sistema capitalista ao abordar a ausência do Estado na responsabilidade do fracasso da existência de grupos que permanecem participando do sistema de trocas de forma fragmentada, outros atestam que o capitalismo não necessariamente vive uma crise, a crise fundamenta e retroalimenta a existência desse sistema e quem sente seus efeitos nefastos são sempre os mesmos: a população pobre e vulnerável.

O cortiço é a forma de habitação proletária mais antiga na cidade de São Paulo. Seu surgimento relaciona-se com os primórdios da industrialização ocorrida nas últimas décadas do século XIX e mantém-se até os dias atuais.

Esta forma de habitação surge como “a mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora a baixos custos. Estima-se que a terça parte das habitações existentes em São Paulo era [no início do século XX] composta de cortiços” (KOWARICK; ANT, 1994, p. 74). (LOPES *et al.*, 2001, p. 31).

As classes pobres possuem uma outra dinâmica que está pautada em relações consensuais/afetivas e nas condições concretas de existência que as obriga a uma constante luta (Soihet, 2000). Apesar de um outro “modos vivendis”, seria falso estabelecer que elas – as mulheres pobres – não sofreram influência e influenciaram os valores e a moral das classes mais abastadas. Porém, na estrutura do sistema capitalista e patriarcal em que se desenvolveu o Brasil, nota-se que a realidade social das classes pobres, nessa como em outras questões, era submetida a um discurso racionalizador/disciplinador hegemônico que não as contemplava (LOPES; BORBA; REIS, 2003, p. 48).

As teorias sociológicas que enfatizam o conflito social salientam o caráter histórico, instável, transitório das sociedades. A visão conflitual da vida social é central na obra de Marx que é expressa na sociedade capitalista na forma da luta de classes. Em Gramsci (1970, p. 281-3), o ser humano é compreendido “como uma série de relações ativas (um processo)”. Para ele a humanidade está presente em cada individualidade, sendo composta de vários elementos: o indivíduo; os

outros homens; a natureza (GRAMSCI, 1970, p. 353-4). A relação entre os indivíduos e com a natureza é orgânica e vincula-se a entidades transindividuais. “Se a individualidade própria é o conjunto destas relações, construir para si uma personalidade significa, então, adquirir consciência de tais relações; e modificar a personalidade significa modificar o conjunto dessas relações” (GRAMSCI, 1970, p. 437-9). (BARROS, 2004, p. 93).

Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 o capitalismo monopolista começou a dar seus primeiros sinais de crise, depois de uma longa onda expansiva. Iniciou-se o desgaste do modelo de produção rígido de acumulação, cresceu o índice de desemprego, caíram as taxas de lucros, aumentou a inflação e as lutas sociais do trabalho passaram a reivindicar diretamente o controle social da produção. Diante desse quadro, o sistema não conseguiu dar respostas para contornar a crise que vinha tomando proporções globais (BEZERRA; TAVARES, 2009, p. 26).

Verificou-se que o “terceiro setor”, longe de estar à margem do mercado e do Estado, caracteriza-se como mais um fenômeno inserido e funcional às transformações da sociedade capitalista contemporânea, as quais ganham relevância na reestruturação produtiva e na reforma do Estado. Assim, ao inserir-se nesse espaço de atuação, fato crescente pela absorção de grande parte da força de trabalho dos terapeutas ocupacionais no “terceiro setor”, os profissionais são submetidos às repercussões de toda essa processualidade no cotidiano de sua prática profissional (BEZERRA; TAVARES, 2009, p. 31).

Bezerra e Trindade (2013) apresentam um estudo em que analisam o papel do terapeuta ocupacional dentro do sistema capitalista. Os autores fazem, segundo suas próprias palavras, uma “análise radicalmente crítica sobre o Estado” (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p. 432), denunciando que as políticas sociais, enquanto instrumentos estatais de amortização dos conflitos sociais, têm uma limitação estrutural para resolver os problemas sociais que está atrelada à natureza e à função social do próprio Estado. Afirmam também que tais políticas acabam cumprindo a função de impedir que as desigualdades sociais se agravem a ponto de colocar em xeque a reprodução da sociedade capitalista e questionam as possibilidades reais de elas eliminarem, de fato, a desigualdade social e contribuir para a luta da classe trabalhadora. Atendendo a

interesses opostos “as políticas sociais comportam uma contradição em seu interior” (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p. 432).

[...] o estudo está baseado no princípio de que a profissão de terapeuta ocupacional – mas não somente ela – apresenta, além de uma dimensão político-ideológica, uma funcionalidade econômica para o capital, traço esse inerente ao exercício profissional, devido à própria natureza da profissão e à sua forma de inserção na divisão social do trabalho capitalista. Sendo assim, a profissão participa do processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, na medida em que atua, através de políticas e serviços sociais, sobre as expressões da exploração da força de trabalho pelo capital, seja no seu aspecto biológico mais imediato ou não. É, portanto, seguindo essa linha de pensamento que conduziremos a reflexão que se segue, com intuito de demonstrar as particularidades do processo de constituição e desenvolvimento da profissão numa perspectiva ontológica marxiana (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p. 430).

Impossibilitado, então, de eliminar por completo os males sociais originários da exploração do trabalho, uma vez que eles só existem como expressão dela, o Estado buscou aperfeiçoar as formas de administrar as desigualdades sociais através de recursos políticos que em nada alteram a sua essência ou que vão ao encontro da lógica reprodutiva. Nesse contexto, a sociedade burguesa provocou uma cisão teórica entre as esferas econômica e política, com o intuito de mistificar essa natureza de classe do Estado e de apresentá-lo como um instrumento acima das classes, capaz de eliminar os males sociais a partir de uma administração pública calcada nos princípios de justiça e eficiência. Visto dessa forma, segundo Holloway (1982), o Estado abstrai os indivíduos das relações capitalistas de produção e toma todos como indivíduos iguais, no plano jurídico-legal: os cidadãos. A cidadania, então, é um princípio baseado na existência da desigualdade real, entre os indivíduos, no âmbito da sociedade civil, ou seja, um conceito preso aos limites da ideologia burguesa (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p. 432).

Fazendo um resgate histórico da profissão, Bezerra e Trindade (2013) lembram que, nos EUA, ao ampliar sua intervenção através de serviços e políticas sociais na idade dos monopólios, o Estado requisitou diferentes profissionais para executar tais políticas, dentre eles, os terapeutas ocupacionais. Coube ao terapeuta ocupacional a função de restaurar a força física de trabalho através de programas de reabilitação profissional destinados aos deficientes e aos portadores de sequelas de guerra, necessários à industrialização capitalista. Destarte, os programas de reabilitação, originados também da

luta dos trabalhadores, apresentam em seu interior a contradição inerente às políticas sociais: preservam a saúde do trabalhador e possibilitam a expansão da economia capitalista para a realocação/manutenção da exploração de sua força de trabalho. “[...] a Terapia Ocupacional cumpre, então, funções no plano econômico, ao recuperar os incapacitados da porção estagnada do exército de reserva [...]” (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p. 433).

Olhar esse passado não é tarefa fácil, mas essa análise crítica, “radicalmente crítica”, é fundamental para, ao lembrar de onde viemos, fortalecer o caminho para onde queremos ir. Enquanto profissionais de terapia ocupacional, precisamos estar atentos a estas contendas.

[...] é necessário que o terapeuta ocupacional tenha clareza de que a sua ação profissional está ligada ao processo histórico da realidade, já que a Terapia Ocupacional emerge e se desenvolve na sociedade capitalista para atender às necessidades antagônicas (capital x trabalho) dessa sociedade. Por isto, as possibilidades da profissão estão condicionadas aos limites do sistema capitalista, mas podem estar mais próximas, ou mais distantes do projeto social dos trabalhadores, dependendo da orientação dada pelo profissional à sua intervenção junto a esses sujeitos (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p. 436).

A importância dos movimentos sociais, a intersetorialidade, a economia solidária, o fortalecimento de redes sociais e de suporte, o resgate da cidadania e a autonomia, são elementos elencados pelos autores para contrapor a produção de miséria causada pelo sistema capitalista.

Na sociedade contemporânea há um processo denominado por Habermas (1987) colonização do mundo da vida pela técnica e pela ciência. Tal processo seria causado pela fusão da técnica e da ciência com os sistemas de dominação, remetendo à teoria sobre a ideologia tecnocrática como organização social-ideológica decorrente de um estágio de ações intervencionistas do Estado como resposta a reivindicações de movimentos sociais e para manutenção dos modos de produção capitalista, processo que sugere uma melhoria das condições de vida das massas com base no desenvolvimento técnico-científico e na substituição da discussão política pelas orientações técnicas. Ciência e tecnologia passam a funcionar como as principais forças produtivas e

de coesão ideológica, como a forma privilegiada de legitimação da dominação, manutenção de um processo de despolitização das massas e de ocultação da violência social subjacente às relações de produção e ao modo de existência imposto (FIORATI, 2014, p. 446).

A intersetorialidade vem sendo entendida como uma dinâmica importante na construção de mecanismos de coesão social numa sociedade globalizada, diante de um capitalismo transnacional, a partir do qual as transformações das relações internacionais levam a uma constelação pós-nacional em que as dimensões econômicas se impõem às necessidades sociais e os Estados-nação não conseguem manter suas políticas sociais de bem-estar e nem intervir mais como uma instância reitora entre os interesses do capital e as sociais (FIORATI, 2014, p. 449).

Às vezes parece até que a gente tem um problema que vai pegar nos outros [...] Eu queria saber por que que não pode ficar na rua. [...] Só sei que tem lugar que não pode e pronto. É só a gente chegar e o povo já pega o telefone, liga pra guarda [...] Eles chegam e tiram a gente de lá (C.D.).

A fala acima dá pistas do que fundamenta essa lógica distorcida que coloca a segurança pública em tarefa permanente de combater a população em situação de rua. Ao sugerir que o tratamento que recebem remete à relação que se estabelece em situações de “contágio”, aponta para o cerne da questão: em uma sociedade capitalista, a miséria não é um produto, mas um resíduo inevitável, que se pretende manter afastado dos espaços sociais. O morador de rua é, então, o fantasma que assombra o resto da sociedade, denunciando a presença da miséria e, ao mesmo tempo, anunciando a possibilidade do futuro de qualquer um. Os moradores em situação de rua são “estranhos e prejudiciais ao espaço, sobretudo à sua imagem; os trajetos desses indivíduos causam desconforto e embaraço aos demais habitantes urbanos, onde o seu afastamento assume os traços de medo de contágio” (Martins, 2000, p. 04). Isso ajuda a compreender por que, nas narrativas, o agente de segurança parece assegurar a proteção dos moradores da cidade, que não inclui proteger o morador em situação de rua: ele protege a todos, inclusive a si mesmo, do que o morador de rua representa (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, p. 1258).

A condição de rua, vivenciada por um número crescente de pessoas nas regiões urbanas, é de extrema relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas. A análise das condições histórico-estruturais que deram origem a população em situação de rua remontam ao fenômeno da pauperização vivenciado por países da Europa Ocidental no período pré-industrial (SILVA, 2009).

Entretanto, o aumento sensível do número de pessoas em exclusão social é percebido principalmente em decorrência da crise do modelo social, econômico e político dos Estados de Bem-Estar Social, a partir da década de 1950, nos países europeus. O Estado de Bem-Estar Social, que delegava ao Estado a responsabilidade de elaborar, organizar e

desenvolver aspectos sociais, políticos e econômicos visando atender às necessidades da população, cede espaço para uma orientação de gestão política e econômica neoliberais. O papel do Estado, nesse modelo, é gerir os recursos da nação, não se responsabilizando pelo desenvolvimento de ações e serviços, ficando a sociedade e seus diferentes atores responsáveis por organizar-se e prover a assistência necessária. Dessa forma, com o neoliberalismo, a seguridade social deixa de ser tarefa do Estado, o que compromete o vínculo social, aspecto que se agrava com a transformação das relações entre a economia e sociedade, decorrentes da crise do sistema produtivo capitalista e dos modos de constituição das identidades individuais e coletivas (PEREZ *et al.*, 2014, p. 136).

As atividades do estágio profissional foram desenvolvidas com frequência de dois encontros semanais. Às terças-feiras era realizado o Grupo de Vivência em Ocupações Profissionalizantes, com o objetivo de criar oportunidades para o participante experimentar, aprender, ensinar, criar e, assim, reconhecer-se como sujeito, com história, desejos, direitos, potências e fragilidades (PEREZ *et al.*, 2014, p. 138).

Cabe analisar a questão social como uma questão política, econômica e ideológica que remete a uma determinada correlação de forças entre diferentes classes, inserida no contexto mais amplo do movimento de luta pela hegemonia (GRAMSCI, 1988). Determinados momentos são mais favoráveis à expressão das demandas do trabalho e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento por parte do capital e do Estado, ocupando o espaço público e exigindo acesso aos seus fundos, exigindo outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. Isso se dá, dentro dos limites da sociedade capitalista, pela via da cidadania e dos direitos sociais (LOPES, *et al.*, 2014, p. 592, p. 592 e 593).

[É preciso] refletir acerca da conformação do trabalho capitalista. Nesse sentido, é imprescindível avaliar em profundidade como o trabalho tem se configurado na sociedade atual e, principalmente, de que maneira ele está disponível/acessível para absorver as parcelas excluídas da sociedade [...].

É a partir da discussão do sentido do trabalho e de sua configuração que se faz um diálogo efetivo com a economia solidária como modelo viável e condizente com a perspectiva da saúde mental. Entretanto, antecipa-se aqui que, sob o olhar da economia solidária, a construção do trabalho, sua função e sentido para o sujeito rompem em vários aspectos com o modo de produção capitalista, o que requer o aprofundamento teórico e prático sobre o que significa o trabalho solidário e quais transformações nas relações de trabalho são necessárias (MORATO; LUSSI, 2015, p. 72).

Castel (1993 apud COSTA, 2005) denomina “sobrantes” os indivíduos que foram considerados inválidos pela conjuntura econômica e social. Como não participam do processo de circulação de mercadorias,

simplesmente sobram. Nesse contexto, pode-se incluir a população em situação de rua. A exclusão é um processo de perdas não apenas materiais, mas também afetivas, que coloca os que não produzem, os “sobrantes”, na beira da sociedade capitalista. São necessárias medidas públicas que reconheçam essa população e busquem identificá-la pelo que produz, e não pelo que nela falta ou está ausente (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 349).

No campo social, o terapeuta ocupacional vai dirigir o foco de sua ação para pessoas, grupos e/ou comunidades que vivenciam diversos processos, dentre eles os de ruptura das redes relacionais e de suporte, tais como as pessoas em situação de rua. Parte-se do entendimento de que a sociedade capitalista cria constantemente diversas situações de risco e vulnerabilidade social que geram impedimentos de ordem diversa (preconceito, insegurança, ruptura de vínculos, rotina danosa, desvalor, desproteção, entre outros) à participação social das pessoas em igualdade de direitos, podendo levar a violação de direitos e fragilidade ou negação da condição de cidadania (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 336).

A partir dos relatos, nota-se que a discriminação e violência sofridas por essas pessoas se manifestam de diversos modos, inclusive na forma institucional. Silva (2009) afirma que a implementação de políticas sociais, numa sociedade capitalista neoliberal, faz com que essas sejam dirigidas de forma residual e restritiva, de modo que a população em situação de rua acaba não sendo atingida de forma mais efetiva, em decorrência de critérios excludentes dessas políticas, tais como as exigências formais de portar documentos de identificação e ter moradia fixa, que reduzem as possibilidades de acesso aos serviços que por direito lhes deveriam ser assegurados (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 341).

Compreende-se, pois, que lidar com a vida no plano real e no campo social exige um exercício contínuo ao terapeuta ocupacional de ir de frente às resolubilidades imediatistas incentivadas pelo modo de ser capitalista, buscando a coerência de suas práticas com os contextos nos quais elas irão se desenvolver. (NEVES; MACEDO, 2015, p. 408 e 409).

Para Antunes (2008), as muitas transformações no mundo do trabalho, vivenciadas mais fortemente a partir dos anos 1990 e que atingiram centralmente os países capitalistas desenvolvidos, tiveram fortes repercussões nos países em desenvolvimento, especialmente nos intermediários, dotados de um parque industrial significativo, como é o caso do Brasil. Ao abordar a precarização estrutural do trabalho em escala global, esse autor refere que o quadro brasileiro é muito grave e que durante a década de 1990 houve uma significativa reestruturação produtiva no setor industrial e de serviços, consequência da nova divisão internacional do trabalho, que exigiu mudanças tanto na organização da produção quanto em seus processos de redistribuição territorial. [...]

Constatou-se uma ampliação das modalidades mais desregulamentadas de trabalho, distantes e mesmo burladoras da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira a trabalhadores sem carteira assinada. Assim, igualmente, a partir dos anos de 1990, aumentou significativamente no país o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho temporária, para dar conta da grande demanda do mercado empresarial por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício e sem registro formalizado (BREGALDA; LOPES, 2016, p. 484).

Neste processo, uma das transformações significativas que modificaram o cotidiano na cidade de São Paulo, nas últimas décadas, está relacionada ao debate sobre as concepções de rua e às disputas pelo espaço público. Os processos de urbanização das grandes cidades brasileiras, como refere Magnani (1996), sofreram forte influência da reformulação de algumas cidades europeias, a exemplo de Paris do século XIX e seus grandes bulevares. Com as transformações urbanas e o avanço do capitalismo, outras mudanças foram consideradas necessárias, o que Magnani, ao citar Le Corbusier, define como urbanismo de racionalidade. Para Le Corbusier, era necessário “matar a rua”, ou seja, ordenar, delimitar o espaço da casa, do trabalho, do lazer (GALVANI *et al.*, 2016, p. 865).

Entretanto, Yúdice (2013) nos alerta sobre os usos da cultura na era global e analisa, minuciosamente, seus efeitos nas distintas esferas da política e economia, o que a torna uma noção convencional esvaziada de sentido. Para ele, “[...] a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, ou seja, para aumentar a participação nessa era de envolvimento político decadente, de conflitos acerca da cidadania e do capitalismo cultural. A relação entre a esfera cultural e a política ou cultural e econômica não é nova. Por um lado, a cultura é o veículo do qual a esfera pública emerge no século XVIII, e, como argumentam os estudiosos de Foucault e dos estudos culturais, ela se tornou um meio de internalizar o controle social, isto é, via disciplina e governamentalização, ao longo dos séculos XIX e XX” (YÚDICE, 2013, p. 26). (TAKEITI; VICENTIN, 2016, p. 33 e 34).

É preciso observar, compreender e atuar diretamente na realidade vivida localmente, mas é igualmente necessário ampliar a compreensão para o contexto macroestrutural. É preciso compreender como o capitalismo, o Estado e as políticas públicas sociais se organizam e se dinamizam (BORBA *et al.*, 2017, p. 207).

Em um contexto mais amplo, a precarização das relações e condições de trabalho, a flexibilização e o desemprego estrutural que ganham contorno a partir dos anos 1970, quando a crise capitalista inicia um processo de reestruturação produtiva mundial, provocaram impactos na economia, bem como intensas mutações sociais, políticas e ideológicas, caracterizadas no Neoliberalismo, na privatização do Estado e na

desregulamentação das leis trabalhistas (ANTUNES, 2000, 2009, 2013). (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017, p. 780).

Diante da fragilidade das relações de trabalho e das redes sociais de suporte da população em situação de rua, são necessárias proposições de alternativas econômicas e sociais que respondam às suas demandas, garantindo o resgate de sua autonomia e independência (GHIRARD *et al.*, 2005). Nesse contexto, a Economia Solidária torna-se possibilidade, especialmente, no que tange ao potencial de geração de renda e inclusão social, bem como alternativa ao modo de produção capitalista.

Para Singer (2002, p. 10), a “[...] economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual [...]”. Baseia-se na igualdade e nos princípios da autogestão, participação democrática dos membros, propriedade coletiva dos meios de produção e horizontalização das relações (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017, p. 780).

Como observamos no estudo, para os participantes, o ato de consumir só é viabilizado por meio do trabalho, como mostra o relato de P1. Ao atender às necessidades para a existência social dos sujeitos, o ato de consumir torna-se elemento central na sociabilidade humana (SILVA, 2009; ANTUNES, 2013). O sistema capitalista, entretanto, transforma esse elemento em um trabalho assalariado, alienado e fetichizado, reduzindo a finalidade central do ser social a um meio obrigatório de subsistência, tornando-se mercadoria para a valorização do capital (ANTUNES, 2013). Assim, o trabalho e a questão financeira são encarados como obrigatórios, sem os quais não é possível sobreviver ou subsistir, nem a seus dependentes, como a família, conforme o relato na seqüência (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017, p. 783).

Em síntese, identificamos o caráter emancipatório do trabalho na concepção dos participantes, que está relacionado ao desenvolvimento de autonomia e independência. No entanto, o sentimento de responsabilidade vinculado ao trabalho apareceu de forma articulada ao modo de produção capitalista que, na prática, é contraditório aos processos de emancipação social das pessoas (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017, p. 790).

3.4.2 *O social: contexto e campo*

O contexto social é um conjunto de características, concernente à vida das pessoas, que dão conta de sua singularidade, suas características, suas redes de sociabilidade, entre diversos outros elementos. O contexto social deve ser abordado pelo

terapeuta ocupacional em sua ação profissional indiferente da subárea em que realize sua função. Para além de técnicas específicas, das problemáticas que acometam os grupos e populações, os coletivos e os indivíduos, o terapeuta ocupacional deve dedicar-se ao desenvolvimento de ações que construam formas de inserção e participação na vida social (MALFITANO, 2016). O contexto social é posto para todos profissionais, em todas as subáreas. Podemos afirmar que o contexto social é comum a todos. Ou deveria ser. “Independentemente do grupo populacional e, conseqüentemente, subárea que se esteja abordando, parte-se do princípio que o contexto social de vida dos sujeitos é elemento inerente ao trabalho do terapeuta ocupacional” (MALFITANO, 2016, p. 117).

O campo social é o espaço concreto onde a vida acontece, de acordo com as possibilidades e limites impostos pelos fatores sócio-econômicos. É um campo interdisciplinar e intersetorial onde atuam diversas categorias profissionais, e, incluso, o terapeuta ocupacional. Demanda reflexões e intervenções que se dediquem à produção e/ou fortalecimento das redes sociais, formando, portanto, desafios e questionamentos que propulsionam no terapeuta ocupacional a criação de estratégias para a promoção da autonomia e cidadania de populações em situação de vulnerabilidade social ou em situação de desfiliação. No campo social, o terapeuta ocupacional também assume um papel de articulador social (MALFITANO, 2005; MALFITANO, 2016).

A terapia ocupacional proposta com foco em processos econômico-sociais, de acordo com Ghirardi (2016), considera positivities coletivas em lugar de negatividades individuais, observa afinidades de capacidades, ao invés de exclusividade de limitações, e opera considerando as sistemáticas do fazer e da organização social em torno de fazeres que sejam necessários à economia coletiva.

Essa abordagem em terapia ocupacional coloca em relevo a esfera pública e comum, a dimensão coletiva da vida social cotidiana que se dá no encontro entre diferenças de várias ordens, de gênero, de classe, de culturas, entre tantas outras, e que determinam variações no modo de estar e de fazer mundos. À semelhança do encontro das *pororocas*, em que águas do rio e do mar se misturam para se transformarem em outra coisa que não é a simples somatória de duas águas, a terapia ocupacional interessa-se contemporaneamente pelas multiplicidades e pelas condições singulares que levam à criação de lugares de encontro e de trocas, sustentadas pela diversidade de fazeres e de formas de

produção. É possível, então, estabelecer outra gramática e provocar a expansão do imaginário profissional ao discutir a ocupação coletiva em lugares públicos, num deslocamento pragmático que coloca em cena o que é comum quando se trata de fenômenos sociais (GHIRARDI, 2016, p. 73 e 74).

Dos cinquenta textos analisados, 39 são do campo social. Destes, 34 se colocam dentro da subárea terapia ocupacional social, 68%. Observa-se aqui uma parcela de produções vinculadas ao Projeto METUIA. O Projeto METUIA é um grupo interinstitucional, de estudos, formação e ações pela cidadania, que desde 1998 tem como foco populações em processos de ruptura das redes sociais de suporte. O METUIA tem como objetivos:

Desenvolver e divulgar conhecimento no campo da Terapia Ocupacional Social;
Discutir o papel dos terapeutas ocupacionais na atenção territorial ou comunitária;
Possibilitar uma reflexão crítica sobre o lugar social do terapeuta ocupacional, através da caracterização da população assistida por esse profissional, no contexto das respostas oferecidas, com ênfase na atenção territorial e/ou comunitária em terapia ocupacional, revisando sua metodologia e instrumentos;
Estudar as populações em processo de ruptura de redes sociais de suporte: a situação de - crianças e adolescentes; adultos desabrigados, inimpregáveis e/ou supranumerários (Castel, 1998);
Desenvolver estudos teóricos e práticos sobre as atividades em terapia ocupacional como instrumento de auto-valorização e de produção de sentido pessoal e social que visam a ampliação dos espaços e a emancipação pessoal e social em projetos individualizados (mas sempre contextualizados) de melhoria de qualidade de vida;
Trabalhar em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, de caráter público, que atuem pela universalização de direitos de cidadania e para a busca da produção de formas de consolidação e/ou criação e ampliação das redes sociais de suporte de grupos populacionais em processos de desfiliação;
Sensibilizar e formar estudantes e profissionais de terapia ocupacional para atuar no território, em espaços comunitários e em instituições sociais, capacitando-os para, a partir da demanda da população, contribuir para o equacionamento de suas necessidades e para uma escuta e uma intervenção que se construa com o Outro em seu contexto e história (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002, p. 367 a 368).

Lopes, Borba e Capellaro (2011) atestam também:

[...] fomentar estratégias para operar na criação e/ou no fortalecimento das redes sociais de suporte para pessoas em processo de ruptura das redes sociais de suporte, com vistas à sua maior autonomia e inserção social, utilizando essas experiências para aglutinar materiais que se traduzam em produção de conhecimento sobre essa realidade e em parâmetros acerca das possibilidades de intervenção, bem como na formação de quadros de recursos humanos com base em uma atuação direcionada para a dimensão territorial, para o desenvolvimento da convivência, para a superação da abordagem calcada na dimensão clínica/ individual, porém respeitando as singularidades dos sujeitos, tendo como pressupostos os princípios decorrentes da busca do exercício radical da democracia e dos direitos decorrentes da cidadania (LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011, p. 561).

Vinte trabalhos são do grupo METUIA, e dez trabalhos são de pesquisadores que têm, ou tiveram no momento da produção e publicação do artigo, vínculo com o grupo. Eles somam trinta trabalhos, o que significa 60% do total de artigos no campo social. Dos textos da terapia ocupacional social, o METUIA representa 82%. A leitura que fazemos desse fato é de que a produção em terapia ocupacional, nos parâmetros aqui estabelecidos, ainda está centralizada em determinados autores que vêm ao longo dos anos buscando construir a especificidade da terapia ocupacional social. Para a solidificação da nossa atuação nesse campo, faz-se necessário o olhar de outros profissionais e pesquisadores de todas as subáreas da terapia ocupacional. Essa necessidade – e pode-se incluir sua premência – justifica-se pela grande abrangência da questão social no solo brasileiro, visto sua desigualdade social. O perfil da maior parte dos brasileiros está descrito nos textos que aqui foram analisados: pobres, explorados, negros, à margem e à distância de um cuidado social que fundamente sua ação no resgate da cidadania.

Do total de textos analisados, 27 (54%) instituem a cidadania como eixo articulador da prática do terapeuta ocupacional no campo social.²⁴

Sobre o embasamento teórico para a atuação da terapia ocupacional no campo social, os textos indicam o compromisso de olhar para as necessidades da população, a prática coletiva e uma referência significativa aos modos de fazer e pensar do educador Paulo Freire, que preconizava a educação como um duplo processo, ou mesmo, um processo social, onde os homens se educam em comunhão. Essa proposta de educação sedimenta a ação-reflexão como ponto constitutivo. Significa que a teoria e a prática não se separam, toda reflexão ressalta a teoria e a teoria sem ação não é verdadeira. A ação técnica não se dissocia da ação política.

13 textos citaram o autor:

“(...) o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem junto e em que os 'argumentos' de autoridade" já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1987). (SILVA; FREITAS, 2003, p. 114).

Adotamos na terapia ocupacional social alguns princípios que estão em Freire (1978, 1979) como a forma de trabalhar a partir da noção de processo: “o processo do ato de aprender, é determinante em relação ao próprio conteúdo da aprendizagem. Não é possível, por exemplo, aprender a ser democrata com métodos autoritários” (FREIRE, 1979). Há ainda que mencionar dois elementos fundamentais que emprestamos de Paulo Freire para desenhar a terapia ocupacional social: a conscientização e o diálogo (BARROS, 2004, p. 95).

²⁴ (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014; SILVA; CARDINALI; LOPES, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016; SABINO *et al.*, 2017).

Paulo Freire também nos ensina a não dissociar a prática profissional da obrigação de perseguir conhecimentos abrangentes e enraizados e, como Basaglia e Ongaro-Basaglia (1977), não dissocia ação técnica da ação política. Trata-se de buscar elementos para uma compreensão da realidade apoiada no rigor para poder intervir de forma eficaz. Por isso Freire pensa a educação ao mesmo tempo como ato político, como ato de conhecimento e como ato criador. Acho que é possível trilhar seus passos e ver a Terapia Ocupacional ao mesmo tempo como ato político, como ato de conhecimento e como ato criador (BARROS, 2004, p. 95).

Outro aspecto que tem permeado o início dos estágios é a procura pela diferenciação do papel do terapeuta ocupacional diante dos demais técnicos, acompanhada pela formulação do que é a atuação da terapia ocupacional junto às pessoas em situação de rua, bem como do estranhamento com relação à saúde inserida em problemáticas mais amplas do que as de costume. É importante esclarecer que a equipe técnica pauta-se por diretrizes e formulações de Paulo Freire (1985), especialmente, na sua visão de educadores sociais necessários (LOPES; PALMA; REIS, 2005, p. 58).

Freire, no âmbito da discussão sobre a terminologia “extensão” e de seu posicionamento sobre uma postura ativa e de reciprocidade de todos os atores em uma relação dialógica, propõe a utilização da palavra “comunicação”. Para esse autor, a teoria e a prática não se separam, pois, toda reflexão ressalta a teoria, sem a qual a ação não é verdadeira. Sendo assim, impõe-se que se tenha uma clara e lúcida compreensão da ação realizada, que envolve uma teoria, a qual ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma realidade da qual se apropria (LOPES *et al.*, 2010, p. 143).

Com base nos aportes teóricos da Terapia Ocupacional Social e da Educação como Prática para Liberdade, eram utilizadas estratégias de intervenção na perspectiva do incentivo à leitura e à escrita, mas eram privilegiados a possibilidade de criação de outras formas de estar no grupo e de se relacionar, no sentido do estabelecimento de relações democráticas e respeitadas [...] (LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011, p. 235).

A conjunção de fazeres, embebidos na leitura da função educativa de Paulo Freire, ganha um tom político, buscando:

“uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no [...] clima cultural [...], que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade [...] no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção” (Freire, 1978, p.59).

É a partir das (escolhas de quais) e nas (durante o processo) atividades que se objetiva a constituição de sujeitos históricos, sujeitos capazes de

apreenderem sua realidade, de se conscientizarem e agirem sobre ela – transformando-a (Freire, 1978). (LOPES *et al.*, 2011, p. 282).

Com o apoio dos pressupostos teórico-metodológicos da terapia ocupacional social e da educação para a liberdade defendida por Paulo Freire, as Oficinas de Atividades têm se constituído como uma tecnologia social de aproximação, (re)construção de projetos e ampliação de redes de suporte junto a jovens advindos de grupos populares urbanos em situação de vulnerabilidade social (LOPES *et al.*, 2011, p. 288).

A discussão do processo de intervenção, tanto em termos da educação quanto da ação terapêutico-ocupacional, ocorreu a partir de autores tais como Paulo Freire e aqueles do campo da Terapia Ocupacional Social (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013, p. 937).

[...] é necessário buscar recursos que ampliem as redes sociais de suporte a esses jovens, criando espaços de pertencimento e possibilidades de tomada de consciência crítica que, conforme Freire (1979a e 1979b), possam tensionar o estado de desigualdade generalizada (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013, p. 939).

[...] da “Educação para a Liberdade” e outras contribuições do educador Freire (1979a e 1979b) (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013, p. 941).

Além desse, outros referenciais somaram-se para constituir o escopo teórico que ampara toda a crítica social e política subjacente à prática no campo social: Karl Marx, Gramsci, Franco Basaglia, Michel Foucault, Erving Goffman, Paulo Freire, entre outros (FIORATI, 2014, p. 444).

Fundamentando-se nas premissas de Paulo Freire, o planejamento das ações envolveu a valorização da prática dialógica, a utilização de situações da realidade para problematizar e aproximar os temas das vivências dos adolescentes, a dimensão subjetiva como condição para a transformação da realidade e o reconhecimento do processo de práxis como imprescindível para a construção de novas formas de pensar e fazer (PEREIRA *et al.*, 2014, p. 624).

Paulo Freire (2010, p. 77) explica que conscientizar-se “[...] implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.” Com a prática ativa, o diálogo e a reflexão crítica pode-se libertar o pensamento dos homens, uns com outros, “[...] na tarefa comum de refazerem o mundo e de torná-lo mais e mais humano [...]” (FREIRE, 2010, p. 75). (SILVA; CARDINALI; LOPES, 2015, p. 133).

O desenvolvimento de opiniões sobre o vivido e temas da atualidade permitiu a construção de um olhar para o entendimento sobre a realidade, mediatizado pelas experiências de cada um. Ao vivenciar ativamente o processo, dialogar e conscientizar-se, criam-se estratégias

para transformação do sujeito e da realidade em que se vive (FREIRE, 2010). (SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015, p. 136).

Consideraram-se as capacidades criadora e transformadora dos participantes que, ao produzirem bens materiais em suas relações com a realidade, também produzem instituições sociais, seus ideais e suas concepções (FREIRE, 2010). “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2010, p. 90). (SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015, p. 140).

A relação entre Educação Não Formal e Cultura não é recente: nasce do movimento de educação popular de Paulo Freire, um diferencial de ação cultural junto a populações excluídas (DORNELES, 2011). Frequentemente, a juventude da periferia urbana é vinculada a um conjunto de fatores que a vulnerabiliza diante das consequências da desigualdade social (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016, p. 40).

Ao realizar uma discussão abordando a relação existente entre cultura e educação, Freire (1980) alerta para a relevância do processo de conscientização de práticas educativas, como uma tomada de consciência da realidade social. O processo de reflexão crítica voltada para a inserção do sujeito na sua realidade social, segundo Freire (1980), pode envolver etapas que levam o sujeito de uma postura ingênua diante do mundo, para uma postura epistemológica, crítica. Este é o cerne da transformação social que emerge de um processo de conscientização e capacitação do sujeito para assumir o papel de denúncia diante de uma realidade de opressão social, comprometendo-se eticamente com a transformação (FREIRE, 1980). (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016, p. 41).

O processo de mudança da atitude de um coletivo em resposta ao desafio do problema social que vivenciavam, demonstra, antes de tudo, uma mudança dos próprios sujeitos. Neste sentido, como afirma Paulo Freire (1980, p. 37), [...] a resposta que o homem dá a um desafio não muda só a realidade com a qual se confronta: a resposta muda o próprio homem, [...] o homem se cria, se realiza como sujeito, porque esta resposta exige dele reflexão, crítica, invenção, eleição, decisão, organização, ação (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016, p. 42).

Trabalhamos com uma metodologia alicerçada em processos e em relações dialógicas, numa perspectiva freiriana (FREIRE, 2011), conduzidos por estudantes e educadores a partir de iniciativas que denominamos “exercícios etnográficos”, entre 2007 e 2013 (GALVANI *et al.*, 2016, p. 860).

Esta experiência renova a necessidade de reflexão sobre o constante exercício de crítica de posições cristalizadas sobre a dimensão coletiva do conhecimento. Afinal, quem ensina quem? Ela nos remete, ainda, à criação de tecnologias no campo da terapia ocupacional social. Ler o contexto e criar campos partilhados de criação (estudantes, terapeutas,

pesquisadores, comunidade, grupos sociais) são movimentos necessários para a emersão conjunta da (na) cotidianidade e para a transformação social (BARROS, 2004; FREIRE, 2011). (GALVANI *et al.*, 2016, p. 866).

Além do referencial teórico-metodológico da terapia ocupacional social, as ações relatadas nos artigos selecionados e as metodologias utilizadas também se fundamentam nas reflexões de Paulo Freire e buscam construir com os adolescentes processos de autonomia, cidadania, empoderamento e formação de sujeitos de direitos. O pensamento dialético-marxista de Freire baseia-se na concepção de constante transformação do mundo e da realidade. É durante a vivência e a escolha das atividades que os sujeitos históricos vão se constituindo, de modo que sejam capazes de apreender sua realidade, conscientizarem-se dela e, assim, agirem sobre ela para transformá-la (FREIRE, 1978, 2006).

Diante do exposto, os resultados descritos nos artigos selecionados se coadunam tanto com os referenciais da terapia ocupacional social quanto com as reflexões advindas de Paulo Freire, sendo eles: o fortalecimento de vínculos, a melhora na comunicação, o comportamento descontraído dos adolescentes, a apropriação dos direitos, o exercício da autonomia, a ampliação da participação social e a realização de projetos pessoais (SABINO *et al.*, 2017, p. 637).

Outro recorte teórico, relativo aos fundamentos para a atuação do terapeuta ocupacional na questão social, refere-se às citações da produção científica da subárea terapia ocupacional social. Essas produções foram citadas em quarenta artigos²⁵. Esse número significa 80% do total de artigos, um valor expressivo dentro de nossa análise.

²⁵ (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; ROCHA, 2006; LOPES, 2006; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011; BEZERRA; TRINDADE, 2013; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; JURDI; SCRIDELLI, 2014; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014; MORATO; LUSSI, 2015; SILVA; CARDINALI; LOPES, 2015; OLIVEIRA; COSTA, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; NEVES; MACEDO, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; BREGALDA; LOPES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016; TAKEITI; VICENTIN, 2016; SABINO *et al.*, 2017; BORBA *et al.*, 2017; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017).

Destes quarenta artigos, que abrangeram todas as seis áreas neste estudo encontradas, 12 citaram as publicações para embasamento teórico de seus textos na problematização das expressões da questão social, e 28 utilizaram fundamentando a prática da terapia ocupacional social:

O campo social implica uma leitura da realidade e da problemática expressa pela pessoa que só se alcança através de recorte metodológico específico, que seja capaz de revelar e interagir com aquilo que se oculta nas manifestações que apenas de forma superficial e reducionista podem ser vistas como restritas ao indivíduo. É preciso trabalhar e desenvolver instrumentos para a interpretação da realidade pessoal-social e, também, guias para a atuação pessoal e social num universo complexo de interações e interconexões. Trata-se de discutir a terapia ocupacional através de características, problemas e necessidades concretas da população com a qual se trabalha e o papel social que as atividades podem propiciar, como instrumento de emancipação e de reconstituição de histórias e contextos (LOPES *et al.*, 2001, p. 35).

Neste sentido, parece-nos fundamental, para a terapia ocupacional, aceitar os desafios que se impõem na sociedade brasileira de nossos dias, no campo das populações em processos de desfiliação, ou seja, de grupos sociais inscritos numa dupla fragilização (de vínculos sociais e afetivos). É com essa perspectiva que trabalhamos no Projeto Metuia. [É objetivo do Projeto Metuia] desenvolver e divulgar conhecimento no campo da Terapia Ocupacional Social (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002, p. 367).

Para Galheigo (1999), o terapeuta ocupacional no Brasil, ao rever seu papel de adaptador social em favor do papel de articulador social, tem sido chamado a repensar a especificidade deste campo de ação. A autora percebe a necessidade da constituição de um campo de conhecimento teórico e prático que implica a possibilidade de refletir, articular e produzir o conhecimento necessário em três domínios, a saber: o macro-estrutural e conceitual, o político-operacional e o da atenção pessoal e coletiva. Tais planos se interpenetram no cotidiano, compondo a dinâmica da realidade profissional a que a terapia ocupacional social se filia: uma prática assentada na intersetorialidade e fundada na transdisciplinaridade.

A questão social torna-se novamente imperiosa para os terapeutas ocupacionais (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 100).

A terapia ocupacional social reformula-se a partir da aceitação deste desafio da busca de criar nexos entre aquilo que o processo social traz como demanda e o acúmulo produzido na terapia ocupacional acerca do conceito e das implicações das atividades como mediação (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 101).

[...] a terapia ocupacional social é historicidade, e só se define no contexto e na inter-relação: compreende a pessoa entre a objetividade de seu problema e a subjetividade da interpretação de suas necessidades, entre seu modo de perceber a vida e aquele do terapeuta ocupacional, entre a técnica e as dificuldades reais do cotidiano (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 102).

[...] o conceito de atividades em terapia ocupacional social é um construto, uma mediação de relações múltiplas, mas situada no tempo e no espaço culturais; é um conceito inacabado e incorpora em si essa incompletude, constituindo-se pelo movimento, pelo processo de comunicação em linguagem (verbal, gestual, sonora, ou seja, icônica, indicial e simbólica). Trata-se de um conceito que se realiza na experiência e na situação vivida. As atividades possuem matéria irreduzível que se empresta à significação, mas que impõe condição para sua atuação e define limites para a interpretação. Tais atividades são objeto que se constrói na comunicação, na experiência e na situação vivida segundo a história, as práticas sociais e os valores culturais que cada pessoa ou grupo social realiza de forma particular. Por isto, são ao mesmo tempo, objeto singular e plural, podendo configurar-se como instrumento de emancipação ou de alienação. Os objetivos, e os processos escolhidos para obtê-los, é que poderão caracterizar as atividades como promotoras de emancipação e de cidadania (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 102).

Ao buscarmos refletir trajetórias, percursos e histórias das mulheres em situação de rua e propormos uma forma de olhar para os mesmos, partimos de um dos pressupostos teóricos da terapia ocupacional social (Barros, Ghirardi, Lopes, 1999) quando esta nos diz que devemos orientar nossa produção de saber comprometidos com a população a qual assistimos e este compromisso se dá quando nos aproximamos de forma significativa da sua realidade e das suas necessidades (LOPES; BORBA; REIS, 2003, p. 52).

Os processos de ação em terapia ocupacional social tornam-se espaços sociais de negociação cultural e relacional, de produção ou de facilitação de participação da pessoa na vida coletiva, na elaboração de projetos de vida e no sentimento de pertencimento e, não podem ser compreendidos através de separações e disjunções. A ação do terapeuta ocupacional, ela mesma, permanece em movimento permanente (BARROS, 2004, p. 92).

O terapeuta ocupacional social trabalha com base na interpretação da demanda que é simultaneamente individual e coletiva. A interpretação é seguida de sua problematização, do estudo do contexto e da elaboração de projeto que envolve negociação constante. É nesse sentido que as noções de cidadania e de produção de identidades são guias da interpretação e da formulação de projetos de intervenção. A cidadania foi se tornando desde a década de 80, princípio orientador da ação de terapeutas ocupacionais que têm tido participação ativa em

diversos movimentos sociais como nos movimentos de luta pelo direito das pessoas com deficiência, dos portadores de transtornos mentais, de crianças e adolescentes. Além disso, vários terapeutas ocupacionais foram participantes ativos da luta pela universalização dos direitos de acesso aos serviços de saúde (GALHEIGO, 1997). Aliada à cidadania como eixo articulador da ação, passa a existir para o terapeuta ocupacional a exigência de habilitar-se para trabalhar problemáticas que surgem dos paradoxos de uma sociedade marcada pelas desigualdades (BARROS, 2004, p. 93).

A terapia ocupacional social busca um maior compromisso com a população que assiste por meio do conhecimento da sua realidade, das suas necessidades e das maneiras pelas quais as pessoas compreendem o seu mundo e o seu cotidiano. Promove um espaço para reflexões das possibilidades e limites da atuação na atenção a grupos sociais em processos de rupturas das redes sociais de suporte, exigindo um perfil profissional aberto às necessidades do outro, esse outro, aliás, contextualizado e em permanente relação com um meio que o produz e é produzido por ele, no qual o terapeuta ocupacional também participa e intervém (LOPES; PALMA; REIS, 2005, p. 56).

A atuação no campo social prevê projetos que se dediquem a criar e/ou fortalecer tais redes sociais de suporte, no âmbito individual e coletivo, a partir do contexto microssocial que o sujeito está envolvido, realizando o trilhar sempre constante com a macroestrutura presente (MALFITANO, 2005, p. 2).

Em nossa visão, o campo social é um campo interdisciplinar e intersetorial que demanda, enquanto função social dos profissionais na sociedade contemporânea, reflexões e intervenções que se dediquem à produção e/ou ao fortalecimento das redes sociais de suporte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, bem como em situação de desfiliação (MALFITANO, 2005, p. 6).

Contudo, a produção deste campo não deve estar restrita a discussão sobre o papel do técnico, mas também, e de forma extremamente relevante, a concepção e prática das políticas sociais (MALFITANO, 2005, p. 6).

[...] trabalha-se sobre os conceitos de Terapia Ocupacional no Campo Social compreendendo que a utilização da atividade enquanto recurso, inserida no interior da dimensão sócio-cultural daquele grupo, pode ser um instrumental para a discussão de direitos, cidadania e participação social dos sujeitos. A Terapia Ocupacional Social atua a partir do conhecimento da realidade daquele com quem trabalha e da aproximação daquelas necessidades, do seu mundo, da sua cultura e de seu cotidiano (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002). (MALFITANO *et al.*, 2006, p. 105).

A Terapia Ocupacional Social ocupa neste contexto um espaço apropriado, já que as crianças e adolescentes são vistos em sua complexibilidade e não há uma separação para lidar com os aspectos físicos, psíquicos e sociais, mas sim são “compreendidos como seres sociais, inseridos em um processo cultural e em práticas históricas, e não como uma somatória de partes fragmentadas” (BARROS *et al.*, 2002a, p. 98). (ROCHA, 2006, p. 40).

A terapia ocupacional social busca um maior compromisso com a população que assiste por meio do conhecimento da sua realidade, das suas necessidades e das maneiras pelas quais as pessoas compreendem o seu mundo e o seu cotidiano. Promove um espaço para reflexões das possibilidades e limites da atuação na atenção a grupos sociais em processos de rupturas das redes sociais de suporte, exigindo um perfil profissional aberto às necessidades do outro, esse outro, aliás, contextualizado e em permanente relação com um meio que o produz e é produzido por ele, no qual o terapeuta ocupacional também participa e intervém (LOPES, 2006, p. 8).

O campo social requer uma leitura da realidade e da problemática expressa pela pessoa que só se alcança por um recorte metodológico específico, que seja capaz de revelar e interagir com aquilo que se oculta em manifestações que, apenas de forma superficial e reducionista, podem ser vistas como restritas ao indivíduo. É preciso trabalhar e desenvolver instrumentos para a interpretação da realidade pessoal-social e, também, metodologias para a atuação em um universo complexo de interações e interconexões.

O cotidiano de trabalho nesse campo traz demandas específicas de educação profissional e de investigação, que precisam integrar os cursos de graduação e de pós-graduação e as pesquisas realizadas na área. Na medida em que o campo social se configura enquanto espaços que requerem intervenção, como consequência de questões sociais de crescente relevância no mundo contemporâneo, é necessário pautá-lo, também, pelo escopo da terapia ocupacional (LOPES *et al.*, 2010, p. 142).

Na perspectiva da terapia ocupacional social, as atividades do cotidiano podem potencializar a criação do vínculo e da relação de confiança, visto que há o investimento no “estar” junto das duas partes dessa relação (LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011, p. 236).

Nessa experiência desenvolvida com base nos pressupostos e por meio da terapia ocupacional social, destaca-se o sentido da articulação eficaz entre recursos sociais, a ação técnica, os familiares e a demanda real de um indivíduo em seu contexto e em sua comunidade.

Nessa abordagem, o tempo, a disponibilidade do técnico, a agilidade e responsabilidade na articulação entre diferentes atores e serviços, a reflexão sobre os limites da relação técnica no cuidado e no acolhimento de questões sociais no âmbito individual e a “amizade”, o conhecimento de si e do outro e os limites a serem enfrentados foram explicitados e

puderam ser resolvidos. Isso nos instiga a refletir sobre os tempos da ação terapêutico-ocupacional no campo social e a disponibilidade que é necessária para ocorrer uma transformação efetiva da realidade, por vezes muito dura, na qual se insere o seu público-alvo (LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011, p. 237).

A proposição das Oficinas de Atividades tem base nos pressupostos teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional Social, desenvolvidos por Barros, Ghirardi e Lopes (2002, 1999), e nas reflexões do educador Paulo Freire (2005, 1978).

A Terapia Ocupacional Social lança mão de atividades como recurso mediador do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos, individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação. A utilização da atividade possibilita o aprendizado e o reconhecimento de necessidades do sujeito e o desenvolvimento de sua capacidade para buscar soluções próprias e criativas, tornando a técnica dependente da interpretação e da apreensão da realidade, e não o inverso (Barros, Ghirardi, Lopes, 2002). Por intermédio desse instrumento de trabalho, sobre o qual o terapeuta ocupacional deve ter amplo domínio, pode-se conhecer o universo imediato dos sujeitos e ser conhecido dentro dele, aumentando, de maneira significativa, a possibilidade de criação de vínculos e, a partir disso, gerar oportunidades para uma atuação profissional que contribua para a construção conjunta de planos e projetos de vida (LOPES *et al.*, 2011, p. 282).

As orientações teórico-práticas adotadas para o planejamento, a execução e a avaliação do trabalho que se realizou e que aqui é descrito situam-se no campo da Terapia Ocupacional Social que, ao atuar com contingentes da população que vivem diferentes processos de vulnerabilidade das redes relacionais e dissolução de vínculos sociais, propõe que as noções de cidadania e de produção de identidades sejam guias da interpretação da demanda e da formulação de projetos de intervenção (ALMEIDA *et al.*, 2011, p. 352).

A análise dos dados obtidos durante todo o processo, que envolveu a produção, divulgação e distribuição dos fanzines, bem como a sistematização da avaliação por meio dos instrumentos criados e pelas entrevistas realizadas, foi feita tendo como referência os pressupostos teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional Social (Barros e col., 2002a; Barros e col., 2007a) e da “Educação para a Liberdade” e outras contribuições do educador Freire (1979a e 1979b). (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013, p. 941).

Para a efetivação do trabalho do terapeuta ocupacional social, parte-se do princípio de que é necessário que haja o reconhecimento do outro como sujeito autônomo, como ideia fundamental e princípio norteador, vendo-o como interlocutor do processo que se promove (MALFITANO; BIANCHI, 2013, p. 565).

Segundo Lopes (2006), para as ações em terapia ocupacional social faz-se necessário o conhecimento da realidade da população que se acompanha, das suas necessidades e das maneiras com que essa população visualiza o mundo ao seu redor, o seu cotidiano. Portanto, o conceito de território permeia a intervenção como um importante espaço de ação.

Barros (2004, p. 96) afirma que “[...] é preciso conhecer como vivem, onde moram, como se constroem as relações familiares, os laços de amizade e os desejos [...]” a fim de se produzir estratégias eficazes para o trabalho (MALFITANO; BIANCHI, 2013, p. 565).

A Terapia Ocupacional em Contextos Sociais é um campo de conhecimento e prática da Terapia Ocupacional consolidado e reconhecido recentemente (década de 1990), mas que se encontra ainda em processo de construção no que diz respeito ao escopo teórico-metodológico, na perspectiva de formar ou constituir um campo epistemológico terapêutico ocupacional para subsidiar a produção de conhecimento para a prática social (FIORATI, 2014, p. 444).

[...] na atualidade a Terapia Ocupacional Social também inaugura referenciais teóricos específicos, bem como um corpo metodológico próprio para prática profissional específica no campo social.

De acordo com as tendências contemporâneas, pode-se observar que a corrente da Terapia Ocupacional Social que prevalece é aquela que atua junto a populações e segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social, a partir das rupturas que tais segmentos vão sofrendo na estrutura de sua rede de suporte social, bem como a partir da reprodução de relações precarizadas de trabalho e de vida. Tais condições de vida, em que se encontram parcelas crescentes da população mundial e brasileira, são decorrentes de uma orientação econômico-política globalizada na qual há uma imposição da economia e da racionalidade do capital sobre a dimensão social e humana, produzindo imensas desigualdades sociais (FIORATI, 2014, p. 444).

[...] a organização do cotidiano e suas transformações socialmente determinadas se constituem em foco de interesse da terapia ocupacional social que, apoiada nos referenciais sociológicos e antropológicos, possui como objeto de estudos a relação das pessoas com seus fazeres, juntamente com o sujeito em questão. Ela busca problematizar a situação vigente, a fim de identificar (re)significações para o fazer na vida cotidiana, favorecendo para que o sujeito seja, ele mesmo, o objeto transformador, o catalisador dessa mudança, possuindo por inteiro seu processo de transformação, tanto pela apropriação de situações rotineiras, na produção e potencialização de redes sociais e de suporte, quanto pelo processo de busca e garantia de direitos, na ativação de redes de assistência. De acordo com Costa (2012), a Terapia Ocupacional Social:

...toma como base a complexidade das trocas sociais e os contextos sócio-históricos, investindo na elaboração participativa de projetos que promovam a garantia de direitos que ampliem a potência das atividades

do cotidiano como formadoras e reguladoras das relações entre pessoas, ambientes e contextos (p. 44).

Desta forma, o terapeuta ocupacional social contribui para ampliar as bases teórico-conceituais que apoiam a reflexão e a construção de políticas públicas. O plano, aqui, não é o plano do terapeuta, ou o projeto dos gestores públicos ou mesmo das entidades. Não é o plano que a sociedade tem para o morador de rua, mas o plano que ele tem para o lugar da rua e da sociedade em sua vida. O trabalho é de estratégias de vida nas ruas, com as potências e as limitações que este amplo espaço impõe (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, p. 1252 e 1253).

As questões referentes à situação de exclusão e vulnerabilidade social também integram o campo de conhecimento e prática da Terapia Ocupacional (TO). A Terapia Ocupacional Social começou a ser discutida na década de 1970, justamente no momento em que ocorriam movimentos sociais. Nesse momento, em que o Brasil encontrava-se sob o regime militar, começou a incorporação da profissão dentro das instituições totais, como presídios e FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Nessas instituições, os terapeutas ocupacionais exerciam um papel de “promotores de adaptação social”. Na década de 1980, iniciaram-se relevantes debates sobre o processo de desinstitucionalização, principalmente dentro do campo da saúde mental. Com essa proposta de desinstitucionalização, aliada às intervenções no âmbito territorial, foi necessário repensar a prática profissional e inserir o conceito de cidadania na prática e no campo de conhecimentos da Terapia Ocupacional. Foi a partir dessas transformações que esse profissional começou a ampliar suas ações para o território e comunidades, levando em consideração a constituição histórica e as relações socioeconômicas e culturais desenvolvidas (PEREZ *et al.*, 2014, p. 137).

[...] advogamos o contexto da cidadania e dos direitos, da ampliação da igualdade e o reconhecimento das diferenças como pressupostos para uma Terapia Ocupacional Social (LOPES, *et al.*, 2014, p. 593).

A equipe do Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por meio de atividades que integram ações de ensino, pesquisa e extensão universitária, vem construindo um conjunto de procedimentos e de recursos que têm produzido aportes para a ação de uma Terapia Ocupacional Social fundada na dimensão territorial e comunitária, com vistas a uma contribuição técnica radicada localmente e ao enfrentamento dos desafios postos para aqueles que se debruçam sobre o campo social (LOPES, *et al.*, 2014, p. 594).

A Terapia Ocupacional Social toma a cidadania como eixo centralizador da ação do terapeuta ocupacional e desenvolve sua atuação em busca do fortalecimento das redes sociais de suporte de indivíduos, grupos e comunidades, as quais, no seu âmbito público e

dentro de uma determinada situação histórica, devem garantir o acesso a bens e serviços que constituem os direitos sociais, em busca, ainda, da ampliação da autonomia e da participação social (SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015, p. 132).

[...] a Terapia Ocupacional Social, em seu trabalho junto a pessoas que se encontram em vulnerabilidade social ou em processo de desfiliação — conforme conceituação proposta por Castel (1993) —, tem como principal objetivo “[...] fortalecer as redes sociais de suporte, evitando rupturas trazidas por situações nas quais a vulnerabilidade está presente” (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007, p. 357). (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 350).

Ao criar propostas de atuação junto à população cujas maiores necessidades configuram-se por sua condição de limitado acesso aos bens sociais e cuja problemática se manifesta pelo agravamento das condições de vida a que está submetida, a Terapia Ocupacional Social investe em conhecer a constituição subjetiva desses sujeitos (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 350).

Nas últimas décadas, a Terapia Ocupacional tem ampliado seu campo de intervenção e suas ações têm se estendido a pessoas que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, buscando fortalecer e/ou resgatar os vínculos econômicos e/ou sociais. Esse processo impulsionou o desenvolvimento da chamada Terapia Ocupacional Social, área essa que passou a desenvolver recursos teóricos e metodológicos próprios, com base na crítica à institucionalização e medicalização dos problemas sociais e na constituição de processos de reconhecimento e implementação do caráter universal dos direitos sociais (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 336).

Através do uso das atividades como instrumento de mediação sócio-ocupacional, o terapeuta ocupacional busca junto com os sujeitos e/ou coletivos mediar as relações visando o diálogo entre o sujeito e seu grupo, sua historicidade e seu contexto cultural a fim de que novos (re)arranjos e (re)significados para o seu cotidiano e sua história de vida sejam encontrados, novas redes formadas e outras fortalecidas, de modo que o sujeito possa (re)construir seu protagonismo, autonomia e independência, sendo capaz de estar e circular pela vida num processo contínuo de emancipação (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

Para tais ações o terapeuta ocupacional social se utilizará de metodologias próprias, de acordo com recorte teórico metodológico da terapia ocupacional social, como: (re)construção de projetos de vida e mediação de conflitos (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002), intervenção coletiva (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007b), história oral de vida, negociação cultural e intergeracional (COSTA, 2008; COSTA; ALVARENGA; ALVARENGA, 2007), oficinas sócio-ocupacionais (LOPES *et al.*, 2011), acompanhamento individual e territorial (LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011). (NEVES; MACEDO, 2015, p. 405).

A Terapia Ocupacional Social surge na década de 1970, em um contexto de redemocratização do país, disparado por movimentos populares, quando os profissionais que trabalhavam em instituições como as FEBEMs – Fundação de Bem-Estar do Menor, os asilos, os presídios e em programas comunitários para crianças e adolescentes de baixa renda passam a fazer críticas às práticas e fundamentos utilizados até então, reconhecendo existir uma atuação diferente das já conhecidas (reabilitação física e saúde mental), porém ainda não entendida como um campo com fundamentação e metodologias de ação próprias. Inicia-se, na construção desse campo, uma redefinição de objetivos e instrumentos da intervenção através da renúncia à adoção de pressupostos orientados pelo eixo saúde-doença e do descentramento do saber técnico para a ideia de saberes plurais diante de problemas e questões sociais (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; GALHEIGO, 2003b).

Hoje, a Terapia Ocupacional Social é reconhecida como uma das especificidades da profissão.

Nesse campo entende-se a atividade como um instrumento de emancipação. A atividade tem uma dimensão sociopolítica, cultural e afetiva, e pessoas, grupos e comunidade são então processos relacionais e políticos. Assim, a atividade “entendida como direito social é aquela que, coletivamente, significa e produz significado social” (COSTA, 2012, p. 44).

Nessa perspectiva, o foco das ações deixa de ser o indivíduo e passa a ser centrada nos coletivos e nas relações estabelecidas nestes. Consideramos, portanto, que há um “descentramento” das ações de um único sujeito para o coletivo, entendendo-o como parte da vida da pessoa, com suas particularidades e uma cultura da qual este indivíduo não pode ser separado (GONÇALVES, 2016, p. 131).

A cidadania passa a ser o eixo articulador das ações do terapeuta ocupacional nesse campo (GONÇALVES, 2016, p. 131).

É possível observarmos, nos últimos anos, um alargamento da atuação do terapeuta ocupacional que passa a ser visto como um profissional que apresenta como perspectiva de atuação um compromisso com uma prática interdisciplinar voltada para o sujeito coletivo e seu território. Ao articular a dimensão macroestrutural com o conhecimento amplo do território e a dimensão microsocial pelas histórias de vida que se traduzem neste território a partir dos sujeitos coletivos (LOPES; SILVA, 2007), a terapia ocupacional busca um entendimento amplo das suas intervenções tanto no campo social quanto no campo da educação e cultura e, sobretudo, na interface entre estes diferentes campos. Neste cenário, a intervenção da terapia ocupacional na educação não formal se alinha a partir de uma proximidade epistemológica de sua prática fundamentalmente territorial a partir de tecnologias sociais que visam à inclusão e participação social de sujeitos coletivos inseridos num determinado território e contexto sócio-político e cultural. Entre as tecnologias sociais utilizadas por este profissional, destacam-se as

atividades artístico-culturais que são redimensionadas e ressignificadas dependendo do contexto de atuação (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016, p. 40).

A pesquisa apresentada [...] sugere [...] importantes contribuições para a reflexão sobre as possibilidades que a cultura hip hop oferece no processo socioeducativo com a população em questão, além de apontar algumas perspectivas para a atuação da terapia ocupacional social na articulação entre cultura e educação (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016, p. 50).

A terapia ocupacional social engaja-se, desta forma, na contribuição do entendimento das transformações culturais e políticas do fazer humano, imerso nas intersecções entre práticas artísticas e narrativas emergentes dos ativismos urbanos insurgentes das últimas décadas (GALVANI *et al.*, 2016, p. 867).

[...] as práticas da terapia ocupacional social têm oportunizado a criação de vínculos, a ampliação de redes sociais de suporte, a produção de espaços de convivência que possibilitam o respeito e a discussão, a construção de planos e projetos de vida, a reflexão de temas presentes no cotidiano, a descoberta e estimulação de potencialidades, a autoconfiança, a autonomia, a autoestima, a apropriação de espaços públicos e o exercício da cidadania (SABINO *et al.*, 2017, p. 637).

Afirmar que a terapia ocupacional social é uma subárea da terapia ocupacional que parte do contexto social significa dizer que há uma especialidade com especificidades e ações que visam à inserção social de grupos populacionais próprios, utilizando metodologias com embasamento nas referências das ciências humanas e atuando em núcleos das políticas sociais (MALFITANO, 2016) (SABINO *et al.*, 2017, p. 637).

A atuação nesse campo foi fundamentada no conceito de cidadania e garantia dos princípios da universalidade dos direitos sociais. Nessa esfera, a terapia ocupacional tem como foco as demandas das pessoas excluídas do acesso a esses direitos, tais como bens culturais e sociais, estimulando o processo de conscientização de cada ator social (GALHEIGO, 2003) (SABINO *et al.*, 2017, p. 637).

Os recursos para a terapia ocupacional e a questão social, utilizados nas experiências relatadas nos textos, trouxeram estratégias diversas, buscando observar o contexto e a demanda do público a que se dirigiam.

Dez textos citaram ações de cuidado, articulação, apoio ou trabalho com a equipe e/ou rede de atenção onde estava inserida a sua práxis²⁶. A intersetorialidade, o trabalho em rede, “determina a maior efetividade de intervenção à população assistida” (MALFITANO; BIANCHI, 2013, p. 573). Ao encontro dessa afirmação avocamos Lopes *et al.* (2014), segundo essas autoras fomentar a interação e a integração entre a rede de serviços e de recursos sociais existentes na comunidade e na cidade, promovendo a sua dinamização, facilita o direcionamento das estratégias e sua efetividade.

O acompanhamento no território, de modo individualizado, foi realizado por sete trabalhos²⁷. Três formas foram identificadas nos relatos que as experiências trouxeram. Lopes *et al.* (2002); Lopes, Borba e Capellaro, (2011); Lopes *et al.* (2014); Silva, Cardinalli e Lopes (2015) e Neves e Macedo (2015) nomearam a sua prática como acompanhamento individual e territorial. Borba *et al.* (2017) descreveram sua experiência como acompanhamento singular territorial.

Já o trabalho de Baldani e Castro (2007), relata a experiência como um acompanhamento terapêutico.

A diferença encontrada, refere-se às subáreas em que os trabalhos se posicionam. O primeiro grupo, de seis trabalhos, se posiciona na subárea terapia ocupacional social. Os autores da terapia ocupacional social escolhem a nomenclatura acompanhamento individual ou acompanhamento individual e territorial, pretendendo uma perspectiva que transcenda ao aspecto clínico, alinhando-se às formulações discutidas nas intervenções no campo social (SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015).

[...] o acompanhamento individual empregado na área social é uma ferramenta utilizada para promover o fortalecimento das redes sociais de suporte, com vistas a proporcionar maior inserção social do indivíduo, não abordando questões “terapêuticas” ou da relação saúde

²⁶ (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; LOPES, 2006; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; LOPES *et al.*, 2014).

²⁷ (LOPES *et al.*, 2002; BALDANI; CASTRO, 2007; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LOPES *et al.*, 2014; SILVA; CARDINALLI, LOPES, 2015; NEVES; MACEDO, 2015; BORBA *et al.*, 2017).

e doença. Por meio de estratégias diversas, volta-se para uma leitura conjunta das necessidades apresentadas, tendo como viés sua responsabilidade profissional política, técnica e ética na função de articular redes sociais, redes comunitário-familiares e de serviços e órgãos públicos (MALFITANO; BIANCHI, 2013, p. 571).

As oficinas de atividades foram recursos utilizados por oito textos²⁸. As oficinas de atividades eram um conjunto de atividades diversas que os profissionais construía, elaboravam e planejavam de acordo com o interesse dos grupos a que eram apreciados. Todos eles tinham como público a população infanto-juvenil, crianças, adolescentes e jovens, e se inscreviam na vulnerabilidade social. Em vista disso, dentro das oficinas, o objetivo era promover a discussão de temáticas vivenciadas pelos participantes, e que por eles eram citadas, como a violência, o estigma do pobre, a repressão da polícia, a invisibilidade, entre outros, e realizar um diálogo com os direitos das crianças e dos adolescentes, trabalhando com a sua aplicabilidade no cotidiano, numa organização democrática, “focando nos elementos de direitos e de deveres na vida em sociedade” (MALFITANO *et al.*, 2006, p. 108).

As oficinas de atividades, como espaços de experimentação e aprendizagem, pressupõem conceber o adolescente como ser ativo no processo de construção de sujeito, um ser da práxis, da ação e da reflexão. Nesse sentido, as diversas técnicas oferecidas proporcionavam contribuições lúdicas de vivências em comunhão para a consciência de sua condição de vida, aumentando seu repertório potencial e assim possibilitando autonomia para transformação (SILVA; FREITAS, 2003, p. 114).

A Oficina de Atividades é uma ferramenta que tem propiciado um diálogo próximo com os jovens, permitindo ampliar as formas de se conceber a ação educativa inserida no interior da escola, objetivando seu fortalecimento e sua ressignificação para esses sujeitos. É importante evidenciar um ponto fundamental com relação à escola pública: nela ainda encontramos o jovem pobre; disso decorre ser esse o espaço propício para o desenvolvimento de estratégias para a promoção e o fomento de projetos que possam garantir a esses jovens melhores condições de vida e experiências acerca da participação política e democrática. Para nós, a garantia dos direitos deve ser calcada na ampliação da esfera pública, apoiada no fortalecimento das ações e

²⁸ (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; MALFITANO *et al.*, 2006; LOPES, 2006; LOPES *et al.*, 2010; LOPES *et al.*, 2011; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; LOPES *et al.*, 2014).

das políticas públicas com relação a setores sociais essenciais, como é o da educação (LOPES *et al.*, 2011, p. 282).

Foi contemplada também a questão focalizada nos recursos dos quais o terapeuta ocupacional pôde lançar mão na atuação no campo da adolescência e da juventude, dado que se buscou a aproximação com o universo imaginário juvenil, tornando a Oficina de Atividades um recurso-meio para o diálogo sobre as violências em suas diferentes formas, sobre os direitos de cidadania, individuais e coletivos, aspectos que precisam ser enfrentados no trabalho com a juventude pobre no Brasil, estabelecendo-se nexos teóricos e práticos com relação aos processos de intervenção (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013, p. 946).

Os artigos relatam diversas estratégias que foram lançadas, dentro das oficinas de atividades para alcançar os objetivos. As estratégias utilizadas nas oficinas de atividades foram: capoeira, meio ambiente, pintura em tecido, brinquedoteca, música - violão e canto, ateliê terapêutico e oficina de criatividade (SILVA; FREITAS, 2003), oficinas de brincadeiras, dramatização, roda de decisões e de conversa, discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (MALFITANO *et al.*, 2006), oficinas de imagem, fotografia, minivídeo, atividade complementar ao período escolar no âmbito da educação não formal (LOPES, 2006), jogos interativos, rodas de conversa, músicas, criação de paródias, leitura de imagens, fotografia, vídeo (construção e/ou fruição de documentários), construção de textos, de esquetes, de apresentações culturais, debates, dinâmicas de trocas de informações (LOPES *et al.*, 2010), elaboração de vídeos e documentários, construções e apresentações de esquetes, jogo interativo e roda de conversa, construção de jogo interativo para trocas de informações, leitura e fruição das imagens fotográficas das oficinas, trocas de informações acerca da sexualidade (LOPES *et al.*, 2011).

Foram relatadas também experiências de oficinas específicas. É o caso da Oficina de Brinquedos e Brincadeiras (LOPES *et al.*, 2002), Oficinas de Vídeo (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002), Oficina de fanzine (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013), Oficina de culinária (PEREIRA *et al.*, 2014), Oficina de criação de um blog (SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015) e Oficinas artísticas (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016).

O artigo de Gonçalves (2016), expende o relato de uma visita a um museu, experiência até então não possibilitada para aquele grupo, jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

Diante da experiência relatada, observamos que, ao promover o acesso aos espaços de produção e consumo de cultura, garantindo o direito à cidadania cultural, estes jovens puderam construir uma nova identidade, saindo do circuito de perpetuação do estigma de ser jovem, pobre e violento, passando a jovem protagonista, criativo e com possibilidades de escolhas para sua circulação pelos territórios geográficos e existenciais, criando assim novas potências de vidas (GONÇALVES, 2016, p. 135).

Para além das possibilidades de ações e recursos, identificamos pertinentes relatos de formação profissional, dentro de estágios curriculares, que demonstravam uma preocupação importante com a qualidade da formação dos acadêmicos de suas instituições. Lopes, Palma e Reis (2005) relatam uma experiência do estágio profissional em terapia ocupacional no campo social, também junto à população em situação de rua, oferecido a alunos da Universidade Federal de São Carlos pelo Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia. A experiência ocorria em parceria com a AMRMC, Associação Minha Rua Minha Casa, através de duas atividades. A primeira chamava-se Mesa de Fios, uma oficina realizada num espaço coletivo, utilizando materiais diversos como: lã, linha, teares, agulhas de crochê, tricô, bordado, panos, entre outros. A segunda, era a Unidade Produtiva, um programa de geração alternativa de renda. Ambas possibilitavam um vínculo próximo, o que propiciava, ainda que de maneira fragmentada, o relato das histórias de vida dos usuários, e por elas, a compreensão da “fragilidade dos vínculos, as rupturas existentes e a dinâmica de passagem por diversos lugares, uma situação constante para a população em situação de rua” (LOPES; PALMA; REIS, 2005 p. 58).

O Grupo de Experimentação/Ideias Novas (ALMEIDA *et al.*, 2011), realizado com pessoas em situação de rua, foi relatado como parte das atividades do Projeto METUIA - Núcleo USP-UFSCar. Tal intervenção aconteceu na Associação Minha Rua Minha Casa (AMRMC), que é uma Organização Não Governamental (ONG), importante referência assistencial para as pessoas em situação de rua. As orientações teórico-práticas do trabalho situaram-se no campo da Terapia Ocupacional Social. O Grupo de

Experimentação era um grupo aberto. Tinha como objetivo favorecer as experiências iniciais de contato e o acolhimento das diferentes demandas (ALMEIDA *et al.*, 2011).

Não apenas o contato da população em situação de rua com o outro – seja o profissional da equipe, seja outro usuário da AMRMC –, mas também o contato com a possibilidade de criar, produzir, inventar, dentro dos limites da atividade proposta: a confecção artesanal de bijuterias. O contexto deveria, portanto, ser bastante receptivo e flexível, e permitir, primordialmente, o início da construção de aproximações, de diálogos, de processos de reconhecimento mútuo entre profissionais e usuários, fundamentados na afirmação dos direitos da população em situação de rua e na potência daqueles que a compõem. É assim se deu (ALMEIDA *et al.*, 2011, p. 353).

Os autores referem que diversas ações foram desenvolvidas no contexto dessa parceria, mas no texto destacaram a criação artesanal de bijuterias e sua comercialização, buscando assim criar um território no qual fosse possível que seus integrantes inventassem linhas de fuga da pobreza relacional, seja esta consequência do isolamento, da falta de interlocução com o entorno social, “ou das relações hierarquizadas, de dominação e controle, que assujeitam e invalidam saberes, desejos, necessidades e histórias, tão predominantes nas relações assistenciais, segundo relatos dos assistidos” (ALMEIDA *et al.*, 2011, p. 353).

Um dos textos relatou uma experiência de vivência numa comunidade, através do estágio em saúde coletiva (RODRIGUES *et al.*, 2011). A população da comunidade, segundo relato dos autores, é social e economicamente abaixo da média, realizam trabalhos informais para auferir alguma renda, num contexto de alta criminalidade e tráfico de drogas, o que desenha uma fragilidade em seus aportes relacionais, tanto pela instabilidade da própria carência de recursos, quanto por situarem-se em uma comunidade pouco assistida (RODRIGUES *et al.*, 2011).

A vivência na Comunidade Vila Brejal foi uma proposta do estágio em saúde coletiva do curso de Terapia Ocupacional da Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL, tendo este ocorrido no primeiro semestre de 2009. Seu objetivo foi conhecer a comunidade através de um olhar pautado na territorialização e assim permitir ao acadêmico visualizar a dinâmica da comunidade e, conseqüentemente, proporcionar um entendimento de intervenção terapêutica ocupacional em comunidade.

O estágio em saúde coletiva é estruturado através de projetos temáticos, contexto no qual temas, como reconhecimento do território, identificação da rede de suporte e dinâmica do cotidiano da comunidade são pautas constantes da formação dos acadêmicos (RODRIGUES *et al.*, 2011, p. 344).

O estágio teve como resultado o apropriamento de um olhar diferenciado enquanto profissionais de saúde preparados para atuar na saúde coletiva, porém nos coube apenas iniciar uma proposta nova de estágio e não chegamos a realizar nenhuma intervenção concreta, ficando para o próximo grupo de estágio dar continuidade à dinâmica já iniciada. Porém, o mesmo não ocorreu devido à mudança do cenário do estágio curricular para outra área que proporcionasse mais segurança para os estagiários e o supervisor (RODRIGUES *et al.*, 2011, p. 347).

Essa experiência transporta uma problematização importante, que se refere à questão de segurança. A sua falha pode ser um entrave ainda maior na inacessibilidade dessas comunidades, que têm importantes demandas, e seguem apartados de uma possibilidade de intervenção, de um trabalho que possa impulsionar sua movimentação para o processo de mudança situacional (RODRIGUES *et al.*, 2011).

Narrando uma experiência prática desenvolvida no campo social pelo Curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (TO-FMRPUSP), dentro dos aportes teórico-práticos da Terapia Ocupacional Social, Fiorati (2014) pontua a importância do referencial filosófico de Jürgen Habermas, representado pela hermenêutica crítica, como subsídio teórico para a construção de ações intersetoriais propostas como estratégia de intervenção a setores da administração pública e da sociedade civil do município, no sentido da criação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da vulnerabilidade social, erradicação da pobreza e democratização da sociedade (FIORATI, 2014).

A experiência desenvolveu-se através de três iniciativas, sendo uma delas o estágio profissionalizante com pessoas em situação de rua no Centro de Referência e Assistência Social Especializado em Pessoas em Situação de Rua (CREAS-POP) de Ribeirão Preto. As práticas de atuação dentro do estágio estimulavam o contato periódico dos estagiários com outras organizações de capacitação e formação profissional, administrativas e jurídicas, na expectativa de fomentar no aluno iniciativas articuladoras

que busquem recursos no território para a inclusão e emancipação dessa população (FIORATI, 2014).

A utilização do recurso da fotografia pelo terapeuta ocupacional junto a pessoas em situação de rua foi descrita nas reflexões que constituíram o artigo de Perez *et al.* (2014). Essa experiência desenvolveu-se com base nas atividades do Estágio Profissionalizante em Terapia Ocupacional do Curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (TO-FMRPUSP) em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua (CREAS-POP). A realização da atividade tinha por objetivo favorecer que os sujeitos com vivência de rua resgassem sua cidadania e emancipação social, no intuito de constituírem-se como sujeitos de direitos e pertencentes à sociedade (PEREZ *et al.*, 2014).

Às sextas-feiras era desenvolvido o Grupo de Cidadania, cujo objetivo era apresentar e analisar, juntamente com os usuários do serviço, as propostas de ação referidas a grupos populacionais em processos de ruptura das redes sociais de suporte – população em situação de rua – problematizar ações governamentais e não governamentais, na perspectiva dos direitos sociais; debater a sociedade capitalista, o papel do Estado e as ações para o acesso aos bens sociais e aos direitos; e discutir as trajetórias dos movimentos sociais e da sociedade civil nesses campos (PEREZ *et al.*, 2014, p. 138).

Na proposta do estágio profissionalizante do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, a narrativa dá conta de uma experiência que trabalhou com adolescentes de uma instituição filantrópica, através da constituição de uma Oficina de Culinária. A oficina buscou atender uma demanda da instituição, que relatava dificuldades nos relacionamentos sociais dos adolescentes, bem como fortalecer o protagonismo juvenil, fortalecer a autoestima, promover o empoderamento, a cidadania e a participação social (PEREIRA *et al.*, 2014).

Para o desenvolvimento das oficinas utilizaram-se como referencial teórico os pressupostos de Paulo Freire, buscando construir junto aos adolescentes processos de autonomia, cidadania, empoderamento e formação de sujeitos de direitos. Embasou-se a proposta no pensamento dialético-marxista de Freire centrado na concepção de constante transformação de realidade e do mundo e do sujeito em interação com esse mesmo mundo e com os outros (PEREIRA *et al.*, 2014, p. 623).

Galvani *et al.* (2016) trabalham as reflexões de três narrativas desenhadas a partir de exercícios etnográficos desenvolvidos no contexto do Ponto de Encontro e Cultura PEC/Projeto Metuia-USP (PEC), realizadas coletivamente por estudantes, membros do PEC e educadores (docentes e supervisores de estágio), com artistas que abrangiam o espaço público como local privilegiado de trabalho para divulgação de sua arte e/ou aqueles que, por uma série de rupturas, chegaram à situação de rua. O trabalho se alicerçou em processos e em relações dialógicas, numa perspectiva freiriana e ao encontro dos pressupostos teóricos da terapia ocupacional social. E buscou desenvolver a compreensão sobre as atividades significativas de artistas que trabalham nos espaços públicos, dentro da pluralidade de significados que a rua adquire entre as disputas de interesses e tensões culturais, e, também, de interconexões e criatividade (GALVANI *et al.*, 2016).

O estágio profissionalizante em Terapia Ocupacional no Campo Social do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), busca alinhar-se com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com os pressupostos teórico/práticos da Terapia Ocupacional Social, e tem como pilar de toda ação a perspectiva territorial. São delineadas ações territoriais – individuais e coletivas – com o intuito de fortalecer, criar e constituir as redes relacionais de famílias e de pessoas daquela região referenciadas pela rede de proteção social – básica e/ou especial de média e alta complexidade –, tendo como ponto de partida a demanda colocada a partir de um processo da criação de laços de confiança entre terapeuta ocupacional e sujeito/grupo. As autoras descrevem cinco experiências de atuação e recursos realizadas dentro da vivência do estágio e de atividade intencionista do Núcleo METUIA da UNIFESP: o apoio às reuniões de território a partir de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a composição de trabalho de um CRAS com um Serviço de Convivência para Jovens e três acompanhamentos singulares e territoriais (BORBA *et al.*, 2017).

Observa-se uma variedade de possibilidades de recursos de ação para a terapia ocupacional que cobrem tipos diferentes de grupos etários e demandas distintas: no contexto individual, no atendimento coletivo, em estratégias de atuação com

comunidades e também na articulação com as redes públicas de cuidado com a população. Uma gama diversificada de tipos de atividades e ações, que vão desde o acompanhamento individual e territorial até oficinas diversas em grupos, tanto de produção de materiais, alimentos, produtos, quanto de arte como o fanzine e o hip hop. Os terapeutas ocupacionais dentro das atuações narradas pelos textos, em relação à questão social, buscam abordar a promoção da cidadania e empoderamento do sujeito através de atividades que tragam um significado para si, destarte, trabalhando dentro da cultura do outro e para o outro, acontece o encontro.

Também foi permitido perceber um cuidado e uma preocupação com a formação de qualidade no âmbito dos contextos sociais. Relatamos aqui as experiências narradas institucionalmente de estágios curriculares, mas também outras vivências são proporcionadas pelas universidades como projetos de extensão que oportunizam aos alunos, futuros profissionais, a realidade social da população brasileira, marginalizada, à margem dos cuidados e do exercício de sua cidadania, e que demandam questões específicas de atuação por parte do terapeuta ocupacional.

É fato que os currículos acadêmicos, de muitas universidades, possuem uma lacuna, eu diria grave, em relação à realidade social da maioria da população desse país. Há um movimento pertinente, de resposta a isso, que localiza a terapia ocupacional e a questão social como pauta, e que vem angariando cada vez mais uma expansão de seus conhecimentos, aportes teóricos e práticas, bem como reconhecimento institucional com abertura de disciplinas e estágios específicos da área do campo social. Se percebe que é um movimento que se localiza majoritariamente no sudeste do território brasileiro, com algumas conquistas em outras regiões. São conquistas, são resultado de muita discussão e luta, porém é premente, é urgente, é para ontem que os profissionais da terapia ocupacional não recebam um diploma sem estarem aptos a atender o perfil demográfico que corresponde ao seu povo: pobre, estigmatizado, afetado pela precarização do trabalho, em condições de vida precárias, com baixo acesso à educação e saúde, entre outros serviços e bens sociais.

3.5 Cidadania

A palavra cidadania aparece na maioria dos textos: 42 textos falam em cidadania²⁹, o que representa 84% do total de textos analisados.

Dos cinquenta textos, 27 elencam a construção, o exercício e o acesso à cidadania como parâmetro para a intervenção do terapeuta ocupacional em contextos que representam expressões da questão social, sendo 54%.

Dentro destes, vinte e cinco textos citam como objetivo principal da terapia ocupacional social.³⁰

Um texto propõe a cidadania como objetivo da Educação Não Formal (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016) e um como objetivo nos contextos de vulnerabilidade (SILVA; FREITAS, 2003).

Apesar da maioria dos escritos falar em cidadania, apenas quatro textos conceituaram cidadania: Baldani e Castro (2007); Bezerra e Trindade (2013); Lopes, *et al.* (2014) e Gonçalves (2016).

²⁹ (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; ROCHA, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; BALDANI; CASTRO, 2007; LOPES *et al.*, 2010; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011; BEZERRA; TRINDADE, 2013; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014; MORATO; LUSSI, 2015; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; PEREIRA; REIS; COSTA, 2015; OLIVEIRA; COSTA, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; BREGALDA; LOPES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016; TAKEITI; VICENTIN, 2016; SABINO *et al.*, 2017; SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017).

³⁰ (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; GONÇALVES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016; SABINO *et al.*, 2017).

Baldani e Castro (2007) usam Gilberto Safra para quem a cidadania é a possibilidade do indivíduo de posicionar sua singularidade através de seu gesto, e questiona se o mundo atual tem capacidade de acolher um gesto que possa ser diferente.

Para Safra (2002) a cidadania instaura-se pela possibilidade que tem o ser humano de inserir a sua singularidade por meio de seu gesto. Entretanto, para o autor, é preciso refletir sobre “qual a porosidade do mundo atual para acolher um gesto que possa criar o inédito no campo do mesmo?” (SAFRA, 2002, p. 37 *apud* BALDANI; CASTRO, 2007, p. 7).

Para Bezerra e Trindade (2013), a cidadania existe porque existe a desigualdade e assim é um conceito preso à ideologia burguesa e seus limites.

Nesse contexto, a sociedade burguesa provocou uma cisão teórica entre as esferas econômica e política, com o intuito de mistificar essa natureza de classe do Estado e de apresentá-lo como um instrumento acima das classes, capaz de eliminar os males sociais a partir de uma administração pública calcada nos princípios de justiça e eficiência. Visto dessa forma, segundo Holloway (1982), o Estado abstrai os indivíduos das relações capitalistas de produção e toma todos como indivíduos iguais, no plano jurídico-legal: os cidadãos. A cidadania, então, é um princípio baseado na existência da desigualdade real, entre os indivíduos, no âmbito da sociedade civil, ou seja, um conceito preso aos limites da ideologia burguesa (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p. 432).

No estudo de Lopes *et al.* (2014), a cidadania é referenciada conforme os pressupostos de Liszt Vieira. Para esse autor não existe uma teoria da cidadania, mas existem contribuições importantes a respeito. Ele emprega duas interpretações de cidadania, uma onde o papel do cidadão é visto de forma individualista de acordo com a tradição liberal (cidadania passiva) e outra onde os indivíduos são integrados numa comunidade política (cidadania ativa).

Tomando-se o estudo de Liszt Vieira (2001), Os argonautas da cidadania: A sociedade civil na globalização, não existe uma teoria da cidadania, mas importantes contribuições teóricas já foram dadas a respeito da tensão entre os diversos elementos que compõem esse conceito, esclarecendo as razões de sua atualidade. Duas interpretações se enfrentam nesse âmbito.

Na primeira, o papel do cidadão é visto de forma individualista e instrumental, segundo a tradição liberal. Os indivíduos são considerados pessoas privadas, externos ao Estado, e seus interesses são pré-políticos. Na segunda versão, prevalece uma concepção comunitarista oriunda da tradição da filosofia política de Aristóteles, com a proposição de uma cidadania ativa. Os indivíduos são integrados numa comunidade política e sua identidade pessoal é função das tradições e instituições comuns. São dois modelos: o primeiro baseado nos direitos individuais e no tratamento igual; o segundo define a participação no autogoverno como essência da liberdade, componente essencial da cidadania.

Desse modo, haveria uma cidadania passiva, a partir “de cima”, via Estado, e uma cidadania ativa, a partir “de baixo”; haveria uma cidadania conservadora – passiva e privada – e uma outra revolucionária – ativa e pública (LOPES, *et al.*, 2014, p. 593).

A cidadania no estudo de Gonçalves (2016) é conquistada através da participação e luta dos indivíduos pela igualdade social.

Cidadania pode ser entendida como “a participação dos indivíduos de uma comunidade em busca da igualdade em todos os campos da realidade humana, mediante a luta pela conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, o que determina novos rumos para a vida da comunidade e para a própria participação” (MARTIN, 2007, p. 84).

Cidadania, nessa perspectiva, implica a conquista de igualdade social, e indivíduo cidadão é aquele que participa da luta política e no desenvolvimento de ações na busca dessa igualdade. Entretanto, sabemos que “as desigualdades sociais e situações econômicas dos indivíduos afetam diretamente sua participação” (MARTIN, 2007, p. 84 *apud* GONÇALVES, 2016, p. 129).

Os demais textos não conceituam, mas expressam de diversas formas a importância da cidadania e a relacionam com aspectos pertinentes da desigualdade estrutural brasileira.

Cidadania e direitos são relacionados em grande parte dos textos. Dos 42 textos que citam a cidadania, 34 (81%) discorrem sobre direitos quando discorrem sobre cidadania.³¹

O conteúdo exposto pelos textos sobre cidadania percorre uma crítica sobre as disparidades econômicas e sociais que os sujeitos vivenciam dentro de uma sociedade capitalista. A pobreza material (SILVA; FREITAS, 2003), a precariedade de moradia (LOPES *et al.*, 2010), a precarização do trabalho (LOPES *et al.*, 2010), a violência (SILVA; FREITAS, 2003; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; PEREIRA *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014, GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), o estigma de ser pobre (GONÇALVES, 2016), a negligência (SILVA; FREITAS, 2003; PEREIRA *et al.*, 2014), a alienação (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; RODRIGUES *et al.*, 2011), a dificuldade de mobilização (RODRIGUES *et al.*, 2011), a desarticulação e mesmo a resistência em olhar para tudo isso (BALDANI; CASTRO, 2007), a exclusão e a exclusão social (BARROS, 2000; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; PEREZ *et al.*, 2014; MORATO; LUSSI, 2015; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), a segregação social (MÂNGIA; MURAMOTO, 2005), as rupturas de redes sociais e afetivas de suporte (LOPES *et al.*, 2001), a vulnerabilidade (SILVA; FREITAS, 2003; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; BEZERRA *et al.*, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; SABINO *et al.*, 2017), a extrema desigualdade social

³¹ (LOPES *et al.*, 2001; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; ROCHA, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011; BEZERRA; TRINDADE, 2013; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; PEREZ *et al.*, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014; MORATO; LUSSI, 2015; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; PEREIRA; REIS; COSTA, 2015; OLIVEIRA; COSTA, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; BREGALDA; LOPES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016; TAKEITI; VICENTIN, 2016; SABINO *et al.*, 2017).

(LOPES *et al.*, 2010), o assistencialismo (LOPES *et al.*, 2010; RODRIGUES *et al.*, 2011; SABINO *et al.*, 2017), a caridade (LOPES *et al.*, 2014) e a benemerência (LOPES *et al.*, 2010) que criam ciclos de dependência, a exploração do trabalho infantil (SILVA; FREITAS, 2003; PEREIRA *et al.*, 2014), as precárias condições socioeconômicas (SILVA; FREITAS, 2003; PEREIRA *et al.*, 2014), a desfiliação (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002), a desigualdade na fruição dos direitos preconizados na Constituição Federal de 1988 (LOPES *et al.*, 2014), a disparidade entre classes na sociedade capitalista (LOPES *et al.*, 2014; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), a subcidadania (SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017), a violação de direitos (BEZERRA *et al.*, 2015), são elementos que os textos mencionam quando abordam a temática, colocando esses pontos como entraves no exercício da cidadania das populações e indivíduos.

Em contraponto, os autores indicam a autonomia (MALFITANO, 2005; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; MORATO; LUSSI, 2015; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; OLIVEIRA; COSTA, 2015; SABINO *et al.*, 2017; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017), a identidade (BARROS, 2004; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; MALFITANO; BIANCHI, 2013; LOPES, *et al.*, 2014; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), o protagonismo (CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; RODRIGUES *et al.*, 2011; PEREIRA *et al.*, 2014; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), o reconhecimento social (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), o pertencimento (SILVA; FREITAS, 2003; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; SABINO *et al.*, 2017), a comunidade (RODRIGUES *et al.*, 2011; FIORATI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014), a participação (BARROS, 2004; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; LOPES *et al.*, 2010; RODRIGUES *et al.*, 2011; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; PEREIRA *et al.*, 2014; LOPES, *et al.*, 2014; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; TAKEITI; VICENTIN, 2016), a solidariedade (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), a emancipação

(BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; FIORATI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; TAKEITI; VICENTIN, 2016; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017), a aprendizagem política da cidadania (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), a coletividade e o coletivo (LOPES *et al.*, 2011; FIORATI, 2014; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; TAKEITI; VICENTIN, 2016), a conscientização (CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; SILVA; CARDINALI; LOPES, 2015; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; SABINO *et al.*, 2017), a resistência como luta (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), a expressão política (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), a justiça e a equidade social (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), a mobilização social (RODRIGUES *et al.*, 2011; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), as lutas sociais (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002), os movimentos sociais (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; BARROS, 2004; PEREZ *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), a ética e política (LOPES *et al.*, 2010; BEZERRA *et al.*, 2015), a redemocratização (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002), os movimentos de luta (BARROS, 2004), as práticas sociais (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002), a produção de identidades (BARROS, 2004; ALMEIDA *et al.*, 2011; MALFITANO; BIANCHI, 2013), o exercício e a construção de cidadania (BALDANI; CASTRO, 2007; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; LOPES *et al.*, 2010; LOPES *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; FIORATI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; MORATO; LUSSI, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; SABINO *et al.*, 2017), a igualdade social (GONÇALVES, 2016), as ações solidárias (MÂNGIA; MURAMOTO, 2005), a comunidade política (LOPES *et al.*, 2014), a luta política (GONÇALVES, 2016), as liberdades democráticas (LOPES *et al.*, 2014), o reconhecimento das diferenças (LOPES, *et al.*, 2014), a igualdade de direitos (BEZERRA *et al.*, 2015), a luta pela transformação da sociedade brasileira (ROCHA, 2006), a democracia (LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; MALFITANO; BIANCHI, 2013; SABINO *et al.*, 2017), a luta por direitos e cidadania (MORATO; LUSSI, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015), a igualdade em todos os campos da realidade humana (GONÇALVES, 2016), a construção de projetos de vida (MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; SABINO *et al.*, 2017), a formação

de sujeitos de direitos (PEREIRA *et al.*, 2014; SABINO *et al.*, 2017) e os direitos culturais (GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016) como elementos que contribuíram e contribuem com a mudança da sociedade para o caminho de uma vivência de mais igualdade.

Contribuíram porque falam das lutas históricas como a luta pela redemocratização do país pós-ditadura militar, dos movimentos sociais da década de 1980 que mobilizaram a sociedade em busca de liberdade e cidadania, da desinstitucionalização e da crítica aos modelos asilares e manicomiais que trouxeram novas perspectivas ao trabalho do terapeuta ocupacional principalmente no campo social, e contribuem, porque hoje – e hoje mais do que nunca em nosso percurso histórico brasileiro – ainda vivemos resistindo e lutando pela melhoria da qualidade de vida cidadã da população desse país, pelo acesso e a democratização de processos institucionais, pela universalização dos direitos de acesso aos serviços, pela transformação social e pela transformação social dos espaços vividos na comunidade, pela transformação concreta na vida das pessoas, pela transformação da realidade de vida, pela transformação do mundo e da realidade, pela universalização dos direitos de cidadania, pela construção de uma sociedade menos injusta, pela transformação de realidade e do mundo e do sujeito em interação com esse mesmo mundo e com os outros.

(Re) criar o mundo (SABINO *et al.*, 2017), com projetos futuros (LOPES *et al.*, 2011), com direitos decorrentes da cidadania (LOPES, 2006; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; MALFITANO; BIANCHI, 2013; SABINO *et al.*, 2017), com políticas públicas para sujeitos de direitos dentro do território e nos territórios, criando assim novas potências de vida (GONÇALVES, 2016), trará uma sociedade mais igualitária e mais solidária.

Os textos sugerem, como um caminho ao cumprimento dessa tarefa, criar, ampliar, fomentar e promover estratégias para o fortalecimento das redes sociais de suporte de indivíduos, famílias, grupos e comunidades (LOPES *et al.*, 2010; MALFITANO *et al.*, 2006; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; SABINO *et al.*, 2017), para o fortalecimento do tecido

social, em um sentido solidário, abundante em capital social, com cidadãos que se reconhecem e pertencem: sujeitos de direitos e cidadãos de um Estado de direito.

3.5.1. Cidadania e terapia ocupacional

Constatamos que uma grande parte dos textos se coloca como sendo da subárea terapia ocupacional social. Por consequência, é natural que uma relação muito forte com a cidadania se manifeste nos resultados, principalmente nos textos desta subárea que tem como eixo articulador de sua ação a promoção da cidadania.

A terapia ocupacional social é uma subárea da terapia ocupacional que se desenvolveu no Brasil a partir de duas perspectivas teóricas complementares. A primeira perspectiva analisa a importância dos processos sociais do fim da década de 1970 intensificados na década de 1980, que resultaram numa revisão dos postulados da ação profissional: “[...] o debate sobre a responsabilidade dos técnicos na formação de valores sociais e o questionamento tanto sobre o saber médico-psicológico quanto sobre as formas reducionistas de compreender os fenômenos saúde e doença” (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007, p. 347). Surge da compreensão de que o adoecimento é um evento tanto social quanto individual e critica a visão biomédica da saúde que pensa um sujeito separado do meio e da sociedade, nas dicotomias indivíduo-sociedade, homem-natureza (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007).

A segunda perspectiva teórica tem fundamentado a terapia ocupacional social por meio do debate sobre uma nova configuração da questão social que exprime outro tipo de demanda para o terapeuta ocupacional e sua atuação (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007). Nessa segunda perspectiva

a terapia ocupacional social tem trabalhado com base em questões que emergem das contradições de sociedades marcadas pela produção da desigualdade e pela presença crescente de grandes contingentes da população vivendo formas e intensidades variadas de **dissolução de vínculos**, de **vulnerabilização das redes sociais** e de **precarização do trabalho** (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007, p. 347, grifo nosso).

Vinte e sete artigos posicionam a cidadania como eixo ou objetivo nas ações no campo social, perfazendo 54% dos textos e significando mais da metade do montante. Destes, vinte e cinco textos (50%), são da terapia ocupacional social, situam a cidadania como objetivo principal na atuação do terapeuta ocupacional social. Dois textos apresentam a cidadania como fundamental na prática, numa mesma direção, mas com outro olhar (Figura 21).

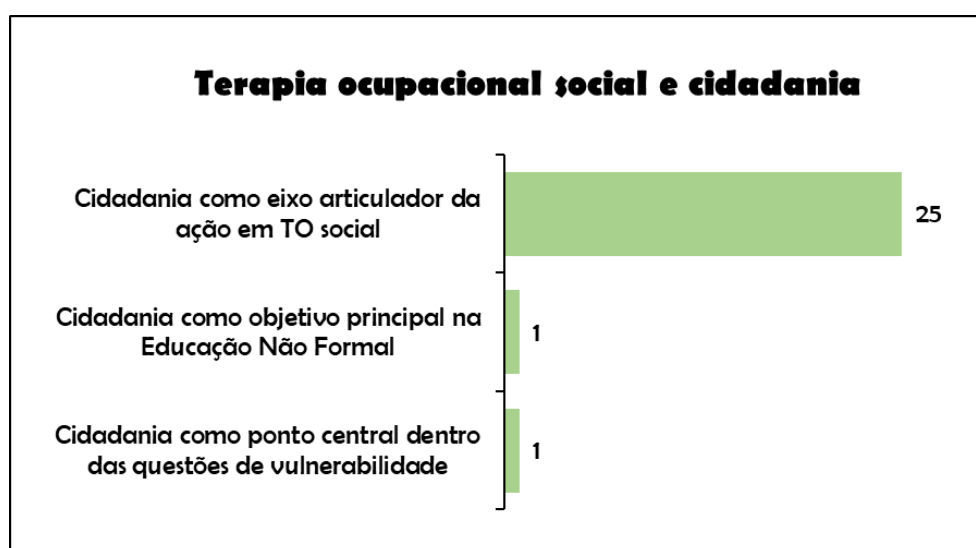


Figura 21 – Terapia ocupacional, questão social e cidadania

Dos vinte e cinco textos que descrevem a cidadania como eixo articulador da prática em terapia ocupacional social, 22 textos (88%) são relacionados ao grupo METUIA.³²

Dezesseis abordam o tema dentro de seu texto:

³² (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; LOPES *et al.*, 2014; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; GONÇALVES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016 e SABINO *et al.*, 2017).

[Na terapia ocupacional social] as atividades possuem matéria irredutível que se empresta à significação mas que impõe condição para sua atuação e define limites para a interpretação [...] Os objetivos, e os processos escolhidos para obtê-los, é que poderão caracterizar as atividades como promotoras de emancipação e de cidadania (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 102).

Cidadania, processo, dialogia, identidades, cultura e alteridade constituem conceitos-chave para a terapia ocupacional social (BARROS, 2004, p. 90).

O terapeuta ocupacional social trabalha com base na interpretação da demanda que é simultaneamente individual e coletiva. [...] É nesse sentido que as noções de cidadania e de produção de identidades são guias da interpretação e da formulação de projetos de intervenção. [...] Aliada à cidadania como eixo articulador da ação, passa a existir para o terapeuta ocupacional a exigência de habilitar-se para trabalhar problemáticas que surgem dos paradoxos de uma sociedade marcada pelas desigualdades (BARROS, 2004, p. 93).

Para a discussão do núcleo de intervenção da terapia ocupacional no campo social, partimos do princípio de que suas ações buscam a autonomia e cidadania do sujeito, interferindo em seu cotidiano para promoção de mudanças (MALFITANO, 2005, p. 5).

Nesta direção, trabalha-se sobre os conceitos de Terapia Ocupacional no Campo Social compreendendo que a utilização da atividade enquanto recurso, inserida no interior da dimensão sócio-cultural daquele grupo, pode ser um instrumental para a discussão de direitos, cidadania e participação social dos sujeitos. A Terapia Ocupacional Social atua a partir do conhecimento da realidade daquele com quem trabalha e da aproximação daquelas necessidades, do seu mundo, da sua cultura e de seu cotidiano (MALFITANO *et al.*, 2006, p. 105).

Esta é uma das tarefas relevantes: transcender o senso comum do bate-papo e poder ser percebida enquanto intervenção e ação técnica, na qual a convivência, a cidadania e os direitos são a pauta principal (LOPES, 2006, p. 12).

Na formação de técnicos para o campo social, com enfoque em ações no território, são preconizadas práticas e princípios interdisciplinares e intersetoriais que valorizem e estabeleçam a conexão entre saúde, assistência social, cultura e educação, com profissionais que se dediquem ao enfrentamento das grandes situações de vulnerabilidade vivenciadas no contexto brasileiro, de extrema desigualdade social, para o que se faz necessária uma competência técnica, ética e política. [...] Assim, buscamos fundamentar as ações em novos conceitos, visando, como fim, à discussão de direitos e à busca da cidadania plena para todos (LOPES *et al.*, 2010, p. 143).

O texto traz que a atuação no campo social é pautada pelo respeito às [...] singularidades dos sujeitos, tendo como pressupostos os princípios decorrentes da busca do exercício radical da democracia e dos direitos decorrentes da cidadania (LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011, p. 234).

As orientações teórico-práticas adotadas para o planejamento, a execução e a avaliação do trabalho que se realizou e que aqui é descrito situam-se no campo da Terapia Ocupacional Social que, ao atuar com contingentes da população que vivem diferentes processos de vulnerabilidade das redes relacionais e dissolução de vínculos sociais, propõe que as noções de cidadania e de produção de identidades sejam guias da interpretação da demanda e da formulação de projetos de intervenção (ALMEIDA *et al.*, 2011, p. 352).

Para tanto, o intuito do trabalho do terapeuta ocupacional na área social tem sido fomentar estratégias para o fortalecimento das redes de suporte pessoais e social de sujeitos em contextos de vulnerabilidade social, com vistas à possibilidade de construção de perspectivas de futuro, a partir de maior autonomia e inserção social, embasados nos pressupostos do exercício da democracia e dos direitos decorrentes da cidadania (MALFITANO; BIANCHI, 2013, p. 565).

Nessa perspectiva, propõem-se a concepção do campo social como área interdisciplinar e intersetorial à qual a integração do terapeuta ocupacional ocorreria com base em uma metodologia própria, voltada para a criação e fortalecimento de redes sociais de suporte de pessoas, grupos e comunidades, construção de projetos sociais que visem à emancipação e à consolidação da cidadania de grupos, pessoas e projetos de vida que possibilitem a criação de autonomia e autodeterminação (FIORATI, 2014, p. 444).

A Terapia Ocupacional Social começou a ser discutida na década de 1970, justamente no momento em que ocorriam movimentos sociais. Na década de 1980, [...] foi necessário repensar a prática profissional e inserir o conceito de cidadania na prática e no campo de conhecimentos da Terapia Ocupacional. Foi a partir dessas transformações que esse profissional começou a ampliar suas ações para o território e comunidades, levando em consideração a constituição histórica e as relações socioeconômicas e culturais desenvolvidas (PEREZ *et al.*, 2014, p. 137).

É desse lugar que advogamos o contexto da cidadania e dos direitos, da ampliação da igualdade e o reconhecimento das diferenças como pressupostos para uma Terapia Ocupacional Social (LOPES, *et al.*, 2014, p. 593).

A Terapia Ocupacional Social toma a cidadania como eixo centralizador da ação do terapeuta ocupacional (SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015, p. 132).

Nesse campo [social], a dimensão técnica, ética e política do fazer profissional são inseparáveis, tendo o profissional o compromisso ético de desenvolver projetos que articulem as dimensões individual e coletiva dos sujeitos atendidos e que, de alguma forma, contribuam para a transformação da realidade de vida dessas pessoas, marcada pela negação do acesso aos direitos sociais e, conseqüentemente, negação da própria condição de cidadania. Portanto, pensar a organização política dessas populações para a luta por direitos de cidadania (saúde, habitação, educação, cultura, assistência social etc.) se mostra como fundamental na prática do terapeuta ocupacional (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 344 e 345).

A cidadania passa a ser o eixo articulador das ações do terapeuta ocupacional nesse campo [social] (GONÇALVES, 2016, p. 131).

Na terapia ocupacional social, a cidadania é o eixo central da ação do profissional (SABINO *et al.*, 2017, p. 637).

Nove textos não explicitam a cidadania como principal orientação na atuação do terapeuta ocupacional no campo social dentro do texto, mas são do grupo METUIA e exprimem a definição do grupo que situa a cidadania como eixo articulador do trabalho do terapeuta ocupacional social.

Projeto METUIA – grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte (LOPES *et al.*, 2001, p.30).

METUIA: Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em situação de ruptura das redes sociais de suporte. É composto por docentes, discentes e profissionais da área de Terapia Ocupacional das Universidades: PUC-Campinas, UFSCar e USP, e por terapeutas ocupacionais das cidades de Campinas, Paulínia, São Carlos e São Paulo (LOPES *et al.*, 2002, p. 427).

Desde 1998 vimos atuando na constituição do Projeto Metuia – Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002, p. 365).

Projeto METUIA – grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte” (LOPES; BORBA; REIS, 2003, p. 38).

Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte, do qual participam docentes, discentes e profissionais da área de terapia ocupacional de três Universidades paulistas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de São Paulo, além de terapeutas ocupacionais das cidades de Campinas, São Carlos e São Paulo (LOPES; PALMA; REIS, 2005, p. 55).

O estudo foi realizado por pesquisadores do Projeto Metuia, núcleo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças jovens e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte, que desde 2000 estabeleceu parceria com esta instituição desenvolvendo atividades de assistência, ensino e pesquisa (GALVANI *et al.*, 2006, p. 49).

O METUIA/UFSCar, desde 2001, tem acumulado experiências no campo da infância e, sobretudo, da juventude brasileira. Temos focalizado a juventude pobre urbana, buscando atender à necessidade contemporânea de desenvolvimento e ampliação de alternativas de prevenção às situações de vulnerabilidade e violência, por meio da educação e da defesa da cidadania, bem como assumindo o desafio de criação de metodologias participativas (LOPES *et al.*, 2011, p. 277).

O Núcleo UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) do METUIA tem priorizado atividades junto a jovens de grupos populares urbanos e, desde 2005, desenvolve ações em uma região periférica e empobrecida de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Nesse sentido, buscam-se fomentar e ampliar ações calcadas na educação e na defesa da cidadania, para adolescentes e jovens vulneráveis socialmente (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013, p. 938).

Projeto Metuia – Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte (GALVANI *et al.*, 2016, p. 868).

Dois textos entendem a cidadania como eixo articulador da ação, mas não referem explicitamente à terapia ocupacional social, embora sejam ambos da subárea. Um texto indica a cidadania como objetivo principal na Educação Não Formal (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016), e o outro alega que dentro das questões de vulnerabilidade a cidadania é o ponto central (SILVA; FREITAS, 2003).

Na Educação Não Formal a cidadania, é o objetivo principal, sendo pensada em termos coletivos (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016, p. 50).

O texto compreende a cidadania como ponto central dentro das questões de vulnerabilidade “o cerne da questão passa pela precariedade da cidadania” (SILVA; FREITAS, 2003, p. 112).

Takeiti e Vicentin (2016) questionam sobre o lugar da cultura na construção de tecnologias e em estratégias ético-estético-políticas da terapia ocupacional. O seu texto cita a “cidadania cultural” de Marilena Chauí, denunciando o direito à cultura.

Poderíamos afirmar que esses jovens exercem diariamente seus direitos de cidadania cultural como tem proposto Chauí (2008), na medida em que se inserem ativamente em seus territórios, produzem-se como sujeitos e inventam formas de participação social nos circuitos culturais e políticos (TAKEITI; VICENTIN, 2016, p. 34).

Se por um tempo indagamos o lugar do social na constituição dos campos da terapia ocupacional e como se dava a construção do campo social na terapia ocupacional (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; GALHEIGO, 2003; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007), hoje importa-nos também refletir que lugar tem assumido a cultura nos debates, na construção de tecnologias sócio-ocupacionais, nas estratégias ético-estético-políticas da terapia ocupacional (TAKEITI; VICENTIN, 2016, p. 35).

Dois textos falam de campo social, vulnerabilidade e importância do social na atuação do terapeuta ocupacional (ROCHA, 2006; OLIVEIRA; COSTA, 2015).

Rocha (2006) dispõe que a terapia ocupacional social apreende os sujeitos em sua complexidade e integralidade, como seres sociais dentro em um processo cultural e histórico.

Oliveira e Costa (2015) caracterizam a terapia ocupacional social tendo como principal objetivo o de trabalhar as potências e as vulnerabilidades dos sujeitos dentro de suas construções no cotidiano; fortalecer os vínculos em contextos de vulnerabilidade

social, conhecer a constituição subjetiva desses sujeitos em busca de uma cidadania plena (OLIVEIRA; COSTA, 2015).

A Terapia Ocupacional trabalha com foco nas construções do cotidiano a partir das quais as potências e as vulnerabilidades dos sujeitos e coletivos se manifestam. Para a Terapia Ocupacional Social, interessa acompanhar e compreender as formas como se organizam e se desorganizam tais cotidianos, analisando as possibilidades e estratégias aí produzidas (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 349).

[...] há na proposta de programas e serviços de abrigamento provisório um segundo objetivo, referente à construção de estratégias para a cidadania plena, na qual o sujeito teria autonomia e poder contratual para as trocas simbólicas (de afeto, renda e conhecimento), favorecendo sua saída do equipamento (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 353).

É pertinente mencionar que o texto de Morato e Lussi (2015), da área da saúde mental, cita os movimentos dos anos 1980, onde a prática do terapeuta ocupacional passa a ser questionada e reavaliada por ele mesmo, buscando projetos transdisciplinares com o intento de transformar as instituições. Inicia uma discussão em torno da instituição manicomial como agente de exclusão e o terapeuta ocupacional passa a desenvolver práticas de atuação nas redes novas de serviços, movimento que impulsionou também - como outros fatos - o início de uma articulação para a prática no campo social, que somado a outros eventos, movimentos, pensares e estudos, vem se constituindo, em uma de suas ramificações, naquilo que como estamos construindo e consolidando como a atuação do terapeuta ocupacional na questão social, no contexto social, e por fim, no campo social.

O texto, que fala de uma perspectiva vinculada à Saúde Mental, assinala a premência de pensar o social na saúde mental, realça a importância do cuidado ampliado com esses sujeitos e o resgate de sua cidadania.

Nesse sentido, nos atuais serviços e ações de atenção e intervenção em saúde mental, este profissional necessita, por meio de sua especificidade, contribuir para que a proposição do cuidado seja ampliada, bem como a possibilidade do resgate, pelos sujeitos, de seus direitos e cidadania (MORATO; LUSSI, 2015, p. 67).

O trabalho de Mângia e Muramoto (2005) vem ao encontro dessa mesma questão, um trabalho construído com reflexões e práticas do campo da Saúde Mental que distingue a necessidade de um olhar para a vulnerabilidade de grupos e pessoas, no enfrentamento dessas realidades sociais, promovendo a cidadania. As autoras trouxeram reflexões sobre os conceitos de Castel (2015) sobre redes sociais e de suporte, atentando para a estratégia do fortalecimento desses vínculos, especialmente em países em desenvolvimento, como alternativa na busca do enfrentamento das problematizações e demandas do cenário social.

Com frequência, as redes sociais propiciam o desenvolvimento de ações solidárias e de suporte ao enfrentamento de questões do cotidiano entre grupos vulneráveis, além da construção e fortalecimento do sentido de pertencimento a um grupo social. (ANDRADE; VAITSMAN, 2002). Também favorecem a criação de programas territorializados de assistência à saúde fundados na participação social, possibilitando a promoção da cidadania e a democratização de processos institucionais (MÂNGIA; MURAMOTO, 2005, p. 26 e 27).

No campo da Saúde, um trabalho trouxe importantes considerações sobre a complexidade social em que estamos inseridos, problematizando um processo, a alienação, em que estamos todos mergulhados e que é produzido e retroalimentado pelo sistema econômico de organização capitalista sedimentado em nossa sociedade. E esse não é um fenômeno que acomete somente as ditas classes vulneráveis, embora sejam as primeiras e mais atingidas pelas consequências que dele advém. Retomando, estamos nele, todos mergulhados (RODRIGUES *et al.*, 2011).

[...] em uma reunião de que o grupo participou, na casa paroquial ao lado da Igreja São Francisco de Assis, promovida pelos profissionais da residência multiprofissional em saúde da família que visava levantar e provocar problematização do contexto relatado pelos próprios moradores, foi constatada pouca participação da comunidade e, nesse aspecto, nos indagamos e refletimos sobre a cultura dessa população, que não se apropria de conhecimentos de direitos e cidadania, ficando condicionada ao imediatismo do assistencialismo ou talvez os moradores não acreditem na possibilidade de uma mudança real feita pela própria comunidade. Isso nos remete a uma reflexão ainda mais profunda sobre o processo de alienação provocado pelo próprio sistema (RODRIGUES *et al.*, 2011, p. 347).

A reflexão de Rodrigues *et al.* (2011) vem ao encontro de uma limitação que tem sido observada: nem tudo é biológico, há elementos que são da conta do social. Esse é um debate muito importante e vêm se intensificando entre a saúde e o social, expondo alguns apontamentos e construções teóricas pertinentes, como o conceito de “clínica ampliada” (CAMPOS, 2001) que aborda uma clínica para além das questões físicas. Alguns autores preferem não utilizar essa nomenclatura porque entendem que há fatores que não são da ordem de uma clínica, que são sociais. E para marcar esse entendimento e essa diferenciação, optam por rejeitar essa denominação, em virtude do cunho biológico que a palavra clínica agrega, buscando a superação da abordagem baseada na dimensão clínica/individual, “respeitando, todavia, as singularidades dos sujeitos, tendo como pressupostos os princípios concernentes à busca do exercício radical da democracia e dos direitos e deveres decorrentes da cidadania” (LOPES, 2016, p. 45).

A baixa participação da comunidade e o processo de alienação, que Rodrigues *et al.* (2011) descrevem, evocam explicações sobre um sistema social e toda uma conjuntura ramificada, que expõe o artifício da instalação de um povo na precariedade, e todo um maquinismo, complexo, destinado à manutenção da mesma. Essa manutenção provém de recursos culturais, insuflados na massa social, que possibilita comportamentos convenientes a quem deseja a manutenção dessa desigual realidade.

Também da área da saúde, o trabalho de Carleto, Alves e Gontijo (2010) sublinha, entre outros pontos, o desenvolvimento de consciência sobre cidadania em adolescentes que participam de projetos sociais:

O envolvimento das adolescentes em projetos sociais possibilitou o fortalecimento da inserção relacional. Castro *et al.* (2001) destacam que a partir de projetos sociais, os adolescentes podem desenvolver, principalmente, protagonismo juvenil, processo que possibilita que o jovem se aproprie da condição de sujeito de suas atividades, além de atuarem no desenvolvimento de auto-estima, pertencimento a grupos, identidade, conscientização identitária e cidadania (CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010, p. 94 e 95).

Realçando a importância de estratégias que promovam os direitos, a participação e a cidadania de grupos sociais específicos como os adolescentes em situação em

vulnerabilidade social, Pereira *et al.* (2014) explanam sobre a vulnerabilidade social da população jovem.

As iniquidades sociais configuram-se como um extenso fenômeno de injustiça e de vulnerabilidade social vivenciado por grande parte dos jovens brasileiros, resultando em situações como a dos adolescentes em situação de rua, vítimas da exploração do trabalho infantil, da violência doméstica (física, sexual e/ou psicológica), urbana ou mesmo de formas mais ocultas de violência, como a negligência, que os impede de usufruir seu lugar de sujeito e de cidadão de direitos. Trata-se de uma vulnerabilidade produzida na conjunção das precárias condições socioeconômicas com a impossibilidade do exercício dos direitos e das potencialidades inerentes à cidadania e com a fragilidade do vínculo social no âmbito mais nuclear (PEREIRA *et al.*, 2014, p. 622).

No trabalho de Pereira, Reis e Costa (2015) os autores alocam, entre outros elementos, a importância do território e o exercício da cidadania como ponto de uma análise para abranger o cotidiano nos espaços onde a vida concreta do público estudado se dá.

Este estudo não pretendeu adotar uma linha de análise explicativa sobre a criminalidade juvenil, mas ampliar as informações sobre o perfil socioeconômico do público jovem que cometeu ato infracional em Belo Horizonte, bem como sobre o acesso aos bens e serviços públicos disponíveis nos territórios em que esses jovens residem. Compreender esses espaços é entendê-los como o chão concreto da vida cotidiana, das políticas públicas e do exercício da cidadania, onde o direito a ter direitos é expresso, negado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar (PEREIRA; REIS; COSTA, 2015, p. 260).

Identificando o trabalho como uma estratégia emancipatória, Lussi, Ricci e Pinho (2017) atestam que a autonomia e a independência conquistadas por ele [trabalho] possibilita a oportunidade de exercer a cidadania.

O conceito de emancipação social, que Cattani (2003) afirma estar vinculado ao de autonomia, refere-se ao processo de livrar-se do poder exercido por outros ao conquistar a plena capacidade civil e a cidadania do Estado democrático de direito (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017, p. 789).

Dois textos citam cidadania para embasar outros conceitos: Luvizaro e Galheigo (2011) falam dos eixos da reabilitação através de Benedetto Saraceno; e Bregalda e Lopes (2016) para retratar o eixo do trabalho citado por Robert Castel.

Saraceno (1999) também contribui para a reflexão sobre o habitar quando apresenta os eixos da reabilitação como cidadania: habitat, trocas de identidades e a produção/troca de mercadorias e valores. Embora com diferentes orientações teórico-metodológicas, as perspectivas de Safra e Saraceno confluem no entendimento, primeiro, da hospitalidade/habitat como espaço da morada e acolhimento e, segundo, do processo de reconhecimento/troca de identidades como resultado da articulação das redes sociais e de um “existir-com-outros” (LUVIZARO; GALHEIGO, 2011, p. 196).

Nas entrevistas, o trabalho foi colocado como elemento central na cadeia de significantes e significadores do fazer humano, o que vai ao encontro da centralidade do trabalho trazida por autores como Castel (2009), que o considera como principal elemento da cidadania e eixo das relações sociais (BREGALDA; LOPES, 2016, p. 486).

O termo “subcidadania” foi usado por Silva, Bezerra e Ribeiro (2017) para definir as dificuldades de desenvolvimento a que os adolescentes pobres estão sujeitados.

Ao trabalhar nas ruas, o adolescente está sendo preparado para o desemprego, para as atividades informais e para a condição de subcidadania, fechando-se as possibilidades de desenvolvimento educativo e profissional para o ingresso em atividades qualificadas e formais que possam garantir um futuro digno (SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017, p. 107).

Oito textos não falam de cidadania em nenhum momento³³.

Em espaços mais politizados e com uma maior história de luta por direitos foi possível perceber que existe um movimento forte de exercício da cidadania através da

³³ (OLIVER *et al.*, 2002; MÂNGIA; MURAMOTO, 2007; BEZERRA; TAVARES, 2009; MONTANHER; LEAL, 2013; JURDI; SCRIDELLI, 2014; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; NEVES; MACEDO, 2015; BORBA *et al.*, 2017).

expressão pela arte e cultura. O movimento hip hop e a estratégia de criação do fanzine, por exemplo, foram importantes condutores de reflexões sociais que possibilitaram ao jovem pobre olhar de forma crítica o contexto social, possibilitando ações que levaram a angariar soluções sociais para sua comunidade, dentro da promoção da sua própria cultura visto que ambos são característicos da população de periferia o que os torna algo próprio, de identificação, que vai para o mundo. Outros movimentos emergiram dos textos, enquanto lutas de acesso aos direitos. São importantes instrumentos de cidadania. Esses modos e ações sociais podem ser observados nas periferias históricas do país onde a população perpassou um movimento de luta pela sobrevivência, pela moradia, por direitos sociais.

São comunidades que foram formadas pelas gerações e aprenderam com os pais e avós sobre a importância de refletir sobre a realidade em que vivem e buscar ações de modo a efetivar a dignidade da vida e existência. Esse conhecimento é passado de pai e mãe para filho e filha. O orgulho de ser da favela, de ser negro, de ser trabalhador, vai se disseminando e nesses espaços é possível perceber ações de empoderamento bem pertinentes, que possibilitam entender seu papel e seu espaço no mundo como agente de mudanças. Ainda assim há um recorte dessas ações, visto que as experiências aqui relatadas, são limitadamente identificadas com maior número nas grandes metrópoles, sobretudo na região sudeste.

3.5.2. Direitos e deveres de cidadania

É senso comum ter como premissa a cidadania enquanto um conjunto de direitos a que o indivíduo usufrui. Porém, a cidadania é um contíguo complexo de organização que impõe também, para que o sistema funcione adequadamente, deveres aos quais os cidadãos precisam se orientar. Pensar cidadania deveria prever sempre a análise de direitos e também de deveres.

Vemos frequentemente ações comportamentais de cunho individual, que têm como prerrogativa um objetivo egocêntrico e a satisfação de suas próprias necessidades. Todos queremos satisfazer nossas necessidades, e isso é um direito que nos compete, a forma que realizamos isso é que, por vezes, faz com que subtraíamos o direito de outro. Desse modo, nas pequenas corrupções do cotidiano, quando a pessoa comum usa argumentos para justificar para si mesma os motivos que a levam a agir assim, mesmo que perceba que infere no direito do outro, o curso da cidadania é ferido e colocá-lo em andamento de maneira profícua novamente exige um exercício de reeducação para a cidadania, para a vivência solidária em sociedade, não como caridade, mas como uma norma contratual onde as regras são cumpridas por todos para que seja usufruída por todos.

Os elementos aqui dispostos não têm a pretensão de exprimir uma definição categórica sobre o tema, ao contrário, é um convite para a reflexão. Quantos dos cidadãos (nós) efetivamente cumpre seus deveres de cidadania dentro de um espaço organizado pela democracia? E aqui não se refere apenas a “não furar as filas, pagar todos os impostos, devolver o troco dado a mais, não ocupar um espaço destinado a cadeirantes” entre diversos outros exemplos. Não se trata apenas de “não fazer errado”, mas também de participar, princípio que estrutura o Estado Democrático de Direito. Quantos dos cidadãos (novamente, quantos de nós) participam regularmente dos conselhos regulamentados pela Lei nº 8.142 (BRASIL, 1990), que instaura o controle social? Conselhos estes que são colegiados destinados a fiscalizar e demandar as políticas públicas para a sociedade e onde temos o direito e também o dever de atuar. Quem de fato ocupa estes espaços?

Chamou a atenção, durante a análise dos textos aqui estudados, que apenas nove falaram em deveres³⁴, e alguns ainda muito brevemente.

³⁴ (GALVANI *et al.*, 2006; MALFITANO *et al.*, 2006; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; LOPES *et al.*, 2014; NEVES; MACEDO, 2015; GONÇALVES, 2016; BREGALDA; LOPES, 2016; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017).

Três textos falam de forma muito sucinta, apenas citando a palavra “dever” (GALVANI *et al.*, 2006; NEVES; MACEDO, 2015; BREGALDA; LOPES, 2016). GALVANI *et al.* (2006), trazem quando descrevem a associação que foi campo do trabalho.

A AMRMC entende a população atendida como “pessoas e cidadãos com direitos e deveres: direito à vida, a serviços básicos, oportunidades de se organizar, participar e ser reconhecido pela sociedade”. É com esta perspectiva que desenvolve os programas socioeducativos: “São práticas que promovem novos padrões e referências sociais, norteiam atitudes e comportamentos a partir da convivência, participação e organização” (AMRMC) (GALVANI *et al.*, 2006, p. 50).

Neves e Macedo (2015) trouxeram como resultado da atuação que, após estar ciente de seus direitos a usuária pôde ter mais qualidade de vida para responder aos seus deveres:

a sra. D. passou a se colocar com mais calma nos momentos de tensão, ganhou peso, dormia regularmente e mostrava-se mais feliz, afirmando à equipe SEAD que a partir do contato com esse serviço compreendeu quais eram os seus direitos e deveres, e que embora tivesse muitos deveres não se sentia mais desamparada em sua luta diária, pois, igualmente, sabia dos seus direitos (NEVES; MACEDO, 2015, p. 408).

Ao referirem-se à reabilitação profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Bregalda e Lopes (2016, p. 480) inferem que a reabilitação é um “direito, mas também dever”.

Quatro textos relatam que este conceito é utilizado no bojo de suas intervenções (MALFITANO *et al.*, 2006; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; LOPES *et al.*, 2010; LOPES *et al.*, 2014).

Com o recurso da dramatização realizada pelos usuários locais, feitas diretamente por eles e também através da utilização de fantoches, objetivou-se a simulação de situações cotidianas que permitissem o maior conhecimento da relação da criança com o ambiente escolar e

familiar, problematizando e refletindo novas possibilidades de agir e pensar, tendo como base o diálogo sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social (MALFITANO *et al.*, 2006, p. 107).

O objetivo inicial desta atividade foi a introdução para aquela população do Estatuto da Criança e do Adolescente, focando nos elementos de direitos e deveres na vida em sociedade.

Em grupos, foram construídos cartazes sobre direitos e deveres de temáticas comuns e, com isso, foram lidas histórias em gibis que destacam artigos específicos do ECA. Por fim, estabeleceu-se uma discussão sobre os conceitos de direitos e deveres, bem como o conteúdo de tais artigos (MALFITANO *et al.*, 2006, p. 108).

Essas experiências visam, também, a aglutinar materiais que se traduzam em produção de conhecimento sobre essa realidade e em parâmetros acerca das possibilidades de intervenção, bem como para a formação de recursos humanos com base numa atuação direcionada para a dimensão territorial, para o desenvolvimento da convivência, para a superação da abordagem calcada na dimensão clínica/ individual, respeitando, todavia, as singularidades dos sujeitos, tendo como pressupostos os princípios concernentes à busca do exercício radical da democracia e dos direitos e deveres decorrentes da cidadania (LOPES *et al.*, 2010, p. 143).

Dentro do contexto de educação não formal (Park e Fernandes, 2005) e da terapia ocupacional social (Barros e col., 2002a), compartilha-se do pressuposto de que o processo de elaboração de um *fanzine* configura-se como um recurso com significativo potencial para práticas socioeducativas que se pautem pela autonomia dos sujeitos envolvidos, bem como pela noção de cidadania e de seus direitos e deveres correlatos (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013, p. 939).

As oficinas (suas atividades, seus projetos e produtos e suas dinâmicas) permitem uma gama potente de ações que podem ser classificadas, compreendidas e aplicadas com distintos propósitos, tais como: o lidar com as técnicas intrínsecas; o uso e a produção de materiais, recursos; o trânsito por diversos setores (cultura, arte, esporte, lazer, trabalho etc.); conforme propostas previamente elaboradas com temáticas e objetivos preestabelecidos (debates sobre o cotidiano, perspectivas de vida, trocas e informações a respeito do mundo do trabalho, processos educativos acerca de direitos e deveres, sobre a rede de proteção à infância e adolescência na cidade, entre outras); as necessidades e possibilidades da vida cotidiana; os diferentes sentidos e significados que os sujeitos em ação podem designar ou imprimir segundo sua vivência pessoal, nesse caso, ainda que as propostas tenham indicações ou direcionamentos prévios, o interesse está na percepção singular que

aquela experiência proporcionou ao participante da ação (LOPES *et al.*, 2014, p. 595).

Um texto relata que no contexto onde o trabalho foi realizado, há um modo de organização social em que o tráfico é o centro do poder e ele designa os direitos e deveres (GONÇALVES, 2016) e também causa o afastamento das pessoas de uma organização orgânica e democrática:

O chefe do tráfico e seus “parceiros” comandam todas as instâncias da comunidade. Atuam como o “Estado” ausente no espaço, designam as leis, os direitos e deveres, responsabilizam-se pelo cumprimento destas e pela garantia da ordem na comunidade. O crescimento do tráfico leva ainda o afastamento das pessoas das associações dos bairros em prol das causas coletivas, o que possibilita apropriação desses espaços para a participação dos traficantes na política local. Estes passam a exercer papel de segurança e a financiar projetos comunitários como praças esportivas (ZALUAR, 2004). Entretanto, é importante entender que a presença do poder exercido pelo tráfico também é violento, e apesar de “suprir” algumas necessidades básicas que não foram garantidas pelo Estado (como alimentação, moradia, escola e espaços de lazer, por exemplo), ainda trabalham de forma a manter a desigualdade social dentro das favelas (GONÇALVES, 2016, p. 133).

O texto de Lussi, Ricci e Pinho (2017) indica os deveres como resultado da pesquisa, através do empoderamento e da autonomia pelo trabalho, citando especificamente o trabalho nas diretrizes da Economia Solidária:

Aproximar os princípios da economia solidária da vivência das pessoas em situação de rua ou mesmo dos coletivos e movimentos sociais compostos por esse público tende a ampliar a experiência desses sujeitos no processo de apropriação de sua realidade, na construção de sua autonomia (por meio do trabalho, da geração de renda e da construção de suas próprias escolhas, por meio e impulsionados pela autogestão) e em sua luta por uma sociedade menos desigual, de direitos e deveres justamente compartilhados e vivenciados. A Economia Solidária tende a proporcionar vivências e relações nunca ou pouco experimentadas por esses sujeitos, mobilizando diferentes recursos, afetos e desejos, potencializando-os de fato como sujeitos, capazes de se perceber como cidadãos e empoderados na luta por um cotidiano melhor (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017, p. 790).

A pergunta que fazemos é: como os terapeutas ocupacionais vêm usando a noção de cidadania? Através dos textos analisados observamos que a cidadania é referida quase que como sinônimo de direitos e defesa dos direitos, sem uma discussão de fato do que a cidadania é, das implicações do conceito de cidadania ou da noção de cidadania. E essa é uma problematização para os terapeutas ocupacionais e para os próprios usuários dos serviços de terapia ocupacional.

Com um grande resultado na discussão de direitos de cidadania, e tão pouco resultado em relação aos deveres de cidadania, questionamos de que forma esse saldo se reflete nas dinâmicas que perpassam o funcionamento da vida cotidiana na nossa sociedade? De um modo geral, pensamos sempre em receber e não em ofertar, ou mesmo pensamos que nossas ações não influem em uma reação social. Não alcançamos entender que somos um grande organismo vivo, que funciona através da ação de cada um e se esse organismo - organismo social - não funciona adequadamente é porque tem falhas em partes ou completamente, prejudicando o processo na totalidade de seu conjunto (SOUZA, 2017). É preciso reparar as falhas existentes para que o organismo por completo consiga voltar a pulsar e viver de forma saudável. Temos capacidade de voltar nossa atenção nessa direção e perceber isso? Conseguimos dar conta de apreender a imensidade devastadora deste nosso comportamento? Ou falamos sobre direitos porque é o mais deflagrado processo de não vivência das pessoas com quem trabalhamos?

No Brasil, discutir cidadania, direitos e deveres é, segundo Navarro (2017), um problema para a elite e um problema para o povo. A elite se locupleta nesse espaço, fazendo um capitalismo estatal, defraudando e legitimando suas usurpações, porque eles organizam o sistema e seu funcionamento. Aos demais, que são espoliados, seguem na ideia da benemerência, num funcionamento alheio, numa lógica alienada, sem se aperceberem que também precisam contribuir, que também são encarregadas socialmente de tarefas.

Navarro (2017) ironiza que no dicionário brasileiro não existe a palavra dever, no entanto usamos constantemente o termo direitos. O autor apregoa que um elo que nos

une - e nos define enquanto subjetividade do brasileiro - é a complacência, uma subordinação acrítica e uma frouxidão valorativa dos indivíduos, característica que nos causa um impacto desastroso tanto pela sua superficialidade quanto pelo seu desprezo social pelas regras, pelo rigor e pela precisão. Associado a isso, não temos compaixão, o que impede a existência de formas substantivas de solidariedades entre os cidadãos. Um legado construído perenemente através de nossa história, estruturado por grandes processos que associados e convergentes materializaram uma força cultural impositiva (NAVARRO, 2017).

Ao olhar ao redor, neste ainda começo do século XXI, constatamos que, apesar de nossa dimensão demográfica e econômica, somos um país deseducado, dividido, sem coesão, violento, pobre, com vocação autoritária, acomodado, imprevidente, desigual, corporativista, ineficiente, desperdiçador, não inovador, pobre em ciência e tecnologia, com sua natureza depredada, preferindo direitos e privilégios individuais aos deveres coletivos, com baixa renda per capita, com brutal e indecente desigualdade na distribuição de renda e no acesso aos serviços sociais, permissivo, racista, amarrado, egoísta, futebolístico, instável juridicamente, fantasioso, com ou sem apego à realidade, viciado na ociosidade, sem respeito à moeda, sem indignação diante de uma tragédia histórica, sem rumo para o futuro e, apesar de tudo, alegre (BUARQUE, 2017, p. 88 e 89).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 2008), segundo Buarque (2017) é uma Constituição de direitos dos indivíduos e suas associações para se beneficiarem dos recursos nacionais, não de deveres para construir uma nação. Em que pese o fato de ter sido o documento legal para sair de uma ditadura, na origem há a razão mais profunda relacionada à arrogância do poder nobiliárquico que criou uma mente de apego aos direitos individuais sem referências por deveres com a coletividade. Cada reforma constitucional, é mais para ampliar estes direitos do que para consolidar os deveres necessários. É um exemplo dessa preferência por direitos sem deveres. Nossa Constituição (BRASIL, 2008) não se preocupa em fundar uma nação, mas em compatibilizar suas partes. Resulta em uma continuação democrática e moderna das capitâneas hereditárias (BUARQUE, 2017).

Somos um povo acomodado, segundo o autor. No lugar de procurar aumentar a produtividade, a elite privilegiada, viciada no trabalho escravo, na terra fértil e

locupletando-se dos favores do Estado, caiu no acomodamento e usou a concentração de renda como forma de se apropriar do pouco que a economia ineficiente criava. Nossos empresários preferem subsídios à produtividade, isenções fiscais à competitividade, política tarifária protecionista para compensar os riscos da competição internacional. O acomodamento das elites privilegiadas contaminou todas as classes, levando o país ao conservadorismo nas relações sociais. O Brasil não é um país que preze ser vanguarda ideológica, palco de revoluções sociais, território de inovações. Nossa estrutura social permanece com a mesma desigualdade (BUARQUE, 2017).

Não temos uma noção de identidade enquanto “brasileiros”, segundo Navarro (2017), não temos um sentimento de pertencimento ou orgulho cívico. Seja por fatores como a vastidão do território, as gigantescas diferenças regionais, a escandalosa desigualdade social que sempre tivemos, e outras “vilanias sociais típicas de nosso processo formativo” (NAVARRO, 2017, p. 321), como o racismo falsamente negado ou, ainda, o patriarcado escancarado que nos move e que sanciona o machismo cínico presente em todas as situações da vida social: não somos e nunca fomos um todo, porém sempre fomos múltiplos, ocasionando uma fragmentação. Somos apenas o embrião de uma sociedade. Apesar disso, o autor designa uma arquitetura estrutural que une todos os indivíduos no Brasil. Um elo que une, mas parcialmente. Ele se refere a uma atitude permanente de complacência, a faceta cultural mais distintiva e comum a todos, embora tenha significados diferentes, uma característica que define o “ser brasileiro”.

Essa análise representa uma visão, de alguns autores, que fazem uma apreciação crítica da população e da cultura brasileira, no entanto, embora não seja da alçada deste trabalho dar conta dessa temática, é importante salientarmos que existem outras, que estudam outros elementos, que problematizam as diferenças desses diversos olhares, e essa ambiguidade faz parte do conceito de cidadania.

De todo modo, há um significado constituído no fato de os textos não se voltarem também para os deveres. Entendemos que o ato de escrita é intencional, e a direção que usamos ao nos expressarmos reflete nossa cultura, nossos costumes e valores. A produção bibliográfica é o resultado da cultura onde os produtores dos textos estão inseridos e,

portanto, é permeada por elementos de seu contexto. É compreensível que, em muitos momentos, o terapeuta ocupacional está lidando com uma população tão despossuída de direitos, que então, falar de deveres é sim uma tarefa muito difícil. É preciso sim falar para nossa população da luta por direitos, que as pessoas precisam demandá-los, isso é importante, mas é necessário que isso esteja parametrizado por uma relação que também é a construção da noção de dever, inclusive o dever para com o coletivo, para com a comunidade. E que cidadania está relacionada à democracia. Todos terão direito a participar das decisões ou somente quem contribui para o bem da comunidade? Qual o indicador será utilizado para definir qual contribuição empregar-se-á para o bem da comunidade? Quem e como decide o que é o bem da comunidade? E se a cidadania se estrutura com a democracia, exigindo que todos tenham direito de opinar e expor suas necessidades e desejos, quando falamos de todos, quem são “todos”?

A cidadania transcorre essa discussão e reflete uma noção de comunidade. E a noção de comunidade é algo que nós ainda caminhamos para alcançar.

3.6 Questão social

A sistematização e análise dos textos buscou verificar as produções sobre questão social de terapeutas ocupacionais, publicadas no Brasil. Ao encontro disso, nossa análise procurou os elementos sobre a questão social e suas expressões dentro dos textos e também o que foi abordado.

Dos cinquenta textos, 12 utilizam o termo “questão social” no decorrer de sua escrita³⁵ e 38 textos não usam³⁶.

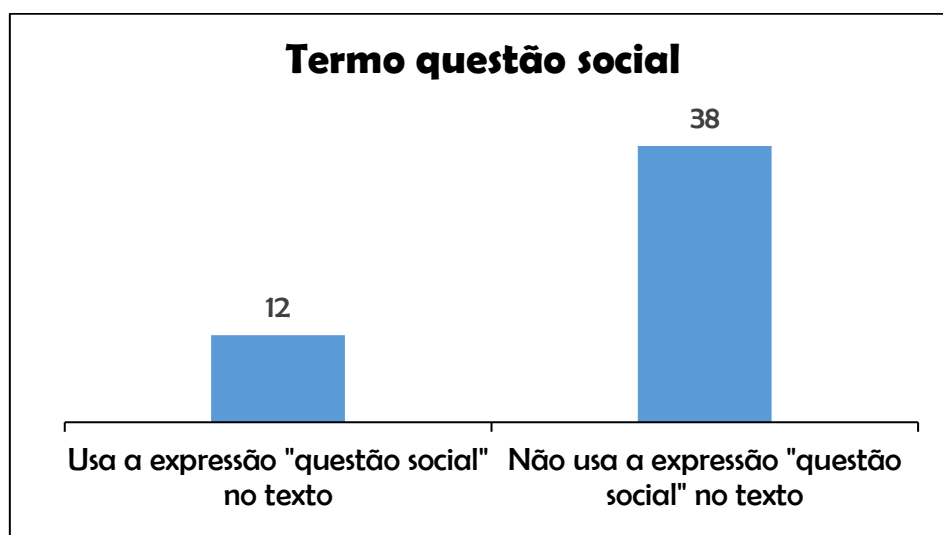


Figura 22 – Termo questão social

Buscando identificar quais produções utilizaram autores para embasar teoricamente suas pontuações dentro das áreas de vulnerabilidade social e desfiliação e/ou

³⁵ (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; BARROS, 2004; BEZERRA; TAVARES, 2009; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; BEZERRA; TRINDADE, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; LOPES *et al.*, 2014; SABINO *et al.*, 2017).

³⁶ (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; OLIVER *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; LOPES; BORBA; REIS, 2003; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; ROCHA, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; BALDANI; CASTRO, 2007; MÂNGIA; MURAMOTO, 2007; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; LOPES *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011; MONTANHER; LEAL, 2013; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; JURDI; SCRIDELLI, 2014; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; MORATO; LUSSI, 2015; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; PEREIRA; REIS; COSTA, 2015; OLIVEIRA; COSTA, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; NEVES; MACEDO, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; BREGALDA; LOPES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016; TAKEITI; VICENTIN, 2016; SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017; BORBA *et al.*, 2017; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017).

em contextos onde a questão social se manifesta, encontramos 36 textos³⁷ que usam autores para ancorar as suas colocações e 14 textos³⁸ que não usam.

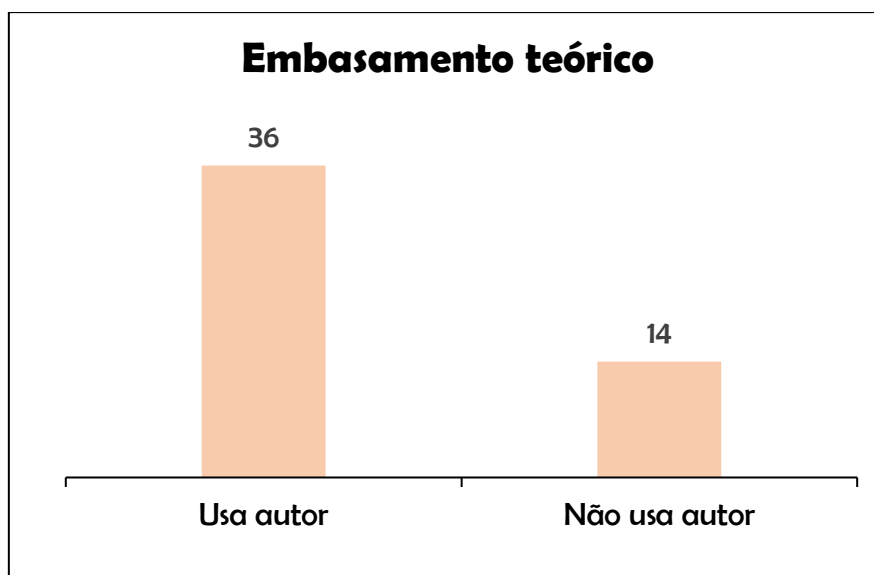


Figura 23 – Usa autor para questão social

³⁷ (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; OLIVER *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; ROCHA, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; MÂNGIA; MURAMOTO, 2007; BEZERRA; TAVARES, 2009; LOPES *et al.*, 2010; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; LOPES *et al.*, 2014; OLIVEIRA; COSTA, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; NEVES; MACEDO, 2015; BREGALDA; LOPES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016; SABINO *et al.*, 2017; BORBA *et al.*, 2017; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017).

³⁸ (BALDANI; CASTRO, 2007; LOPES *et al.*, 2011; BEZERRA; TRINDADE, 2013; MONTANHER; LEAL, 2013; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; JURDI; SCRIDELLI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; MORATO; LUSSI, 2015; SILVA; CARDINALI; LOPES, 2015; PEREIRA; REIS; COSTA, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; TAKEITI; VICENTIN, 2016; SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017).

Dos 36 textos que utilizaram embasamento teórico para falar das expressões da questão social 34 utilizaram Robert Castel³⁹, um texto utilizou Antonio Gramsci e José Paulo Netto (LOPES *et al.*, 2014); e um texto utilizou Carlos Montaña (BEZERRA; TAVARES, 2009).

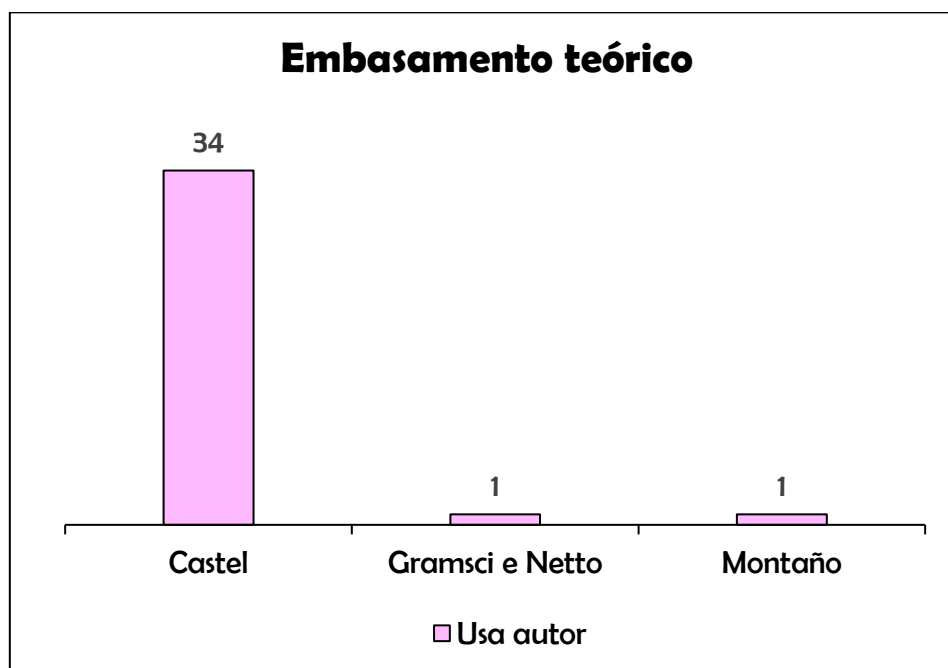


Figura 24 – Autor de questão social

³⁹ (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; OLIVER *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; ROCHA, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; MÂNGIA; MURAMOTO, 2007; LOPES *et al.*, 2010; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; OLIVEIRA; COSTA, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; NEVES; MACEDO, 2015; BREGALDA; LOPES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016; SABINO *et al.*, 2017; BORBA *et al.*, 2017; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017).

Dos 36 textos que utilizam autores para fundamentar a questão social, onze utilizam o termo questão social no texto e 25 não.

Destes onze que utilizam o termo:

- nove usam Robert Castel (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; BARROS, 2004; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; SABINO *et al.*, 2017);
- um traz Carlos Montaña (BEZERRA; TAVARES, 2009);
- e o outro usita Antonio Gramsci e José Paulo Netto (LOPES *et al.*, 2014).

Os 25 que não usam o termo, mas usam um autor, referenciam Robert Castel⁴⁰.

⁴⁰ (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; OLIVER *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; LOPES; BORBA; REIS, 2003; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; MALFITANO *et al.*, 2006; ROCHA, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; MÂNGIA; MURAMOTO, 2007; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; ALMEIDA *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; OLIVEIRA; COSTA, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; NEVES; MACEDO, 2015; BREGALDA; LOPES, 2016; GALVANI *et al.*, 2016; BORBA *et al.*, 2017; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017).

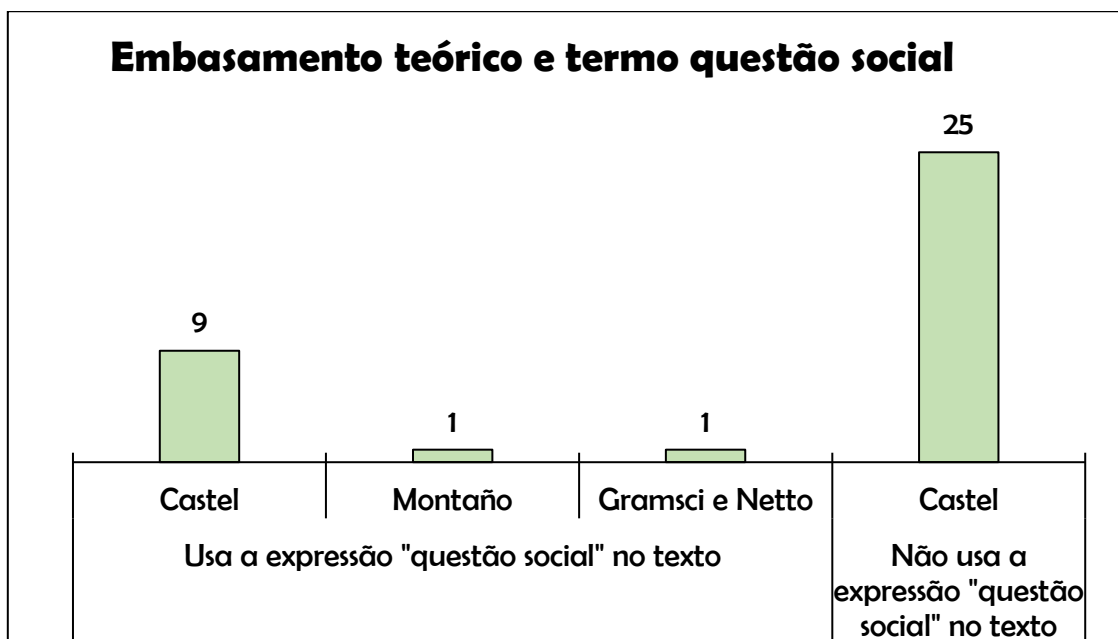


Figura 25 – Embasamento teórico e termo questão social

Para buscar uma síntese do conceito de questão social, realizamos uma leitura e análise ao redor do que os escritos produzidos pelos terapeutas ocupacionais apresentam sobre o que é questão social. A maioria dos artigos explica o conceito de questão social através dos eixos trabalho e redes sociais usados para definir a inserção social dos sujeitos (CASTEL, 2015). Mas apenas 12 trabalhos usaram o termo “questão social” nos seus textos (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; BARROS, 2004; BEZERRA; TAVARES, 2009; LOPES *et al.*, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; BEZERRA; TRINDADE, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; LOPES *et al.*, 2014; SABINO *et al.*, 2017):

Em 2002, Barros, Ghirardi e Lopes narram que para uma certa terapia ocupacional no Brasil a questão social tornou-se parte intrínseca e imperiosa de sua ação profissional. Isso decorreu de um processo de reflexão crítica direcionada às instituições totais ou mesmo instituições de violência. As autoras utilizam Robert Castel, que explica sobre uma nova configuração da questão social e sobre a vulnerabilidade surgida após as transformações do mundo do trabalho.

A questão social tornou-se parte intrínseca de uma certa terapia ocupacional no Brasil a partir da crítica elaborada por parte de alguns terapeutas ocupacionais em relação às bases, aos fundamentos de sua ação profissional. Isto ocorre como parte de um processo de reflexão que coloca em foco a atuação profissional em instituições totais, como descritas por Goffman (1974), ou ainda nas instituições de violência, de acordo com a concepção de Basaglia F. e Basaglia F. O. (1977, 1979). (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 96).

Uma nova configuração da questão social, ressaltada por Castel (1999), tem definido outro tipo de demanda. Na década de 80 e de 90, a vulnerabilidade decorrente das transformações no mundo do trabalho levou à degradação das relações de trabalho e dos sistemas de proteção associados. Este processo de transformação das regras sociais leva ao aparecimento de sujeitos considerados “inválidos conjunturais” (DONZELOT, 1986) ou “sobrantes” (CASTEL, 1997) que desenvolvem “déficits de integração” (no trabalho, moradia, educação, cultura) e sofrem desqualificação, invalidação social e dissolução de vínculos, até ameaças de exclusão com tratamento discriminatório explícitos. A sociedade civil organizada se opõe a esses processos. Entende-se sociedade civil em sentido amplo e referido a todos aqueles que, não sendo parte do estatal e do oficial, prestam serviços à comunidade – movimentos populares, igrejas, sindicatos, associações, enfim, as organizações não-governamentais e os movimentos sociais (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 101).

A questão social, segundo Silva e Freitas (2003), só pode ser equacionada através do ponto de vista histórico, o que é dinâmico, mutável e também contraditório. Usando Robert Castel, as autoras indicam que na contemporaneidade se observa fatores de dissociação social e precarização do trabalho que levam à pauperização. Também declaram que a pobreza material é marcante, mas que a perda de pertencimento é que destina o processo de exclusão, concluindo que a precariedade da cidadania é o centro desta situação.

Situações as mais diversas: ex-operários, que possuíam uma profissão, idosos que vivem retirados no seu isolamento, bandos de jovens que vagueiam sem fazer nada. Essas trajetórias nada têm em comum e seus destinos não os unem, salvo a existência vulnerável, a percepção de um destino incerto: desfiliação significa perda de raízes sociais e econômicas e situa-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes, inúteis desabilitados socialmente. Segundo o autor, não se trata de um estado ou uma condição, mas de um percurso que é preciso constantemente perseguir para delinear suas múltiplas metamorfoses, pois a questão

social só pode ser equacionada do ponto de vista histórico, por conseguinte, dinâmico, mutável e contraditório, CASTEL (1995). (SILVA; FREITAS, 2003, p. 112).

Demo (In PALMAS e MATOS, 2001) frisa que a pobreza material é sempre marcante, mas que o processo de exclusão passaria pela perda de pertencimento, uma vez que os indivíduos experimentaríamos um abandono geral, além da incapacidade de reagir. Pode-se considerar então, que, de fato os excluídos carecem mais dos bens e de serviços necessários, mas, para, além disso, precisa-se considerar, também, que o cerne da questão passa pela precariedade da cidadania (SILVA; FREITAS, 2003, p. 112).

No âmago da questão social estão a desigualdade e a pobreza enquanto problemáticas relevantes que conduzem à exclusão, conforme Barros (2004). A autora também distingue a desfiliação, a vulnerabilidade, a perda de vínculos e a precarização do trabalho como resultados de uma sociedade que passa por transformações nos sistemas de proteção, gerando insegurança social e trazendo novas demandas para os profissionais.

A noção de conflito está presente também nas análises do sociólogo francês Castel (1999) em “As metamorfoses da questão social”. O autor cunha o conceito de desfiliação ou desafiliação ao procurar elucidar as formas atuais da pobreza e de dissociação social. A desfiliação forma-se na confluência de uma dupla dinâmica de vulnerabilização da integração social: a dissolução de vínculos e a precarização do trabalho (CASTEL, 1994, 1999). Castel (2003) observa dois tipos de proteção que se estabeleceram nas sociedades europeias avançadas, mas que estariam hoje ameaçadas: a proteção civil (que garante as liberdades fundamentais e asseguram as pessoas e os bens) e as proteções sociais (que recobrem as pessoas de riscos da existência como acidentes, doenças etc). Para o autor a associação entre Estado de direito e Estado social, que permite a formação de uma sociedade igualitária, está sob ameaça. Mas, as transformações que fragilizam os sistemas de proteção - desde os anos 1980 - colocam questões novas para a reflexão na medida em que geram uma crescente insegurança social e o surgimento de novos riscos (CASTEL, 2003). A intensificação dos conflitos sociais em escala mundial e local com a crescente desigualdade na distribuição da riqueza e de oportunidades, são expressões de antagonismos sociais que têm levado à formação de bolsões de miséria, de deslocamentos e de exclusão. A desigualdade, a pobreza são problemáticas relevantes no bojo da questão social, adquirindo configurações que requerem uma

revisão imediata das profissões e das pertinências do papel profissional (BARROS, 2004, p. 93).

Bezerra e Tavares (2009) não usam Robert Castel, mas Carlos Montaña para falar de questão social. Eles fazem uma análise do chamado terceiro setor, questionando o papel do Estado nessas responsabilidades terceirizadas, o quanto isso impacta nos serviços e na real luta pela diminuição da desigualdade.

[...] o que é chamado de “terceiro setor” refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais, sendo nada mais que a camuflagem da desresponsabilização do Estado e a auto-responsabilização dos sujeitos pelas respostas às suas necessidades. Configura-se como uma nova modalidade de encaminhamento às seqüelas da questão social, apoiando-se em valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua, representando um verdadeiro retrocesso diante das conquistas históricas da classe trabalhadora. Entretanto, é válido salientar que essa desresponsabilização estatal não significa que o Estado não participa deste movimento de transformação da modalidade de intervenção na questão social, pois é ele o subsidiário e promotor do processo ideológico, legal e financeiro de ‘transferência’ da ação social para o “terceiro setor”. É o Estado que nos inunda de propaganda sobre Programas como ‘Amigos da Escola’, ‘Ano Internacional do Voluntariado’, é ainda o Estado quem desenvolve a legislação para facilitar a expansão do “terceiro setor”, que estabelece ‘parcerias’ repassando recursos públicos para entidades privadas (MONTAÑO, 2007). (BEZERRA; TAVARES, 2009, p. 27).

O trabalho de Lopes *et al.* (2010) relata sobre a formação de terapeutas ocupacionais em contextos onde a questão social se apresenta objetivando um olhar sensibilizado para esse público, pontuando os conceitos de redes sociais, o trabalho, a crise do trabalho assalariado em meio a uma reconfiguração cultural. Afirma a importância das intervenções pautadas no mundo do trabalho e também no fortalecimento das redes sociais dos sujeitos, habilitando os alunos de graduação a se tornarem profissionais capazes de lidar com as expressões da questão social e seus complexos dilemas.

Compreendemos, do ponto de vista sociológico, os processos de ruptura das redes sociais de suporte, conforme proposto por Castel, como fenômenos que atingem os indivíduos na dimensão do trabalho e da rede de proteção pessoal e social, num movimento crescente de crise do trabalho assalariado, frente à ordem econômica, assim como de isolamento pessoal e queda dos aportes coletivos, enquanto resultado de uma reconfiguração cultural. Dessa maneira, intervenções que se direcionem ao mundo do trabalho são fundamentais para lidar com essa nova ordem; mas não só. Faz-se necessária, igualmente, a constituição de ações que fortaleçam as redes pessoais e sociais dos sujeitos (LOPES *et al.*, 2010, p. 142).

Na utilização de atividades extensionistas como estratégias de ensino, visualizamos a viabilização da formação profissional por meio de experiências que partam da sensibilização para a intervenção com um olhar comprometido com a questão social, bem como habilitem o graduando para ações voltadas ao território, com competência para a promoção de redes sociais de suporte para a população juvenil (LOPES *et al.*, 2010, p. 146).

Também descrevendo uma experiência relacionada à formação acadêmica, Lopes, Borba e Capellaro (2011) relatam um acompanhamento individual de um adolescente em vulnerabilidade social. As autoras utilizam para definir a vulnerabilidade os dois eixos que circunscrevem a inserção social de Robert Castel – redes sociais e trabalho – e admoestam que as experiências do grupo de pesquisa em que estão inseridas se relacionam com as interfaces da questão social.

Assim, integrando atividades de extensão universitária às atividades do Grupo de Pesquisa “Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social”, temos trabalhado por meio de parcerias com projetos sociais de organizações governamentais e não governamentais com o objetivo de apreender a realidade social, realizar formação acadêmica e desenvolver pesquisas e reflexões sobre o fomento de tecnologias de cuidado no campo social, com enfoque no fortalecimento das redes sociais de suporte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, temos realizado experiências que se encontram no campo da infância, principalmente, da juventude brasileira, e, igualmente, da saúde pública em suas interfaces com a questão social (LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011, p. 234).

O trabalho de Luvizaro e Galheigo (2011) bebe um pouco na fonte da psicanálise, utilizando Donald Winnicott e Gilberto Safra para assinalar a importância do “ver e ser visto” e de que a condição humana nos inscreve na necessidade de atenção, ao falar do contexto de crianças em acolhimento institucional. As autoras fazem relação dessa premissa com as contextualizações de Robert Castel, que compreende esses sujeitos na zona de vulnerabilidade pela fragilização relacional e material.

Careta e Motta (2008) também confirmam, a partir da teoria winnicottiana, a importância do “ver e ser visto”. Safra contribui para tal reflexão ao afirmar que “o mundo humano perde de vista a condição humana, esquece-se, por exemplo, de que em algumas situações de sofrimento o indivíduo precisa de atenção. Atenção é uma possibilidade de se estar frente ao outro e se deixar afetar pelo outro, de ouvi-lo e responder a ele” (SAFRA, 2003, p.58). Essas considerações corroboram a importância de ações para além da oferta de um espaço de proteção e moradia nos programas de acolhimento institucional, os quais também devem contemplar a atenção e escuta às crianças e adolescentes envolvidos, bem como promover a compreensão de seus percursos singulares. Esta concepção dialoga com as proposições de Castel (1994), que incluem esses sujeitos na zona de vulnerabilidade, devido à sua fragilização relacional e material. Conforme sugere Cruz, é preciso também “descolonizar olhares e escutas” (2004, p. 91), considerando que tais condições evidenciam modos de vida singulares – mais distantes do padrão de vida da classe média e da sociabilidade centrada na família – e suscitam a necessidade de se pensar na multiplicidade das significações associadas ao habitar, ao viver e ao cotidiano, indo-se além da abordagem da questão social da precariedade e vulnerabilidade e dos processos psicológicos envolvidos (LUVIZARO; GALHEIGO, 2011, p. 195).

Em uma análise reflexiva, Bezerra e Trindade (2013) explanam sobre a inserção do terapeuta ocupacional na divisão social do trabalho, enquanto um profissional assalariado, relacionando com o Estado capitalista e sua prática no contexto de transformações do trabalho e das políticas sociais.

Eles assinalam que a terapia ocupacional vem passando por um processo de reconfiguração profissional, caracterizado por novas atribuições profissionais e novas

áreas de atuação profissional decorrentes das transformações sociais. O texto não usa um autor para definir ou embasar a questão social em seu discorrer, mas José Paulo Netto está na lista das referências. Por não estar no miolo do texto, esse elemento não foi considerado na contagem, mas entendemos importante trazer aqui.

Apreendendo o trabalho e o Estado nesses moldes, constatamos que a gênese da profissão de terapeuta ocupacional, nos EUA, no início do século XX, apresentou-se como uma expressão da nova modalidade de intervenção do Estado sobre a questão social em um momento específico do desenvolvimento capitalista: o período monopolista. Ao ampliar sua intervenção através de serviços e políticas sociais na idade dos monopólios, o Estado requisitou diversas profissões para executar tais políticas, dentre elas, a Terapia Ocupacional (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p. 432).

[...] consideramos que o processo de profissionalização da Terapia Ocupacional guarda relações estreitas com o contexto de expansão da indústria monopolista, influenciada pela gerência científica de Taylor acerca do controle sobre o trabalhador e sua melhor adaptação ao posto de trabalho, bem como com as mudanças realizadas no Estado, quando ele passou a intervir diretamente sobre as expressões da questão social através de políticas e serviços sociais, com vistas à expansão, à acumulação e o lucro, além do exercício de formas de controle mais consensuais sobre o trabalhador (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p.433).

Também refletindo questão social enquanto termo e conceito, pontuando sobre o trabalho e as redes sociais, e utilizando Robert Castel, Malfitano e Bianchi (2013) aprofundam que o estado de vulnerabilidade social, causado pela fragilidade desses dois elementos ou eixos, se refere a uma grande parcela da população brasileira. Os estudos na área social, conforme as autoras, se situam em duas discussões, uma que é referente ao processo de adoecimento e sua concepção através de um olhar para o seu social, e outra que tem como especificidade a questão social.

Os estudos acerca da área social apontam duas discussões iniciais presentes na preocupação das terapeutas ocupacionais. A primeira refere-se ao questionamento sobre a compreensão do processo de adoecimento, em suas dimensões individual e coletiva, numa crítica à visão biomédica e à medicalização da sociedade, na perspectiva de inclusão das dimensões socioculturais e econômicas para a compreensão da dinâmica de vida e da inserção social das pessoas. A

segunda questão se fundamenta na proposição que a terapia ocupacional social se desenlaça da mediação saúde-doença, na qual a profissão se alicerça em outros campos de intervenção, incitando o debate de uma especificidade da questão social (MALFITANO; BIANCHI, 2013, p. 568).

Fiorati (2014) destaca o referencial teórico de Robert Castel, apesar de mencionar que existem outros referenciais, para estruturar a prática da terapia ocupacional no campo social, discorre sobre vulnerabilidade e desfiliação, eixo trabalho e eixo redes sociais. O trabalho que ela descreve também é resultado de uma proposta de formação acadêmica para alunos de graduação e dentro dessa proposta a autora relata que um vídeo com relatos de pessoas em situação de rua está sendo elaborado e o objetivo é que sirva de dispositivo para a discussão da questão social.

Para tanto, dentre vários referenciais teóricos, destaca-se o referencial teórico-filosófico que vem sustentando a construção teórico-metodológica e prática desse campo da Terapia Ocupacional como aquele constituído pelas análises de Robert Castel (1997, 2001), o qual propicia marcos para avaliação da etapa de vulnerabilidade em que se encontram determinados sujeitos ou grupos, a partir dos conceitos de vulnerabilidade e desfiliação, utilizados como critérios de identificação de inclusão/ exclusão das esferas do trabalho e redes sociais de suporte (FIORATI, 2014, p. 444).

A partir dos dados coletados por meio de entrevistas e depoimentos filmados de pessoas que estavam morando na rua, está sendo desenvolvido um vídeo documentário que será usado como dispositivo de discussão e disseminação potente da questão social e política ligada à condição de rua e extrema pobreza e às medidas de enfrentamento à vulnerabilidade e exclusão social (FIORATI, 2014, p. 451).

Usando como referencial teórico para a questão social José Paulo Netto e Antonio Gramsci, Lopes *et al.* (2014) trazem uma definição orgânica de questão social, fazendo uma leitura de todo contexto macrossocial em que estamos inseridos, do capital, da exploração, da luta pela cidadania e pelos direitos sociais:

A questão social tem sua gênese na forma como as pessoas se organizam para produzir sua existência em uma determinada sociedade e em um contexto histórico dado; essa organização tem sua expressão na esfera da reprodução social, ou seja, a questão social está determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho: a exploração. Sem o fim dos dispositivos exploradores do regime, toda luta contra as suas manifestações sociopolíticas e humanas, a questão social, está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos (NETTO, 2001). Todavia, não achamos pouco enfrentá-los e nesse espaço buscamos, também, nos mover. Cabe analisar a questão social como uma questão política, econômica e ideológica que remete a uma determinada correlação de forças entre diferentes classes, inserida no contexto mais amplo do movimento de luta pela hegemonia (GRAMSCI, 1988). Determinados momentos são mais favoráveis à expressão das demandas do trabalho e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento por parte do capital e do Estado, ocupando o espaço público e exigindo acesso aos seus fundos, exigindo outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. Isso se dá, dentro dos limites da sociedade capitalista, pela via da cidadania e dos direitos sociais (LOPES, *et al.*, 2014, p. 592 e 593).

Sabino *et al.* (2017) ao falarem em questão social, referem o Projeto METUIA como articulador da prática no campo social e Robert Castel como referencial teórico da questão social na terapia ocupacional:

Apenas em 1998, com a criação do Projeto METUIA (UFSCar, 2016), foi que a fundamentação das bases teórico-metodológicas da terapia ocupacional nesse campo voltou a ganhar fôlego novamente. As produções acadêmicas desse grupo, baseada em Robert Castel, dispararam dentro da terapia ocupacional Social, com uma abordagem da questão social em interlocução com o contexto social, cultural e político das situações vividas por aqueles em processo de rupturas de suas redes sociais de suporte (SABINO *et al.*, 2017, p. 628).

3.6.1. Dois eixos para circunscrever a inserção social: redes sociais e trabalho

Trinta e sete textos falam de ambos os eixos⁴¹, o eixo redes sociais e o eixo trabalho.

Vinte e seis usam Robert Castel como referência:

Nesse sentido, parece-nos fundamental, para a terapia ocupacional, aceitar os desafios que se impõem na sociedade brasileira de nossos dias, no campo das populações em processos de desfiliação (CASTEL, 1994, 1997), ou seja, de grupos sociais inscritos numa dupla fragilização (LOPES *et al.*, 2001, p. 36).

Dentre as ações promotoras de qualidade de vida, ressaltamos a importância daquelas destinadas às crianças, aos adolescentes e aos jovens adultos que se dão no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de suporte relacional, econômico e afetivo. Ações que se viabilizem como alternativas à precariedade do trabalho e à fragilidade do vínculo social. Trata-se de buscar possibilidades de vida e de fortalecer o poder integrador de redes de proteção, desenvolvendo ações ligadas à saúde, à educação, à arte, à cultura, ao lazer, além da preparação para o trabalho (LOPES *et al.*, 2001, p. 47).

São fundamentais para o desenvolvimento do Projeto Casarão, os conceitos utilizados por Castel (1994, 1997) na discussão da estrutura e da inserção social. Para esse autor, a inserção deve ser analisada a partir de dois eixos: o da relação de trabalho (com uma gama de posições do emprego estável à ausência completa de trabalho) e o da inserção relacional (também com um leque de posições entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total) (LOPES *et al.*, 2002, p. 427).

⁴¹ (LOPES *et al.*, 2001; LOPES *et al.*, 2002; OLIVER *et al.*, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; SILVA; FREITAS, 2003; LOPES; BORBA; REIS, 2003; BARROS, 2004; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MALFITANO, 2005; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; ROCHA, 2006; LOPES, 2006; BALDANI; CASTRO, 2007; LOPES *et al.*, 2010; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011; LOPES *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MALFITANO; BIANCHI, 2013; FIORATI, 2014; PEREZ *et al.*, 2014; PEREIRA *et al.*, 2014; MORATO; LUSSI, 2015; SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015; PEREIRA; REIS; COSTA, 2015; OLIVEIRA; COSTA, 2015; NEVES; MACEDO, 2015; GONÇALVES, 2016; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; TAKEITI; VICENTIN, 2016; SABINO *et al.*, 2017; SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017; BORBA *et al.*, 2017; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017).

Em se tratando de grupos sociais, muitas vezes, excluídos do mundo do trabalho pela deficiência ou pela condição de inserção social, as propostas de geração de renda e trabalho poderiam inscrever-se nas iniciativas de trabalho cooperativo, entre pessoas com e sem deficiências, potencializando recursos existentes no território (OLIVER *et al.*, 2002, p. 92).

A vulnerabilidade é, assim, produzida na conjunção da precariedade do trabalho dos adultos e da fragilidade do vínculo social. É por meio da instabilidade do trabalho que se desagrega um dos fundamentos da integração social para a faixa da população que deixou de ser marginal ou residual. O que é abalado não é somente a segurança do emprego. Além disto, o risco corrido não é apenas do desempregado. Uma condição salarial forte desempenha um papel integrador fundamental na sociedade e assegura a proteção dos indivíduos contra os riscos maiores (CASTEL, 1997) (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002, p. 367).

Fatores contemporâneos de dissociação social, desfiliação, conforme CASTEL (1994), apoiados numa precarização do trabalho levam, muitas vezes, a uma situação de pauperização sócio-familiar, com uma série de rupturas de participações e fracassos na constituição do vínculo (vazio social) (SILVA; FREITAS, 2003, p. 112).

Assim, de acordo com a definição de Castel (1994) sobre inserção, o trabalho é um dos eixos de sustentação, sendo o outro o da inserção relacional que é resultado das relações que o indivíduo estabelece com a família, amigos, comunidade e instituições, ou seja, as relações que compõem a rede social de suporte (LOPES; BORBA; REIS, 2003, p. 47).

A noção de conflito está presente também nas análises do sociólogo francês Castel (1999) em “As metamorfoses da questão Social”. O autor cunha o conceito de desfiliação ou desafiliação ao procurar elucidar as formas atuais da pobreza e de dissociação social. A desfiliação forma-se na confluência de uma dupla dinâmica de vulnerabilização da integração social: a dissolução de vínculos e a precarização do trabalho (BARROS, 2004, p. 93).

Os conceitos que Castel utiliza na discussão da estrutura e da inserção social são referências teóricas fundamentais para se compreender a realidade da população em situação de rua. Assim, a inserção deve ser analisada em dois eixos: o da relação de trabalho, com uma gama de posições do emprego estável à ausência completa de trabalho; e o da inserção relacional, também com um leque de posições entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total (LOPES; PALMA; REIS, 2005, p. 57).

Apoiamo-nos nos conceitos ofertados por Castel (1994, 1997), que compreende as redes sociais e pessoais de suporte como elementos fundamentais na definição de maior ou menor vulnerabilidade daquele que tem uma integração precária ao mundo do trabalho, como elementos que podem impedir o que esse autor denomina de desfiliação. Para Castel (1994), a inserção deve ser analisada a partir de dois eixos: o da relação de trabalho (com uma gama de posições, do emprego estável à ausência completa de trabalho) e o da inserção relacional (entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total) (MALFITANO, 2005, p. 2).

Para Castel (1994), é cada vez maior o conjunto de situações sociais que demandam diferentes formas de intervenção. Os processos de marginalização ou de exclusão se dão efetivamente “(...) pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais” (CASTEL, 2000, p. 22). No geral, as populações que vivenciam esses processos se encontram em um duplo processo de rupturas: em relação ao trabalho e em relação à sociabilidade (MÂNGIA; MURAMOTO, 2005, p. 27).

Utilizando conceitos de Castel (1994, 1997) na discussão da estrutura e da inserção social, pode-se reconhecer a população alvo deste programa social como uma população inserida em uma Zona de Vulnerabilidade. A inserção social é tida a partir de dois parâmetros - o da relação com o trabalho e o da inserção relacional (onde se tem a inscrição do indivíduo em redes sólidas de sociabilidade); sendo a Zona de Vulnerabilidade onde se associa a precariedade do trabalho com a fragilidade relacional e a Zona de desfiliação a que associa ausência de trabalho e isolamento social (ROCHA, 2006, p. 39).

São referências os conceitos do sociólogo francês Robert Castel para o embasamento da proposição das intervenções. Segundo esse autor, podemos encarar as situações de privação como um efeito resultante da conjunção de dois eixos: o da relação de trabalho (com uma gama de posições do emprego estável à ausência completa de trabalho, passando por formas precárias, intermitentes de ocupação) e o da inserção relacional (também com um leque de posições entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total) (LOPES, 2006, p. 12 a 13).

Compreendemos, do ponto de vista sociológico, os processos de ruptura das redes sociais de suporte, conforme proposto por Castel, como fenômenos que atingem os indivíduos na dimensão do trabalho e da rede de proteção pessoal e social, num movimento crescente de crise do trabalho assalariado, frente à ordem econômica, assim como de isolamento pessoal e queda dos aportes coletivos, enquanto resultado de uma reconfiguração cultural. Dessa maneira, intervenções que se direcionem ao mundo do trabalho são fundamentais para lidar com essa nova ordem; mas não só. Faz-se necessária, igualmente, a constituição

de ações que fortaleçam as redes pessoais e sociais dos sujeitos (LOPES *et al.*, 2010, p. 142).

Entre essas influências, destaca-se a situação de vulnerabilidade social. De acordo com Castel (2005) a existência social se configura na interação de dois eixos demarcados pela inserção dos sujeitos e grupos no trabalho e nas redes sociais de suporte, que configura quatro zonas de existência social: integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação (CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010, p. 90).

A situação de vulnerabilidade social de W., de acordo com os conceitos utilizados por Castel, na discussão da inserção social a partir do trabalho e das redes de sociabilidade, circunscrevendo zonas diferentes do espaço social, decorre de uma frágil estrutura financeira de sua família, baseada na renda do padrasto de W. e no recebimento de auxílios previstos pelo Bolsa Família. Sua mãe não trabalhava e seus outros dois irmãos já não moravam mais na mesma casa. Apesar dessas dificuldades, era notável em W. sua vontade de ocupar outros espaços e de mudar sua condição de vida (LOPES; BORBA; CAPELLARO, 2011, p. 235).

[...] a importância de ações para além da oferta de um espaço de proteção e moradia nos programas de acolhimento institucional, os quais também devem contemplar a atenção e escuta às crianças e adolescentes envolvidos, bem como promover a compreensão de seus percursos singulares. Esta concepção dialoga com as proposições de Castel (1994), que incluem esses sujeitos na zona de vulnerabilidade, devido à sua fragilização relacional e material. Conforme sugere Cruz, é preciso também “descolonizar olhares e escutas” (2004, p.91), considerando que tais condições evidenciam modos de vida singulares – mais distantes do padrão de vida da classe média e da sociabilidade centrada na família – e suscitam a necessidade de se pensar na multiplicidade das significações associadas ao habitar, ao viver e ao cotidiano, indo-se além da abordagem da questão social da precariedade e vulnerabilidade e dos processos psicológicos envolvidos (LUVIZARO; GALHEIGO, 2011, p. 195).

Com base nas proposições de Castel (1994, 1998), que analisa as diferentes formas de integração à sociedade por meio dos eixos do trabalho e da sociabilidade sociofamiliar, pode-se dizer que a população em situação de rua é um segmento social que transita por zonas de vulnerabilidade e de desfiliação social (ALMEIDA *et al.*, 2011, p. 352).

Segundo Castel (1997), incontestavelmente a miséria econômica está na base da maior parte das situações de grande marginalidade, se não de todas. Afinal, são modos de vida que não encontram espaço nas sociedades dominadas pela preocupação com a organização racional e a rentabilidade econômica. A marginalidade constitui então um quarto mundo, povoado de estranhos estrangeiros, surgindo assim uma sociedade desfilhada da própria sociedade.

Tais fatos denotam uma enorme fragilidade em seus suportes relacionais, já que estes também se encontram em risco, seja pela instabilidade da própria carência de recursos, seja pelo fato de acontecerem numa comunidade pouco assistida e amedrontada pela própria realidade, tornando-se um empecilho para serem eles, os moradores, os agentes modificadores de sua realidade. Durante a vivência, tentamos em vão formar um grupo de mulheres com o intuito de trocar saberes pautados em suas experiências e suas demandas, para que as mesmas pudessem provocar as mudanças que desejassem em suas realidades, mas esbarramos na dificuldade de se mobilizar a comunidade que desacredita as ações, permanecendo no ciclo vicioso do assistencialismo (RODRIGUES *et al.*, 2011, p. 346).

O estado de vulnerabilidade social é produzido na aliança da precariedade do trabalho com a fragilidade dos vínculos sociais, sendo uma categoria capaz de descrever a situação de uma grande parcela da população brasileira. Para Castel (1994), o espaço social pode ser analisado segundo dois eixos: o da relação com o trabalho (variando de emprego estável à sua completa ausência) e o da inserção relacional (das redes sólidas de sociabilidade ao isolamento social) (MALFITANO; BIANCHI, 2013, p. 566).

Para tanto, dentre vários referenciais teóricos, destaca-se o referencial teórico-filosófico que vem sustentando a construção teórico-metodológica e prática desse campo da Terapia Ocupacional como aquele constituído pelas análises de Robert Castel (1997, 2001), o qual propicia marcos para avaliação da etapa de vulnerabilidade em que se encontram determinados sujeitos ou grupos, a partir dos conceitos de vulnerabilidade e desfiliação, utilizados como critérios de identificação de inclusão/ exclusão das esferas do trabalho e redes sociais de suporte. (FIORATI, 2014, p. 444)

Complementando, sob a óptica da teoria da Castel (2005), os modos de existência social são determinados pela associação entre o trabalho e a inserção relacional. É no cruzamento entre esses dois eixos que os sujeitos podem experimentar quatro zonas de existência social incluindo a integração, a vulnerabilidade, a assistência e a desfiliação (PEREIRA *et al.*, 2014, p. 622).

Robert Castel (CASTEL, 1993) aborda o processo de ruptura de redes a partir dos eixos da integração/não integração em dois vieses: no trabalho e na rede de sociabilidade. O processo de ruptura inicia-se quando ocorre uma fragilização das redes sociais de suporte, levando ao isolamento do sujeito, ou a perda econômica, que leva à privação (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 349).

No campo social a terapia ocupacional trabalha com indivíduos e grupos em vulnerabilidade social, em que há a fragilidade dos vínculos relacionais e a precariedade dos processos de trabalho; e/ou que já se encontram desfiliados, em ruptura total com as redes de trabalho e com

as redes pessoais e sociais de suporte e participação (CASTEL, 1993). (NEVES; MACEDO, 2015, p. 405).

[...] tem sido fundamental o apoio nos conceitos de inserção social definidos por Castel (1994), que nos auxiliam na compreensão da vulnerabilidade social como condição dinâmica e processual. Tal condição nos permite vislumbrar e apostar nas possibilidades de transformação, entendendo que transcender essa situação implica tecer as redes de suporte, seja pelo eixo do trabalho, seja pelo eixo das relações sociais – entre as pessoas e entre pessoas e serviços (BORBA *et al.*, 2017, p. 207).

Para Castel (1997), a vulnerabilidade social seria um indicador da exposição de um indivíduo ou grupo a situações caracterizadas como riscos. Estes estariam fora das tradicionais relações de um padrão de proteção social devido à crise social, por exemplo, indivíduos que se encontram em situação de desemprego, indivíduos inseridos de forma precária no mercado de trabalho e indivíduos ou grupos com frágeis vínculos familiares e comunitários. Esses grupos que se formam por indivíduos alheios às relações sociais e produtivas, os marginais, criam-se na aliança de um duplo processo de ruptura de dois eixos: o vínculo com o trabalho e o vínculo com a inserção social e relacional (SABINO *et al.*, 2017, p. 630).

Para Castel (2004), parte das situações configuradas como exclusão resulta de vulnerabilidades das transformações no mundo do trabalho. O que gera a vulnerabilidade não é um estado de fragilidades – seja em moradia, saúde, educação etc. – mas pelo efeito de dois vetores: o eixo da integração pelo trabalho e o eixo da inserção sociofamiliar (CASTEL, 2004). No eixo da integração pelo trabalho, pode existir integração, precarização e exclusão, no eixo sociofamiliar, pode haver diferentes inserções, que giram entre dois extremos: a inscrição sólida em uma rede de sociabilidade e o isolamento social total (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017, p. 788).

Onze trabalhos não citaram Castel ou outro autor de questão social, mas abordaram os eixos (redes sociais e trabalho) e tiveram como centro a vulnerabilidade social (BALDANI; CASTRO, 2007; LOPES *et al.*, 2011; PEREZ *et al.*, 2014; LOPES; BORBA; MONZELI, 2013; MORATO; LUSSI, 2015; SILVA; CARDINALI; LOPES, 2015; ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016; TAKEITI; VICENTIN, 2016; SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017; PEREIRA; REIS; COSTA, 2015; GONÇALVES, 2016).

Baldani e Castro (2007) narram a experiência de um acompanhamento terapêutico com uma criança em situação de risco social. Dentro de seu texto

identificamos os dois eixos, um quando as autoras relataram que o objetivo das atividades foi estimular fortalecer as redes sociais das crianças, trabalhando suas habilidades sociais, e o eixo trabalho se apresenta quando é analisada a condição dos pais. Ambos migraram de outro estado em busca de trabalho, o pai tem um trabalho instável com uma renda oscilante e a mãe não trabalha, são pontuados os conflitos familiares e a privação de desejos devido à pobreza vivenciada pela família, o que inscreve a criança numa realidade de risco social, como descrevem as autoras, e Castel (2015) denomina de zona de vulnerabilidade.

Lopes *et al.* (2011) refletem sobre as experiências com jovens e adultos, onde as metodologias trabalham na direção da criação de vínculos, ampliação das redes de suporte social, produção de espaços de convivência, que “ressignificam os processos e as experiências formais da escola” (LOPES *et al.*, 2011, p. 284). As autoras fazem uma importante referência sobre a exigência do mercado de trabalho em relação ao nível de escolaridade dos jovens, “o prolongamento da escolaridade tornou-se impositivo” (LOPES *et al.*, 2011, p. 279) porém, conforme as autoras, o ensino médio não alcança os objetivos de projetar os alunos para o mercado de trabalho ou para o ensino superior.

Um percentual absolutamente relevante de jovens é excluído da escola no Brasil, num processo em que vivenciam a violência dessa discriminação produzida no contexto escolar, com a não manutenção do acesso, com a falta de qualidade de ensino e, por fim, com a enorme barreira da desigualdade na construção de seus projetos de vida (LOPES *et al.*, 2011, p. 279).

PEREZ *et al.* (2014) relatam uma experiência que tinha como objetivo a criação e o fortalecimento de redes sociais de suporte, emancipação e autonomia político-social de pessoas em situação de rua. As autoras ponderam sobre a perda de vínculos sociais e de trabalho que a população em situação de rua enfrenta.

Muitos são os aspectos envolvidos na problemática da população em situação de rua, como a precarização ou rompimento total das relações de trabalho, ruptura dos vínculos familiares e comunitários e o uso intenso de álcool e outras drogas. Consequentemente, há perda do

suporte familiar, comunitário e da identidade social de trabalhador (PEREZ *et al.*, 2014, p. 141).

Lopes, Borba e Monzeli (2013) apresentam dados sobre a população jovem pobre e urbana. Os autores denunciam a situação de vulnerabilidade e de desvantagens, resultado da baixa experiência profissional e pouca qualificação, ocasionando assim menor acesso ao mundo do trabalho e redução de oportunidades. Alertam sobre a necessidade de ampliar as redes sociais desses jovens principalmente em relação à educação: um grande contingente de jovens está fora da escola. Isso acarreta déficits na inserção social e no mundo do trabalho, que para essa população se restringe à informalidade.

No campo social, a limitação da participação se dá em grande parte das vezes pela violação nos direitos que compõem a cidadania das pessoas – saúde, educação, alimentação, moradia, assistência social – e/ou por déficits em sua inserção social, pela inexistência ou existência precária de um trabalho, ou ainda devido à fragilidade das redes sociais de suporte das quais poderia/deveria lançar mão (LOPES; BORBA; MONZELI, 2013, p. 945).

O trabalho de Morato e Lussi (2015) vem da saúde mental e faz uma análise das oficinas de geração de trabalho renda. As autoras caracterizam o trabalho como central, pela ótica da terapia ocupacional, que viabiliza as relações sociais e a possibilidade de independência e autonomia no plano material e de consumo, gerando cidadania.

O trabalho é compreendido pelo terapeuta ocupacional como socialmente construído e como elemento central na vida dos indivíduos, que pode viabilizar a ampliação de relações pessoais e sociais, a inserção no universo de produção e consumo, a independência e autonomia em relação à família e à sociedade, bem como o exercício de cidadania. Destaca-se, que no âmbito da saúde mental, o trabalho proposto aos usuários alcança a possibilidade de promover a articulação entre os interesses, necessidades e desejos se compreendido como inserção laborativa e, portanto, se pautado nos pressupostos da reabilitação psicossocial (MORATO; LUSSI, 2015, p. 67).

Silva, Cardinalli e Lopes (2015), em intervenções com a juventude pobre e em situação de vulnerabilidade social, enfatizaram a importância do estímulo de redes sociais e participação. Também assinalam a desvantagem social que essa população enfrenta, com menor grau de escolaridade e menor acesso ao trabalho.

O incentivo à participação positiva, ou seja, a atitude de sujeitos ativos em todo o processo, implica numa tomada de consciência prévia, que deve ser valorizada. Para isso, nas oficinas criou-se um espaço de escuta e expressão aliado a práticas dialógicas que visavam à ampliação da participação social, em que o fazer junto era o núcleo da práxis, colaborando para o aprendizado e a vivência de técnicas, para a utilização de equipamentos, para o acesso a redes de relações mais complexas, para a liberdade de expressão e o incentivo à criação, para o “fazer junto” e para a solidariedade (SILVA; CARDINALLI; LOPES, 2015, p. 139 e 140).

Para Alves, Oliveira e Chaves (2016), “o suporte social abrange políticas e redes de apoio sociais (família, amigos e comunidade) que têm como finalidade contribuir para o bem-estar das pessoas, principalmente aquelas em situação de exclusão” (ALVES; OLIVEIRA; CHAVES, 2016, p. 47). As autoras relatam um estudo com jovens em situação de vulnerabilidade social onde as oficinas estimularam a inovação de suas redes sociais e a expressão através da música foi descoberta pelos jovens como uma forma de trabalho, gerando status, reconhecimento e um lugar de pertencimento na sociedade.

Realizando um estudo com três jovens da periferia que trabalham em coletivos culturais, Takeiti e Vicentin (2016) retratam a pertinência das redes sociais nos contextos de vulnerabilidade e o quanto elas se potencializam quando, através da cultura, adquirem voz e se manifestam, conquistando pertencimento e orgulho de ser da periferia, processo de empoderamento que vai de encontro ao estigma de ser pobre, negro, da favela. Aqui o eixo trabalho empodera duplamente, coloca o cidadão na possibilidade de consumo pela renda do trabalho, assim como todas as outras interfaces que o trabalho produz na vida da pessoa enquanto ser social, e através desse trabalho também ele se expressa, se empodera, porque é através dele que tem voz para expor o seu existir e sua singularidade, bem como o de sua comunidade.

Os adolescentes em situação de rua, conforme o estudo de Silva, Bezerra e Ribeiro (2017), estão expostos diariamente a riscos e conflitos, sofrendo novas rupturas sociais. A ida para a rua foi uma delas, mas, conforme revela a pesquisa, não a primeira, visto que um dos motivos elencados para a ida para a rua é a fuga da violência intrafamiliar. Os autores assinalam a fragilidade do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente nessa conjuntura em que as crianças e os adolescentes permanecem “à espera de uma rede de apoio assistencial que os ajude a criar condições e capacidades para maior participação social, em igualdade de direitos, para si e suas famílias” (SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017, p. 108).

Outro ponto que foi marcado como motivo para ir para a rua foi a busca de trabalho e renda que, contraposta à baixa escolaridade, resulta em trabalhos informais e precarizados que são realizados no próprio espaço da rua.

A condição de pobreza associada à violência intrafamiliar e a falta de oportunidades na sociedade, faz com que estes adolescentes procurem o mercado de trabalho informal como forma de sobrevivência e suporte familiar. Por sua vez, essa condição deixa esses indivíduos expostos aos atrativos que a rua oferece, tornando-os mais suscetíveis a permanecer na rua, uma vez que esses atrativos servem como refúgio para suportar as condições de miserabilidade e os conflitos familiares (SILVA; BEZERRA; RIBEIRO, 2017, p. 101).

Pereira, Reis e Costa (2015) realizaram um estudo sobre a vulnerabilidade social de jovens que cometeram atos infracionais. Os autores encontraram que os adolescentes apreendidos moravam nos bairros com menores índices de índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), dos que trabalhavam 88,6% atuavam na informalidade, 65% possuíam renda familiar de até três salários mínimos (11,8% das famílias não contavam com renda e 5,4% a renda familiar é menor do que um salário mínimo). O texto problematiza de modo sutil, já desde o título, a imputabilidade da questão da infração, visto as violências de que esses jovens são vítimas dentro de seu contexto de vulnerabilidade social e também deixa claro que os dados são dos jovens apreendidos, aqueles que são registrados e

denunciados, espaço onde também existe um recorte de classe muito claro na sociedade brasileira.

Este trabalho possibilitou deduzir que a vulnerabilidade social dos jovens envolvidos com a criminalidade se encontra associada à carência na cobertura de equipamentos e serviços públicos no território e à falta de ações do estado na provisão de direitos sociais básicos; no entanto suscita a necessidade de estudos que levantem novos apontamentos, com o objetivo de detalhar a comunidade onde estes jovens estão inseridos, suas redes de suporte, como eles usam e se apropriam desse espaço (PEREIRA; REIS; COSTA, 2015, p. 264).

Gonçalves (2016) também realizou estudo sobre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e reafirma a problematização anterior assegurando que “mais que cometerem atos violentos, os jovens são as maiores vítimas deles” (GONÇALVES, 2016, p. 128). O estudo demonstra a fragilidades das redes sociais desses jovens e a precariedade do vínculo educacional.

[...] alguns mantinham contato próximo com a família, outros moravam em abrigos ou estavam em situação de rua; alguns apresentavam transtornos mentais ou uso abusivo de álcool e outras drogas. Poucos estavam na escola, e quando estavam apresentavam-se atrasados em relação ao previsto para sua idade. Em comum, tinham a experiência de viver em bairros pobres, onde o poder era exercido pelo tráfico de drogas, e viviam sob o estigma do jovem pobre e violento das favelas (GONÇALVES, 2016, p. 129).

3.6.2. *Redes sociais*

Sete textos ponderam apenas sobre um eixo: redes sociais (MALFITANO *et al.*, 2006; GALVANI *et al.*, 2006; MÂNGIA; MURAMOTO, 2007; ANDRADE; COSTA;

MARQUETTI, 2014; MONTANHER; LEAL, 2013; JURDI; SCRIDELLI, 2014; GALVANI *et al.*, 2016).

Cinco deles usam Robert Castel:

A intervenção se dedica à análise e ação sobre as possibilidades e limites da atuação na atenção a grupos sociais em processos de rupturas das redes sociais de suporte, definidas, segundo Castel (1994, 1997) como os aportes pessoais e sociais com os quais se conta para se buscar a manutenção em uma zona de integração social (MALFITANO *et al.*, 2006, p. 105).

Ressaltamos assim, a importância da AMRMC no favorecimento de criação de espaços para que as redes relacionais sejam formadas ou fortalecidas. É, igualmente um espaço de negociação cultural e de mediação de conflitos pessoais e grupais. Espaços dessa natureza são necessários, embora insuficientes, para o trabalho com esta população, pois tendem a alavancar as situações de desfiliação (CASTEL, 1994) para outras menos desfavoráveis (GALVANI *et al.*, 2006, p. 55).

Para o campo da saúde mental, e especialmente para configuração de itinerários terapêuticos de pessoas com transtornos mentais severos, as redes sociais se configuram no contexto de espaços complexos de interações que podem oferecer apoio em momentos críticos e suportes significativos para a produção e reprodução da vida social, protegendo assim os grupos vulneráveis contra os riscos dos processos de desfiliação (CASTEL, 2000; SOUZA, 1999). (MÂNGIA; MURAMOTO, 2007, p. 57).

As pessoas vão para as ruas por diversos fatores, mas todos apontam para uma fragilidade em sua rede social, com seus suportes e cobranças. A rua pode não oferecer suporte, mas diminui as cobranças e oferece maior liberdade, ainda que relativa (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, p. 1254).

As formas como as relações e as redes existem produzem maior ou menor grau de suporte social. É a baixa qualidade de tais relações que produz os processos de vulnerabilidade social, caracterizada por fragilidade e fugacidade das relações, ausência de suporte permanente, caracterização do cotidiano por relações superficiais ou por processos de ruptura dos vínculos profundos. São as redes de suporte que oferecem o auxílio necessário para alcançar e manter o equilíbrio dinâmico entre integridade e vulnerabilidade. Lembrando Castel (1994), nos momentos em que as redes de suporte encontram-se

também fragilizadas, esgarçadas, é necessário que se ative outra rede: a rede pública de assistência (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, p. 1256).

Neste caso, trata-se de segmentos da população que vivenciam regularmente diferentes formas de desqualificação (PAUGAM, 1999) – social, cultural ou intelectual (GALVANI, 2008) – e/ou processos de ruptura de redes de suporte sociais ou afetivas (CASTEL, 1994; BARROS, 2004; BARROS *et al.*, 2002, 2007). (GALVANI *et al.*, 2016, p. 866).

Dois textos não usam autor, mas falam de redes sociais:

Jurdi e Scridelli (2014) não usam autor, mas realizam uma análise que se refere às redes sociais. Em sua pesquisa com educadoras sociais de uma instituição de acolhimento, as autoras explanam sobre as rupturas dos laços sociais que as crianças institucionalizadas enfrentam – um processo que inicia a ocorrer já antes da situação de acolhimento – e o quanto essas mudanças bruscas afetam as crianças.

As crianças acolhidas institucionalmente apresentam diversas rupturas e fissuras em sua história de vida, logo, durante o período em que se encontram abrigadas possuem como referência de cuidado e atenção aqueles desempenhados pelas cuidadoras (JURDI; SCRIDELLI, 2014, p. 559).

A experiência de abrigamento para crianças envolve perdas, rupturas de laços sociais e familiares. Elas são obrigadas a passar pelo grande desafio de incorporar em sua vida cotidiana outro mundo, outras referências, nem sempre as que desejava para si própria. Seu universo familiar é substituído bruscamente pela instituição que a recebe. Isso pode acarretar mudanças em sua identidade, em seus alicerces de sustentação, sua cultura, entre outros (JURDI; SCRIDELLI, 2014, p. 553).

O outro texto é de Montanher e Leal (2013). Ao falar de redes sociais em saúde mental, os autores lembram-se da mudança que a assistência psiquiátrica brasileira sofreu no cuidado prestado aos sujeitos, na direção de uma perspectiva de inclusão social, longe das práticas asilares que causavam rupturas sociais na vida desses sujeitos. O estudo demonstrou que as redes sociais são elementos que influenciam de forma estrutural na vida das pessoas com transtorno mental. Elas concluem que as redes sociais podem auxiliar os sujeitos a lidarem com a doença e, portanto, na saúde, é fundamental conhecer

as redes sociais das pessoas, visto que pode contribuir para viabilizar novas possibilidades de sociabilidade aos sujeitos.

As redes sociais podem ser definidas, a partir destes estudos, como a somatória das relações estabelecidas por um indivíduo que são percebidas por ele como significativas diferenciando-se assim do restante da sociedade. Os sujeitos sentem-se, em alguma medida, pertencentes e reconhecidos em suas redes sociais, que contém, sustentam e são geradas por histórias que constituem a identidade de seus membros. (MONTANHER; LEAL, 2013, p. 185).

[...] uma rede social empobrecida de relações sociais é algo negativo, pode acarretar danos à saúde, indica maior fragilidade relacional e possível falta de apoio social, o que uma rede consolidada seria capaz de proporcionar (MONTANHER; LEAL, 2013, p. 186).

3.6.3. Trabalho

Seis textos posicionam a discussão apenas em torno do eixo do trabalho (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; BEZERRA; TAVARES, 2009; BEZERRA; TRINDADE, 2013; LOPES *et al.*, 2014; BEZERRA *et al.*, 2015; BREGALDA; LOPES, 2016).

Uma nova configuração da questão social, ressaltada por Castel (1999), tem definido outro tipo de demanda. Na década de 80 e de 90, a vulnerabilidade decorrente das transformações no mundo do trabalho levou à degradação das relações de trabalho e dos sistemas de proteção associados. Este processo de transformação das regras sociais leva ao aparecimento de sujeitos considerados “inválidos conjunturais” (DONZELOT, 1986) ou “sobrantes” (CASTEL, 1997) que desenvolvem “déficits de integração” (no trabalho, moradia, educação, cultura) e sofrem desqualificação, invalidação social e dissolução de vínculos, até ameaças de exclusão com tratamento discriminatório explícitos. A sociedade civil organizada se opõe a esses processos. Entende-se sociedade civil em sentido amplo e referido a todos aqueles que, não sendo parte do estatal e do oficial, prestam serviços à

comunidade – movimentos populares, igrejas, sindicatos, associações, enfim, as organizações não-governamentais e os movimentos sociais (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 101).

Nesse sentido, sendo o Estado o organismo por excelência responsável pelas respostas às refrações da questão social através das políticas sociais, e que, no atual contexto neoliberal, tais políticas são substantivamente alteradas em suas orientações e funcionalidades, pode-se afirmar que a Terapia Ocupacional tende a sentir as repercussões desse processo no seu mercado/condições de trabalho, uma vez que o terapeuta ocupacional é um profissional cujo mercado de trabalho amplia-se ou retrai-se de acordo com as configurações das políticas sociais.

Diante dessa transferência das responsabilidades do Estado para tais instituições, amplia-se a demanda de diversas categorias profissionais, inclusive do terapeuta ocupacional, para atuação no âmbito do “terceiro setor”. No entanto, entendemos que ao se inserir nesses espaços, caracterizados pelas parcerias com o Estado, os profissionais intervêm num contexto de precarização das políticas sociais e com uma evidente precarização das condições de trabalho, o que reflete negativamente na qualidade dos serviços prestados (BEZERRA; TAVARES, 2009, p. 28).

Destacamos, então, que a inserção da Terapia Ocupacional na divisão social do trabalho configura-se como resultado de um processo histórico dependente das formas de intervenção estatal sobre as expressões da questão social e, conseqüentemente, da configuração da luta de classes e da conformação das políticas sociais do Estado no contexto do capitalismo monopolista. Nesse sentido, a intervenção profissional apresenta determinantes sócio-históricos, o que significa dizer que a atuação do terapeuta ocupacional é determinada socialmente pelas condições históricas objetivas que dão uma direção social à prática profissional, ultrapassando a vontade subjetiva dos agentes profissionais considerados individualmente (BEZERRA; TRINDADE, 2013, p.435 e 436).

A questão social tem sua gênese na forma como as pessoas se organizam para produzir sua existência em uma determinada sociedade e em um contexto histórico dado; essa organização tem sua expressão na esfera da reprodução social, ou seja, a questão social está determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho: a exploração. Sem o fim dos dispositivos exploradores do regime, toda luta contra as suas manifestações sociopolíticas e humanas, a questão social, está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências e efeitos (NETTO, 2001). Todavia, não achamos pouco enfrentá-los e nesse espaço buscamos, também, nos mover.

Cabe analisar a questão social como uma questão política, econômica e ideológica que remete a uma determinada correlação de forças entre diferentes classes, inserida no contexto mais amplo do movimento de luta pela hegemonia (GRAMSCI, 1988). Determinados momentos são

mais favoráveis à expressão das demandas do trabalho e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento por parte do capital e do Estado, ocupando o espaço público e exigindo acesso aos seus fundos, exigindo outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. Isso se dá, dentro dos limites da sociedade capitalista, pela via da cidadania e dos direitos sociais (LOPES *et al.*, 2014, p. 592 e 593).

Castel (1993) já ressaltou a importância do eixo trabalho como um definidor de inclusão social, uma vez que é através dele que o indivíduo consegue ter acesso a meios de subsistência. Excluído do mundo do trabalho, o sujeito automaticamente entra numa zona de vulnerabilidade social que pode culminar na situação de rua. Foi frequente, entre os sujeitos, a falta de trabalho como motivo de adentrar a rua, como podemos visualizar nas falas a seguir (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 338).

Tal fato pode ser compreendido a partir do entendimento do papel do trabalho na vida do ser social, uma vez que esse pode ser condição para o estabelecimento de outras formas de integração social, como nos afirma Castel: O que é então abalado não é somente a segurança do emprego e o risco corrido não é exclusivamente do desemprego. Uma condição salarial forte desempenhava um papel integrador fundamental na sociedade e assegurava a proteção dos indivíduos contra os riscos maiores (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 343).

De acordo com Castel (2009), não só a situação dos que não trabalham é inquietante, como também a precariedade da situação daqueles que trabalham, sendo que grande parte da população encontra-se constantemente ameaçada de estar aquém do patamar que lhes permita uma autonomia mínima, com ocupações instáveis, sazonais, intermitentes, com os mais baixos salários e menor cobertura dos direitos sociais, acampando nas fronteiras da sociedade salarial. É necessário que se questione sobre aqueles que não trabalham não por não serem capazes, mas por não haver trabalho para eles – são indivíduos sem lugar, presos entre a obrigação de trabalhar e a impossibilidade de fazê-lo segundo as formas prescritas; coloca-se o imperativo categórico do trabalho, sem haver, para muitos, a possibilidade de acesso a ele (BREGALDA; LOPES, 2016, p. 484).

Encontramos também em alguns textos, reflexões que discorreram sobre o contingente de sobrantes ou não integráveis, conceito de Castel para os trabalhadores que não estão inseridos no trabalho. Os indigentes aptos para o trabalho, mas que não têm trabalho. Barros, Ghirardi e Lopes (2002) explanam que com as transformações no mundo do trabalho e, por conseguinte a degradação das relações de trabalho e dos sistemas de

proteção, surgem os sujeitos considerados sobrantes, que sofrem desqualificação, invalidação social, rompimento de vínculos, ameaças de exclusão e discriminação. A sociedade se opõe a esses processos de forma agressiva. Silva e Freitas (2003) também se referem a esse processo de precarização do trabalho que leva a um contingente de sobrantes, “inúteis desabilitados socialmente” (SILVA. FREITAS, 2003, p. 112).

Andrade, Costa e Marquetti (2014) fazem um resgate histórico, reiterando que a situação de rua ocorre no Brasil desde o período colonial, quando muitas pessoas que estavam até então submetidas ao regime de escravidão acabaram na rua, população que aumentou com a chegada dos imigrantes europeus e era diferenciada pela inserção ou não no trabalho, como “vagabundos” (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, p. 1249). A luta pela dignidade e cidadania dessa população, designada por Castel (2015) como sobrante, segue até os dias de hoje.

Nesse período, era comum a classificação desses novos moradores do perímetro urbano como “vagabundos”, diferenciando-os dos demais não pela questão da moradia, mas pela inserção ou não no mercado de trabalho. No século XIX, a vagabundagem passou a ser crime, e a lei servia para classificar os moradores de rua (Justo, 2008). Desde então, e com poucas mudanças, essa população sobrante da rede de produção e consumo tem lutado em busca de renda e moradia, sendo apoiada por políticas públicas e projetos filantrópicos. Os grupos se revezam e fazem rodízio entre hospedarias, cortiços e rua (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, p. 1249).

Outros três textos também ponderaram sobre essas mudanças:

Castel (1993 apud COSTA, 2005) denomina “sobrantes” os indivíduos que foram considerados inválidos pela conjuntura econômica e social. Como não participam do processo de circulação de mercadorias, simplesmente sobram. Nesse contexto, pode-se incluir a população em situação de rua. A exclusão é um processo de perdas não apenas materiais, mas também afetivas, que coloca os que não produzem, os “sobrantes”, na beira da sociedade capitalista. São necessárias medidas públicas que reconheçam essa população e busquem identificá-la pelo que produz, e não pelo que nela falta ou está ausente (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 349).

Para Castel (2009), a problemática existente na atual conjuntura é a da existência de populações, talvez, não integráveis, caracterizadas por uma incapacidade para acompanhar a dinâmica de uma sociedade salarial, seja por alguma desvantagem, seja por disporem de muito poucos recursos para se adaptarem ao ritmo do “progresso”. São indivíduos que “perderam o trem da modernização e permanecem na plataforma com muito pouca bagagem” (CASTEL, 2009, p. 530 *apud* BREGALDA; LOPES, 2016, p. 487).

Todas essas mudanças contribuíram para a produção de um grande contingente de trabalhadores empurrados progressivamente rumo à exclusão, tornando-se desnecessários ao circuito econômico atual, como “sobrantes”, entre os quais a população em situação de rua estaria incluída (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017, p. 780).

3.6.4. Zonas diferentes do espaço social

Castel (1994) definiu três tipos de zonas em que o indivíduo pode estar inserido, de acordo com a força de seus vínculos sociais e de trabalho: zona da desfiliação, zona da vulnerabilidade e zona da integração. Ele fala ainda de uma quarta zona, a zona da assistência. Catorze textos descrevem o conceito das zonas diferentes do espaço social (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; LOPES *et al.*, 2002; MALFITANO, 2005; LOPES; PALMA; REIS, 2005; MÂNGIA; MURAMOTO, 2005; GALVANI *et al.*, 2006; LOPES, 2006; ROCHA, 2006; CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010; PEREIRA *et al.*, 2014; OLIVEIRA; COSTA, 2015; BEZERRA *et al.*, 2015; SABINO *et al.*, 2017; LUSSI; RICCI; PINHO, 2017):

[...] a desfiliação não é apenas um estado, mas uma maneira de ser (um ethos) vivida nesta relação com o tempo simultaneamente eterno e fugidio, com um passado fino, pois poucas coisas foram transmitidas pela família, escola e pelas relações sociais e com muito pouco porvir, pois não existem mais que frágeis suportes em que possam significar uma trajetória. “Restam então, o tédio e a derrisão, as pequenas

artimanhas ou as pequenas caças, as andanças pela cidade e as rondas noturnas, o perambular, a vagabundagem no mesmo lugar e sem horizonte e, por vezes, a viagem da toxicomania, experiência total e totalmente desterritorializante, onde o corpo solitário que goza e se destrói é o único suporte para ‘fixar’ o sentido e bloquear a deriva. Até mesmo o bando é com muita frequência uma experiência evanescente, logo desfeito e em breve refeito. [...] Hoje, para formar grupos, é difícil reunir pedaços de sentido que escapam ao imediatismo do instante. Sob estas experiências ocorre então, uma raiva que, por não se cristalizar em projeto de transformação, explode em violência esporádica e gratuita” (CASTEL, 1994, p.44-45 *apud* BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002, p. 367).

O trabalho de Lopes *et al.* (2002) descreve as zonas diferentes do espaço social de Castel (1994) e também relata a experiência de intervenção com três crianças inseridas cada uma em uma zona de inserção distinta: integração, vulnerabilidade e desfiliação:

Conforme salienta Castel (1994, p.31), “as fronteiras entre as zonas são porosas. Particularmente, a desfiliação se alimenta na zona turbulenta da vulnerabilidade, sobretudo se a precariedade do trabalho estiver associada à fragilidade relacional e aumenta em função da conjuntura econômica, das situações de guerra, de escassez, etc.”, o que, nestes tempos de prioridades neoliberais e de “guerra” cotidiana pela sobrevivência, sobretudo nas grandes metrópoles, representa a realidade de muitas crianças, adolescentes e de suas famílias (LOPES *et al.*, 2002, p. 433).

O recorte desses dois eixos circunscreve zonas diferentes do espaço social: zona de integração – onde se dispõe de garantias de um trabalho permanente e se pode mobilizar suportes relacionais sólidos; zona de desfiliação – neste espaço se conjuga ausência de trabalho e isolamento social implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação; zona de vulnerabilidade – que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional (LOPES *et al.*, 2002, p. 427).

Passamos agora a apresentar três histórias de vida de crianças que residem no Conjunto Habitacional da Celso Garcia e que participaram do Projeto Casarão; elas trazem parte da realidade cotidiana na qual aquelas crianças estão inseridas e as alternativas de vida encontradas para o prosseguimento de suas trajetórias. Das três histórias referidas, uma retrata uma criança em uma rede social de suporte adequada para o seu desenvolvimento; outra é de uma criança inscrita em um espaço social de vulnerabilidade; e a última apresenta uma criança em situação de desfiliação (LOPES *et al.*, 2002, p. 428).

Os demais textos que discorrem sobre as zonas de inscrição no espaço social são:

O recorte desses dois eixos circunscreve zonas diferentes do espaço social: zona de integração – onde se dispõe de garantias de um trabalho permanente e pode-se mobilizar suportes relacionais sólidos; zona de desfiliação – onde se conjuga ausência de trabalho e isolamento social, implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação; zona de vulnerabilidade – que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional (MALFITANO, 2005, p. 2).

Esses dois eixos circunscrevem zonas diferentes do espaço social: zona de integração – onde se dispõe de garantias de um trabalho permanente e se mobiliza suportes relacionais sólidos; zona de desfiliação – nesse espaço se conjugam ausência de trabalho e isolamento social, implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação; zona de vulnerabilidade – que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional (CASTEL, 1994, 1997). Trata-se, portanto, da atenção a pessoas sujeitas ao risco, à vulnerabilidade, no contexto da situação de rua, diante dos muitos processos ‘macro e micro-sociais’ que, em suma, revelam a precariedade do trabalho e a fragilidade relacional, os quais alimentam o terreno da desfiliação (LOPES; PALMA; REIS, 2005, p. 57).

De acordo com o grau de ruptura e/ou de proximidade a cada um desses vetores, o indivíduo pode se encontrar em quatro zonas, a saber: 1. uma zona de integração, na qual o indivíduo possui segurança no trabalho e integra redes fortes de dependência; 2. uma zona de assistência, na qual o indivíduo geralmente se encontra inapto para o trabalho, mas pertence a uma rede de dependência ou é assegurado de alguma forma pelo Estado; 3. uma zona de vulnerabilidade, que indica uma relativa inserção no trabalho, porém uma inserção social precária; 4. uma zona de desfiliação, na qual o indivíduo se encontra excluído do mercado de trabalho, apesar de ser apto para o mesmo, e ao mesmo tempo não dispõe de nenhum tipo de apoio sócio-relacional. É importante ressaltar que estas zonas não indicam condições estáticas, sendo o limite entre elas bastante poroso. A população que sofre de algum transtorno mental é geralmente caracterizada por transitar entre as zonas de vulnerabilidade e desfiliação (MÂNGIA; MURAMOTO, 2005, p. 27).

O autor distingue dois registros onde redes de sociabilidade e de solidariedade são tecidas: família e cultura. Neles formam-se espaços e relações de proteção pessoal, social e econômica. A fragilização da família circunscreve uma zona de vulnerabilidade relacional. Suportes afetivos e econômicos cedem lugar a instabilidades relacionais e, frequentemente à solidão e à derrisão. A dimensão da cultura, enquanto constituição do sentimento de pertencimento, maneira de habitar um espaço e de partilhar dos valores, representa outro elemento decisivo na constituição da proteção aproximada (GALVANI *et al.*, 2006, p. 55).

O recorte desses dois eixos circunscreve zonas diferentes do espaço social: zona de integração – onde se dispõe de garantias de um trabalho

permanente e se pode mobilizar suportes relacionais sólidos; zona de desfiliação – neste espaço se conjuga ausência de trabalho e isolamento social implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação; zona de vulnerabilidade – que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional (CASTEL, 1994 e 1999).

As fronteiras entre as zonas são porosas e a desfiliação alimenta-se da dinâmica que associa precariedade de trabalho e fragilidade relacional, ou seja, da vulnerabilidade, que se expande em função da conjuntura econômica, das situações de guerra (declaradas ou ‘silenciosas’ como conhecemos no Brasil), da miséria e da escassez. Por outro lado, uma boa inserção relacional sócio-familiar pode compensar e/ou minimizar os efeitos de uma situação de não-integração nas relações de trabalho, assim como uma boa inserção neste último faz com que se possa buscar, via mercado muitas vezes, criar e/ou ampliar relações sociais próximas. Ou seja, a dimensão econômica, que no caso das classes populares passa pelo acesso ao trabalho/emprego, embora fundamental, não é determinante. Para essas classes, “sempre mais ou menos pobres”, na medida em que não dispõem dos meios de produção para o trabalho, o coeficiente de inserção social pode posicionar seus indivíduos em espaços menos vulneráveis (LOPES, 2006). Castel define, ainda, um quarto espaço social onde se associa não-trabalho por incapacidade de trabalhar e um forte coeficiente de inserção social: a zona de assistência – dependência segura e integrada (LOPES, 2006, p. 12 a 13).

Utilizando conceitos de Castel (1994, 1997) na discussão da estrutura e da inserção social, pode-se reconhecer a população alvo deste programa social como uma população inserida em uma Zona de Vulnerabilidade. A inserção social é tida a partir de dois parâmetros - o da relação com o trabalho e o da inserção relacional (onde se tem a inscrição do indivíduo em redes sólidas de sociabilidade); sendo a Zona de Vulnerabilidade onde se associa a precariedade do trabalho com a fragilidade relacional e a Zona de desfiliação a que associa ausência de trabalho e isolamento social (ROCHA, 2006, p. 39).

A zona de vulnerabilidade caracteriza-se por uma existência social marcada pela inserção precária no mundo do trabalho e pela fragilidade das relações sociais que se configuram como fonte de suporte (CASTEL, 2005). A vulnerabilidade, que tem origem na desigualdade social, marca o cotidiano de milhares de famílias brasileiras que vivem situações de uso de drogas, violência, desemprego, entre outras, que, aliadas a condições de miséria e pobreza extremas, podem limitar o potencial da família de garantirem a sobrevivência e proteção de suas crianças e adolescentes (CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010, p. 90).

Neste sentido, o abrigo se caracteriza enquanto fonte de suporte social que possibilita a transição das adolescentes da zona de vulnerabilidade para a de assistência. Na zona de assistência, de acordo com Castel, estão os sujeitos e grupos sociais que não podem se inserir no mundo do trabalho (por idade ou nível de habilidade) e que são providos de

forte suporte assistencial (neste caso, o acolhimento institucional) (CASTEL, 2005). Neste contexto, de maior proteção e acesso a direitos básicos, podem ser desenvolvidas estratégias de empoderamento que possibilitem que estas adolescentes caminhem rumo à zona de integração, caracterizada por inserção sólida no mundo do trabalho e forte suporte social (CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010, p. 95).

Para Castel (2005), na zona de integração encontram-se aqueles indivíduos que associam trabalho estável com inserção relacional sólida em grupos familiares e sociais. Em um ponto intermediário situa-se a zona de vulnerabilidade, caracterizada pela precariedade do trabalho e fragilidade das redes de suporte. Já a zona de assistência se configura pela dependência segurada e integrada, pois nela estão os indivíduos que associam o não trabalho, por incapacidade de trabalhar (idosos, deficientes, crianças), com forte inserção social, provida por mecanismos assistenciais. No outro extremo está a zona de desfiliação, caracterizada pela ausência de participação em qualquer atividade produtiva e pelo isolamento social (PEREIRA *et al.*, 2014, p. 622 e 623).

A respeito dos conceitos de Castel, as autoras Barros, Lopes e Galheigo (2007, p. 348) explicam que “[...] quando um dos eixos começa a se fragilizar, fala-se em vulnerabilidade, e quando ambos se rompem, fala-se em desfiliação” (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 349).

A ruptura da rede de suporte parece ser um agravante que pode levar o indivíduo a zona de vulnerabilidade e de desfiliação (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 351).

Se tomarmos como base o referencial de Castel (1993), é possível perceber que as pessoas em situação de rua apresentam os dois polos da integração social rompidos – o trabalho e as redes sociais de suporte –, encontrando-se no que o autor denomina de zona de desfiliação social (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 336).

Assim como o eixo do trabalho, Castel (1993) coloca os vínculos (familiares ou comunitários) como o outro eixo da integração social, de modo que a sua ruptura coloca o indivíduo na zona de desfiliação, caso o eixo do trabalho também tenha sido rompido, fato comum entre as pessoas em situação de rua (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 338).

O recorte desses eixos circunscreve três zonas distintas do espaço social: zona de integração, que designa garantias de um trabalho estável e mobilização de suportes relacionais sólidos; zona de vulnerabilidade, que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional; e zona de desfiliação, que implica em ausência de trabalho e isolamento social. Para o sociólogo, altos índices de vulnerabilidade social alimentam as zonas de desfiliação, uma vez que elas são porosas, podendo haver, portanto, a circulação dos sujeitos entre elas (SABINO *et al.*, 2017, p. 630).

O entrecruzamento dos dois eixos produz recortes e zonas diferentes do espaço social, de acordo com o grau de coesão assegurado, segundo uma relação que vai da autonomia à dependência. Assim, são formadas quatro zonas: de integração, de vulnerabilidade, de assistência e de desfiliação. Na zona de integração, o trabalho é presente, assim como as relações sociais, diferindo da zona de vulnerabilidade, caracterizada pela precariedade nas relações de trabalho e fragilidade nas relações sociais. A zona de assistência caracteriza-se pela incapacidade de trabalho, mas com uma sólida inserção social, e a zona da desfiliação é descrita pela ausência de trabalho e isolamento social (CASTEL, 2004). Apesar de discorrer sobre a sociedade francesa, esses conceitos levantados por Castel trazem contribuições importantes ao debate das produções de vulnerabilidades acopladas à perda da identidade de trabalhador no Brasil. Castel (2004) afirma que o espaço de existência social que mais cresce é o da desfiliação, que é consequência da crise contemporânea em torno das relações de trabalho e suas altas taxas de desemprego, e define o movimento que leva o sujeito incluído na sociedade para uma situação de perdas de direitos sociais e de progressivas rupturas de redes sociais. (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017, p. 788).

3.6.5. Por dentro das zonas de vulnerabilidades

Os textos têm como fundo central a vulnerabilidade e o processo de desfiliação. Mas esses conceitos são abordados de diferentes formas: relatos de experiência, artigos de pesquisa, artigos de reflexão e com diversos tipos de populações (crianças, adolescentes, idosos e adultos em vulnerabilidade social ou em processos de rupturas de redes).

Os trabalhos com intervenções abordam diversas formas de atuação em terapia ocupacional para lidar com a questão social, desde oficinas de culinária até atuação com trabalhadores nos dispositivos da rede de cuidado à população. A maioria dos trabalhos pauta a cidadania como eixo articulador do trabalho com essas populações.

Os autores mais utilizados para embasar teoricamente as reflexões que os textos apontam foram, além de Robert Castel e Paulo Freire anteriormente relatados, se referem

às produções de autores que se colocam na subárea terapia ocupacional social. Roseli Esquerdo Lopes e Denise Dias Barros são as autoras mais referenciadas nos artigos (Figura 26).

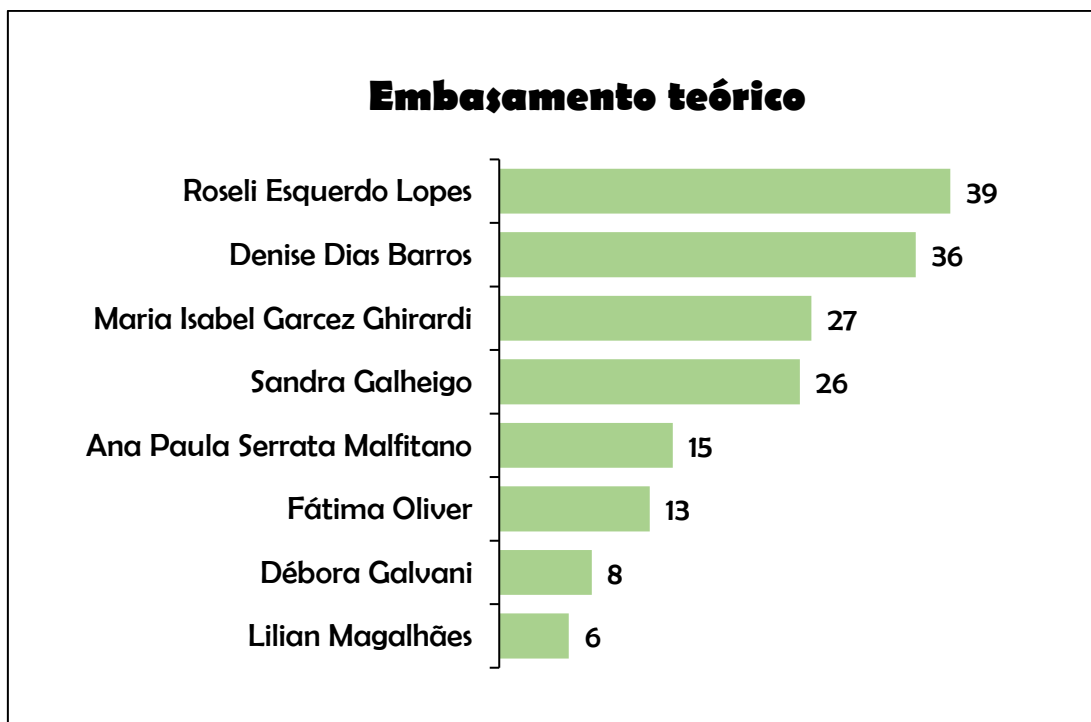


Figura 26 - Embasamento teórico

Também observamos referência a autores como Karl Marx, Jürgen Habermas, Paul Singer, Ricardo Antunes, José Paulo Netto, Antonio Gramsci, Carlos Montañó, Aldaíza Sposati, José Carlos Sebe Bom Meihy, Marília Pontes Sposito, Miriam Abramovay, Franco Basaglia, Benedetto Saraceno, Erving Goffman, entre outros. Estes autores foram utilizados nos textos que aqui analisamos para embasar as reflexões sobre a conjuntura social brasileira, as expressões da questão social e as consequências que ela agrega no cenário de atuação do terapeuta ocupacional.

Muito embora tenhamos encontrado neste estudo, com satisfação visto que partimos da premissa de que a questão social atravessa todas as áreas e campos de atuação, textos de saúde mental, saúde, cultura e trabalho, dentro da análise da questão social, a terapia ocupacional que se dedica a esse estudo é, majoritariamente, a terapia ocupacional social. 66% dos textos são dessa área e, destes, 60% são do grupo METUIA. Observa-se que os terapeutas ocupacionais que se dedicam à produção de ensino,

pesquisa, extensão e prática profissional na terapia ocupacional, no campo social, se referem a um grupo específico de profissionais que vêm buscando atuar, problematizar e criar estratégias para essa parcela da população. Partindo da realidade da questão social no Brasil, a maioria da população está em vulnerabilidade social ou em desfiliação. Desse modo nos questionamos, como as publicações conseguem ficar tão condensadas? Se a maioria da população está atingida pelas expressões da questão social, por conseguinte a maioria dos terapeutas ocupacionais está atuando com essas pessoas, ainda que o foco de seu atendimento não seja social. É necessário um olhar integral para os sujeitos, essa inclusive é uma das características da nossa profissão, uma diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) e também do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assim, reiteramos: como pode um terapeuta ocupacional, dentro do contexto brasileiro, não ter seu olhar dirigido para a questão social?

Uma resposta para esse questionamento talvez seja a formação dos profissionais. Quando analisamos a formação dos autores e coautores que mais tiveram publicações consideradas nesse estudo verificamos que dos 17 autores e coautores referidos, 15 graduaram-se em duas grandes universidades do Sudeste, USP e UFSCar, ambas fundadoras do grupo interinstitucional METUIA. A formação é fundamental para o profissional sedimentar suas diretrizes no cuidado e atenção com a população. Se não for oferecido uma experiência com a população em vulnerabilidade social e desfiliação, pautando um trabalho no resgate da cidadania, sob um olhar de acolhimento das diferenças e singularidades, os terapeutas ocupacionais formados não terão recursos para lidar com as especificidades que esse trabalho requisita. Como podemos deixar formar um terapeuta ocupacional que não tem recurso para lidar com a maioria da população brasileira? Essa é uma triste realidade para o profissional e para a população que ele irá direcionar ações. É uma aberração que ocorre ainda em número que desejaríamos fosse bem menor, consideradas as consequências sociais que envolvem. Na apresentação deste trabalho descrevemos brevemente o quanto a formação pode impulsionar o enfrentamento à precariedade social e, através da reflexão e ação, mudar a realidade, bem como, o quanto a formação pode gerar máquinas de consumismo, prontas a atender o capital e manter o funcionamento desse aparelho que a todos nós sufoca.

Para além da terapia ocupacional social, nos perguntamos sobre as outras áreas específicas da terapia ocupacional e sua atuação com a população pobre. Tendo em consideração que a questão social é um fenômeno que atravessa a existência da população brasileira como um todo e, por conseguinte perpassa toda a terapia ocupacional, porque apenas uma subárea se desdobra sobre esse ponto?

Muitos pontuam sobre a importância dos movimentos sociais na década de 1980 que levaram a grandes conquistas, desacomodaram profissionais e população em geral. Estimularam reflexões sobre a institucionalização do modo de vida em todos os sentidos, o que também influenciou a reflexão sobre a prática em terapia ocupacional. Foi quando inicia a mudança das ações em terapia ocupacional, buscando uma intervenção mais adequada, mais ao encontro da demanda da pessoa atendida e menos da demanda das instituições, serviços e ordem social.

Um número importante de trabalhos cita a cidadania em suas considerações, 42 textos que representam 84%, colocam a importância da atuação na garantia de direitos dos cidadãos. Porém apenas 9 textos situaram os deveres de cidadania.

São diversas as estratégias utilizadas pelos terapeutas ocupacionais para atuar com populações em vulnerabilidade e desfiliação. Algumas das intervenções conforme os textos foram: Oficinas de culinária, oficinas de brincar, grupos, acompanhamento territorial - acompanhamento individual - acompanhamento terapêutico, atendimento e cuidado na comunidade, ações grupais no território e além dele – explorações na cidade. De um modo geral percebe-se que a exploração do território é algo presente e uma preocupação dos terapeutas ocupacionais que trabalham com a questão social.

O empoderamento, o pertencimento, a autonomia, a identidade, o protagonismo, a comunidade, a solidariedade, a aprendizagem política da cidadania, a resistência como luta, a expressão política, a justiça e a equidade social, a mobilização social, as lutas sociais, os movimentos sociais, a ética e política, a igualdade de direitos, a promoção de direitos, a igualdade em todos os campos da realidade humana, a construção de projetos de vida, são alguns dos motes guiadores da atuação dos autores e coautores que nesse

trabalho foram analisados textos. Esse é o modo que os profissionais da terapia ocupacional atuam quando inseridos em atuação com contextos da questão social.

4. CONCLUSÕES

*“Severino, retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga
é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva”.*

(João Cabral de Melo Neto)

São nítidas as características da desigualdade estrutural no Brasil e é nas populações mais vulneráveis que ela aparece de modo mais contundente ou mais explícito. Os artigos trazem a complexidade da população brasileira, especialmente a população em situação de vulnerabilidade e em situação de desfiliação. Segundo os textos, esses grupos são os que menos têm aparato social para suas necessidades. Tanto em relação a serviços públicos em saúde e assistência social e programas específicos de promoção e prevenção, quanto em relação a opções de lazer, esporte, cultura. Os indivíduos pertencentes a uma classe social mais privilegiada conseguem reverter esses déficits utilizando os serviços privados, porém a população pobre fica à mercê de poucas possibilidades.

As intervenções em terapia ocupacional social constituíram uma importante mudança nas populações onde foram aplicadas, nesse caso, a população pobre. Tendo como eixo central a cidadania – premissa básica da terapia ocupacional social - as ações possibilitaram um olhar crítico sobre o contexto social, um maior conhecimento sobre si e o meio onde vivem, a desnaturalização da violência, uma maior percepção do mundo e

de como os organismos sociais se movimentam dentro da sociedade e o seu papel dentro dela.

Os estudos analisados refletem um olhar de cuidado e promotor de autonomia. Percebe-se um modo particular de pesquisa, intervenção e abordagem dentro da técnica escolhida pelos autores. Eles refletem a importância de estimular a autonomia dos sujeitos, permitindo espaço para diálogos, questionamentos, sugestões, dentro de uma construção coletiva. Desse modo os indivíduos se posicionam, manifestam suas ideias e expressam seus desejos, participando ativamente dos espaços propostos e isso fez o diferencial nos resultados obtidos pelos autores. Essa forma de construção coletiva, priorizando o espaço e o desejo do outro, possibilitando reflexões sobre direitos de cidadania é um modo muito particular da terapia ocupacional social, subárea que mais emergiu nos resultados dessa pesquisa.

Ao trabalhar com populações tão despossuídas de direitos é compreensível não falar tanto de deveres, quando designa as questões de cidadania. Porém, é uma questão para a terapia ocupacional pensar, ao usar a noção de cidadania, que ela carrega também a dimensão dos deveres, que em última instância diz do compromisso de todos com a sua comunidade de origem, sua identidade e seu pertencimento. É cumprindo os deveres que alcançamos nossos direitos. Não como máquinas submissas, ou como sujeitos oprimidos, mas como um organismo consciente, parte de um todo social, responsável também pelo processo de todos. Estes dois lados da face da cidadania estão imbricados. Um não existe sem o outro.

A pobreza de modo geral acarreta todo tipo de dificuldades, visto que para além da escassez material também agrega o preconceito, a estigmatização, e outras marcas de sofrimento que essas populações são obrigadas a enfrentar, vulnerabilizando-as ainda mais. O pobre é visto como indesejado, portador de coisas ruins. Ele é posto à beira, na periferia. Não pode ser visto, com sua existência ofende, causa medo. A produção de miséria no sistema capitalista é algo posto e que foi reafirmada neste trabalho. Ela expressa a questão social. Ela é gerada pela desigualdade estrutural que existe no país, através da exploração no modo de produção capitalista. Desse modo, enfrentar as

questões e demandas da população pobre não se limita apenas ao estímulo do exercício de sua cidadania, o que já é um grande desafio, mas refere-se também ao enfrentamento da questão social como um todo, dentro de um sistema injusto e arbitrário que não reconhece pessoas e ignora sentimentos. É uma luta contra o capital e contra todas as forças que ele representa. É uma luta com as estruturas engendradas para beneficiar uma pequena parte que se privilegia dos recursos econômicos advindos do trabalho justamente daqueles que são impedidos de transitar ou serem vistos. É uma luta enfrentar e desafiar as ações de caridade e benemerência que mantêm os grupos amarrados a um sistema que retroalimenta a desigualdade social no país.

Esse trabalho aferiu resultados para contribuir com o conhecimento científico nas reflexões acerca da produção brasileira do terapeuta ocupacional no que se refere à questão social. Nossos dados mostram informações que possibilitam o aprofundamento das análises acerca de como os terapeutas ocupacionais compreendem e olham para a questão social, o que têm feito para lidar com ela, o que têm publicado e produzido sobre, em que lugar estão na análise da questão social e como atuam em meio a esse contexto.

Dos limites de nossa pesquisa salientamos como principal o fato de a pesquisa ter tido sua busca realizada somente nos títulos dos artigos. Pontuamos também que a pesquisa se concretizou apenas em artigos brasileiros em revistas nacionais, todavia a pesquisa em outros tipos de publicações, como livros e capítulos de livros, bem como a busca para além dos títulos, propiciaria discussões e resultados mais abrangentes. Sugerimos essa como uma possibilidade para novos estudos sobre terapia ocupacional e a questão social, tema que entendemos de grande relevância para a produção de conhecimento em nossa área.

Outro limite que podemos apontar foi o tempo que um trabalho de dois anos permite realizar. Aqui identificamos a análise de alguns temas que surgiram concomitantemente ao processo de construção dos dados, como os deveres de cidadania e a situação democrática brasileira, que mereceriam um olhar mais aprofundado. Indicamos a possibilidade de que outros trabalhos possam se debruçar a esses temas.

Elencamos também, como indicativo para futuras pesquisas, o estudo de publicações como anais de eventos, que abrangem o relato de experiências de profissionais que estão nos espaços de atuação e não necessariamente na academia, e entrevistas com ambos profissionais: os do âmbito acadêmico e os do âmbito dos serviços. Esses foram alguns dos limites que pudemos identificar em nosso estudo e esperamos que através deles novas pesquisas surjam, complementando por sua vez o conhecimento científico da terapia ocupacional.

Nossas conclusões encaminham para o lugar em que se faz ocupar o terapeuta ocupacional, dentro de um cenário caracterizado pela pobreza. Os textos que aqui estudamos alertam para os efeitos do capitalismo na sociedade brasileira ao tentar compreender como os processos se dão, como acontece a miséria e principalmente a desigualdade social e econômica que é forte no Brasil. O capitalismo foi abordado em 36% dos textos indicando o sistema como produtor de desigualdades e miséria.

Muitos textos falaram sobre ou citaram cidadania, mas elencaram apenas sobre os direitos e uma minoria abordou os deveres. É premissa básica para a sociedade brasileira, não só para a terapia ocupacional - porém é dela que partimos neste trabalho - que se discuta os deveres de cidadania e seu pleno exercício. Essa conclusão é posta através de nossa análise e dos resultados aqui observados. Não existem direitos a serem usufruídos se os deveres não estão sendo cumpridos. São partes intrínsecas do mesmo mecanismo, a cidadania.

Nesse quadro econômico e social que é o país, onde a pobreza é o cotidiano da maioria da população e a questão social está posta para toda a terapia ocupacional, os resultados mostram que apenas uma subárea efetivamente se debruça sobre essa temática. Dos cinquenta textos analisados, 39 são do campo social. Destes, 34 se colocam dentro da subárea terapia ocupacional social, 68%. Observa-se ainda, outro recorte: dos 34, trinta são ligados ao Projeto METUIA.

Se a pobreza é constante na vida das pessoas no Brasil, por que apenas um grupo concentrado de profissionais tem olhado para essa realidade? É premente que a questão

social seja um marco atravessador dos fazeres do terapeuta ocupacional em todas as subáreas.

O objetivo da nossa profissão é trabalhar a participação social das pessoas, por isso questionamos: como se efetiva a participação social sem falar da condição social dos sujeitos? Como é que nos resultados tivemos apenas cinco textos da saúde mental quando todos os princípios da reabilitação psicossocial são sobre participação social? A terapia ocupacional está fazendo aquilo que ela diz que faz?

Destarte, então, podemos observar que emerge uma contradição: a produção dos terapeutas ocupacionais não está realizando aquilo que a gênese da prática da terapia ocupacional diz que é premissa básica fazer. Quem está se debruçando sobre isso, se limita a quem não tem como não se debruçar sobre isso, porque é inerente ao seu campo: a terapia ocupacional social. Mas nós, enquanto terapia ocupacional, deveríamos. Nós deveríamos enquanto saúde pública, reabilitação, saúde mental, saúde do trabalhador, e demais subáreas, debater as imbricações da participação social dos indivíduos.

Pode-se dizer que há uma terapia ocupacional no campo social que tem realizado um trabalho de resposta e confronto às desigualdades estruturais do sistema capitalista, ou seja, a questão social, buscando igualdade de direitos e autonomia dos sujeitos, contudo, nossos resultados demonstram, igualmente, que terapeutas ocupacionais, profissionais diretamente interessados nos processos de inclusão e/ou inserção social, não tomam como parâmetro aquela questão.

Desse modo, concluímos que há uma lacuna importante na produção bibliográfica dos terapeutas ocupacionais quando nós nos perguntamos sobre a questão social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marta Carvalho de; SOARES, Carla Regina Silva; BARROS, Denise Dias; GALVANI, Débora. Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2012.

ARAÚJO-JORGE, Tania; MATRACA, Marcus; MORAES NETO, Antônio; TRAJANO, Valéria; D'ANDREA, Paulo; FONSECA, Ana. Doenças negligenciadas, erradicação da pobreza e o plano Brasil sem miséria. *In*: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da (org.). BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 703-725.

BARROS, Denise Dias. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.15, n.3, p. 90-97, 2004.

BARROS, Denise Dias; GHIRARDI, Maria Isabel Garcez; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, Brasil, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002.

BARROS, Denise Dias; LOPES, Roseli Esquerdo; GALHEIGO, Sandra Maria. Terapia ocupacional social: concepções e perspectivas. *In*: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (org.). **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 347-353.

BEZERRA, Waldez; TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. A terapia ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 429-437, 2013.

BIANCHI, Pamela Cristina. **Terapia ocupacional e a questão social**: retratos da formação graduada a partir de um recorte latino-americano. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional). São Carlos: UFSCar, 2016. 198 p.

BOFF, Leonardo. El retorno de la clase privilegiada / El impeachment como una anti-revolución. *In*: GENTILI, Pablo (ed.). **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. Buenos Aires: CLACSO, jun. de 2016. p. 119-125.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 17**. 20 jun. 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços

socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**. 07 abr. 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria** / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto 938**. 13 out. 1969b. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10938.htm. Acesso em 31 jul. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.216**. 6 abr. de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.142**. 28 dez. 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em 21 jul. 2019.

BUARQUE, Cristóvam. Como somos. *In*: BUARQUE, Cristóvam.; ALMEIDA, Francisco; NAVARRO, Zander (org.). **Brasil, brasileiros. Por que somos assim?**: ensaios em identidade social, nacionalidade e cultura. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Verbena Editora, 2017. p. 87-103.

CAMPOS, Rosana Onocko. Clínica: a palavra negada – sobre as práticas clínicas nos serviços substitutivos de Saúde Mental. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 58, p. 98-111, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-359, 1996.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, 1997.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. *In*: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (org.). **Desigualdade e a questão social**. 4ª edição. São Paulo: EDUC, 2013. p. 283-312.

CASTEL, Robert. Da indignância, à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. *In*: LANCETTI, Antonio (org.) **Saúde Loucura**, n. 4, São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 12. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. *In*: SINGER, André *et al.* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). Ilustração COUTINHO, Laerte. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.

COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Resolução nº 425**. 08 jul. 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3188>. Acesso em 20/06/2019.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUARTE, Maria Luiza Mangino Cardoso. **Terapia ocupacional e a questão social no Brasil**: uma análise de suas publicações. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional). São Carlos: UFSCar, 2016. 96 p.

ESQUIVEL, Adolfo Pérez. Democracias golpe a golpe. *In*: GENTILI, Pablo (ed.). **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. Buenos Aires: CLACSO, jun. de 2016. p. 99-100.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 1ª edição. 13ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução: Julio Assis Simões. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

GENTILI, Pablo (ed.). **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

GHIRARDI, Maria Isabel Garcez. Terapia ocupacional e processos econômicos-sociais. *In*: LOPES, Roseli Esquerdo, MALFITANO, Ana Paula Serrata (org.). **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EdUFSCcar, 2016. p. 69-82.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010.** Estudos e Pesquisa, n. 28, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>. Acesso em: 06/05/2019 05:59.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 11/05/2019 21:53.

JACCOUD, Luciana. Aprendizados recentes no enfrentamento da desigualdade. *In:* CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da. (org.) BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria.** Brasília: MDS, 2014. p. 635-651.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. *In:* SINGER, André *et al.* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (org.). Ilustração COUTINHO, Laerte. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11-14.

LOPES, Roseli Esquerdo. Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. *In:* LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata (org.). **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos.** São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 29-48.

LOPES, Roseli Esquerdo. **Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no município de São Paulo.** 1999. v.1 Tese (Doutorado). Unicamp: Campinas, 1999.

LOPES, Roseli Esquerdo; BARROS, Denise Dias; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Terapia ocupacional social: aportes para o desenho de um campo. *In:* CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (org.). **Terapia ocupacional: fundamentação e prática.** 2. ed., 2017 (prelo).

LOPES, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia Leme Oliveira; SILVA, Carla Regina; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Terapia Ocupacional no campo social no Brasil e na América Latina: panorama, tensões e reflexões a partir de práticas profissionais. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 21-32, 2012.

LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata; SILVA, Carla Regina; BORBA, Patrícia Leme Oliveira. Recursos e tecnologias em terapia ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar.** São Carlos, v. 22, n. 3, p. 591-602, 2014.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Campos e núcleos de intervenção na Ocupacional Social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.** São Paulo, v. 16, n. 1, p.1-8, 2005.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. *In*: LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata (org.). **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 117-133.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. **Políticas públicas e movimentos sociais**: atenção à infância e o programa de saúde da família. Dissertação (Mestrado em Educação). Unicamp: Campinas, 2004.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Tomo 2. (CAPÍTULOS XIII A XXV) *Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MEDEIROS, Nayara F. Macedo de. **Concentração da riqueza e democracia**: os efeitos políticos da desigualdade material. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: UnB, 2015. 142 P.

MERHY, Emerson Elias. **O capitalismo e a saúde pública**: a emergência das práticas sanitárias no Estado de São Paulo. Campinas: Papirus, 1987.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, jun. 2012.

NAVARRO, Zander. O Brasil contra si mesmo. *In*: BUARQUE, Cristóvam; ALMEIDA, Francisco; NAVARRO, Zander (org.). **Brasil, brasileiros. Por que somos assim?**: ensaios em identidade social, nacionalidade e cultura. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Verbena Editora, 2017. p. 317-338.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Beatriz Prado; LOPES, Roseli Esquerdo. Por que ir à Escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. **Educ. Real.**, v. 41, n. 1, p. 193-216, mar. 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Questão social, serviço social e direitos da cidadania. Brasília. ABEPSS. **Revista Temporalis**, ano II, nº. 3, p.51-62, 2001.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDH – Índice de Desenvolvimento Humano**. 2019. Disponível em: <http://www.br.undp.org/>. Acesso em: 12/05/2019. 00:31.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. **Encontros com a civilização brasileira**, v. 1, p. 9-22, 1978.

ROCHA, Sonia. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Econ. soc.**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 113-139, abr. 2011.

ROCHA, Sonia. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 265-299, ago. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *In*: SINGER, André *et al.* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). Ilustração COUTINHO, Laerte. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016. Quarta capa.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, André *et al.* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). Ilustração COUTINHO, Laerte. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOARES, Fabio Veras; SOARES, Sergei; MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. **Texto para Discussão**, n. 1228, out. 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1228.pdf. Acesso em: 12/05/2019 12:38.

SOARES, Léa Beatriz Teixeira. **Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?** São Paulo: Hucitec, 1991.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Jessé Souza; colaboradores André Grillo ... [*et al.*]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010.

TORRACO, Richard J. Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, n. 3, p. 356–367, 2005.

VALENTE, Rubens. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mai. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em jul. 2019.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O que é? - Índice de Gini. Desafios do Desenvolvimento. Ano 1, Edição 4, 2004. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28.

Acesso em: 11/05/2019 20:17.

APÊNDICES

Apêndice A – Planilha de incidências na coleta de artigos

Planilha de incidências na coleta de dados												
Termo	Modo de pesquisa: com aspas, termo x [Título] and terapia ocupacional [Todos os índices]						Modo de pesquisa: com aspas, termo x [Título]					
	SciELO			LILACS			Revista de TO USP			Cadernos Brasileiros de TO		
	Incidências	Data	Hora	Incidências	Data	Hora	Incidências	Data	Hora	Incidências	Data	Hora
Abrigo	0	13/01/2018	19:46	2	14/01/2018	13:53	3	14/01/2018	18:25	1	14/01/2018	21:40
Assistência	1	13/01/2018	19:47	0	14/01/2018	14:07	6	14/01/2018	18:27	12	14/01/2018	21:48
Assistência social	0	13/01/2018	19:49	10	14/01/2018	14:19	0	14/01/2018	18:28	4	14/01/2018	21:49
Campo social	0	13/01/2018	19:50	0	14/01/2018	14:20	1	14/01/2018	18:29	1	14/01/2018	21:50
Cidadania	0	13/01/2018	19:50	3	14/01/2018	14:20	6	14/01/2018	18:30	3	14/01/2018	21:51
Comunidade	1	13/01/2018	19:51	3	14/01/2018	14:21	1	14/01/2018	18:53	11	14/01/2018	21:52
Condição salarial	0	13/01/2018	19:52	0	14/01/2018	14:22	0	14/01/2018	18:54	0	14/01/2018	21:54
Cooperativa	0	13/01/2018	19:53	0	14/01/2018	14:22	0	14/01/2018	18:55	0	14/01/2018	21:54
Cultura	0	13/01/2018	19:54	3	14/01/2018	14:23	4	14/01/2018	18:55	16	14/01/2018	21:55
Desabrigado	0	13/01/2018	19:54	0	14/01/2018	14:24	0	14/01/2018	18:57	0	14/01/2018	21:56
Desemprego	0	13/01/2018	19:54	0	14/01/2018	14:24	0	14/01/2018	18:57	0	14/01/2018	21:57
Desigualdade	0	13/01/2018	19:54	0	14/01/2018	14:26	1	14/01/2018	18:58	0	14/01/2018	21:57
Direitos	0	13/01/2018	19:55	0	14/01/2018	14:27	0	14/01/2018	18:58	4	14/01/2018	21:58
Exclusão	0	13/01/2018	19:56	1	14/01/2018	14:27	0	14/01/2018	18:58	0	14/01/2018	21:59
Fome	0	13/01/2018	19:57	0	14/01/2018	14:28	0	14/01/2018	19:00	0	14/01/2018	21:59
Geração de renda	0	13/01/2018	19:57	0	14/01/2018	14:29	1	14/01/2018	19:00	2	14/01/2018	22:00
Inclusão	2	13/01/2018	19:58	11	14/01/2018	14:29	12	14/01/2018	19:01	17	14/01/2018	22:01
Inclusão social	0	13/01/2018	19:59	0	14/01/2018	14:30	2	14/01/2018	19:07	3	14/01/2018	22:02
Liberdade assistida	0	13/01/2018	20:01	0	14/01/2018	14:30	0	14/01/2018	19:08	0	14/01/2018	22:03
Participação social	0	13/01/2018	20:01	0	14/01/2018	14:31	1	14/01/2018	19:09	3	14/01/2018	22:04
Pobreza	0	13/01/2018	20:02	1	14/01/2018	14:32	1	14/01/2018	19:10	0	14/01/2018	22:05
Políticas sociais	0	13/01/2018	20:02	0	14/01/2018	14:32	0	14/01/2018	19:11	1	14/01/2018	22:06
Precarização do trabalho	0	13/01/2018	20:03	0	14/01/2018	14:33	0	14/01/2018	19:11	2	14/01/2018	22:07
Questão social	0	13/01/2018	20:04	0	14/01/2018	14:34	0	14/01/2018	19:12	0	14/01/2018	22:08
Questões sociais	0	13/01/2018	20:04	0	14/01/2018	14:34	0	14/01/2018	19:13	0	14/01/2018	22:09
Racismo	0	13/01/2018	20:05	0	14/01/2018	14:34	0	14/01/2018	19:14	0	14/01/2018	22:09
Reabilitação psicossocial	0	13/01/2018	20:05	0	14/01/2018	14:35	3	14/01/2018	19:14	4	14/01/2018	22:10
Rede	1	13/01/2018	20:06	4	14/01/2018	14:36	7	14/01/2018	19:16	11	14/01/2018	22:11
Renda	0	13/01/2018	20:08	1	14/01/2018	14:36	4	14/01/2018	19:17	4	14/01/2018	22:12
Rua	1	13/01/2018	20:08	2	14/01/2018	14:37	4	14/01/2018	19:18	10	14/01/2018	22:14
Salário	0	13/01/2018	20:09	0	14/01/2018	14:38	0	14/01/2018	19:19	0	14/01/2018	22:15
Social	5	13/01/2018	20:10	52	14/01/2018	14:39	32	14/01/2018	19:21	49	14/01/2018	22:15
Sociocultural	0	13/01/2018	20:12	3	14/01/2018	14:39	1	14/01/2018	19:23	1	14/01/2018	22:17
Terapia ocupacional social	0	13/01/2018	20:13	0	14/01/2018	14:40	0	14/01/2018	19:26	12	14/01/2018	22:17
Território	2	13/01/2018	20:13	6	14/01/2018	14:41	2	14/01/2018	19:26	6	14/01/2018	22:19
Violência	1	13/01/2018	20:15	3	14/01/2018	14:42	0	14/01/2018	19:27	5	14/01/2018	22:20
Vulnerabilidade	0	13/01/2018	20:16	6	14/01/2018	14:42	3	14/01/2018	19:28	9	14/01/2018	22:21
Total:	14			111			95			191		411

Apêndice B – Planilha revisão da literatura

Código por ordem de ano	Código por ordem alfabética	Nome completo do estudo	Autores em citação direta	Fonte	Descritor	Ordem do descritor	Autores (na ordem que aparecem)	Artigo completo (sim/não)	Dados da publicação	Ano de publicação

Tema	Tipo de estudo	Tem relação com a questão social? (sim / não)	Cita Castel?	Papel na pesquisa (excluído / incluído) 2	Papel na pesquisa (motivo de exclusão 2)	Universidade	Palavras-chave	Objetivos de pesquisa / pergunta de pesquisa	População alvo	População alvo e contexto

Observações	Papel na pesquisa (excluído / incluído) 3	Papel na pesquisa (motivo de exclusão 3)	Referências

Apêndice C – Planilha de dados dos autores e coautores que mais aparecem

Em ordem de titulação.

Dados da Plataforma Lattes.

Apêndice D – Dados completos dos cinquenta artigos analisados

ALMEIDA, Marta Carvalho; BARROS, Denise Dias; GALVANI, Débora; REIS, Tiy de Albuquerque Maranhão. Terapia Ocupacional e Pessoas em Situação de Rua: Criando Oportunidades e Tensionando Fronteiras. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 19, n. 3, p. 351–360, 2011.

ALVES, Heliana Castro; OLIVEIRA, Natasha Pompeu de; CHAVES, Aline Dessupoio. A gente quer mostrar nossa cara, mano: hip hop na construção de identidade, conscientização e participação social de jovens em situação de vulnerabilidade social. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, p. 39–52, 2016.

ANDRADE, Luana Padilha; COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1248–1261, 2014.

BALDANI, Ana Claudia; CASTRO, Eliane Dias de. Construindo espaços de habitar: ações de terapia ocupacional com uma criança em situação de risco social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2007.

BARROS, Denise Dias. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004.

BARROS, Denise Dias; GHIRARDI, Maria Isabel Garcez; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002.

BARROS, Denise Dias; LOPES, Roseli Esquerdo. GALHEIGO, Sandra. Projeto METUIA - Terapia Ocupacional no Campo Social. **O Mundo da Saúde**, v. 26, n. 3, p. 365-369, 2002.

BEZERRA, Waldez Cavalcante; FIRMINO, Gabriela Cristina da Silva; JAVARROTTI, Emanuely Santos; MELO, Jéssica Veríssimo de Medeiros; CALHEIROS, Priscila Ferreira Fragoso; SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da. O cotidiano de pessoas em situação de rua em Maceió, AL: rupturas, sociabilidades, desejos e possibilidades de intervenção da terapia ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 2, p. 335–346, 2015.

BEZERRA, Waldez Cavalcante; SILVA, Bianca Karine da; RIBEIRO, Mara Cristina. Entre a casa e a rua: a percepção de adolescentes em situação de rua sobre o seu cotidiano. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 1, p. 100-109, 2017.

BEZERRA, Waldez Cavalcante; TAVARES, Maria Margareth Ferreira. A precarização do trabalho no “terceiro setor”: um estudo a partir da realidade da terapia ocupacional em Maceió-AL. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 1, p. 25-32, 2009.

BEZERRA, Waldez Cavalcante; TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, n. 2, p. 429–437, 2013.

BORBA, Patrícia L. de O.; COSTA, Samira Lima da; SAVANI, Ana C. C.; ANASTÁCIO, Camila Cardoso; OTA, Natacha Harumi. Entre fluxos, pessoas e territórios: delineando a inserção do terapeuta ocupacional no sistema único de assistência social. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 25, n. 1, p. 203–214, 2017.

BREGALDA, Marília Meyer; LOPES, Roseli Esquerdo. A reabilitação profissional no INSS: caminhos da terapia ocupacional. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 479–493, 2016.

CARLETO, Daniel Gustavo de Sousa; ALVES, Heliana Castro; GONTIJO, Daniela Tavares. Promoção de Saúde, Desempenho Ocupacional e Vulnerabilidade Social: subsídios para a intervenção da Terapia Ocupacional com adolescentes acolhidas institucionalmente. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 89-97, 2010.

FIORATI, Regina Célia. A contribuição da hermenêutica crítica de Jürgen Habermas para a Terapia Ocupacional Social. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 2, p. 443–453, 2014.

FIORATI, Regina Célia. A contribuição da hermenêutica crítica de Jürgen Habermas para a Terapia Ocupacional Social. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 2, p. 443–453, 2014.

GALVANI, Debora; BARROS, Denise Dias; PASTORE, Marina Di Napoli; SATO, Miki Takao. Exercícios etnográficos como atividades em espaço público: terapia ocupacional social no fazer da arte, da cultura e da política. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 4, p. 859–868, 2016.

GALVANI, Debora; BARROS, Denise Dias; SATO, Miki Takao; REIS, Tiy de Albuquerque Maranhão; ALMEIDA, Marta Carvalho. Perfil dos frequentadores da casa de convivência e centro de serviços Associação Minha Rua Minha Casa entre 2002 e 2003. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 17, n. 2, p. 48-56, 2006.

GONÇALVES, Monica Villaça. Eu nem sabia que podia entrar aqui: promoção de cidadania cultural como experiência de resignificação de identidade de jovens em

conflito com a lei. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, p. 127–137, 2016.

JURDI, Andrea Perosa Saigh; SCRIDELLI, Caroline. A ludicidade presente na vida das educadoras sociais: reflexos no trabalho com crianças abrigadas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 3, p. 551–560, 2014.

LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional social e a infância e a juventude pobre: experiências do núcleo UFSCar do Projeto METUIA. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 14, n. 1, p. 5-14, 2006.

LOPES, Roseli Esquerdo; BARROS, Denise Dias; MALFITANO, Ana Paula Serrata; GALVANI, Debora. Histórias de vida: a ampliação de redes sociais de suporte de crianças em uma experiência de trabalho comunitário. **O Mundo da Saúde** – São Paulo, v. 26, n. 3, p. 426-434, 2002.

LOPES, Roseli Esquerdo; BARROS, Denise Dias; MALFITANO, Ana Paula Serrata; GALVANI, Debora; GALLUZZI, Ana Maria. Terapia ocupacional no território: as crianças e os adolescentes da unidade do Brás – Movimento de Luta por Moradia Urbana. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 9, n. 1, p. 30-49, 2001.

Lopes, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia L. O.; REIS, Tiy A. M. Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, vol. 11, n. 1, p. 38-53, 2003.

LOPES, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; CAPELLARO, Mayra. Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social: compartilhando uma experiência. **O Mundo da Saúde**, v. 35, n. 2, p. 233-238, 2011.

LOPES, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; MONZELI, Gustavo Artur. Expressão livre de jovens por meio do Fanzine: recurso para a terapia ocupacional social. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 937–948, 2013.

LOPES, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; TRAJBER, Natalia Keller de Almeida; SILVA, Carla Regina; CUEL, Brena Talita. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 36, p. 277–288, 2011.

LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata; SILVA, Carla Regina; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; HAHN, Michelle Selma. Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. **O Mundo da Saúde**, v. 34, n. 2, p. 140-147, 2010.

LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata; SILVA, Carla Regina; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 3, p. 591–602, 2014.

LOPES, Roseli Esquerdo; PALMA, Ariane Machado; REIS, Tiy De Albuquerque Maranhão. A experimentação teórico-prática do aluno de Terapia Ocupacional no campo social: uma vivência com a população em situação de rua. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 2, p. 54-61, 2005.

LUSSI, Isabela Aparecida de O.; RICCI, Thamy Eduarda; PINHO, Roberta Justel do. Percepções sobre trabalho: análise de concepções de pessoas em situação de rua. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 4, p. 779–793, 2017.

LUVIZARO, Nathália Azevedo; GALHEIGO, Sandra Maria. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 191-199, 2011.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2005.

MALFITANO, Ana Paula Serrata; BIANCHI, Pamela Cristina. Terapia ocupacional e atuação em contextos de vulnerabilidade social: distinções e proximidades entre a área social e o campo de atenção básica em saúde. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, n. 3, p. 563–574, 2013.

MALFITANO, Ana Paula Serrata; BRAGA, Iara Falleiros; SILVA, Karina Gonçalves da; MOTA, Natália Guimarães. A promoção de direitos e crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: oficina de brincadeiras como recurso. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 14, n. 2, p. 103-110, 2006.

MÂNGIA, Elisabete Ferreira; MURAMOTO, Melissa Tieko. O estudo de redes sociais: apontamentos teóricos e contribuições para o campo da saúde. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 22-30, 2005.

MÂNGIA, Elisabete Ferreira; MURAMOTO, Melissa. Redes sociais e construção de projetos terapêuticos: um estudo em serviço substitutivo em saúde mental. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 18, n. 2, p. 54-62, 2007.

MONTANHER, Monica Kriek; LEAL, Erotildes Maria. As redes sociais na perspectiva de pessoas com o diagnóstico de esquizofrenia em tratamento em um CAPS de Campinas

e as implicações no recovery. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 24, n. 3, p. 183-190, 2014.

MORATO, Giovana Garcia; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira. A prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda: contribuição dos fundamentos da profissão e das dimensões da categoria trabalho. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 1, p. 66-73, 2015.

NEVES, Amabile Teresa de Lima; MACEDO, Maria Daniela Corrêa de. A terapia ocupacional social na assistência ao idoso: história de vida e produção de significados. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 2, p. 403-410, 2015.

OLIVEIRA, Flávia Barbosa de; COSTA, Samira Lima da. Entre a rua e o abrigo: reorganização do cotidiano. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 2, p. 347-355, 2015.

OLIVER, Fátima Corrêa; TISSI, Maria Cristina; AOKI, Marta; VARGEM, Ester de Fátima; FERREIRA, Taísa Gomes. Oficinas de trabalho – sociabilidade ou geração de renda? **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 86-94, 2002.

PEREIRA, Diane Coelho; SILVA, Emília Karina Afonso da; ITO, Carina Yuri; BELL, Beatriz Basso; RIBEIRO, Caroline Maruez Golveia; ZANNI, Karina Piccin. Oficina de culinária como estratégia de intervenção da Terapia Ocupacional com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 3, p. 621-626, 2014.

PEREIRA, Thamyris Cristina Silva; REIS, Jhonatan Natércio dos; COSTA, Luciana Assis. Autor e vítima: a vulnerabilidade social de jovens que cometeram atos infracionais em Belo Horizonte. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 258-266, 2015.

PEREZ, Juliana de Oliveira; FIORATI, Regina Célia; KEBBE, Leonardo Martins; LOBATO, Beatriz Cardoso. O uso da fotografia como recurso emancipador: um relato de experiência com pessoas em situação de rua. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. Especial, p. 135-143, 2014.

ROCHA, Patrícia Rodrigues. Estação cidadania: uma experiência no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 17, n. 1, p. 37-41, 2006.

RODRIGUES, Carla Patrícia Gameleira; MEDEIROS, Isabelle Fernandes Vieira; SANDES, Lara Ranielly; MENTA, Sandra Aiache. Um olhar para a comunidade:

experiência necessária para a formação do terapeuta ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 19, n. 3, p. 343–350, 2011.

SABINO, Janaína de Souza; AMADO, Cláudia Fell; LIMA, Ana Carollyne Dantas de; PEREIRA, Beatriz Prado. As ações da terapia ocupacional com adolescentes em situação de vulnerabilidade social: uma revisão de literatura. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 3, p. 627–640, 2017.

SILVA, Carla Regina; CARDINALLI, Isadora; LOPES, Roseli Esquerdo. A utilização do blog e de recursos midiáticos na ampliação das formas de comunicação e participação social. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 1, p. 131–142, 2015.

SILVA, Carla; FREITAS, Helen I. Adolescentes em situação de vulnerabilidade: estratégias de terapia ocupacional em um trabalho de prevenção a AIDS. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 11, n. 2, p. 111-117, 2003.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Jovens (en)cena: arte, cultura e território. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, p. 25–37, 2016.